UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - DOUTORADO EM GEOGRAFIA

| KARLA ROSÁRIO BRUMES

| **REDES EM ESPAÇOS MIGRATÓRIOS:
UBERLÂNDIA-MG**

Presidente Prudente-SP, 2010

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - DOUTORADO EM GEOGRAFIA

REDES EM ESPAÇOS MIGRATÓRIOS: UBERLÂNDIA-MG

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", para obtenção do título de Doutora em Geografia. Área de Concentração: Produção do Espaço Urbano.

Orientanda: Prof^a. Msc. Karla Rosário Brumes

Orientador: Prof. Dr. Arthur Magon Whitacker

Presidente Prudente, 2010.

Brumes, Karla Rosário.
B918r Redes em espaços migratórios: Uberlândia - MG - Presidente
Prudente: [s.n.], 2010
280 f.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de
Ciências e Tecnologia

Orientador: Arthur Magon Whitacker

Banca: Beatriz Ribeiro Soares, Everaldo Santos Melazzo, Jones
Dari Goettert, Maria Encanação Beltrão Sposito.

Inclui bibliografia

1. Migrações. 2. Redes. 3. Cidades. 4. Redes Sociais. 5.
Uberlândia. Autor. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de
Ciências e Tecnologia. III. Título.

CDD (18. ed.) 910

**Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação –
Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação - UNESP, Campus de Presidente Prudente.**

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente

BANCA EXAMINADORA

PROF. DR. ARTHUR MAGON WHITACKER
ORIENTADOR

PROF. DR. EVERALDO SANTOS MELAZZO
(FCT/UNESP)

PROFA. DRA. MARIA ENCARNÇÃO BELTRÃO SPOSITO
(UNESP/FCT)

PROFA. DRA. BEATRIZ RIBEIRO SOARES
(UFU)

PROF. DR. JONES DARL GOETTERT
(UFGD)

KARLA ROSÁRIO BRUMES

Presidente Prudente (SP), 26 de janeiro de 2010.

Resultado: APROVADO

*...quando eu perdida vagueava aflita
e em densas trevas meu andar seguia
Tu me buscaste lá dos céus mandando
luz que me guia...*

DEDICATÓRIA

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, a Ele toda honra, toda glória e todo louvor para sempre. Amém.

Ninguém neste mundo deveria pensar que é o que é e que chegou aonde chegou sem a ajuda de alguém ou, melhor, que foi apenas por méritos próprios, pois durante toda a minha vida, pude contar com o apoio irrestrito de pessoas amadas que fazem parte da minha vida. Cada uma delas das mais diversas maneiras, e cada uma ao seu modo, é responsável pelo que hoje se materializa; a vocês só posso dizer: DEUS LHES PAGUE!

A minha família, pela ajuda em todos os momentos assim, quero citar nominalmente minha mãe, **Geralda**, a quem deixo ressaltada toda minha gratidão, pois se hoje estou me tornando doutora isto começou lá atrás, quando me ensinou a escrever o meu nome, mesmo sem saber ao certo como aquilo era feito, quando, em muitos Natais, em vez de dar brinquedos, presenteou a mim e aos meus irmãos com livros e materiais de escola que seriam usados logo no ano seguinte. Obrigada por jamais ter deixado de nos "obrigar" a estudar; ao meu pai **Adelício**; a minha irmã **Adriana**, a meu irmão **Fernando**; a meu irmão **Carloman**, a minha cunhada **Sirley** e aos meus sobrinhos **Letícia, Carol, Gabriel, Sofia, Mariana, Kauan Fernando e Otávio**, que alegam o meu viver.

Aos meus vizinhos de Uberlândia. Lá a gente ainda se senta à porta, vai à casa uns dos outros e junta as panelas aos domingos e feriados. Fazemos pão de queijo e bolo de fubá e levamos uns aos outros, além de estourarmos "champanhe" (Sidra de Maçã) na rua, no Ano Novo. Obrigada **Bia e Marcel, Carminha e Severino, Odivânia, Isabele e Júnior**.

À direção da "Escola Estadual Professora Juvenília Ferreira dos Santos", onde trabalhei, escola pública de qualidade, que faz um excelente trabalho na formação dos futuros cidadãos. Pelo tempo liberado para que eu pudesse, no ano de 2005, viajar até Presidente Prudente-SP para participar do

processo seletivo do doutorado, obrigada **Wesley** e **Sônia**, meus grandes amigos.

Ao conselho da Igreja Presbiteriana Central de Uberlândia, aos irmãos e amigos em Cristo que lá estão e que se fizeram e ainda se fazem presentes em minha vida, embora eu esteja morando em outro estado. Ao Reverendo **Ricardo Mota**, à evangelista **Alda**, aos casais **Milian e José Carlos**, a **Sra. Cila e ao Sr. Cilas** (que foi morar com Deus antes de ver essa homenagem), ao **Sr. Otávio**, à **Valdivina**, à **Cláudia (Dedé)** e à **Sandra Mara**; também aos irmãos da Igreja Presbiteriana Central de Presidente Prudente, que me acolheram como uma filha durante o tempo em que morei na cidade, Reverendo **Ismael** e o casal **Tânia e Armando** (minha família em Prudente), obrigada pelas festas, histórias e passeios, obrigada por me receberem em seu lar quando dos meus momentos de estadia na cidade.

Aos colegas em tempo de pós-graduação: **Silvia Pereira** - por ser como é, por aquelas dezenas de fotos sem "sentido" tiradas na minha casa e tempos de "festas", a **Xisto e Priscila** - pelo carinho e palavras sempre tão precisas nos momentos de angústia, pelas visitas, pela companhia e por deixarem Cristo dirigir suas vidas; a **Ademir Terra** - por ter aberto o "restaurante da Terra" e compartilhado seu lar, esposa, filhos e televisão com um bando de errantes em terras prudentinas; e a **Bia** - por compartilhar sua vida comigo, por ser essa pessoa linda e sensível que é, por ter me escolhido para receber os lindos *slides* que fez em homenagem à sua mãezinha.

Ao querido amigo **Atamis**, que me mostrou que muitas coisas podem ser vistas com outros olhos, e por ter ficado ao meu lado quando mais precisei, pelas caminhadas no parque, pelos passeios na feira, pelas idas ao cinema, pelos passeios de carro. Sua amizade foi a minha maior conquista em Presidente Prudente; eu sei que ela é para sempre, sou feliz por um dia ter tido a honra e o privilégio de conhecê-lo.

A minha querida amiga **Rosilene**, a melhor professora de História e não importa o que os outros pensem, eu afirmo que é mesmo. Pelos cafés, almoços, jantares, pela *net* e computador, por me mostrar o quanto ainda vale a pena ser bom professor, mesmo nestes dias, em que o professor tem tão

pouco valor. Por ser a profissional que é e por lutar pelos amigos, em tantas circunstâncias.

À minha amada amiga **Márcia**. Com toda certeza a pessoa mais generosa e prestativa que conheço. Se hoje eu me encontro adaptada ao Paraná e achando-o mais mineiro (*uai*), devo a você. Como esquecer a sua disposição para me ajudar a mobiliar meu apartamento, aliás, nem eu e nem o gerente daquela loja que quando nos vê deve aumentar os preços, pois sabe que lá vem pedido de desconto. Quem diria que um dia trabalharíamos no mesmo lugar, se tenho aprendido cada dia mais sobre a universidade, devo a você os devidos esclarecimentos, em momentos oportunos. Como esquecer suas palavras se, no momento em que eu desanimei tanto com a tese que pensei em desistir, elas me levaram às lágrimas, não porque eram fortes demais, mas sim por saber que, por trás delas, havia carinho e preocupação. Elas foram fundamentais para que eu superasse aqueles momentos. Tenho certeza de que nossa amizade será para sempre.

A minha amada amiga **Marivânia**. Sempre se deixando ser usada por Deus na vida das pessoas, obrigada por ter passado cinco horas comigo ao *MSN* em certa madrugada; elas fizeram toda a diferença e por nunca ter me deixado esquecer que Deus sempre olha primeiro o nosso coração e depois as demais coisas. Prometo, daqui para frente, que não vamos mais andar de moto e nos perder em MG. Agora vamos de carro, porque tirei carteira, mas não duvide que eu ainda me perca!

A minha amada amiga **Rosângela** "*you are very special in my life*", pelos mais de 300 *e-mails* trocados nesses últimos quatro anos em que a vida nos colocou "longe" uma da outra. Pelas horas ao telefone, por compartilhar comigo sua família, por sempre me ouvir e às vezes nada dizer, por estar comigo nos momentos mais alegres e nos mais tristes, pelos "ralas", pelos almoços, pelos passeios, pelas festas, por sempre me dizer que na vida também há espaços para a emoção. Obrigada pela fé, pelas orações. Eu tenho certeza que nossa amizade é assim tão especial e se fortaleceu, no tempo e na distância, porque nasceu além dos céus e, se lá nasceu, Deus é seu mentor. Trilhamos caminhos até aqui diferentes, mas juntos, aos olhos o Pai. Rô

seremos sempre assim, a certinha e a bobona, num amor sem fim, mas com um real valor pra mim.

À professora **Beatriz**, por sempre ter se feito presente nos meus 13 anos de vida acadêmica, (graduação, PET, mestrado, doutorado), por ter acolhido a mim e aos outros petianos como filhos, por ter estado sempre à minha disposição quando precisei, e por mostrar como uma pessoa pode ser, ao mesmo tempo, amiga e profissional, quando eu crescer, quero ser como você.

Aos colegas do Departamento de Geografia da Unicentro de Irati – DEGEO/I, professores, **Emerson, Flávio, Sérgio, Valdemir** obrigada por me ajudarem a refletir a respeito da ciência geográfica.

Ao meu vice-chefe do Departamento de Geografia, professor **Aparecido (Cidão)**, que ao longo destes últimos anos se tornou um grande companheiro e amigo, sem muitas das suas ações eu não teria conseguido levar ao mesmo tempo o trabalho de uma tese e a chefia de um departamento, obrigada pelos momentos em que diante de várias circunstâncias difíceis me fez pensar.

À profª. **Wanda**, por ter me permitido deixar usar de sua experiência profissional em momentos difíceis dividindo comigo as angústias da profissão que também me proporcionou junto ao **Ricardo** conhecer as delícias da culinária japonesa, prometo que um dia aprendo a usar “aqueles pauzinhos”.

A querida amiga profª. **Andreza “Andry”** que foi se tornando alguém muito especial, obrigada pelas caronas, pelos risos sem fim e sem motivos, pelas músicas e pelas cantorias, tudo isto é muito especial.

Ao prof. **Roberto**, companheiro de pós-graduação e de trabalho, obrigada por me ajudar a refletir um pouco mais sobre a Geografia Humana.

A querida **Carol**, “estagiária”, sem a qual os meus dias no DEGEO/I teriam sido muito difíceis, obrigada por ajudar na impressão da tese, obrigada pelo carinho e dedicação, espero poder contribuir com sua formação.

Aos colegas da Unicentro, professores **Poliana (Turismo) e Alessandro (Pedagogia)** casal com o qual eu posso dividir as angústias e desafios da Unicentro e a alegria da vizinhança no mesmo condomínio.

Ao meu querido amigo e irmão em Cristo **Nilton César** que fez a capa da tese, sem dúvida uma das pessoas mais talentosas e criativas que conheço.

Aos **meus ex e atuais alunos, aos meus orientandos**, cada dia com vocês foi e tem sido dias de crescimento e aprendizado. Eu acredito que a condição de professor pode ser definida por aqueles que “estão” e aqueles que “são”; a convivência diária com vocês permite situar-me na condição de ser professora.

Ao meu orientador, professor **Arthur**. Creio que aprendemos, crescemos e vencemos juntos os desafios, para você o de ter a primeira orientanda em nível de doutorado, e para mim, o de levar a vida acadêmica e profissional ao mesmo tempo.

Aos **participantes da pesquisa, aos migrantes das empresas, dos camelódromos e aos assistidos pelo poder público**; eu me uno a vocês, eu sei o que é ser migrante.

A **Capes e ao CNPq**, pela ajuda financeira no início do trabalho.

À **FCT/UNESP e à UNICENTRO**, pela excelência no ensino e por me proporcionarem condições adequadas para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	XIV
LISTA DE TABELAS	XVI
LISTA DE GRÁFICOS	XVII
ANEXOS	XVIII
RESUMO	XIX
ABSTRACT	XX
INTRODUÇÃO	22
1. REFERENCIAIS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	34
1.1. O APOIO CONCEITUAL	35
1.2. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE TRABALHO	42
2. TEORIAS MIGRATÓRIAS	48
2.1. MIGRAÇÃO E A MOBILIDADE SOCIAL DO SUJEITO	58
3. AS RELAÇÕES COMO ENTRELAÇAMENTO DA SOCIEDADE	70
3.1. REDES SOCIAIS	78
3.2. REDES SOCIAIS E AS ESTRATÉGIAS PARA A INSERÇÃO DOS MIGRANTES	86
4. PROCESSOS URBANOS QUE INFLUENCIAM A MIGRAÇÃO	97
4.1. CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E REDISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL	99
4.2. A DINÂMICA DEMOGRÁFICA E UMA DAS SUAS COMPONENTES: A MIGRAÇÃO	105
4.3. CIDADES MÉDIAS E MIGRAÇÕES	109

5. REDES NA MIGRAÇÃO DE UBERLÂNDIA	127
5.1. REDE SOCIAL E O PODER PÚBLICO DE UBERLÂNDIA	146
5.2. REDES SOCIAIS E MERCADO DE TRAB. FORMAL: OS MIGRANTES DAS EMPRESAS	163
5.2.1. REDES SOCIAIS ALÉM DO TRABALHO: AS RELAÇÕES DE VIZINHANÇA E AMIZADE	185
5.2.2. REDES SOCIAIS ALÉM DO TRABALHO: AS RELAÇÕES COM OS ESPAÇOS DO BAIRRO	202
5.3. REDES SOCIAIS E A INFORMALIDADE: O UNIVERSO DOS MIGRANTES CAMELÔS	219
CONSIDERAÇÕES FINAIS	235
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	242

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: UBERLÂNDIA: CONFIGURAÇÃO DAS LIGAÇÕES DOS SUJEITOS TRABALHADORES INFORMAIS DE CAMELÓDROMOS, 2008	84
FIGURA 2: UBERLÂNDIA: CONEXÕES EXTERNAS, 2007	129
FIGURA 3: UBERLÂNDIA: REGIÃO DE INFLUÊNCIA NO TRIÂNGULO MINEIRO E NO ALTO PARANAÍBA, 2007	130
FIGURA 4: UBERLÂNDIA: PERÍMETRO URBANO, 2009	135
FIGURA 5: UBERLÂNDIA: EIXO RODOVIÁRIO, 2009	137
FIGURA 6: MICRORREGIÃO DE UBERLÂNDIA NA MESORREGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA, 2009	139
FIGURA 7: UBERLÂNDIA: PERCENTUAL DE IMIGRANTES POR REGIÃO E MOTIVO DA MUDANÇA PARA A CIDADE, 2001	142
FIGURAS 8 E 9: UBERLÂNDIA: MIGRANTES NO ALBERGUE RAMATIS, 2008	147
FIGURA 10: UBERLÂNDIA: ORIGEM DOS MIGRANTES ASSISTIDOS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL (ALBERGUE RAMATIS E SETOR DE ATENDIMENTO AO MIGRANTE), 2008	153
FIGURA 11: UBERLÂNDIA: INTENSIDADE DAS LIGAÇÕES DOS SUJEITOS ATENDIDOS NO SETOR DE ATENDIMENTO AO MIGRANTE, 2008	157
FIGURA 12: UBERLÂNDIA: CONFIGURAÇÃO DAS LIGAÇÕES DOS SUJEITOS DA REDE SOCIAL DA EMPRESA 01, 2008	169
FIGURA 13: UBERLÂNDIA: FORÇA DAS LIGAÇÕES DOS SUJEITOS DENTRO DA REDE SOCIAL DA EMPRESA 01, 2008	173
FIGURA 14: UBERLÂNDIA: CONFIGURAÇÃO DAS LIGAÇÕES DOS SUJEITOS DA REDE SOCIAL DA EMPRESA 02, 2008	175

FIGURA 15: UBERLÂNDIA: FORÇA DAS LIGAÇÕES DOS SUJEITOS DENTRO DA REDE SOCIAL DA EMPRESA 02, 2008	177
FIGURA 16: UBERLÂNDIA: DISPOSIÇÃO DOS BAIRROS DENTRO DO PERÍMETRO URBANO, 2009	188
FIGURA 17: UBERLÂNDIA: LOCAL DE MORADIA DOS MIGRANTES TRABALHADORES FORMAIS DA EMPRESA 1, 2008	190
FIGURA 18: UBERLÂNDIA: ORIGEM DOS MIGRANTES TRABALHADORES FORMAIS DA EMPRESA 1, 2008	192
FIGURA 19: UBERLÂNDIA: INTENSIDADE DAS RELAÇÕES DE VIZINHANÇA DOS SUJEITOS DA EMPRESA 1, 2008	194
FIGURA 20: UBERLÂNDIA: INTENSIDADE DAS RELAÇÕES DE VIZINHANÇA DOS SUJEITOS 1, 3, 8 DA EMPRESA 1, 2008	201
FIGURA 21: UBERLÂNDIA: LOCAL DE MORADIA DOS MIGRANTES TRABALHADORES FORMAIS DA EMPRESA 2, 2008	204
FIGURA 22: UBERLÂNDIA: INTENSIDADE DE USOS DOS ESPAÇOS NOS BAIRROS DOS SUJEITOS DA EMPRESA 2, 2008	206
FIGURA 23: UBERLÂNDIA: ORIGEM DOS MIGRANTES TRABALHADORES FORMAIS DA EMPRESA 2, 2008	208
FIGURA 24: UBERLÂNDIA: INTENSIDADE DE USO DOS ESPAÇOS NOS BAIRROS DOS SUJEITOS 5, 8 E 15 DA EMPRESA 2, 2008	217
FIGURA 25: UBERLÂNDIA: LOCAL DE MORADIA DOS MIGRANTES CAMELÔS, 2008	222
FIGURA 26: UBERLÂNDIA: ORIGEM DOS MIGRANTES CAMELÔS, 2008	224
FIGURA 27: UBERLÂNDIA: INTENSIDADE DE USO DOS ESPAÇOS NOS BAIRROS DOS SUJEITOS 4, 16 E 18, 2008	232

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: BRASIL RANKING DOS MAIORES MUNICÍPIOS (1991-2000)	105
TABELA 2: CIDADES MÉDIAS: IMIGRAÇÃO E SALDOS MIGRATÓRIOS, 1991	125
TABELA 3: UBERLÂNDIA: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL E URBANA (1970-2000)	133
TABELA 4: UBERLÂNDIA: ORIGEM DOS MIGRANTES	141

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: UBERLÂNDIA: PARTIC. EM % DOS SETORES ECONÔMICOS, 2009	132
---	-----

ANEXO 1: EMPRESAS PARTICIPANTES DA PESQUISA, 2007	277
ANEXO 2: QUESTIONÁRIO 1, 2008	278
ANEXO 3: QUESTIONÁRIO 2, 2008	279
ANEXO 4: ENTREVISTA 1, 2008	281
ANEXO 5: ENTREVISTA 2, 2008	282
ANEXO 6: ENTREVISTA 3, 2008	283

Os desafios encontrados tanto por estudiosos na definição não só do conceito, mas também dos processos que a questão migratória envolve têm gerado alguns impasses quanto à formulação da teoria das migrações. As discussões não devem ser pensadas no sentido de redimensioná-las apenas conceitualmente, mas também no sentido de compreender quais são os meios mais adequados para as pessoas se moverem no território e como lhes garantir o pleno direito de locomoção. A análise das migrações deve abordar mais do que o estudo das questões dos desequilíbrios regionais de oferta de emprego, devem também analisar a decisão pessoal do sujeito na migração. Neste contexto a abordagem que leve em consideração a influência das redes sociais em sua compreensão, apresenta novos elementos de um ideal mais coletivo. O estudo dentro dessa perspectiva propõe entender um espaço que se articula em função da migração, Uberlândia, por meio da análise de como os imigrantes formam redes ou são apoiadas por ela, depois de inseridos na cidade.

Palavras chaves: migração; cidades; redes; redes sociais; Uberlândia.

ABSTRACT

The challenges encountered by studious people in the definition of concepts and the migratory processes has generated some impasse in the formulation of the theory of migration. The discussions should not be considered to resize them in concept, but also to understand what are the best means for people moving within and how to ensure the full mobility. The analysis of migration must address more than the study of issues of regional imbalances in job, should also address the personal decision of the subject in migration. In this context the approach that takes into account the influence of social networks in their understanding, introduces new elements of a more collective ideal. The study in this perspective view proposes a space that is articulated in the migration, Uberlândia, by analyzing how immigrants form networks or are supported by it, having entered the city.

Key words: migration; cities; networks; social networks, Uberlândia.

INTRODUÇÃO

Para que possamos nos aproximar dos fragmentos da realidade é necessário que nosso pensamento esteja organizado a fim de que o conhecimento científico seja desenvolvido, sendo assim, fazer ciência é saber conhecer; é saber como percorrer o movimento do real e para que isto ocorra é necessário encontrarmos um método para que possamos chegar ao conhecimento.

Pádua (2000, p. 71) entende o método como a “teoria explicativa, abarcando o conjunto dos caminhos percorridos pelas ciências para a produção dos seus conhecimentos”. A partir desta definição, método e procedimentos técnicos devem ser entendidos como elementos indissociáveis no processo de investigação e, ainda, eles são desencadeados a partir do ato de pesquisar.

Já metodologia, inclui as concepções teóricas de abordagem e o conjunto de técnicas que possibilitam a interpretação de uma dada realidade, e também, por isto, caminham juntas. A questão metodológica, nesta perspectiva, é ampla e indica um processo de construção, um movimento que o pensamento humano realiza para compreender a realidade social.

Nesta perspectiva é que lançamos mão do uso de um método específico, apesar de que a opção não significa ficarmos presos às determinações; estamos falando do método dialético. Ele é atual e nos proporciona capacidade interpretativa da realidade social.

Carone (1981) esclarece a epistemologia do método que foi utilizado em “*O Capital*” fazendo uma distinção entre *método de pesquisa* e *método de exposição*, que demonstrava a visão de Marx em relação aos critérios investigativos, demonstrando sua postura frente ao trabalho empírico. O método de pesquisa é a investigação de ordem empírica, a coleta de dados, a sua classificação, o conjunto de técnicas e procedimentos adequados à apropriação analítica do material empírico. “(...) método de exposição é a

reconstrução racional e teórica da realidade pesquisada, mas a exposição só é possível *a posteriori* da pesquisa empírica” (CARONE, 1981, p. 23).

Partindo destas definições é importante reconhecer que a distinção entre esses dois métodos permite entender que sem a pesquisa empírica não há exposição teórica e que ela não é auto-suficiente. Tendo a ciência como objetivo fundamental chegar a elucidar fatos no movimento do real, caminhamos pelo viés da *práxis*, utilizando particularmente o método dialético como norteador em nosso processo de investigação científica. Marx (1987, p. 162), neste sentido, afirma que “toda vida social é essencialmente *prática*. Todos os mistérios, que induzem às doutrinas do misticismo, encontram uma solução racional na *práxis* humana e no compreender dessa *práxis*”.

O estudo das redes sociais na migração seria incompleto e sem fundamento se analisado sem relação com o que está em sua volta. A *práxis* é essencial na investigação, pois “é na *práxis* que o homem deve demonstrar a verdade, a saber, a efetividade ou não-efetividade do pensamento isolado da *práxis* – é uma questão puramente escolástica” (MARX, 1987, p. 162).

Poltzer (1970) apresenta aspectos da dialética: a primeira característica do método dialético se refere à *Lei de ação recíproca e da conexão universal* que trata da relação universal em tudo, “nem a natureza, nem a sociedade são um caos incompreensível; todos os aspectos da realidade prendem-se por laços necessários e recíprocos” (POLITZER, 1970, p. 43). “Tudo se transforma” faz parte da segunda característica, a chamada Lei da transformação universal e do desenvolvimento incessante, onde a dialética se prende ao movimento das coisas: “(...) a natureza não como um estado de repouso e imobilidade, de estagnação e imutabilidade, mas como um estado de movimento e mudanças perpétuas onde sempre qualquer coisa nasce e se desenvolve, qualquer coisa se agrega e desaparece” (POLITZER, 1970, p. 45).

A mudança qualitativa é a terceira característica, pois o novo passa a ter relevância a partir de uma acumulação gradual de pequenas mudanças quantitativas: “É a passagem de uma qualidade para outra, a passagem de um estado para outro; existe uma relação entre as mudanças quantitativas e as

mudanças qualitativas” (POLITZER, 1970, p. 58). Por fim, a quarta característica da dialética está centrada na luta dos contrários em que mudança ocorre porque há contradições na natureza que se opõe: “A causa fundamental do desenvolvimento das coisas não está fora delas, mas dentro delas, na natureza contraditória, inerente a essas mesmas coisas” (POLITZER, 1970, p. 71).

Este pensamento pondera que nenhum fenômeno será compreendido se analisado isoladamente e independente dos outros, pois são processos e não coisas perfeitas e acabadas; estão em constante movimento, transformação, desenvolvimento e renovação e não em estagnação e imutabilidade. O mundo deve ser entendido como um complexo de processos.

A migração pela ótica do método dialético materialista e histórico é fenômeno complexo, uma vez que está sempre em mudança e desenvolvimento, já que é milenares e, ainda hoje, repercute em todos os lugares do mundo em suas diferentes formas, acompanhando, assim, as mudanças nos processos produtivos e as visões de mundo.

A migração é em si um fenômeno geográfico que possui implicações territoriais e existenciais. É um fenômeno que envolve tanto materialidade, a produção social e por estas perspectivas deve ser entendida. É na experiência da migração que buscamos compreender o que é ser migrante. Assim, migrar é sair do seu lugar, envolvendo processos de desterritorialização e reterritorialização, que não são necessariamente sucessivos nem ordenados.

Nas diversas tradições dos estudos migratórios, há uma confluência de abordagens e disciplinas que, cada qual com suas preocupações e objetos, compõe um grande quadro sobre o migrante, seus movimentos, os processos materiais, as consequências e implicações em diferentes escalas, os símbolos e as transformações culturais.

Postas estas reflexões partimos para o entendimento do por que escolhemos a migração como fenômeno a ser pesquisado. A história das migrações para e no Brasil é, de certo modo, a história do próprio país. No

decorrer do tempo, ele foi povoado por centenas de povos com línguas, tradições culturais e religiões diferentes. As causas das migrações, especialmente das que chegavam da Europa aparentemente se ligavam à combinação entre fatores de atração (novas oportunidades) e fatores de expulsão na terra de origem (crises econômicas, conflitos internos, questões políticas e perseguições). As migrações são um tema muito importante na atualidade e os seus debates se sucedem em vários meios como academia e na mídia, uma vez que a chegada de migrantes em qualquer localidade acaba por inferir uma série de “problemas de contato”. Sendo assim, por que não buscar entender como estas relações se estabelecem.

As migrações, em nosso país, têm um caráter acentuadamente compulsório. O migrante é sujeito expropriado e, por isso, forçado a uma peregrinação constante em busca de trabalho, renda e melhores condições de vida. Há, evidentemente, casos em que pessoas, grupos e famílias se deslocam por outros motivos, como o turismo, comércio e visitas e permanecem nos lugares diferentes de suas origens.

A migração, numa conexão universal, é fruto de um sistema econômico de espoliação, que visa aumentar ao máximo os lucros das empresas privadas e condena à itinerância constante da grande parte da população mais pobre. Seguindo essa lógica, o capital se transforma no centro da sociedade. Assim, é preciso que exista o migrante, o desempregado para que o sistema produza. É como se a “saúde” do capitalismo estivesse subordinada ao empobrecimento dos trabalhadores. Estes são sacrificados para que o capitalismo sobreviva. É necessário, portanto, trabalhadores circulando de um lado para o outro, funcionando como um “exército de reserva”, pronto a mendigar uma dura sobrevivência. Com isso, permite-se uma concentração galopante do capital e da renda, acompanhada de uma queda na qualidade de vida das massas trabalhadoras, ou seja, em linhas gerais, a migração não é um fenômeno natural e espontâneo, mas sim provocado por estruturas injustas, sejam elas econômicas, políticas, sociais e ideológicas.

As análises das migrações e suas consequências são importantes devido à capacidade que este movimento e seus sujeitos têm de levar uma série de elementos indispensáveis à expansão dos lugares de inserção, a saber, força de trabalho, conhecimento, capital, consumo etc. (MATOS e BRAGA, 2002). A busca por uma maior compreensão da migração, também deve privilegiar os papéis desempenhados pelos migrantes no contexto, ampliada e condicionada às outras variáveis da vida em sociedade (crenças, valores, cultura, relacionamentos, representações), que fazem o condicionante estrutural se tornar elemento significativo.

Uma abordagem que leve em consideração, por assim dizer, a incorporação das redes sociais exige novas perspectivas, visto não ser fácil relacionar dimensão econômica com a busca da inserção de um ideal mais coletivo. Entender o papel desempenhado pelas redes e das relações existentes entre elas pode garantir que perspectivas vislumbradas em estudos migratórios pretéritos, possam contemplar outras dinâmicas de estudo.

Segundo Moya (1998, p. 96),

a cadeia migratória parece prestar-se admiravelmente bem para uma reflexão que considera os migrantes como massas inertes arrastadas pelas flutuações do capitalismo - ou ao menos parcialmente afirmava os modelos *pull/push* - sendo como sujeitos ativos capazes de formular estratégias de sobrevivência e adaptação em contextos de mudanças macroestruturalistas.

Frente à incapacidade de estudos clássicos darem respostas a perguntas sobre as dinâmicas migratórias, enfoques teóricos e metodológicos (microanalíticos, história de família e dos estudos de ciclo vital e teorias das redes) surgem ou ganham força na tentativa de explicar a existência de continuidades nos fluxos migratórios que parecem ter vida própria e que continuam mesmo quando as causas que lhes deram origem desaparecem. Segundo Silvestre Rodríguez (2000, p. 179), elas "são o encontro entre as análises macro e micro e supõem uma concepção evolutiva e dinâmica das

migrações, e uma abertura ante aos pontos de vista sociológicos e antropológicos”.

No “novo contexto teórico” as análises implicam em abordagens que analisam as relações no lugar não de forma isolada ante à divisão territorial do trabalho e com a diferenciação crescente se introduz entre as cidades, mas dentro de uma abordagem geográfica dos espaços migratórios capazes de captar os fluxos sócio-espaciais de forma abrangente e detalhada. Massey *et al* (1998), afirmam que analisar a migração e as relações dos sujeitos permitem a observância de relações que vão além daquelas estabelecidas pelo capital como, por exemplo, as dinâmicas sócio-espaciais da mediação e do convívio. A migração, assim, passa a ser analisada não apenas relacionada ao fator econômico, mas também integrada a um cunho social.

Entender os movimentos migratórios, que ocorrem em determinadas regiões aliados a essas perspectivas que possibilitam compreender que nesses espaços existem trocas de pessoas, trocas de informações e de materiais, que acabam estabelecendo laços ou conexões sólidas capazes de explicar os motivos pelos quais muitos fluxos aconteceram e continuam acontecendo.

A questão das redes reapareceu de outra forma, renovada pelas grandes mudanças do final de século XX, e pelas descobertas e avanços em outros campos disciplinares e na própria Geografia. A análise das redes implica em abordagens que, no lugar de tratá-las isoladamente, procure suas relações com a urbanização, com a divisão territorial do trabalho e com a diferenciação crescente que esta introduziu entre as cidades (VELTZ, 1996). Trata-se, assim, de instrumento valioso para a compreensão da dinâmica territorial brasileira

O interesse sobre redes sociais direcionadas para o estudo e análise no campo das migrações tem crescido. Segundo Massey (1998 *apud* SANTOS, 2005), abordando estes campos, dá como exemplo, o trabalho sobre as redes sociais no movimento de emigração dos camponeses poloneses para os Estados Unidos, reconhecendo, assim, a importância das redes sociais associadas à migração. A migração passou a ser analisada não apenas ligada ao fator econômico, mas como questão de cunho social, entretanto, foi apenas

na década de 1980, que os estudos das redes sociais foram incorporadas às pesquisas de migrações internacionais.

Entender os movimentos migratórios, que ocorrem em determinadas regiões, seria compreender que nestes espaços existem trocas de pessoas, trocas de informações e de materiais, que acabam estabelecendo laços ou conexões sólidas capazes de explicar os motivos de muitos fluxos que aconteceram e continuam acontecendo.

No contexto da Geografia, os estudos das redes se direcionavam em certo momento a somente para o entendimento da análise dos sistemas de telecomunicações e computação bem como a análise dos sistemas dos transportes, contudo, outras dimensões de estudos de redes atualmente se associam as análises das relações sociais. Scherer-Warren (2003) aponta para duas principais vertentes, uma que busca na noção de rede a explicação para a estrutura social, ou seja, a maneira pela qual se entenda o tipo de relações existentes entre as pessoas e a outra vertente que se caracteriza por estudar as diferentes formas ou intensidades das relações sociais existentes, num determinado campo social.

Apesar de não pretender privilegiar aspectos econômicos, estes se farão presentes na medida em que constituem um dos campos geradores de mudança na vida das pessoas. Porém, conforme se viu, eles não são suficientes para explicar os fluxos migratórios. De acordo com Marques (2003, p. 153), "inúmeros fenômenos sociais políticos podem ser analisados à luz dos padrões da relação entre indivíduos, grupos e organizações presentes em uma dada esfera da sociedade (e do Estado)".

Segundo Soares e Bessa (1999), o contexto econômico de Uberlândia destaca-se por sua modernização da agricultura e pela implantação de indústrias e agroindústrias modernas e competitivas; a expansão do setor terciário foi marcada pela ampliação do comércio atacadista e varejista, bem como pelos serviços de apoio. No campo uberlandense, destacam-se as atividades agropecuárias e o extrativismo vegetal, ou seja, "ela (Uberlândia) se apresenta, na atualidade, como um centro altamente centralizador de uma

área de aproximadamente trinta municípios, que recorrem à cidade para complementar as atividades de comércio, saúde, educação e serviços especializados que não possuem” (SOARES, 1995, p. 260).

É sabido que grande parte da população da cidade de Uberlândia é constituída de pessoas oriundas de vários lugares do Brasil, com destaque especial para os oriundos dos estados de Goiás e São Paulo, e das regiões Nordeste, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, processo este derivado do resultado da urbanização e do crescimento econômico do interior do Brasil, que vêm se processando desde os anos 1970.

O número de migrantes em relação à sua população total acabou por também impulsioná-la ao que constituiu em um fator que reflete a força de atração exercida pelo município. Em Uberlândia, essa atração foi mais evidente entre as décadas de 1970 e 1990, quando o crescimento migratório respondeu, respectivamente, por 71,5% e 53,5% junto ao crescimento total, (IBGE, 1991). A cidade é um pólo regional, assim definida conforme regionalização da Fundação João Pinheiro de 2000, juntamente com mais 11 cidades mineiras. Nas últimas três décadas, a cidade entrou no *ranking* dos 50 maiores municípios brasileiros e está entre as três maiores do Estado de Minas Gerais. Nota-se que a cidade vem sustentando o mesmo poder de atração de migrantes das duas últimas décadas.

Neste contexto, trabalhar com o tema “migrações” mediadas pelo conceito de redes levou-nos, em um primeiro momento, à busca de material teórico, busca esta que até então achávamos difícil. Os migrantes provocam redes sociais caracterizadas por trocas de informações, atenções, ajudas e serviços que substituem ou complementam ações de proteção social, de convivência ou de inserção no mundo do trabalho. Embebidos pela dialética marxista, nossa investigação se objetiva estudar essas redes sociais de migração, pesquisando alguns casos específicos de, para perceber o funcionamento dessas redes, e o espaço que elas ocupam em nossa sociedade.

O trabalho analisa a relação entre a dinâmica migratória e o estabelecimento de redes em Uberlândia entre os anos de 1980 a 2000,

período de fortes mudanças no padrão migratório do país bem como na cidade. Diante destes contextos, para se entender a relação entre migrações e redes é que trazemos à tona Uberlândia, na região do Triângulo Mineiro. Este fato aliado a outros provocaram uma série de alterações no espaço urbano desta cidade visto que esse crescimento proporcionou-lhe condições e características distintas das demais cidades que a cercam.

Trabalhar com a idéia de redes sociais nos parece salutar, visto que ela pode explicar como os migrantes de Uberlândia acabaram por se inserir na realidade da cidade. Busca-se entender assim, como dentro do espaço urbano as redes estabelecidas pela migração e, por conseguinte, pelos migrantes, contribuem com as análises a respeito das migrações. Ela também “enfoca aspectos mais gerais do fenômeno migratório, não pretende encobri-lo com variáveis tais como a econômica: o mundo social não deve ser analisado somente em função de variáveis objetivas, trata-se de um espaço multidimensional” (BOURDIEU, 1989, p. 133).

Sendo assim, para descobrir como se relacionam a migração, as redes sociais em espaços migratórios a metodologia da pesquisa tem como fundamento: 1. Análise de dados secundários de instituições como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o intuito de fazer análises macroanalíticas; 2. Aplicação de questionários que visam estabelecer maior contato com os sujeitos envolvidos no processo; 3. Realização de entrevistas, que vêm sendo utilizadas intensamente em diferentes áreas da ciência, e de maneira inovadora, como afirmam Thompson (1992), Janotti (1993) e Hall (1992), consubstanciando-se na principal técnica dos estudos da história oral. A aplicação de questionários e a realização de entrevistas nos proporcionam análises microanalíticas, como forma de apreender a percepção de pessoas que vivenciaram a migração em Uberlândia ao longo das três últimas décadas.

Diante destes contextos, o trabalho em seu **primeiro capítulo** discorre sobre o que nos moveu ao estudo, apresenta as questões gerais e inclui o alcance da temática desenvolvida, o que possibilita uma visão inicial do campo investigativo. Apresentamos ainda a metodologia, que trata da Análise

de Redes Sociais (ARS), que identifica os indicadores/medidas de análise próprios da metodologia e delinea a trajetória da pesquisa, desde a sistemática de coleta até os recursos empregados para a análise dos resultados. Nele ainda é apresentada a parte teórico-conceitual, abordando questões cuja base leva em conta os aspectos conceituais, a relação entre as redes e migrações.

No **segundo capítulo**, abordamos as teorias migratórias e os dados que dinamizam o processo migratório, no Brasil, discutindo algumas determinações que envolvem o sistema capitalista, os limites e as possibilidades de cada teoria, buscando a justificativa a importância das análises do fenômeno migratório no contexto deste país. Os desafios encontrados, tanto por estudiosos como por setores oficiais através das políticas públicas na definição não só do conceito, mas também dos processos que a questão migratória envolve, têm gerado alguns impasses quanto à teoria das migrações. As divergências encontradas entre aqueles que buscam definir a migração são justificadas, uma vez que os processos sociais que possuem relação com este conceito aparecem também de forma heterogênea.

Os usos do conceito de redes nas análises de espaços migratórios perfazem o **terceiro capítulo**, nele são discutidos o conceito de redes sociais e estas como estratégias para a inserção dos migrantes. Buscamos, sobretudo, articular a rede como estrutura de deslocamento espacial dos sujeitos por meio das considerações teóricas e empíricas sobre o conceito de redes.

No **quarto capítulo**, abordamos as migrações, ou seja, é a apresentação da urbanização brasileira e a migração. A discussão acerca do conceito de migrações internas no Brasil, bem como estas se relacionam com os diversos setores da sociedade nos quais estão inseridas, é cercada por uma complexidade que dificulta, e muito, uma melhor compreensão deste fenômeno, uma vez que é notória a forte relação desses movimentos com as grandes mudanças apresentadas na estrutura econômica do país. Esta complexidade está ligada à própria concepção do que vem a ser a migração e como o conceito é definido. O estudo das questões migratórias, nos últimos tempos, ampliou-se tanto no nível das pesquisas, da produção acadêmica

realizada por estudiosos a respeito de população e/ou áreas correlatas, como nos meios de comunicação no geral. Sendo assim, a pesquisa aborda o crescimento demográfico no país e a redistribuição populacional, também a dinâmica demográfica e uma das suas componentes, a saber, a migração. Também neste capítulo são abordadas as cidades médias e como os movimentos migratórios se inserem na realidade destas cidades que apresentam dinâmicas e mecanismos que as têm colocado em destaque diante do quadro urbano apresentado pelo Brasil nas últimas décadas.

No **quinto capítulo**, o trabalho apresenta as redes sócio-espaciais em de Uberlândia, com a finalidade de apreender as possíveis redes que podem ser estabelecidas e mediadas pelo poder público de Uberlândia; as redes sociais no mercado de trabalho formal e como elas se estabelecem entre os migrantes das empresas, as redes sociais além das relações de trabalho por meio das relações de vizinhança e amizade destes trabalhadores. Ainda neste capítulo, buscamos observar que tipo de rede social ante as pessoas que trabalham na informalidade, a saber, o universo dos migrantes camelôs.

CREBROTROCANODECREBRO, 2009. [HTTP://ESCOLADEREDS.NING.COM/PROFILE/CLARAPELAEZALVAREZ](http://escoladeredes.ning.com/profile/CLARAPELAEZALVAREZ)

1. REFERENCIAIS TEÓRICOS METODOLÓGICOS

A cada passo da jornada, com maior ou menor ciência e grau de deliberação, escolhas têm sido feitas com relação aos caminhos percorridos, face às pesquisas propostas. O tempo futuro sempre nos apresenta possibilidades, uma vez que o território dos fatos é sempre desprovido de fronteiras. Mesmo ante as dificuldades concernentes aos estudos sobre redes e migrações, entendemos que “novas leituras” são sempre passíveis de serem apresentadas, em virtude do dinamismo das estruturas presentes na sociedade.

A investigação do como seria possível compreender, ao mesmo tempo, uma cidade que tem afluxo considerável de migrantes, por obedecer as articulações com outras escalas, quando analisada e comparada a escalas regionais e nacionais, e a constituição, em seu interior, de uma rede social de apoio e acolhimento a migrantes, levou-nos a refletir sobre quais seriam os melhores instrumentos que possibilitam essa articulação.

Numa sociedade marcada por movimentos contínuos, não analisar a fixação ou a fluidez das relações entre os sujeitos e destes com o local compromete a leitura e a apreensão do real, e isso faz com haja distância dos problemas, das necessidades e de questionamentos que passam a ser não apreendidos. Esta perspectiva coloca a Geografia em conexão direta com seu objeto, ao sistematizar, do ponto de vista formal, instrumentos que descortinam complexas realidades, (ALMEIDA, 2001).

Busca-se com a pesquisa ora apresentada, compreender e analisar de forma intrínseca a relação entre categorias analíticas que permitam apreender melhor o objeto de pesquisa. Neste sentido, a fundamentação teórico-metodológica permite delinear, compreender e identificar os diferentes indicadores empíricos das análises e isso permite avanços nos processos investigativos ao delinearlos adequadamente.

1.1. O APOIO CONCEITUAL

A Geografia sempre se valeu do uso de variados conceitos para investigar processos recorrentes na sociedade e é por este motivo que a análise, de início, privilegia algumas categorias que nos pareceram as mais significativas para a elucidação do fenômeno das redes em espaços migratórios. A compreensão da influência das redes em estudos também vem se caracterizando como um desafio aos pesquisadores que se dedicam ao estudo do fenômeno migratório urbano. A imprecisão conceitual associada à própria dificuldade de visualização e definição desses processos reforçam a necessidade deste tipo de estudo.

Em decorrência disso, o estudo sobre redes e migração tem produzido fortes contradições entre os pesquisadores, o que dificulta a formulação de bases teóricas que sustentem a explicação de como estes fenômenos se materializam no espaço urbano. Uma dessas controvérsias é justamente a compreensão de qual seria o papel das redes em espaços migratórios. Para compreendermos melhor tais observações, antes de nos aprofundarmos mais na temática em questão, se faz necessário deixarmos bem evidenciado as categorias analíticas.

Sendo assim, o migrante, além das possibilidades concretas de aquisição de mercadorias, serviços, informações, valores, regras de conduta etc., também é imbuído de vontade de optar, de valorar, o que, em conjunto, pode proporcionar a ele satisfazer ou não necessidades presentes e é por este motivo que revelar as características intrínsecas ao conceito do cotidiano traz à tona o "*lócus*" da re-produção Lefebvre (1980) e isso é importante uma vez que entendemos serem os sujeitos agentes de um fenômeno - migração - envolto pelas redes em seus espaços cotidianos.

Assumir o termo sujeito por ângulos não excludentes é importante também, porque eles convivem coexistindo na mesma pessoa, a saber, o sujeito submetido a algo que lhe é exterior e o sujeito senhor de si. Significa dizer que, no mesmo movimento que reproduz a ordem das coisas, carrega

aspectos singulares que permitem sua própria reprodução. Pensa-se na autonomia para fazer escolhas, tomar atitudes, mas sempre num âmbito restrito. Nasce a particularidade *una* do sujeito, onde se fundem ambos os aspectos (ALMEIDA, 2001).

Para entendermos o migrante como agente da migração, pensamos numa análise dele enquanto sujeito, não como entidade fixa, mas sim, portador de condições individuais e coletivas fluidas diversas, que não representam um “meio” entre o que é social e o que não é (expressão dos desejos intimistas e das energias instintivas humanas), mas a vários “patamares” ou “posições” instáveis no processo de individuação (LATOUR, 1994).

Os sujeitos são múltiplos e não “meio” entre natureza (desejos humanos) e sociedade (racionalização das identidades corretas dos papéis sociais). Eles são diversidades fluidas de indivíduos e/ou coletividades que buscam suas individualizações e travam lutas para fazerem valer suas falas ora com muitos ganhos, ora com muitas perdas cotidianas.

No campo da reflexão sobre o cotidiano e sujeito no contexto da migração e das redes ao se avaliar aquilo que se conhece sobre estes conceitos, observa-se que eles propiciam fazer uma releitura do lugar, onde efetivamente se dá a materialização entre estas relações, uma vez que entendemos que por meio destes ser possível a captação de “pequenos detalhes ricos em elementos e que desvendam novas realidades” dentro de processos estabelecidos em sociedade.

Analisar redes em espaços migratórios, leva em consideração o sujeito como um elemento do todo formando um ser envolvente, que no espaço resulta união que produz uma ação em direção a um objeto comum, resultando na origem das relações, das quais nasce o poder que deve ser entendido por meio de uma comunicação que só existe no reconhecimento dos outros. Entende-se aí, uma existência coletiva e não individual, o que traz a importância de se posicionar a compreensão do mundo em uma análise que valorize também uma ação social, reconhecida em redes sociais.

Como entendemos que a materialização das atividades do sujeito da migração e suas redes dão-se no lugar, lançar mão do uso dessa categoria analítica torna-se expressão geográfica singular, descentrada, universalista e objetiva, uma vez que o lugar em seu processo de formação foi se constituindo como produto de dinâmicas únicas resultantes de características históricas e culturais intrínsecas. Assim, faz sentido sua incorporação na análise, pois ele se apresenta como “o ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local, enquanto especificidade concreta e enquanto momento” (CARLOS, 1996, p. 16). O fenômeno migratório, tem como causa fundamental o sujeito do deslocamento, só encontra sentido se o ciclo vital da migração se fechar no retorno à terra natal é um princípio simbólico (SAYAD, 2000).

O lugar relaciona-se ao processo de expansão do modo capitalista de produção que, através de uma ampla rede de fluxos (de transportes, de informação e de mercadorias), pressupõe a incorporação progressiva de “pontos” da superfície terrestre, buscando uma “integração”. Todavia, a idéia de lugares integrados de forma homogênea nos parece equivocada, uma vez que leva em consideração as várias morfologias vigentes, e isto se contraporia à constituição das redes ou de uma sociedade em rede (RANDOLPH, 1999¹), contudo, estas morfologias não são incompatíveis.

Contudo, o lugar aqui pensado está além da idéia de homogeneização do espaço imposta pela dinâmica econômica global, em que são expressas singularidades na medida em que ele vai exercer funções não exclusivamente impostas pela divisão do trabalho. O lugar aqui pensado surge como produto de uma ambiguidade que se estende a todas as relações sociais que envolvem o homem e o meio, tornado assim singular (o fragmento) e global (universal) Leite (1998), pois à medida que as contradições internas da sociedade se

¹ No ensaio “Sociedade em rede: paraíso ou pesadelo? Reflexões acerca de novas formas de articulação social e territorial das sociedades”, Rainer Randolph fornece elementos conceituais da teoria social crítica a fim de permitir (i) uma leitura crítica da disseminação indiscriminada do termo “rede” e (ii) sua re-apropriação para a caracterização das transformações sociais e territoriais pelas quais passam as sociedades contemporâneas. Interroga, nesse sentido, as idéias mais recentemente publicadas por Manuel Castells sobre a sociedade em rede, apontando incoerências na abordagem desse autor.

constituem na principal razão de existência do capitalismo², pensa-se no lugar enquanto reflexo dessa ambiguidade e dualidade centro/periferia, geral/pontual. Assim, pensamos que é no lugar que podem ser encontradas as determinações da totalidade e as particularidades, “pois cada sociedade produz seu espaço, determina os ritmos da vida, os modos de apropriação expressando sua função social, seus projetos e desejos” (CARLOS, 1996, p. 17).

Para Santos (1988, p. 34), o lugar é algo importante já que, “ao mesmo tempo em que a singularidade garante configurações únicas, os lugares estão em interação, graças à atuação das forças motrizes do modo de acumulação hegemonicamente universal (o capitalismo)”, uma vez que redes de fluxos (mercadorias, pessoas etc.), redes sociais, podem marcar a conexão entre lugares.

Inserir o território na análise das redes em espaços migratórios permite-nos apreender os deslocamentos populacionais e os espaços ocupados pelos sujeitos numa acepção marxista, uma vez que são cada vez mais presentes quando analisados sob a ótica de uma desterritorialização que incide diretamente sobre sua espacialização ao mesclar diversos níveis, nesse período de choque de civilizações, globalizado e complexo (HAESBAERT, 1997).

A desterritorialização não é observada em todos os deslocamentos migratórios, a não ser quando se refere à dimensão espacial da sociedade, ou seja, é entendida com relação à luta dos homens contra a distância, distância esta que, ao mesmo tempo, separa as sociedades e é um princípio de organização de sua vida interior. Isto permite que, na desterritorialização, haja a superação constante das distâncias, na tentativa de superar os entraves espaciais pela velocidade, permitindo aos sujeitos se tornarem libertos em relação aos constrangimentos em algumas situações e presos em outras. Já a (multi) territorialização nos faz compreender que os deslocamentos trazem algum nível de ruptura da vida cotidiana e temporal, bem como no processo de

² É importante sempre lembrar que houve contradições nos outros modos de produção, uma vez que elas são causa e não determinação e expressão.

trabalho de um grupo social, aparecendo como uma resposta à “desterritorialização” (HAESBAERT, 1997).

Da abertura à percepção das diferentes formas de poder e do princípio de diferenciação inerente ao conceito de espaço social, Haesbaert (2004a) redesenha o conceito de território, ressaltando que diferentes formas de apropriação do espaço são responsáveis pela construção de territórios de diferentes características e dimensões sob a égide da cultural, da econômica e da política (HAESBAERT, 2004a). Contudo, não se trata de construir uma visão hierarquizada dessas diferentes dimensões de apropriação, “... mas destacar a coexistência destas no contemporâneo de forma articulada/conectada” (HAESBAERT, 2004, p. 113-114). Segundo Martins (2002), faz-se necessário pensar nos fatores propriamente sociais, culturais e econômicos embutidos no processo de migração, para que a análise se realize de forma a integrar sujeitos e cotidiano no lugar, apropriando e padronizando o território.

O estudo das redes, diante da diversidade das análises apresentadas por diversos autores e linhas que as têm como abordagem referencial, é considerado um debate mais contemporâneo, e por isto se faz necessária a busca de caminhos teórico-metodológicos que estabeleçam uma “integração”, especialmente na análise geográfica. A importância dessa teoria está associada ao fato de que ela lida com os processos do coletivo e da importância dos nós, das redes, de um agir em conjunto. Seria a concordância dos homens em direção a um curso comum da ação no mundo, o que resulta em um entendimento de que, sem povo e sem grupo, não há poder (ARENDT, 1997).

O conceito de rede é elemento básico do momento histórico contemporâneo, e vem passando de uma utilização gestada apenas no interior de um campo de conhecimento, para outros campos mais abrangentes, contudo ele não é recente.

Na virada do século XVIII para o XIX, o pensador francês Claude Henri de Saint-Simon alçou o conceito de rede ao *status* de organismo social, apregoando que o mecanismo teria o poder de estabelecer relações mais igualitárias. Ele pretendia construir redes de comunicação que estabelecessem

um fluxo contínuo de informação, ampliando assim a qualidade de vida da sociedade francesa de sua época. Dois séculos e inúmeras reviravoltas econômicas, tecnológicas e culturais depois, o conceito assumiu, no âmbito sociocultural, o papel de um novo modelo de gestão horizontal, que permite a formação e sensibilização de agentes, ao mesmo tempo em que se consolida como processo capaz de gerar capital social em benefício de seus integrantes (DIAS, 2007).

Saint-Simon *apud* Dias (2007) buscava nesta perspectiva analisar todas as significações e imagens da idéia de rede visando no sentido filosófico à construção de uma religião compreendida pelo sentido etimológico de metaligação social, *re-ligare*, uma espécie de religião racional que tem a rede, enquanto vínculo geral, como eixo. Colocando a contradição como essência de qualquer fenômeno, esse autor pensava dialeticamente o real e desenvolveu um modelo tabular, em rede, inaugurando uma epistemologia do organismo-rede. Esse organismo seria a forma superior de organização, o paradigma de toda totalidade complexa e racional, um organismo com lógica na estrutura e na materialidade de seus dispositivos de circulação, sendo, além disso, mensurável.

Nos últimos tempos, o conceito de rede tem trazido a idéia de uma força que procura sintetizar os mais diversos aspectos de transformações recentes nas sociedades contemporâneas, e, devido à abrangência de sua aparência e de sua discussão, dois veios podem sempre ser focalizados, a problematização metodológica conceitual e o debate polar entre dois processos de transformação relacionados à lógica instrumental e à comunicativa e é aí que o território aparece, segundo Dias e Silveira (2007), como elemento chave para a compreensão da “essência” das novas redes.

Na análise da problemática das redes, é ainda preciso observar uma dupla determinação - uma associada ao desenho de sua arquitetura, que lida com a dimensão física e técnica, apresentada nas características estruturais das redes, e outra, relacionada às práticas políticas dos sujeitos membros das redes (SCHERER, 2003).

As análises de Santos (1999, p. 275) trazem significativas contribuições para a construção do conceito “por acreditar que ela não o é sozinha, os seja, a análise se pressupõe de ações conjuntas na compreensão das redes”. Contudo, o autor faz uma ressalva quanto ao conceito, ao se referenciar ao mundo, se opõe ao lugar, uma vez que ele confronta esse lugar ao território, ao tomá-lo com um todo. Já as redes sociais, em uma abordagem geográfica, captam os fluxos sócio-espaciais, especialmente aquelas de mediação do convívio. O objetivo seria, então, apreender tanto a produção do espaço pelas redes quanto às influências, nelas, da formação sócio-espacial.

Uma análise de fenômenos que usa o conceito de redes inclui os sujeitos que integram a sociedade, cujos contornos se definem dentro de limites próprios, com características relacionais da população estudada, o que propicia a identificação de teorias, conceitos, processos e procedimentos capazes de iluminar a realidade das práticas sociais observadas nos sujeitos membros das redes. Neste sentido, como suporte às questões de análise das redes sociais. Segundo Cross; Parker; Borgatti (2002), analisar os relacionamentos que as pessoas mantêm para adquirir informações e conhecimentos permitem serem visualizadas e compreendidas as miríades dos relacionamentos que podem facilitar ou impedir a criação e o compartilhamento do conhecimento.

Ao relacionar o estudo das redes sociais, na migração, temos a oportunidade de observá-las inseridas no contexto da produção econômica e vida social como estratégias de sobrevivência e de sustentabilidade dos envolvidos no processo migratório quando se refere teoricamente, às redes sociais, na migração, e às relações sociais existentes no complexo processo migratório que articularia migrantes e não migrantes (FAZITO e SOARES, 2001).

1.2. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

A busca da confirmação do princípio de que os conceitos não são descobertos pura e simplesmente, e sim construídos, criados e recriados ao longo de um processo permitem entender os espaços migratórios por meio de redes sociais. Para alcançar este objetivo, lançamos mão do uso de dados apresentados pelos Censos Demográficos do IBGE, que oferecem subsídios consideráveis, contudo, outros elementos de análise, não captados pelos censos, também foram usados como entrevistas e questionários, uma vez que estes instrumentos face à velocidade das transformações e das expectativas de tendências mais sociais, no período intercensitário nos proporcionou a apreensão de outros elementos.

A utilização de diferentes fontes de dados estatísticos possibilitou-nos levantar maior número de informações referentes à pesquisa, entretanto, não permite a utilização de um único período de tempo nas suas análises, justificando, assim, a não homogeneidade temporal na utilização das informações estatísticas.

Começamos pelas leituras que tiveram por objetivo a fundamentação teoricamente acerca de migrações e redes. Elas contribuíram na compreensão das teorias e seus limites e possibilitou traçar os primeiros caminhos na elucidação da problemática apresentada.

Com relação à pesquisa de dados estáticos em fontes secundárias estas são importantes, porque variáveis comumente utilizadas em pesquisas que envolvem a questão das migrações são apreendidos, assim usamos dados do Centro de Estudos de Pesquisas e Projetos Econômicos Sociais da UFU - CEPES/IEUFU - em que as informações analisadas trouxeram à pesquisa dados a respeito da evolução do IDH³ de Uberlândia e seus respectivos subíndices

³ O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH foi criado por Mahbud ul Haq, com a colaboração do economista Amartya Sen, com a finalidade de medir o nível de desenvolvimento humano de um determinado país. Apesar de muito criticado, esse índice obteve grande sucesso, pois foi o primeiro indicador a incorporar alguma medida de

(indicadores de demografia, de vulnerabilidade, de educação, de renda e habitação); dados dos Censos Demográficos do IBGE de 1980-2000 escolhidos por ser o período de grandes mudanças nos padrões urbanos, territoriais, industriais e do fenômeno da migração no Brasil.

Também foram usados os dados do Banco de Dados Informações municipais – BDI, que possibilitaram a coleta informações junto às secretarias municipais de Administração (por conta de seu caráter de planejar, organizar, coordenar, executar e avaliar a política administrativa do Município); de Planejamento Urbano e Meio Ambiente (por promover a realização de pesquisa e o levantamento e atualização de dados estatísticos e informações básicas de interesses para o planejamento urbano do Município) e de Desenvolvimento Social, Habitação e Trabalho (por planejar, coordenar, executar e implementar as políticas sociais, com ações direcionadas às áreas da criança, adolescente, jovem, mulher, idoso, portador de deficiência, habitação, trabalho, assistência social e suas relações) oferecem informações relevantes para a pesquisa.

A simples compilação de dados não permite ampla análise do território previamente estabelecido. Assim, as entrevistas e os questionários da pesquisa foram concebidos no sentido de apreender as impressões dos envolvidos na migração e nas redes, com a clara intenção de fazer com que depoentes proporcionassem cores, texturas e sentidos à pesquisa.

De início, na busca em se compreender a cidade por meio da questão migratória e das redes estabelecidas no espaço urbano, utilizou-se uma metodologia que previu a aplicação de questionários da Análise de Redes Sociais - ARS, que apreendem um ou mais conjuntos finitos de sujeitos, eventos e todas as relações definidas entre eles. Isto permitiu observar as múltiplas relações, os valores das relações, os nós dos atributos de uma rede social, ou seja, a intenção foi a de se tentar, por meio da ARS, a identificação de redes sociais.

Na etapa inicial “identificação”, escolheu-se o grupo para aplicação do questionário no qual as informações coletadas permitissem a observância da constituição de possíveis redes sociais. As empresas foram selecionadas pelo setor de atuação, *anexo 1*, relevância econômica, temporal e tamanho, dentro do contexto uberlandense. A aplicação do questionário nas empresas junto a uma média de 19 trabalhadores migrantes⁴ (em cada uma) proporcionou a avaliação do potencial de compartilhamento de conhecimento dentro do grupo em questão, para tanto as informações foram coletadas a partir de um questionário conforme *anexo 2*.

Os dados da ARS foram mapeados pelo *software Ucinet 6.0*, que forneceu, de forma individual, as relações dos membros da rede, o número de laços (demonstração de índices de centralidade que confirmam a maior concentração de laços fortes) e, por fim, a geração de sociogramas (imagens da rede que informam o número de laços estabelecidos). Os resultados alcançados com o levantamento das articulações entre os sujeitos que participam das redes permitiram, baseado na ARS, a criação e a geração de representações gráficas das redes por meio do *software*.

Posteriormente, buscou-se compreender as redes sociais para além do espaço do trabalho, por entender que existem outras redes que dão sustentação aos migrantes, fora da relação intermediada pelo emprego. Se “rede” é uma estrutura formada por interações e encontros que influenciam na própria estruturação das interações, após a etapa nas empresas era preciso coletar, em outros espaços, informações sobre os migrantes, para possibilitar a compreensão, não só dos motivos que fizeram e ainda fazem com que Uberlândia continue a receber um número considerável de migrantes, como as relações que estes preservam nos locais de moradia, de lazer, associações, elementos estes que se configuram com real pertinência na manutenção de um dado grupo, em parcelas específicas da cidade, através das entrevistas e da aplicação dos questionários da ARS.

⁴ Consideramos como imigrante, o indivíduo que morava em Uberlândia, independente do tempo de residência, mas que não nasceu nesse município. Difere da conceituação do IBGE, que entende como imigrante a pessoa não natural do município e que mora no local há 10 anos ou menos.

Essa perspectiva de análise foi importante porque as redes sempre abrangem uma área maior do que o segmento investigado, sendo o lugar das realizações dessas interligações mais amplas. Ao se pesquisar outros espaços, para compreender as análises sócio-espaciais existentes neles, levou-se em consideração os sujeitos, em suas práticas cotidianas, seja com suas famílias, com seus vizinhos ou com o seu bairro, forneceram múltiplas interpretações do espaço, as quais permitiram a compreensão das suas interações e as transformações por eles realizadas, práticas estas consideradas “de um maior alcance e de uma consolidação” (GIDDENS, 1989, p. 13).

Buscou-se, na análise de outros elementos da vida do migrante, em outros espaços, elementos que possibilitassem a observação de redes sociais apoiadas nos chamados recursos materiais (casas, ruas, linhas de infraestrutura), bem como nos recursos imateriais (valores sociais, histórias do bairro, idéias de vizinhança e de governo etc.), de acordo com Giddens (1989).

De início, por meio das relações estabelecidas com os migrantes nas empresas, aplicou-se a ARS para analisar como eram também as redes desse grupo em seus locais de moradia. Para captar essas relações em vários níveis da sociedade, e não apenas com migrantes trabalhadores formais, posteriormente ela também foi aplicada aos migrantes de camelódromos, aos atendidos pelo setor público em albergues e na casa do migrante, conformando, assim, a observância de redes estabelecidas em diferentes grupos de migrantes presentes na cidade Uberlândia. A junção de metodologias mostrou-se necessária, uma vez que a simples análise no local de trabalho não permitiu o vislumbre de detalhes importantes para a pesquisa e porque também a ARS apresentou resultados bastante insuficientes quando da apreensão de redes sociais, em contextos mediados por relações determinadas pelo econômico.

Vale salientar que a observação das redes estabelecidas na migração de Uberlândia originou-se, sim, em locais (empresas); contudo, posteriormente, caminhou-se em direção à observação de relações formalizadas em outros locais de convívio mútuo e com outros grupos de

migrantes. A apreensão de outros contextos ajudou na observação de redes sociais em outras instâncias (fora das empresas). Nesse momento, entretanto, foi necessário casar a aplicação das ARS com outras metodologias (entrevistas e aplicação de questionários), visto que apenas a aplicação da ARS não possibilitou a observação de uma real composição de redes e seus atributos.

Diante do exposto, a relação entre migração e as redes sociais, em espaços migratórios, apoiou-se na aplicação de questionários e na realização de entrevistas para a obtenção de maior contato com os envolvidos no processo (*anexos 3 e 4*). A aplicação de questionários e a realização de entrevistas proporcionaram análises que muito auxiliaram no desvendar dos detalhes de relações. Aliadas a esse objetivo e em conjunto com as análises macro, muitas conclusões foram tiradas.

As entrevistas foram utilizadas porque se consubstanciam em uma técnica de estudos da história oral, segundo Thompson (1992); Janotti (1993); Hall (1992). Na pesquisa em questão, elas possibilitaram a compreensão da experiência social dos sujeitos, que é considerada a forma mais específica de estudo da história oral. Cabe explicitar que elas se restringiram a uma parte apenas da experiência de vida dos sujeitos, que é denominada história oral temática (MEIHY, 1996). A aplicação de questionários e a realização de entrevistas (*anexo 5*) proporcionaram observar as minúcias dos lugares das nas casas bem como nos lugares de trabalho reafirmando a importância do trabalho de campo representa na Geografia, uma vez que, segundo Goettert (2008, p. 32), é “uma prática constante para a compreensão das relações que nos lugares se desenvolvem”.

Por fim, esses procedimentos usados foram importantes para medir a relação e a constituição nos espaços migratórios das redes sociais, uma vez que se estudou, por exemplo, como se deu o assentamento dos migrantes, analisou-se a origem dos migrantes que vivem em uma mesma casa como, por exemplo, parentes, hóspedes.

GIANNICHIOSTRI, 2009. [HTTP://RICKSONRIOS.BLOGSPOT.COM/2007_03_01_ARCHIVE.HTML](http://ricksonrios.blogspot.com/2007_03_01_archive.html)

CHIOSTRI -

2. TEORIAS MIGRATÓRIAS

Damiani *et al* (1999) consideram migrações desde as intercontinentais, detendo-se especialmente, pelo seu volume, na emigração europeia, do final do século XIX às primeiras décadas do século XX, até às de curta e média distância, mais frequentes. A variabilidade de movimentos migratórios observados não se constitui em uma novidade sem precedentes, uma vez que, ao longo dos tempos, várias têm sido as tentativas de traçar regularidades que fundamentariam formulações teóricas.

Os desafios encontrados por estudiosos na definição, não só do conceito, mas também dos processos que envolvem a questão migratória, geram impasses quanto à formulação de uma teoria de migrações. Porém, essas divergências se justificam uma vez que as migrações são envoltas em processos sociais heterogêneos (FERREIRA, 1986).

Todos os campos de enfrentamento de posições políticas e metodológicas a respeito da migração compõem a chamada política migratória, que não se restringe à intervenção sobre um fato empiricamente evidente, mas estende-se à própria construção do conceito de migração. Vainer (2000, p. 13) afirma que

a política migratória pode ser definida como a questão que informa e justifica um terreno de atuação do Estado, ou seja, é a política que, de forma explícita e direta, gera avaliações, objetivos e práticas relativas à contenção, geração, estímulo, direcionamento, ordenamento e acompanhamento de deslocamentos espaciais de trabalhadores.

Estudos como o de Silva (2005) - contribuições metodológicas para a análise das migrações” - Truzzi (2005) - notas acerca do uso do método comparativo no campo dos estudos migratórios - que diferem as migrações quanto à origem das abordagens, nos pressupostos ideológicos, interpretação

dos fatores, bem como nas consequências no território e espaço analisados. Demarttine e Truzzi (2005, p. 32) afirmam que “o impulso migratório raramente é um fato simples, pois amplia-se num acúmulo de necessidades, desejos, sofrimentos e esperanças”.

Autor considerado “clássico” no estudo do tema, Ravenstein fazia análises consideradas primárias em virtude das deduções teóricas não muito sistemáticas baseadas na realidade empírica do primeiro recenseamento britânico de 1881 e, posteriormente, nos dados de um conjunto mais alargado de países europeus e norte-americanos (DEMARTTINE e TRUZZI, 2005).

Em 1885, Ravenstein explicitou as “leis de migração”, que deram início a uma longa trajetória de análises acerca dos movimentos populacionais, que marcavam a associação entre as atividades econômicas, deslocamentos espaciais de grupos sociais específicos e a regularidade de tais movimentos (buscada nas estatísticas oficiais da Inglaterra daquele momento e ampliada, posteriormente, com evidências de outros países europeus) (DEMARTTINE e TRUZZI, 2005).

Os estudos de Ravenstein da década de 1880, no Brasil, influenciaram as análises migratórias sob a égide das dualidades origem-causa e destino-efeito, que acabavam por desprezar as etapas migratórias. Estas, por sua vez, são importantes na análise da migração, pois, destacam os movimentos de caráter definitivo, segundo Carvalho e Rigotti (1999).

Salim (1992) procurou, ao seu modo, estabelecer uma discussão crítica das linhas explicativas do fenômeno migratório, ao considerar a questão da estrutura macroeconômica. Ferreira (1986) trabalha com as correntes chamadas psicologizantes, face à concepção comportamental-racionalista, e com as correntes estruturais de enfoque na modernização e de enfoque histórico-estrutural.

Na concepção neoclássica⁵, a migração tem uma expressão demográfica e econômica (migração como ajuste espacial do mercado), ao representar os deslocamentos espaciais de trabalhadores no espaço geográfico, ou seja, ela demonstra uma preocupação com a economia do espaço e a gestão capitalista da mão-de-obra. A evolução histórica do capitalismo permitiu que as teorias neoclássicas admitissem as relações entre mercado e trabalho e bens e salários como fatores de deslocamentos migratórios, em função da busca de emprego e renda. A industrialização seria, dentro dessa abordagem, um dos fatores explicativos para a migração para as cidades; a espacialização do desenvolvimento e o diferencial de renda das migrações inter-regionais (MENEZES, 2001; 2002).

O enfoque neoclássico “privilegia a livre decisão do indivíduo”, ao analisar a mobilidade perfeita do trabalho que se apresenta como determinação às variações em torno do comportamento do que se convencionou chamar de capital humano; ou seja, ela enfatiza as atitudes possíveis de indivíduos que, ao migrarem, estariam atendendo aos apelos do mercado capitalista (FERREIRA, 1986; SALIM, 1992). Ele leva também em consideração os contextos históricos e os geográficos. Ao analisar o fenômeno tira do sujeito o ato de soberania, já que “o fenômeno social migração a outros fenômenos sociais que historicamente são determinados e que se relacionam a processos de mudança na estrutura da sociedade, da economia e da política, que contextualizam sua dinâmica” (SALIM, 1992, p. 125).

Já um enfoque que analisa a mobilidade da força de trabalho fundamenta-se especialmente na teoria marxista do trabalho, que leva em consideração a relação capital/trabalho e a produção e reprodução ampliada dessa relação. Assim, enquanto o enfoque neoclássico analisa as consequências ou os reflexos das correntes migratórias, em que a migração passa a atuar como um grande agente de transformação, ou seja, à análise agora recai sobre as formas concretas de mobilidade da força de trabalho. A liberdade individual para escolher migrar, tão difundida na visão neoclássica,

⁵ Expressão utilizada por Salim (1992, p. 122), que caracteriza os substratos comuns de múltiplas subdivisões e significações, o que permite falar em escolas, correntes e variantes de um mesmo tronco.

aqui não existe, pois o deslocamento como imposição de sobrevivência é o fator impulsionador para a migração. Enquanto na visão neoclássica os problemas estruturais são os causadores dos deslocamentos, na mobilidade da força de trabalho os enfoques recaem no processo de acumulação capitalista (SALIM, 1992).

Marx (1983), em sua análise sobre o processo de formação e desenvolvimento do capitalismo, demonstra que a condição estrutural da qual emerge a mobilidade populacional teria a força de trabalho e a acumulação de capital como relação social que se desenvolve qualitativa e quantitativamente. A mobilidade se liga à produtividade e à expansão física do capital, apresentando-se como condição e consequência do desenvolvimento das forças produtivas.

Contudo, análises dos contextos migratórios que têm como base apenas o que foi apresentado não têm permitido que muitas particularidades sejam apreendidas, uma vez que a análise do que vem a ser a migração e como ela se processou e ainda se processa no interior das sociedades deve conter muitos outros elementos que não apenas os derivados dos contextos das dinâmicas do capital, já que interfaces são marcantes na sociedade. As diferentes abordagens presentes nas análises atuais possuem limitações que devem ser levadas em consideração no momento da escolha de alguma delas na abordagem de uma dada realidade.

Se não, vejamos. As análises neoclássicas apresentam o indivíduo como sendo o detentor da decisão de migrar, todavia, esta é, para muitos, a principal limitação desse modelo, pois ao centralizar suas análises no ato puramente individual, as compreensões científicas do processo são postas de lado, uma vez que não são observadas e, por conseguinte, analisadas as causas estruturais do processo de migração, ou as sociais dos deslocamentos. Ou seja, ao considerar que o indivíduo possui a decisão soberana no ato de migrar, as condicionantes da estrutura na qual ele está inserido deixam de ser apontados (SALIM, 1992).

Outro ponto limitante dessas análises estaria no fato delas colocarem a migração como fator impulsionador da diminuição de desigualdades regionais. Para Menezes (2001; 2002); Salim (1992); Ferreira (1986) é notório o fato de que em muitos casos a inserção de fluxos migratórios acabou por desestruturar os locais de chegada e também os de partida, uma vez que há em muitos casos o aumento do número de habitantes de algumas localidades e esvaziamento de outras, assim estruturas produtivas ou pirâmides etárias se desestruturaram.

Os problemas da estrutura na qual se inserem os fluxos migratórios não são colocados de forma clara por esses modelos de interpretação, pois a forma como é apresentada a economia que medeia as relações de classe, o suposto equilíbrio gerado pela migração, a mobilidade perfeita do trabalho, "são formas de justificar todas as políticas de mobilidade forçada", ou seja, a limitação apresentada até aqui seria o fato de que essa liberdade individual nada mais seria do que mais uma vontade imperante do mercado" (GAUDEMAR, 1976, p. 179).

Contudo, segundo Menezes (2001; 2002); Salim (1992); Ferreira (1986) as limitações mais aludidas acerca dessas abordagens neoclássicas encontram-se no fato delas demonstrarem que os fatores que transformam uma estrutura podem operar em diferentes níveis dentro de uma mesma realidade, ou seja, elas não possibilitam uma análise mais adequada entre uma estrutura micro e uma estrutura macro.

No que se refere à mobilidade da força de trabalho, sua limitação mais séria está no fato de que ela não estabelece uma base empírica confiável para o estudo das diversas manifestações de mobilidade, sem separar, mobilidade espacial em migração, mobilidade setorial e/ou profissional em migração profissional. Outra limitação deste enfoque reside no fato que seus defensores apostam na correlação entre mobilidade da força de trabalho e grau de desenvolvimento, em que a mobilidade seria o principal agente motivador de desenvolvimento (SALIM, 1992).

Mas, é importante que sejam compatibilizados, nesse universo teórico, a determinação estrutural e a liberdade individual, como apresentado por Marx (1983), quando fala a respeito da dupla dimensão da liberdade sob o capital, a saber, uma em que o migrante é livre de todo e qualquer tipo de imposição territorial, podendo circular, e outra em que ele não dispõe dos meios para assegurar sua reprodução, o que o tornaria livre, pois, despossuído dos meios de subsistência e produção, ele estaria obrigado a circular em busca de compradores da única mercadoria de que dispõe, a saber, sua força de trabalho.

Os estudos realizados a respeito das migrações na maior parte das vezes destacaram a influência dinâmica macro-estrutural, a partir de observância de como as variáveis - causas e atos voluntários - são condicionados por um arcabouço estrutural. Contudo, essa influência preponderante há tempos vem sendo questionada por estudiosos como Gaudemar (1976), o qual considerava que os maiores movimentos de populações e os mais importantes fenômenos de transformação profissional, ocorriam devido menos ao econômico que ao político.

A mobilidade do trabalho constitui-se, em condição necessária, senão suficiente da gênese do capital e indício de seu crescimento; expressa na (re) produção da força de trabalho, em sua utilização no processo produtivo, em sua circulação espacial e ocupacional, e em sua liberação que compreenderia tanto a transformação do campesinato em trabalhadores assalariados rurais e/ou urbanos quanto à constituição de camadas intermediárias. Configura-se, portanto, como fruto das estratégias de diversos agentes sociais, entre eles o Estado e as empresas, para moldar mercados de trabalho regionais (GAUDEMAR, 1976, p. 87).

Sorre (1984) afirma que a Geografia traz reflexões a respeito das migrações ao analisar questões como a circulação, a distribuição e a formação dos territórios, por exemplo.

Rossini (1997) considera uma análise que traga para a discussão o uso dos recursos técnicos científicos e a informatização colocada à disposição

da humanidade, já que eles conferem mais dimensões de análise e interpretação do espaço, da sociedade e dos fluxos migratórios. Essas análises de estudo da migração desconsideram os vários fatores imperantes nas estruturas nas quais os fluxos migratórios se inserem, de acordo com Patarra (1992); Paviani (1993); Pacheco (1998). Sayad (1998) e Schults (1992) abordam a influência da estrutura microeconômica nos estudos.

O processo migratório não é algo mecânico que ocorre entre um pólo de expulsão e outro de atração; ele se desenvolve num contexto social historicamente determinado. Sampaio (1985, p. 33) refere-se à migração “como um processo social resultante de mudanças estruturais de um determinado país, que provocam o deslocamento horizontal de pessoas de algumas classes sociais, que, por razões diversas, deixam o seu município de nascimento e vão fixar residência noutro”. Contudo, a idéia de que todas as classes são deslocadas horizontalmente não deve ser assim compreendida ao pé da letra.

A migração deve ser também entendida a partir da análise da importância das instâncias sociais, políticas e culturais, ou seja, a partir do deslocamento de uma ênfase do processo de produção do espaço abstrato, do espaço econômico do espaço da produção, do espaço da indústria, a uma maior ênfase ao espaço colocado para a reprodução coletiva. Isto porque a mobilidade crescente da população, diante de um processo de urbanização extensiva no território, como um todo, acaba potencializando e redefinindo os movimentos populacionais em duas escalas, a saber, em escala local (aumentando enormemente os movimentos intra-regionais, micro-regionais) e na escala macro-regional (integração do território diante do processo de alargamento das funções urbano-industriais).

Os instrumentais usados, no passado, na análise dos contextos migratórios proporcionaram a produção de teorias capazes apenas de captar uma migração desenvolvida para um capitalismo otimizado e com um indivíduo envolvido positivamente nessa racionalidade, ou seja, a migração só era percebida como necessária ao desenvolvimento capitalista, sem qualquer

intervenção do sujeito envolvido, em virtude de condicionantes estruturais que ocupam um nível mais elevado no poder de decisão. Porém, muitas têm sido as análises que se pautam na decisão do um indivíduo para sair de um lugar rumo a outro.

As dinâmicas encontradas numa sociedade pautada pelas ações capitalistas, nas duas últimas décadas, se configuram em materialidades tão esparsas e diversas que os dispositivos instrumentais e teóricos acerca das migrações internas, elaborados antes dos anos de 1980. Assim, é necessário pensar esse fenômeno dentro do contexto em que a migração sai do nível de determinação macro e passa ao nível micro, em que a motivação é vista com mais racionalidade, uma vez que envolve decisões pessoais (FUSCO, 2000; FAZITO, 2002; SOARES, 2002; ZAMBERLAN e CORSO, 2007).

Povoa Neto (1994); Benetti & Vainer (1988); Menezes (1992); Vainer (1996) há algum tempo vêm apontando, em suas pesquisas, os limites das interações neoclássicas trazendo para a discussão a busca por uma maior compreensão da migração e sua inserção nos territórios em que se faz presente deve também ser entendida a partir dos papéis desempenhados pelos migrantes no contexto das migrações, ou seja, agora a sua compreensão deve ser relacionada a outras variáveis da vida em sociedade, quando a migração é a escolha, e da idéia é de um sujeito bastante envolvido com suas crenças, valores, cultura, relacionamentos, representações.

Mesmo diante das dificuldades em superar os anos de pesquisas e estudos que delegaram à macro estrutura *status* uno nos estudos dos processos migratórios, também é cada vez mais evidente o fato de que o processo de decisão de migrar estar relacionado não apenas ao econômico, mas a outras condições que presentes na vida do sujeito.

É diante deste contexto que a introdução dos estudos sobre redes como fator de análise do fenômeno migratório têm possibilitado a observação de cada vez mais do grau as características únicas do processo, a saber, as determinações culturais e sociais.

Por ocasião da entrevista realizada com representante⁶ da Secretaria de Ação Social da cidade de Uberlândia (*anexo 5*), percebeu-se que, quando se falava em migrantes, duas situações ficavam evidenciadas, a saber, uma quando se referiam aos migrantes bem vindos (qualificados) e a outra quando se referiam aos não tão bem vindos (não tão qualificados)⁷. Por isto, afirmações como “a cidade de Uberlândia pode-se vangloriar de receber muitos empresários, profissionais liberais, estudantes, eles ajudam no crescimento da mesma”, mesmo nos dias atuais, deixam claro como a migração ainda é encarada, o que confirma a hipótese das teorias dos “mercados duais”⁸, segundo Piore *apud* Soares (2002).

Contudo, não é difícil encontrar, na literatura, indícios que demonstrem que estímulos são colocados em prática com a finalidade de fazer com que o processo migratório traga claras inserções positivas⁹ aos territórios de inserção. Essas ações podem ser bastante difundidas pelos meios de comunicação¹⁰, que alardeiam determinadas situações positivas a respeito de alguns locais, que podem oferecer empregos (pólos de desenvolvimento); entre outros. Contudo, é importante considerar essas ações ou intervenções como sendo ainda direcionadas a alguns grupos de migrantes específicos (SOARES, 2002).

As contribuições das discussões clássicas entre os anos de 1970 e 1980 que foram elaboradas num momento em que o mito do desenvolvimento da economia e da sociedade brasileira se fazia presente não devam ser

⁶ Entrevista em 4 de fevereiro de 2008.

⁷ Migrantes qualificados são aqueles que possuem curso superior, que trabalham com emprego certo, de acordo com o entrevistado. Segundo ele, esses migrantes “ajudam a cidade a ser a grande Uberlândia”; já os migrantes não qualificados seriam aqueles que chegam à cidade sem perspectiva alguma de emprego, sem estudo, além de darem despesa à cidade visto que necessitam de maiores cuidados.

⁸ Espaços, regiões e/ou países que têm uma estrutura produtiva fragmentada e dualizada entre setores de alta e baixa produtividade e estas espelham diferentes *status* do trabalhador.

⁹ Benefícios que a migração pode levar aos territórios como, por exemplo, o aumento da mão-de-obra disponível e qualificada.

¹⁰ A pesquisa em questão não tem a intenção de analisar as ações dos meios de comunicação. Contudo, foi feita uma busca na página da Rede Globo de Televisão, especificamente no *site* de seus três maiores telejornais. Apenas no ano de 2007, ano a que foi restrita a busca, cerca de 50 matérias foram exibidas destacando os locais de maior inserção de emprego no país. Muitas delas pagas por prefeituras e empresas, outras colocadas de acordo com os critérios estabelecidos pelos jornalistas responsáveis.

deixadas de lado. Todavia, como qualquer outro fenômeno social de grande significado na vida das nações as migrações, ao serem historicamente condicionadas, são resultado de processos econômico-materiais de mudança. Assim, atentar-se aos limites da configuração histórica que dão sentido a um determinado fluxo migratório é o primeiro passo para o seu estudo.

A inserção de variantes como o da vontade própria, poder das redes, poderes políticos, cada vez mais relacionadas umas com as outras, tem feito com que as “novas teorias a respeito de migrações” tenham vários sentidos que passam, necessariamente, pela alusão cada vez mais essencial à análise das várias facetas de uma sociedade que se articula por meio das mais variadas redes estabelecidas; e para que o resultado se apresente de forma mais concisa, também se faz necessária análise em função destas e de outras questões de estudos recentes sobre os movimentos migratórios que vêm considerando um conjunto complexo e dinâmico de elementos sociais, expressos nas redes em migração (FUSCO, 2000; FAZITO, 2002; SOARES, 2002).

É importante observar, que na análise das migrações, é bastante importante lançar mão de teorias como as das redes sociais, em que os laços de parentesco ou de amizade que ligam migrantes novos a migrantes e não migrantes, nas áreas de origem ou destino, são responsáveis pela continuação dos movimentos migratórios. Uma análise que leve em consideração as possibilidades da incorporação das redes sociais, exige que novas buscas sejam materializadas, uma vez não ser nada fácil relacionar a dimensão do econômico a uma busca pela de inserção de um ideal mais coletivo o que configura ao ato de migrar uma complexidade interessante.

As redes sociais dos migrantes aumentam a probabilidade de migrar devido à diminuição dos custos e dos riscos de migrar, aumentando o retorno líquido esperado da migração. Uma vez começado, o movimento migratório tende a expandir, ao longo do tempo, as conexões das redes sociais na área originária dos movimentos migratórios, até o ponto em que todas as pessoas

que desejavam migrar poderiam fazê-lo sem grandes dificuldades (GUEDES; AGOSTINHO e MÁXIMO, 2008).

O papel das redes de contato e suporte (família, amigos e instituições) parece ser fundamental na decisão de migrar e na permanência do migrante no local escolhido, sendo que isso remete tanto a um evento individual, quanto a um complexo de fatores econômicos, culturais e sociais (ZAMBERLAN e CORSO, 2007).

2.1. MIGRAÇÃO E A MOBILIDADE SOCIAL DO SUJEITO

Analisar o conceito de mobilidade tem sido o trabalho de diversos pesquisadores, nas últimas décadas. Sua compreensão muitas vezes é dificultada, devido à sua abrangência, podendo-se falar em mobilidade social, populacional, espacial, entre outras. A sua relação com a migração pauta-se na ausência realizada num local que se transforma na presença em outro lugar, e isso intervém em estruturas sociais já estabelecidas, cria rearranjos sociais no local que envia o migrante e, simultaneamente, no que o recebe (SAYAD, 1998).

O quadro geral da migração, no Brasil, revela uma sociedade bastante dinâmica ao longo do século XX, uma vez que o país passou por inúmeras transformações que tiveram marcantes repercussões na estrutura social, como a passagem de uma sociedade rural para urbana, que constituiu um dos fenômenos de maior impacto para a transformação da estrutura social brasileira. Segundo Jannuzzi (2000), a migração ao longo das décadas foi dando a idéia a muitos migrantes de mobilidade social¹¹ e meio de ascensão, e este é um “fator estruturalmente importante para explicar a intensa mobilidade populacional no Brasil, nos últimos 50 anos”, Jannuzzi (2000, p. 5), já que ela

¹¹ Mobilidade social é referida, aqui, como a mobilidade expressa pela mudança de ocupações, com *status* sócio-ocupacionais diferentes.

acompanhou, de forma notória, a formação da sociedade urbano-industrial no Brasil.

Pastore *apud* Bacha *et al* (1986) evidenciava o fato dos migrantes interestaduais terem ascendido socialmente muito mais do que os naturais das regiões de destino. Em seus levantamentos entre os migrantes analisados, 57% teriam ascendido, socialmente, em relação aos pais, e 62% com relação a seu primeiro emprego. Já entre os moradores naturais das regiões onde os migrantes se inseriram, o crescimento apresentou valores menores - 43% e 50% - respectivamente, em São Paulo.

Estudiosos como Bacha *et al* (1986); Salim (1992); Baltar, Dedecca&Henrique (1997), observaram a mobilidade social no interior da sociedade brasileira; entretanto, vários questionaram a mobilidade social observada. O questionamento surge com a não concordância de que a mobilidade social tenha vindo acompanhada de melhoria nas condições de vida, ou de que ela tenha diminuído as desigualdades sociais de um grande contingente de trabalhadores, especialmente aqueles oriundos do campo, para os quais o modo de inserção no modo de vida urbano não garantiu uma ocupação adequada, nem uma renda suficiente para melhor viverem, em uma estrutura econômica pautada no consumo. Baltar, Dedecca&Henrique (1997, p. 89) afirmam que:

apesar de o desenvolvimento econômico ter gerado amplas e novas oportunidades ocupacionais, em especial nas atividades urbanas e que possibilitaram uma expressiva mobilidade social ascendente, há duas questões básicas que condicionam aquela reprodução. A primeira questão diz respeito ao volume e velocidade significativa de êxodo rural e suas consequências sobre a estruturação do mercado de trabalho urbano (...). A segunda questão diz respeito, propriamente, ao tipo de geração de emprego e renda urbana (...).

A mobilidade social também não contribuiu para a redução das desigualdades sociais. Aliás, da forma como ela se processou, acabou por

aumentar ainda mais o padrão de desigualdade entre as pessoas, visto que os benefícios do grande desenvolvimento econômico que o mundo conheceu, especialmente no período pós-guerra, não foram aproveitados de forma igual por todos. Carvalho *et al* (1992, p. 138) observaram que

essa evidência do grande dinamismo da pirâmide social brasileira, notadamente em sua base, pouco interfere na estrutura das desigualdades. A mobilidade ascendente observada se caracteriza por um movimento marcadamente segmentado: muitos sobem e poucos sobem muito. Os pequenos ganhos assessoriais da maioria são largamente superados pelos ganhos da minoria situada nos estratos ocupacionais médios. Esse o padrão do mecanismo estrutural que determina o perfil social no Brasil.

A mobilidade social identificada tida como consequência da intensa migração rural-urbana vivenciada no país, nos últimos 50 anos, mais do que qualquer ascensão ligada à mudança social da população é uma mudança territorial, e é importante considerar que, ao final desse período, o Brasil se transformou em um país intensamente urbano, já que de 1940 a 2000 a urbanização passou de 31% para cerca de 81%.

Do campo saíram grandes contingentes populacionais que consolidaram fluxos migratórios importantes, como os do Nordeste para o Sudeste, responsáveis pela forte expansão demográfica de São Paulo e Rio de Janeiro. Baltar, Dedecca&Henrique (1997), Martine (2002) afirmam que a migração não deve ser vista como um fator que diminui as desigualdades sociais entre regiões, pois a mobilidade social apresentada pelos migrantes não reduziu as desigualdades sociais; em muitos casos, ela serviu até para aumentar essas desigualdades. Portanto, a relação virtuosa entre mobilidade social ascendente e migração deve ser bastante relativa.

Os estudos sobre o fenômeno migratório brasileiro apontam para a migração urbana nos anos 1950 e 1960, já que tal fato é tido como altamente positivo, tanto para os indivíduos da época, quanto para o desenvolvimento nacional, pois se acreditava que essa mobilidade espacial refletia uma

crescente expansão econômica. Os estudos realizados nesse período, porém, subestimavam os fluxos, em especial o processo sócio-econômico que criava tais deslocamentos. Segundo Becker (1997), as políticas eram formuladas para áreas de acelerada imigração urbana, mesmo sabendo-se que tanto áreas urbanas como rurais vinham apresentando progressiva deterioração nas condições de vida de suas populações.

A partir dos anos 1960, a concentração da atividade industrial urbana e o estímulo à modernização da agricultura foram fenômenos que caminharam juntos no país, produzindo outra fase de fluxos migratórios de grande magnitude, direcionados para os contextos urbanos. Nos anos 1960 também houve incentivo no que diz respeito à mobilidade espacial, de longas distâncias, como o Planalto Central, com a construção da nova capital Brasília (1960), e a Fronteira Amazônica, nos anos 1970. A esperada “Marcha para o Oeste”, em gestação desde o Governo Vargas, torna-se real; a Nova Capital Federal se constitui como ponto de partida para a expansão de novas áreas de fronteira: a Região Centro-Oeste, nos anos de 1960, e a Região Norte, no início dos anos de 1970 (JANNUZZI, 2000).

Pode-se identificar no país, três grandes correntes migratórias, nos últimos quarenta anos: do Nordeste para o Centro-Sul do país (especialmente São Paulo e Rio de Janeiro); do Nordeste para a região da Amazônia Legal; e uma terceira, mas recente e ainda não esgotada, do Sul do país (sobretudo do Rio Grande do Sul e do Paraná) para o Centro-Oeste e Norte do país, que no caso dessa última, os fluxos referem-se à expansão da fronteira agrícola.

A maneira como as correntes migratórias eram analisadas até então, não davam a entender que motivações pessoais ou que os sujeitos do processo pudessem interferir no processo. As análises deixavam transparecer que a conjuntura política e econômica atuava de forma determinante nos destinos das correntes migratórias, a saber, ações políticas recheadas de conotações capitalistas, que se disseminavam no território a idéia das transferências de renda entre os locais acima das vontades pessoais (JANNUZZI, 2000).

Assim, a abertura de fronteiras ao norte, ocupação do território, novas oportunidades, posse de terras, ocupação do cerrado eram algumas das idéias vislumbradas dentro de um contexto estrutural que poderia equacionar as diferenças entre as regiões brasileiras. Esses argumentos, todavia, já foram bastante refutados por inúmeros estudiosos, que questionam o fato de a migração se apresentar como fator equacionador das diferenças regionais, no Brasil ou em qualquer parte do mundo.

Os anos de 1980 são tidos, para muitos, como a “década perdida”, pois a crise econômica de 1981 a 1983 mudou completamente o quadro até então favorável à mobilidade estrutural e, por extensão, às perspectivas de mobilidade social ascendente no país.

A queda nas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto, 7% a.a, entre 1975 e 1980, para 1% no quinquênio seguinte, com a consequente diminuição no ritmo de criação de postos de trabalho, no setor formal, aumento da rotatividade da mão-de-obra, contratação das vagas na indústria de transformação e na construção civil nas regiões metropolitanas acabaram limitando as oportunidades de ingresso no mercado de trabalho e as possibilidades de progressão funcional (JANNUZZI, 2000).

Todavia, depois dos anos de 1980, um conjunto de mudanças econômicas e sociais faz com que as características do processo migratório também passem por mudanças e se transformem, assim como a própria natureza do migrante fazendo com que sejam deixados de lado os estudos que relacionam um processo de mobilidade social ao processo de mobilidade espacial.

Antico (2005); Touraine (1994); Charlot (2000); Certeau (1994); Machado (2002) caminham nessa perspectiva, uma vez que reconhecem que o fenômeno migratório constitui espaço privilegiado para a análise de processos de construção das identidades, pois por definição é fenômeno de mudança social e cultural. Já Sayad (1998; 2000) afirma que os projetos migratórios integram uma dimensão social e cultural, na medida em que são imbuídos de lógicas de modernização, ou seja, revelam-se também na procura e no acesso

a bens da modernidade e a sua realização resulta de um concurso entre vontades individuais e um contexto favorável à sua realização.

O indivíduo que, até o início dos anos de 1980, se estabelecia permanentemente, pensando em gradativamente ir subindo socialmente, é cada vez mais raro, pois ele agora esbarra ainda mais nas dificuldades impostas por uma economia capitalista. Assim, as pessoas não deixaram de migrar, uma vez que elas conseguem uma forma de se adequar à estrutura do momento, na qual a migração passa a ter um papel distinto. A relação entre migração e mobilidade social deve abarcar mais do que a análise das questões dos desequilíbrios regionais de oferta de emprego; ela deve analisar questões como menores custos de habitação, melhor oferta de serviços públicos e privados, mais proximidade da família, melhor qualidade de vida etc. (ANTICO, 2005).

A idéia de sujeito é assim usada porque verificamos nele um estado de imbricação entre id e superego, que acaba estabelecendo a crítica da ordem das coisas, já que é também a dialética entre ser (*self*) e não-ser que se encaminha para a emergência do eu, que não significa a formação de um ideal do ego, mas um eu coletivo e político, comprometido com o outro e com ênfase na crítica social. Esse “eu - sujeito” é dialético, pois contém tanto o mundo de desejo de consumo como o mundo da razão e das regras, além da clareza quanto às condições que o oprimem e o excluem (TOURAINÉ, 1994).

Com relação ao migrante e sua materialidade, lembramos Charlot (2000, p. 33-51), para quem o sujeito “é um ser humano aberto a um mundo que possui uma historicidade; é portador de desejos, e é movido por eles, além de estar em relação com outros seres humanos”.

O migrante sujeito é, assim, um ser social por ter origem familiar, por ocupar um lugar social e se encontrar inserido e rodeado por íntimas relações sociais, em especial quando se analisam as redes sociais das quais faz parte. A partir daí, ele tem plenas condições de apresentar uma história que vai interpretando o mundo em que está inserido, criando condições e sentido para entender o lugar que ocupa. E são estes alguns dos motivos pelos quais o

próprio fenômeno da migração, há tempos entendido como sendo apenas resultante de uma ação que tem origem na estrutura macro-econômica, necessita ser pensado levando-se em consideração, condições, sociais também, as que o sujeito migrante apresenta.

Charlot (2000) lembra, ainda, que a essência originária do indivíduo humano não está dentro dele mesmo, mas sim fora, em uma posição excêntrica, no mundo das relações sociais. Nessa perspectiva, assim como o ser humano não é um dado, mas uma construção, o migrante não migra apenas por uma séria imposição, ou seja, este ato está carregado de intencionalidades recorrentes ao próprio sujeito.

O migrante, enquanto sujeito, se vê inserido em uma estrutura social e econômica que o coloca em trânsito, não só de um lugar para outro, mas também de um tempo para outro. Ao se inserir em um novo espaço, sofre os chamados problemas de contato, vive contradições, ou seja, está diante de espaços geográficos diferenciados, em que as relações sociais vão-se estabelecer de forma bastante diferenciada daquela que estava acostumado a vivenciar. Ainda assim o migrante, mesmo sendo um sujeitado do capital, por mais internalizado que esteja a esse fato-processo, domínio da decisão do ato de migrar (CHARLOT, 2000).

A propósito dos fenômenos migratórios, e considerando o caráter relacional das identidades, os migrantes movem-se entre o lugar físico da origem e as tradições a ele associadas e as novas redes de relações sociais, em diversos contextos na sociedade de acolhimento, sendo que as tradições são uma realidade em transformação (SANTOS SILVA, 1996).

No universo pesquisado, os sujeitos se fazem importantes não pelo número que representam, mas sim por serem dotados de materialidades importantes, no contexto de análise das redes, no entanto, os migrantes nem sempre conseguem perceber que muito é perdido no processo de migração, como os laços familiares, que muitas vezes são deixados para trás, assim como, a cultura local que herdou.

O novo cotidiano no qual o migrante se insere passa a ser reaprendido, e suas relações sociais pouco a pouco vão sendo criadas; seu conhecimento do entorno cresce juntamente com seu desenraizamento do local de onde migrou, uma vez que a memória do migrante olha para o passado, e sua nova consciência olha para o futuro (SANTOS, 1999). Porém, quando o desenraizamento não ocorre, o migrante passa a viver realidades diferentes sempre na expectativa de viver o presente com o desejo de viver e voltar ao passado, ou seja, em muitos casos, o migrante vive no novo espaço e a ele não se insere atraindo para si grandes desafios e tristezas.

O processo de desterritorialização original iniciado pelo movimento migratório se dá, em termos existenciais, pela saída do lugar-natal, o que implica deixar os lugares de infância, juventude ou idade adulta, responsáveis pela nossa formação enquanto pessoa e sob os quais está edificada nossa identidade. É por isso que a desestabilização da ligação essencial do ser com o lugar causa um abalo na segurança existencial e identidade territorial do migrante, que tem de enfrentar um desencaixe espacial. Isso o torna suscetível à angústia e à ansiedade, impondo a necessidade de enraizar-se no lugar de destino.

Muitos ainda até compreendem que a migração não será fator preponderante para sua mudança na escala social, uma vez que a mobilidade social será, na maior parte das vezes, muito pequena ou nenhuma, diante do quadro no qual se estabelecerão. Mesmo com a exploração da estrutura econômica, o migrante estabelece novas relações sociais, uma vez que faz do lugar de chegada o lugar da festa e o lugar de inserção como local de trabalho.

Nesse sentido, o migrante sente a necessidade de fixar-se para que possa alcançar uma sensação de bem-estar aliviando o incômodo sentimento de incerteza e instabilidade que perdura e se reforça com a ausência do lugar. No entanto, a fixação do migrante no local de destino tem algumas restrições ou condições em termos de identificação sociocultural e socioespacial. O envolvimento de um indivíduo com o lugar é um processo complexo que não ocorre aleatoriamente. Alguns fatores encorajam/incentivam esse envolvimento, outros repelem qualquer tentativa ou interesse em fazê-lo.

Paviani (1993) afirma que o migrante somente possui condições para uma efetiva participação nos processos regionais de produção quando se fixa, definitivamente, em um dado espaço geográfico, uma vez que além dos familiares, que muitas vezes são deixados para trás no processo de migração, o migrante também deixa a cultura local que herdou para se inserir em um espaço que não ajudou a criar, lugar do qual não conhece a história. Todavia, dotado de uma alta capacidade de adaptar-se, ao migrar aos poucos se articula.

As barreiras que vai enfrentar são muitas, mas ele é capaz de criar o que Santos (1999) chama de “espírito alerta”, que permite que o migrante se refaça, reformule suas idéias de futuro, a partir do momento em que entende melhor a nova realidade que o cerca. Surge um embate na questão da migração, no sentido de compreender como o migrante dentro de uma estrutura que o deixa imune a determinados processos condicionantes, age.

Uma das variáveis demográficas, que é a noção da localização da população, entra em contradição direta com os artigos 13º e 14º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). O 13º estabelece que toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado; toda pessoa tem direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar. O 14º estabelece que toda pessoa vítima de perseguição tem direito à busca de outros países, desde que se comprove a perseguição efetiva, direito este que não pode ser revogado. Assim, observando o que é estabelecido, tem-se a situação do migrante, em muitos casos, sendo desrespeitada, em virtude de uma série de situações.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, que completou 60 anos em 2008, constitui-se no marco institucional mais importante da instauração e valorização dos direitos individuais, da democracia e do desenvolvimento social e econômico. Bobbio (1992, p. 28) afirma que

com essa declaração, um sistema de valores é – pela primeira vez na história – universal, não em princípio, mas

de fato, na medida em que o consenso sobre sua validade e sua capacidade para reger os destinos da comunidade futura de todos os homens foi explicitamente declarado. Somente depois da Declaração Universal é que podemos ter a certeza histórica de que a humanidade – toda a humanidade – partilha alguns valores comuns.

Quanto se aborda os direitos, ante a idéia do ir e vir, elemento constituinte do imaginário social que vivenciamos, encontra-se um mundo cada vez mais limitador das decisões sobre as mobilidades. Seria um impasse de um sistema globalizante, sistema este que se apresenta de forma bastante contraditória. Se, por um lado, ele traz como benefícios sistemas de telecomunicações como nunca antes vistos, rapidez de informações, universalidade dos saberes, por outro é, a nosso ver, o principal responsável por estabelecer relações econômicas e sociais que intensificaram os processos de pobreza, a miséria dos campos e os deslocamentos populacionais (BOBBIO, 1992).

Inúmeras, neste sentido, têm sido as políticas regionais de “equidade regional”, que pressupõem igualdade territorial, igualdade espacial e que visam à igualdade interpessoal. Todavia, são modelos estabelecidos de cima para baixo, sem muitos resultados significativos ante as disparidades encontradas em meio a uma comunidade quase nunca participativa. Estamos diante do desafio de fazer uma globalização inclusiva, que valorize os direitos humanos e que busque o bem comum, que no seu bojo suplantasse as imensas necessidades dos excluídos, dando-lhes dignidade que abarcasse não só a pobreza material, mas também a cultural. Fala-se de uma ética global que também cabe a nós.

Como não pensar, diante dessas situações, nos comportamentos individuais inerentes ao sujeito que tem o direito se mover-se no território, mudar de residência? A pretensa facilidade de movimentação individual, agora mais do que nunca, se vê circundada por fortes regulações. Quais seriam os direitos dos migrantes e de suas famílias? Tem-se observado que, no processo de migração, os sujeitos estão perante as desigualdades de voz, de poder, de direito. Se seu desejo é o de ficar em um território, muitas vezes ele é retirado

(migrações compulsórias, por exemplo); se o desejo é o de ir, muros são construídos.

3. AS RELAÇÕES COMO ENTRELAÇAMENTO DA SOCIEDADE

A palavra rede vem do latim *retis* e significa o entrelaçamento de fios com aberturas regulares, que formam uma espécie de tecido (ELIAS, 1994). Para Marteleto (2001, p. 72), a rede pressupõe um “sistema de nodos e elos; uma estrutura sem fronteiras; uma comunidade; um sistema de apoio ou um sistema físico que se pareça com uma árvore”.

Uma rede é um padrão de relacionamento que liga vários nós ou centros a muitos outros; sendo assim, ela está presente na natureza e na sociedade. Quando se pensa nas redes e em seus diversos significados, não é incomum pensar em algo reticular, que remonta ao século XVIII, com Lavoisier. Graças ao método científico moderno, a idéia da reticularidade avançou de forma considerável, uma vez que, até aquele momento, a natureza química dos corpos, tratada por alquimistas, não era submetida a métodos rigorosos, dificultando uma visão reticular da natureza (PARROCHIA, 1993).

Posta essa primeira reflexão, tem-se que a noção de rede vem se incorporando a inúmeros estudos. Bravais, em 1845, comprova a existência, no espaço, de quatorze tipos de redes cristalinas, que por meio do rigor metodológico moderno dá origem ao princípio de ordem, tendo na centralidade e na hierarquia configurações presentes em todos os tamanhos e direções mesmo mudando de tamanho e de direção, os arranjos se mantêm, seria a rede material.

Já os seres vivos, são componentes das redes tanto no nível orgânico como no molecular, independente do seu tamanho. Contudo, existem diferenças entre a rede de vivos e a material, uma vez que a primeira é um sistema de dupla ordem, “às vezes estrutural e funcional, estático e dinâmico, e outras vezes, as duas coisas” (PARROCHIA, 1993, p. 39).

As ciências biológicas, por exemplo, demonstraram que o vivo apresenta autonomia em termos de funcionamento, uma vez que apontam para a transformação de algumas substâncias em outras devido ao fluxo de

entradas e saídas de matéria e energia presentes no metabolismo; apontam para a auto-organização das estruturas e também apontam para a auto-regulação, adquirida a partir da existência de sistemas fechados por regulações internas que fazem a rede vivente mais flexível, espontânea e dissipativa, ao contrário da material, que se estrutura em torno do equilíbrio e da centralidade (PARROCHIA, 1993). É importante, contudo, entender que mesmo que a fundamentação reticular da matéria tenha sido descoberta no contexto do método científico moderno, sua existência é inerente à natureza e tanto a rede material como a vivente independem da ação humana para existirem.

Os estudos sobre redes, originados nos Estados Unidos, na década de 1970, e devido aos impactos que esse arranjo tem proporcionando, é considerado tão importante quanto a Revolução Industrial do século XVIII, pois induz “descontinuidades na base material da economia, da sociedade e da cultura” (CASTELLS, 2002, p. 57).

Castells (2002) entende as perspectivas das redes não interessado em apreender as origens e fundamentos da reticularidade, uma vez que seus estudos estão assentados num período caracterizado pela revolução da tecnologia e da informação que engendra o arranjo da rede em escala global e, segundo ele, é necessário entender uma morfologia em rede que se materializa nos diversos processos e organizações, mediante tecnologias, na flexibilização favorece modificações nas organizações e instituições e na convergência crescente de tecnologias em um sistema integrado (CASTELLS, 2002).

Parrochia (1993) fala de redes técnicas inerentes à natureza e instrumentais para novos estudos e utilizações. Já Castells (2002) aborda os aspectos culturais das redes, que são tanto resultantes da ação humana como também instrumentos de uso e inovações. Porém, não há situações dicotômicas entre os dois apontamentos, e sim uma complementaridade, uma vez que suas bases são as redes técnicas naturais, o que, seguramente, assegura aproximação de posicionamento entre os dois autores. Ambos não tratam as redes como objetos mortos, estanques; pelo contrário, enfatizam a

necessidade de exame das redes considerando a complexidade dos fenômenos que através delas se expressam.

Enquanto Parrochia afirma que a matéria é rede, Castells aborda que os avanços tecnológicos criaram uma sociedade rede. Sendo assim, o arranjo reticular presente na matéria, no vivente e, também, nas sociedades, é fator de aproximação (considerando suas diferenças e complexidades) entre as ciências naturais e humanas, ou seja, é uma “nova aliança” natureza/sociedade, via redes (PREGOGINE & STENGERS, 1997).

As interações inerentes às redes, segundo Elias (1994), podem, por exemplo, ser compreendidas por meio do tecido, que em uma rede demonstram muitos fios isolados ligando-se uns aos outros. Todavia, nem a totalidade da rede, nem a forma assumida por cada um dos fios podem ser compreendidas em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles, isoladamente considerados; a compreensão da rede só ocorre com o entendimento dos vínculos recíprocos.

Essa ligação origina um sistema de tensões para o qual cada fio isolado concorre, cada um de maneira um pouco diferente, conforme seu lugar e função na totalidade da rede. Há modificação da forma de um fio isolado quando acontecem alterações na estrutura da rede. No entanto, essa rede nada é além de uma ligação de fios individuais; e, no interior do todo, cada fio continua a constituir uma unidade em si; tem uma posição e uma forma singular dentro dele (ELIAS, 1994).

As redes são, ao mesmo tempo, concretas e abstratas. Elas produzem a materialidade, as ações e conduzem os pensamentos sociais. Tais redes organizam, desorganizam, tornando a organizar o espaço social, como forças planejadoras e como produção de objetividades e saberes que condicionam um conjunto de formas arquitetônicas e as ações dos sujeitos sociais. Elas estão contidas na ação planejadora do Estado e em seus projetos de reformismo racional, assim como na ação estratégica da empresa, de acordo com a lógica rígida de seus interesses (ELIAS, 1994).

As redes apresentam uma lógica da estruturação e da disposição das coisas, assim como um sistema de ligação/circulação entre elas. A rede vai ser o elemento que organiza a “fumaça/desordem”, da natureza ou do social, cristalizando-a em uma “ordem” das coisas. Nesse sentido, a rede significa um conjunto complexo de instrumentos de poder de uma racionalidade que organiza o caos “esfumaçado” das coisas no mundo em uma rigidez “cristalizada” e estrutural, mas que, ao mesmo tempo, propõe e organiza caminhos de ligação e de fluidez que retomam a noção de fumaça presente na ordem/desordem dessas coisas. A rede, dessa forma, instala o real, como entendimento da estrutura, da disposição e da ordem dos fenômenos que constituem a própria realidade de acordo com Musso *apud* Parente (2004).

Todavia, nos dias atuais, com a revolução da tecnologia e da informação, essa ordem hierárquica e contígua vem sendo mudada, ou seja, está sendo subvertida, em termos relativos, pois o mundo vem-se integrando em forma de redes globais. Lugares ficam mais “próximos” devido à velocidade das informações e dos transportes modernos; assim, na rede global, as articulações entre os nós prescindem de uma ordem rigidamente próxima e hierárquica.

Em época de uma espécie de contra-cultura interna ao próprio sistema global se afirmam em torno de noções e valores históricos: comunidade, nação, diversidade, alteridade, humanismo, redes de colaboração, solidariedade, democracia, direitos econômicos, sociais e culturais. Assim, difusas territorialmente e identificadas por visões de mundo e valores alternativos, as pessoas se articulam socialmente e, para a conectividade e militância de seus movimentos (ELIAS, 1994).

Nesse contexto, a organização material das práticas sociais é o espaço de fluxos, descrito mediante a interação de três dimensões de suporte material. Por isto, nessas dimensões ou camadas, são reforçados os aspectos funcionais e noções como a de hierarquia. A primeira camada seria o que Bakis (1993) chamou de projeção concreta de linhas de relações e ligações; seriam as redes técnicas territoriais; a segunda é formada por lugares que são nós e

eixos que definem os espaços de fluxos. São redes de controle difícil e nelas predominam as organizações empresariais como, por exemplo, as redes financeiras. A terceira e última camada definem os espaços de poder da elite da informação, em que circulam os grupos que articulam o espaço de fluxos, estabelecendo um modo de vida que, segundo Castells (2002), transcende as fronteiras culturais de todas as sociedades.

O estudo das redes na Geografia confronta distintas lógicas, como as das redes e seus sujeitos e do território com suas arenas de oposição (SANTOS, 1999). Dentro de uma abordagem geográfica, são as redes e seus fluxos, os meios consideráveis de leitura do espaço ou de sua produção, melhor dizendo. Uma formação sócio-espacial influencia as dinâmicas das redes e, por isto, a idéia do uso da análise das redes sociais como matriz teórico-metodológica tem possibilitado o entendimento da dinâmica de várias redes.

Santos (2002, p. 264) afirma que “grosso modo pode ser admitido ao menos três momentos na produção e na vida das redes. Um largo período pré-mecânico, um período mecânico intermediário e a fase atual”. Isto possibilitaria compreender as múltiplas definições de redes se enquadrando, sobretudo, em duas matrizes, uma ligada a uma realidade mais materializada e a outra que é perceptível nos dados mais sociais, ou seja, a rede é social e política, por conta das pessoas, valores, mensagens que a frequentam, e isso apóia duas grandes abordagens: a que apenas considera o seu aspecto, a sua materialidade, e outra, onde é também levado em conta o dado social (SANTOS, 1999).

As redes vêm-se tornando um caminho analítico para a compreensão de certos aspectos da organização dos centros urbanos e da forma como estes se articulam no território, ou seja, “as redes são um veículo de um movimento dialético que, de uma parte, ao Mundo opõe o território e o lugar; e, de outra parte, confronta o lugar ao território tomado como um todo” (SANTOS, 2002, p. 270).

Muitos são os estudos a respeito das redes, tem se Castells (1999) que analisa as relações entre as redes e o ser; as novas redes e novas territorialidades estudadas por Dias (1995) e Santos (1999); as redes fluxos e espaços com Castells (1999); as redes e os conflitos por Randolph (1999); as redes, a região e o território por Haesbaert (2004b) e Dias (2004); as redes e ação estratégica e política por Loiola *et al* (1997); as redes estratégicas e redes de solidariedade por Scherer-Warren (1996). Aguiar (2006) por sua vez ainda apresenta um estudo em que demonstra uma listagem das pesquisas no Brasil que estudam diversos tipos de redes, como as redes e a relação com organizações não governamentais, as redes sociais, as redes e as tecnologias de informação, as redes digitais e sociotécnicas todos entre os anos de 1996-2006.

No caso dos estudos geográficos, a idéia de redes, de início, vai-se destacar com relação às análises que recaiam na compreensão das redes urbanas que abordam os níveis de interdependência entre os centros a partir de fluxos como os de transportes, mercadorias, pessoas, capital, bem como as análises que envolvem redes técnicas, territoriais e de produção. A rede geográfica "é um caso particular de rede, sendo definida como o conjunto de localizações sobre a superfície terrestre articulado por vias e fluxos" (CORRÊA, 1999, p. 65). O mesmo autor ainda salienta que as redes na Geografia são nesse contexto infinitas, são "distintas entre si segundo diversos atributos organizacionais, temporais e espaciais" (CORRÊA, 1999, p. 68).

Corrêa (1998), em estudo de rede relacionado ao urbano, vincula-a, normalmente, à compreensão de como são as ligações dos nós aos centros que, funcionalmente, se articulam via fios, como estradas de ferro e de rodagem, rios, por onde ocorrem os fluxos; o conjunto articulado desses centros constitui uma malha. Nos estudos de rede urbana, a idéia é pensar continuidade, o escalonamento dos centros e, conseqüentemente, o papel inexorável do centro como principal concentrador de bens e serviços e de difusor de inovações para os subcentros tributários, pelo menos nas primeiras abordagens.

Já uma rede relacionada à Geografia Física, por exemplo, estuda a maneira como são dispostos os traçados dos rios e dos vales, o que seriam as redes hidrográficas esculpidas, devido ao escoamento das águas dos rios sobre o relevo. Como consequência dessa ação, a dinâmica natural vai definir formas diferenciadas de redes de drenagem, como a angular, a radial e a dendrítica¹² etc. Podemos, assim, observar que, independente da forma, essas redes hidrográficas são hierarquizadas ao apresentarem o rio principal e os seus tributários (PARROCHIA, 1993).

Milton Santos articula tanto uma abordagem própria da Geografia quanto da teoria social. Santos (1999) correlaciona a não homogeneidade dos espaços à não homogeneidade das redes, lembrando que “num mesmo subespaço, há uma superposição de redes, que inclui redes principais e redes afluentes ou tributárias, constelações de pontos e traçados de linhas” (SANTOS, 1999, p. 214). Para esse autor, através das redes podemos reconhecer três níveis que articulam o global, o regional e o local, a saber, “o nível mundial; o território, país ou Estado; e o lugar, onde fragmentos de rede ganham uma dimensão única e socialmente concreta” (SANTOS, 1999, p. 215).

As redes teriam um movimento dialético de oposições, confrontos e alianças - incluindo os sistemas de poder - que interferem em todos os níveis. As redes são virtuais, mas também reais, são técnicas, mas também sociais, portanto são por vezes estáveis, mas também dinâmicas. Elas incluem, em si mesmas, um movimento social de dinâmicas ao mesmo tempo locais e globais, o que indicaria uma tensão entre forças de globalização e de localização. Santos (1999) ressalta que

Mediante as redes, há uma criação paralela e eficaz da ordem e da desordem no território, já que as redes integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam outros. Quando ele é visto pelo lado exclusivo da produção

¹² Padrão de rede drenagem muito comum em regiões tropicais e subtropicais e que pode ser observado pelo exame de mapas topográficos de diferentes províncias geológicas (CHRISTOFOLETTI, 1974).

da ordem, da integração e da constituição de solidariedades espaciais que interessam a certos agentes, esse fenômeno é como um processo de homogeneização. Sua outra face, a heterogeneização, é ocultada. Mas ela é igualmente presente (SANTOS, 1999, p. 222).

Uma abordagem sociológica que leva em consideração o uso de redes aborda articulação política, ideológica ou simbólica embutida nos movimentos sociais e nas ações coletivas (associações de bairros, ONGs, movimento ecológico dentre outros). Já em uma abordagem antropológica, a rede é observada na interação direta, local, estabelecida entre indivíduos pertencentes a determinados agrupamentos; estas por sua vez, são chamadas de primárias, identitárias, formadas em decorrência de conexões preexistentes (parentescos, vizinhança, amizade), tornando-se centros de “construção de novas utopias ou novos modos de vida alternativa” (SCHERER-WARREN, 1996, p. 123).

De acordo com Scherer-Warren (1996, p. 22), “trata-se de entender as interconexões de sentidos entre o local (comunitário) e o global (supranacional, transnacional)”. O mapeamento das redes desvela as relações que se formam, os objetivos das interações que ocorrem, identificando posições e papéis desempenhados pelos sujeitos na rede; possibilita observar as unidades e formas de análise das redes, suas características e divisões subjacentes à sua estrutura. Isso porque, segundo Marteleto (2000, p. 81), “mesmo nascendo em uma esfera informal de relações sociais, os efeitos das redes podem ser percebidos fora de seu espaço, nas interações com o Estado, na sociedade ou outras instituições representativas”.

A diversidade de contornos que a idéia de rede traz, confere reflexões polissêmicas e divergentes. Contudo, é bem plausível aceitar que cada definição tem por base análises e áreas de conhecimento diversas, padrão este bastante compreensível em uma sociedade formada por materializações tão diversificadas.

3.1. REDES SOCIAIS

A rede social é, geralmente, definida como um tipo de relação que liga um conjunto definido de pessoas, objetos ou eventos, e o resultado destas ligações são expressos por nós. O padrão regular das relações entre as posições compostas de sujeitos concretos constitui a estrutura social do sistema (KNOKE e KUKILINSK, 1982).

O emprego metafórico da idéia de rede social enfatiza que os vínculos sociais de indivíduos, em qualquer sociedade, ramificam-se por meio dessa mesma sociedade. O emprego analítico da idéia de rede social especifica como essa ramificação influencia o comportamento das pessoas envolvidas na rede (MITCHELL, 1974).

A análise de rede social é mais completa quando considera dois aspectos bastante importantes e indissociáveis, a estrutura que tem como base os nós que representam os sujeitos, os elos que demonstram a união dos nós, os vínculos que representam a classificação das relações entre os nós e os papéis exercidos por cada nó e a dinâmica que apresenta as relações espaço temporais que devem ser levadas em consideração, enquanto processo (AGUIAR, 2006).

Nesse contexto, também duas são as perspectivas analíticas de natureza complementar que a análise de redes reconhece: a ptolomaica (egocentrada) e a copernicana (rede completa). A primeira considera as relações mantidas por um/nó (ego) individual com outros sujeitos/nós que integram a rede, sujeitos esses que se definem por meio das conexões estabelecidas com o nó egóico; já o segundo recorte analítico leva em conta a ocorrência e a não ocorrência de vínculos entre todos os sujeitos/nós, o padrão assumido pelo tipo de relação que articula os membros de toda a rede (FAZITO e SOARES, 2001)

Apesar de não ser considerada uma teoria social, a análise de redes sociais é baseada em premissas e pressuposições teóricas básicas que são

seguidas pela maioria dos adeptos, sendo ela considerada um dos principais desdobramentos da vertente estruturalista de análise social, segundo Emirbayer e Goodwin (1994).

O estudo de redes sociais permite que vários enfoques sejam abordados. Contudo, os mais importantes se apresentam ao analisarem o papel das relações x atributos, com Feldman-Bianco (1987); Mance (2000); Moreira e Souza (2002); Meneses (2002); Melucci (1996 e 1999); Castells (2000 e 2002), o enfoque dos paradigmas, técnicas e campos analíticos por Melucci (1999); Castells (2000).

O conceito de redes sociais foi primeiramente introduzido por Barnes (1972) e vem-se consolidando, a partir de então. Uma rede social, essencialmente, compreende os vínculos entre todos os membros da sociedade, ou parte deles, unidos por propósitos comuns (BARNES, 1972). Uma rede social consiste de um "conjunto finito de sujeitos e a(s) relação (ões) definidas entre eles" (WASSERMAN e FAUST 1997, p. 20), como os laços familiares, amigos, contextos de trabalho, confiança, dependência etc.

As redes sociais, segundo Parrochia (1993) designam organizações não constituídas, sem coordenações, sem estatutos legais ou para-legais, além de apreenderem incertezas, aleatoriedade, conexão e menos especialização. Elas ainda pressupõem flexibilizações, rapidez e multiplicidade de atores. Ante essas situações, a idéia de centralidade e hierarquia, oriundas de forças centrípetas, são relativizadas a favor de uma morfologia mais aberta, apesar de coesa e funcional, sendo assim, ela prescinde da contiguidade espacial e de longos períodos de tempo, pois ela pode ser feita e desfeita rapidamente.

Os estudos das redes sociais favorecem o estabelecimento de vínculos positivos pela interação entre indivíduos; oportunizam um espaço para reflexão por meio da troca de experiências e busca de soluções para problemas comuns; estimulam o exercício da solidariedade e da cidadania; mobilizam pessoas, grupos e instituições para a utilização de recursos existentes na própria comunidade e estabelecem parcerias entre setores governamentais e não governamentais para definição e implementação de políticas (WASSERMAN

e FAUST, 1997). Marteleto (2001, p. 74) entende uma rede social como “um conjunto de participantes autônomos, unindo idéias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados”.

Nos estudos de Barnes (1972); Emirbayer e Goodwin (1994), Scott (2001), Garton, Haythornthwaite e Wellman (1997), as redes são observadas por meio dos padrões de relacionamentos entre pessoas, organizações, estados etc., uma vez que os estudos das estruturas sociais possibilitam não só observar a totalidade e os elementos subjacentes a elas, mas também entender os fenômenos sociais dentro dos seus contextos, estratificando suas relações e sua inserção na sociedade. De acordo com Marques (2003, p. 11), a rede é “composta por relações de vários tipos-pessoais, profissionais, institucionais e políticas”.

Kohn (1994) sustenta que uma rede social aproxima elementos dispersos, criando espaços intersticiais, até mesmo os mais improváveis, que se estendem por territórios e tempos diferenciados e transpõem ordens estabelecidas, pois ela penetra no instituído e cria relações encadeadas que ultrapassam territórios e se firmam em prol de uma ação ou objetivo, promovendo pessoas, por exemplo, ao estabelecer os pólos estas fazem parte.

Segundo Castells (2002), a conjunção das tecnologias da informação e da evolução social deu origem a uma nova base material para o desempenho de atividades em toda a estrutura social. Essa base material, construída em redes, define os processos sociais predominantes, consequentemente dando forma à própria estrutura social. A discussão sobre redes sociais com base em Castells (2002) envolve o fenômeno da comunicação na perspectiva da Revolução da Tecnologia e da Informação, uma vez que esta revolução vem provocando transformações aceleradas na sociedade e com isso as pessoas “tendem a reagrupar-se em torno de identidades primárias: religiosa, étnica, territorial, nacional” (CASTELLS, 2002; p. 29).

Diante das interpretações a respeito do conceito de redes, o desafio é, conforme Serres (1995) aponta, não o de descobrir os conceitos e sim com os recriar, sendo assim, ao conhecer a gênese das redes, lançamos mão sobre as

principais representações que hoje vem sendo associadas a elas. Mas integrar a rede à análise geográfica requer um caminho teórico-metodológico que relacione as redes ao território, por exemplo, que são lógicas distintas. A rede definida por sujeitos que as desejam, modela e regula e o território que são “arenas da oposição entre mercado e as técnicas de produção, a organização da produção, a ‘geografia da produção’ e a sociedade civil” segundo Santos (1999, p. 259).

Neste contexto na busca para entender as relações mediadas pelas redes e suas várias concepções (técnicas, sociais, urbanas etc.) metodologias distintas também vêm sendo usadas e uma delas é a da Análise de Redes Sociais – ARS: um campo de estudo amplo que vem ganhando grande desenvolvimento entre os cientistas sociais na Europa e nos Estados Unidos e, mais recentemente, passou a ser contemplada por pesquisadores brasileiros. Neste enfoque, a ênfase da análise recai sobre as relações que se estabelecem entre os indivíduos, instituições e organizações, cujos vínculos estruturam diferentes situações sociais e influenciam o fluxo de bens materiais, idéias, informação e poder.

O primeiro uso da técnica data de 1933, em que o psiquiatra Jacob Levi Moreno apresentou o sociograma, ferramenta esta originária de seu trabalho em sociometria para analisar relacionamentos emotivos interpessoais dentro de um grupo, identificando líderes e indivíduos isolados (MORTON *et al*, 2004). Já Harary (1972) aplica a teoria dos gráficos na Antropologia, na Sociologia e na Psicologia. Massey (1998) utiliza a técnica de ARS para explicar os processos migratórios de mexicanos para os EUA. Fazito e Soares (2001) utilizam a técnica para compreender as redes de migração interna no Brasil. Ela pode ser aplicada em diversos campos do conhecimento, e na análise de diferentes situações e questões sociais, a partir de diferentes enfoques teóricos. Por exemplo, estudos de movimentos sociais, relações internacionais, elites políticas e econômicas, políticas públicas, organizações empresariais, classes sociais, produção de conhecimentos, modos de comunicação, uso de informações, instituições, organizações etc. A técnica de ARS interessa a pesquisadores de vários campos do conhecimento que, na tentativa de

compreenderem o impacto da rede sobre a vida social, deram origem a diversas técnicas de análise que têm, como base, as relações entre os indivíduos, em uma estrutura em forma de redes (MARTELETO e SILVA, 2004).

A ARS é uma metodologia que se aplica ao estudo das relações entre entidades e objetos de qualquer natureza. Originalmente, a ARS era aplicada aos sistemas de telecomunicações e computação, circuitos eletromagnéticos, sistemas de engenharia (transportes) e sistemas geográficos (estudos de bacias hidrográficas, por exemplo). Todavia, a partir do momento em que foi adaptada às relações sociais que constituem os tijolos elementares de toda sociedade humana, a ARS tem-se mostrado relevante para a compreensão de problemas complexos, como a integração entre estrutura social (macro) e ação individual (micro) (DEGENNE E FORSÉ, 1999; SCOTT, 2001).

Assim, no caso das migrações, a aplicação da ARS torna-se possível, pois, considera as interações (laços) entre migrantes, não-migrantes e instituições (nós), em dado contexto, como matéria-prima constitutiva das redes sociais (MAYA *et al*, 2000). Assim, ARS pode revelar estruturas sociais (padrões de interação) que podem evoluir de forma não-linear e, portanto, produzir consequências imprevistas sobre determinado contexto.

O resultado de uma ARS pode ser expresso, graficamente, por sociogramas, que são grafos com nodos e arestas. Os nodos indicam sujeitos, enquanto que arestas representam os relacionamentos entre eles. Os sujeitos normalmente são pessoas, mas também podem ser times, departamentos, organizações inteiras etc. A *figura 1*, traz um exemplo da configuração da ligações entre sujeitos de uma rede, no caso a de camelódromos na cidade de Uberlândia.

A ARS coloca em evidência a realidade social e as ações dos indivíduos no espaço em que podem ser configuradas as redes. Assim, na visão de Emirbayer e Goodwin (1994), as relações sociais devem ser entendidas independentemente de vontade, crença e valores dos sujeitos e devem ser empregadas na identificação de diferentes elementos. Analistas são capazes de descrever a rede social por meio do exame dos padrões de

relações. Assim, um conjunto de sujeitos e ligações revela uma rede social, sendo possível desenvolver a análise sob dois enfoques, a saber, a rede egocêntrica e rede total ou completa, segundo Garton, Haythornthwaite e Wellman (1997).

As propriedades básicas das redes sociais têm importantes consequências, tanto para os sujeitos quanto para as estruturas formadas por suas relações, nas quais estão inseridos. A aplicação da ARS implica múltiplos níveis de análises. As diferenças a respeito de como os indivíduos estão conectados podem ser extremamente úteis para o entendimento de seus atributos e comportamento (HANNEMAN, 2001). Muitas ligações significam que os sujeitos se expõem a mais informação e, quando bem conectados, são mais influentes e também passíveis de serem mais influenciados. As populações mais bem conectadas têm maior capacidade de mobilizar recursos e meios para resolverem problemas.

A ARS usa em suas análises o conceito de ator social; todavia, optamos por usar o conceito de sujeito. Costa (2005) faz um contraponto entre sujeitos contemporâneos e atores sociais (meros cumpridores de papéis prontos os quais as pessoas devem aprender para se encaixar na sociedade). Esses papéis estão vinculados a um conjunto de normas sociais, à moral e à funcionalidade da sociedade. De acordo com Goffman¹³ (*apud* COSTA, 2005), o ator social cumpre papéis em cenas sociais. O sujeito é mais do que o ator, pois ele age não somente para a sociedade, mas para si só e para seus companheiros. Então, na verdade, hoje, esses sujeitos veem a diversidade cultural, que a sociedade anterior considerava um desvio, como uma possibilidade de vivência, com culturas diferentes que querem, também, seu espaço na sociedade. Ele ainda questiona a presença dialética do mundo, e emerge como representante ativo do contexto social, pelo qual age, procurando condições de existência mais justas e inserção nos processos e tomadas de decisões sociais.

¹³ Erving Goffman, sociólogo e escritor canadense que estudou a interação social no dia-a-dia em lugares públicos. Os resultados aparecem principalmente em seu livro "A representação do eu na vida cotidiana". Para ele, o desempenho dos papéis sociais tem a ver com o modo como cada indivíduo concebe a sua imagem e a pretende manter.

FIGURA 1

UBERLÂNDIA: CONFIGURAÇÃO DAS LIGAÇÕES DOS SUJEITOS DA REDE SOCIAL DOS CAMELÓDROMOS, 2008.

FONTE: Questionário, 2008.
ELABORAÇÃO: Karla R. Brumes, 2009.

Ucinet Netdraw^R

No contexto da modernização, o sujeito se torna o movimento político das diferenças, como produtos diversos da existência dialética entre o mundo da razão e das regras sociais, mundo do desejo de consumo e mundo dos excluídos, ou seja, ele é a transformação do ator social; contudo, inseparável da condição de ator social. Entendemos um sujeito que se valoriza como elemento para a construção de sua unidade e como força latente de transformação social; ele não é senão a unidade particular onde se misturam vida e pensamento, experiência e consciência.

Stephenson (2003) ressalta a importância da identificação dos diferentes papéis dos sujeitos na rede, já que ela é similar a um grande sistema e os membros atuam como engrenagens que são responsáveis pelo movimento dos fluxos informacionais, podendo, em um dado momento, pará-lo e em outro facilitar a comunicação e, assim, impulsioná-lo. Numa abordagem geográfica, a idéia de redes sociais tem a premissa de captar fluxos sócio-espaciais de forma abrangente e com detalhes muito úteis na compreensão da sociedade, já que nelas o convívio e a forma desse convívio passam a ser bem mais mediados.

Os dados sobre redes sociais podem ser coletados por questionários, entrevistas, diários, observações e, mais recentemente, pelo monitoramento do computador. Garton, Haythornthwaite e Wellman (1997) destacam que as pessoas são questionadas sobre a frequência com que se comunicam com outras, bem como sobre o meio que empregam nessa interação. "A partir da análise de redes sociais pode-se compreender a influência desses padrões sobre vários fenômenos sociais e políticos" (MARQUES, 2003, p. 153).

Cabe aqui ser ressaltada a importância de se atentar para a idéia de que há diferença no que concerne ao arcabouço das redes sociais, que podem ser compreendidas como teoria e também como fenômeno. Como fenômeno, ela se apresenta de forma dinâmica e sujeitada às mudanças sociais o que faz com que o espaço seja entendido de forma mais complexa, resultando em um campo que traz contribuições muito diferenciadas para as teorias.

Se há complexidade oriunda dos processos históricos, é preciso que as abordagens sempre apresentem suas limitações, até porque há um gama de temas envolvidos e estes também se revestem de estudos que têm origem em áreas de conhecimento distintas. Todavia, é inegável que também há aspectos que unem abordagens diferenciadas, como o seu caráter dinâmico, as múltiplas escalas envolvidas, a forma de organização superior e, por fim, a sua conectividade temática.

O estudo de redes sociais permite identificar a complexidade atual da sociedade, já que ela desvenda aspectos específicos concernentes ao espaço, ao tempo e ao movimento, que acontecem dentro de dadas escalas. O padrão regular das relações estabelecidas entre as posições ocupadas pelos sujeitos e os fluxos relacionais que determinam a posição estrutural de cada um dos sujeitos na rede constitui o cerne das preocupações da análise de redes sociais.

3.2. REDES SOCIAIS E AS ESTRATÉGIAS PARA A INSERÇÃO DOS MIGRANTES

A presença de redes de apoio representa um elemento minimizador dos riscos da decisão de migrar, e se estão no destino por meio de família, amigos, conhecidos, conterrâneos etc., passam a ser também elementos motivadores dos deslocamentos. Deste modo, a existência de grupamentos estabelecidos nas áreas de destino poderia minorar riscos e dúvidas prévias, ao oferecerem informações a respeito de sucessos e insucessos colhidos, padrões de vida alcançáveis, dificuldades envolvidas na migração, ou seja, as redes sociais são vistas como elementos que dão maior segurança/previsibilidade às ações e decisões de migração.

O estudo de redes, no contexto das migrações, visa, há algum tempo, suceder a aplicação da noção de cadeias migratórias e até ampliá-las, já que se entende que a noção de redes é de suma importância a todos os estudos que desejam entender o fenômeno migratório, sejam elas históricas ou

contemporâneas, como um processo social. Por isso é aceita a condição de que, nos estudos relativos à migração, novos contornos sejam apresentados e estes, sim, implicam a observância de relações sociais e também a discussão de políticas migratórias; ou seja, a abordagem sobre a migração deve ser vista não apenas sob a perspectiva do Estado e de mercado, mas também, e, sobretudo, dos sujeitos envolvidos nos processos.

Os primeiros antecedentes da investigação do contexto da integração social dos migrantes podem ser encontrados nos enfoques da ecologia humana da Escola de Chicago¹⁴. A partir desse marco, foram formulados os postulados da formação de guetos e da desconcentração espacial, devido à troca de *status* sócio-econômico nas gerações sucessivas de migrantes.

Nos anos de 1970, vários foram os trabalhos que ressaltaram a existência das redes migratórias como efeito de laços entre família e amigos. Hareven (1995, p. 117-118) afirma que, para as populações urbanas dos séculos XIX e XX,

el papel preponderante que los miembros de las familias y sus parientes desempeñaron en la organización de la migración de zonas rurales a ciudades industriales, en el asentamiento en comunidades urbanas y en la ayuda a inmigrantes para que éstos se adaptasen a sus nuevos trabajos y condiciones de vida.

As redes são um fator chave na decisão de migrar e hoje influem nos fluxos e nas orientações e direcionamentos dos fluxos migratórios. Ainda na década de 1980, diante de correntes revisionistas¹⁵ (aquelas que tentam modificar o conteúdo dos conceitos marxistas por interesses oportunistas) e

¹⁴ Eufrásio (1999) discorre a respeito dos principais pressupostos desta importante corrente sociológica surgida entre as duas grandes Guerras Mundiais.

¹⁵ Segundo Gorender (1999), as correntes revisionistas, acima de tudo, são opção político-ideológica. São frutos de formulações que se dispõem a ir até determinado ponto, mas não romper com a ordem estabelecida. São aliadas na primeira fileira da contra-revolução. O revisionismo político-ideológico, embora se apresente com ares de radicalidade, é conciliador. É revisionista porque modifica os conceitos em sua essência e os aplica com outro conteúdo que os descaracteriza totalmente, quando não procura substituí-los por outros menos ofensivos, assim dispostos: revolução passiva; socialismo democrático etc.

das teorias clássicas¹⁶ (teorias de Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus) e ante a incapacidade destas em darem respostas às perguntas que iam surgindo, novos enfoques teóricos e metodológicos com relação aos estudos de migração surgem - enfoques micro-analíticos, enfoques na história da família e estudos nos ciclos de vida, bem como os enfoques e teorias das redes.

Hareven (1995) assinala o início desses estudos em 1986, entre os historiadores de famílias que sugeriam linhas de investigação que tinham o objetivo de estudar os vínculos existentes entre os parentes, em fenômenos como a migração e o trabalho.

As inserções desses novos enfoques revelam a existência de fluxos ou redes migratórias marcadas por direcionalidades e periodicidades. Essas teorias começam a tentar explicar a existência de continuidades dos fluxos migratórios, que têm dinâmicas próprias e que parecem continuar a existir quando as causas que davam origem à migração desapareciam. Essa compreensão aborda teorias que apresentam o encontro entre as análises macro e micro estruturais e supõem uma concepção evolutiva das teorias migratórias, além de aumentar as análises que levam em consideração os pontos de vista de outras ciências, a saber, os sociológicos e os antropológicos (SILVESTRE RODRIGUEZ, 2000).

As redes migratórias, de acordo com Massey *et al* (1998, p. 229), são definidas como sendo

conjuntos de vínculos interpersonales que conectan a migrantes, antiguos migrantes y no migrantes en su área de origen y de destino a través de los lazos de parentesco, amistad y comunidad de origen compartida. Se sostiene como hipótesis que la existencia de estos lazos aumentan la verosimilitud de la emigración al bajar los costes, elevar los

¹⁶ Segundo Friedman (1968), as teorias clássicas se desenvolvem na segunda metade do século XVIII e no século XIX e compreendem o capitalismo como pertencente a uma dinâmica do processo produtivo, trazidas pela Revolução Industrial. Elaboram o conceito de racionalidade econômica, no qual o indivíduo deve satisfazer suas necessidades sem se preocupar com o bem-estar coletivo.

benefícios y mitigar los riesgos del movimiento internacional¹⁷.

Vários são os aspectos analisados na teoria das redes sociais quando observadas sob a égide das migrações. Segundo Massey *et al* (1998, p. 235) elas podem analisar

o papel das ditas redes na estruturação das decisões individuais e familiares de migrar e na promoção e direção dos fluxos totais de migrantes; a importância do papel da família no assentamento e na integração no lugar de destino, com a conseguinte redução de cortes e riscos; a transição de informação; a grande maioria dos que migram sabem o que tem e mais ou menos sabem o que irão encontrar nos locais de chegada; isto acontece por meio de cartas, famílias e amigos; o efeito cascata, que acontece quando um familiar passa por uma localidade e deixa para outros que ficam informações, formando uma reserva de migrantes potenciais; a tradição migratória de um lugar; as relações origem-destino antes e depois da migração, como os envios de divisas, por exemplo; a transformação do padrão migratório e a capacidade de uma rede se perpetuar ao longo do tempo.

Uma análise de rede social deve considerar o migrante não somente por seus atributos pessoais ou intenções individuais, pessoas que se conectam a outros conjuntos definidos por laços de parentesco, amizade, entre outros. Outro ponto é que as redes sociais não são elaboradas no movimento migratório, mas transformadas por ele na medida em que se reforçam as conexões existentes entre o migrante e outros sujeitos da sociedade (SOARES, 2002).

No estudo da inserção social dos migrantes através das redes, é importância a análise de contextos dos fluxos migratórios como o tipo de zona e bairros de localização dos sujeitos, o tipo de contexto organizativo do lugar

¹⁷ Da autora: "conjunto de vínculo interpessoais que conectam migrantes, antigos migrantes e não migrantes em sua área de origem e de destino através do laço de parentesco, amizade e comunidade de origem comum (compartilhada). Sustenta-se, com hipótese, que a existência desses laços aumenta a possibilidade da migração ao baixar os custos, elevar os benefícios e mitigar (diminuir) os riscos do movimento internacional".

de trabalho e o que determinará sua visibilidade, pois estas análises levam a compreensão que os migrantes são agentes desse processo. O eixo das análises deve girar em torno de uma fonte principal, que seria a visão dos sujeitos envolvidos no processo.

De outro modo, é natural que uma migração, com características circulares, acabe deixando residualmente, com o decorrer dos anos, alguns indivíduos estabelecidos no local de destino. “Esses pioneiros, sobretudo se bem-sucedidos, podem agir como elementos de atração para que outros eventualmente se estabeleçam, facilitando a fixação de novos ingressantes em caráter permanente” (TRUZZI, 2008, p. 201).

Desta maneira, os fluxos migratórios internos à rede urbana brasileira, por exemplo, podem ser compreendidos segundo essa perspectiva de análise, na qual as localidades estão conectadas por laços gerados pela migração, formando uma rede social que contém vários níveis de relações estabelecidas pelos migrantes, ou seja, essa forma de tratamento das redes migratórias, ao evidenciar os laços entre migrantes, pode contribuir para os estudos de redes urbanas, já que as redes sociais presentes na migração integram o conjunto das interações espaciais que compõem os sistemas de cidades. Evidentemente, quanto mais relações entre centros urbanos forem desveladas, mais consistentes tornam-se os modelos teóricos explicativos para as redes de localidades centrais.

Um aspecto essencial da análise de redes sociais é a natureza das informações que ela trabalha como os atributos, pois, pressupõem a existência de pelo menos um par ordenando de sujeitos que possuam uma relação qualquer em que as localidades da rede serão os sujeitos, enquanto os laços serão dados pelos fluxos migratórios.

O estudo da inserção migrante através das redes tem permitido uma maior compreensão a respeito das atitudes e comportamentos desses sujeitos, já que temas como a variabilidade contextual do clima social são abordados de forma mais explícita. Esse clima social pode ser medido a partir da agregação das atitudes individuais, pois o tamanho de uma unidade analisada afeta a

confiabilidade da mediação, ou seja, maior tamanho, menor interação e menos variação entre o grupo e o indivíduo. Dessa maneira o migrante, quanto mais vive em um ambiente em que muitas redes estão interconectadas (em um bairro, por exemplo) e estabelece muitas relações de amizade com vizinhos, menos apresenta problemas de inserção (FAZITO, 2005).

Entende-se que a rede alargaria a migração nos espaços de inserção, por aumentar as alternativas de sobrevivência dos grupos envolvidos já na rede estabelecida entre migrantes se espera a circulação de bens simbólicos, por meio da renovação das alianças de fidelidade e confiança além do reforço das obrigações que unem uns aos outros.

A literatura aponta para quatro análises que proporcionam a compreensão de redes no contexto das migrações: a migração como um processo social; a migração como um projeto coletivo; a migração organizada, que opera de forma sistêmica; e a migração realizada pelas redes sociais.

A migração, como um processo social, envolve um projeto dinâmico e interativo de migrantes e não migrantes que se desenvolvem no tempo e conectam espacial e socialmente regiões/comunidades de origem e destino. Nesse processo, as decisões individuais estão ancoradas num contexto cultural e histórico responsável pela orientação dos fluxos migratórios (MASSEY *et al*, 1987).

Para Massey *et al* (1998, p. 396), as redes sociais, na migração, podem ser definidas como “complexos de laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não-migrantes nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade”. Outra definição acentua algumas das funções sociais das redes, ao defini-las como

agrupamentos de indivíduos que mantêm contatos recorrentes entre si, por meio de laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos. Além disso, são formações complexas que canalizam, filtram e interpretam informações, articulando significados, alocando recursos e controlando comportamentos (KELLY, 1995, p. 219).

No que concerne à migração como um projeto coletivo, aqui se entende que, embora os deslocamentos sejam resultado imediato de decisões individuais, o fenômeno migratório não pode ser pensado como produto de tais decisões isoladamente, já que os deslocamentos individuais estão necessariamente inseridos num contexto social, no qual as relações entre os indivíduos e suas comunidades determinam o sucesso, a legitimidade e a probabilidade do migrar: a migração implica, forçosamente, o deslocamento do indivíduo num espaço social e vincula o migrante à coletividade e suas instituições (SAYAD, 1998).

Uma migração organizada e operada como um sistema faz com que o fenômeno migratório empírico possa ser formalizado por meio de sistema que implica na existência de pontos (formalmente, vértices ou nós) de origem e destino, e de canais e trajetórias de deslocamento (formalmente, arcos ou laços) que definem estruturas padronizadas e integradas (a natureza topológica dos deslocamentos empíricos (KRITZ e ZLOTNIK, 1992; FAWCETT, 1989; FAZITO, 2005).

As análises de como os migrantes se inserem nesses contextos e de como estes modulam os distintos tipos de redes sociais entre os migrantes e os moradores já inseridos nestes espaços demonstram o quanto se faz necessário um maior aprofundamento a respeito da integração no contexto de redes. Estudiosos como Abdelmalek Sayad, Paul Singer, Bertha Becker, por exemplo, têm posto menos ênfase em estudos que consideram o componente intencional (os determinantes da estrutura da ação) para dar lugar a abordagens que dão maior importância não só à dimensão social das redes, mas também à dimensão espacial.

A migração estruturada por redes sociais admite que os pressupostos econômicos realizam-se através das redes sociais, pois elas vinculam os deslocamentos (incluindo as decisões individuais dos migrantes) aos padrões estruturais de relacionamentos entre migrantes e não-migrantes, na origem e no destino. Assim, as redes sociais permitem a compreensão do processo migratório em sua totalidade, conferindo forma às relações pessoais no

esquema origem travessia - destino (BOYD, 1989; TILLY, 1990; MASSEY *et al*, 1998; SOARES, 2002; FAZITO, 2005).

Abordagens teóricas sobre a migração demonstram a necessidade de entender as análises que se restringe aos aspectos econômicos nos quais os migrantes parecem sujeitos que agem desconectados de relações sociais, apontando para a importância de analisar as redes sociais no processo migratório. Nos estudos sobre migração, esse conceito facilita a compreensão da mobilidade populacional, aperfeiçoando-se a visão dos desdobramentos espaciais causados por fenômenos sociais (políticos, sociais e econômicos).

Segundo Boyd (1989, p. 642), "encontram-se registrados pesquisas datadas nos anos de 1970, em que estudiosos analisaram os processos de redes de migração e o papel que parentes e amigos desempenhavam no fornecimento de informações e auxílio no processo migratório". Nessa mesma linha de pesquisa, mais recentemente pode-se citar Matos; Braga (2005, p. 119) que salientam:

É evidente que a natureza e a escala de ação das redes sociais são diferentes daquela presente nas redes urbanas. Entretanto, deve-se considerar que a presença de atores e relações é característica intrínseca a qualquer organização reticular. Por outro lado, certos tipos de relações sociais articuladas por sistemas de cidades integrados, se não evidenciam com clareza, sugerem fortemente a presença de redes sociais, como é o caso das redes migratórias. As relações entre os centros urbanos são dotadas de alto conteúdo social, e comportam variados tipos de fluxos, desde mercadorias e pessoas até informações, capital e cultura. Entre os fluxos de maior importância nesse sistema, os movimentos migratórios ganham especial destaque, já que deslocam indivíduos repletos de intencionalidades, articulando famílias, empresas, grupos sociais e lugares.

Aplicadas aos fenômenos migratórios, aposta-se que as redes fornecem contextos sociais de referência para o indivíduo que deseja emigrar, tornando-se assim um instrumento valioso para estudar a ação social, já que elas são capazes de condicionar comportamentos. Tal paradigma, segundo

Truzzi (2008), encontra-se em franca oposição aos pressupostos tanto da teoria econômica neoclássica, segundo os quais as relações sociais produzem efeitos nulos ou marginais sobre o comportamento do indivíduo (indivíduo hipossocializado), como da teoria sociológica funcionalista, na qual, ao contrário, o indivíduo normativamente orientado (hipersocializado) encontra pouco espaço para uma ação autônoma. A rede social associa migrantes a não-migrantes através do tempo e do espaço e, segundo Boyd (1989, p. 641).

uma vez iniciados, os fluxos migratórios tornam-se auto-alimentados, na medida em que refletem a instauração de laços e de redes de informação, assistência e obrigação que se desenvolvem entre o imigrado na sociedade de destino e amigos e parentes que permaneceram na área de origem.

Neste sentido, as migrações recentes resultariam também de redes sociais, do que apenas em decorrência de crises econômicas. Massey *et al* (1998, p. 164), afirmam que

as redes migratórias compõem um conjunto de laços sociais que ligam comunidades de origem aos específicos pontos de destino nas sociedades receptoras. Tais laços unem migrantes e não migrantes em uma complexa teia de papéis sociais complementares e relacionamentos interpessoais que são mantidos por um quadro informal de expectativas mútuas e comportamentos predeterminados.

As redes sociais articuladas pela migração, em sua maioria, ocorrem em fluxos de distância relativamente curta ou em fluxos de conhecimento prévio, pois a migração de longa distância se vincula a um tipo de risco que os indivíduos podem correr: segurança pessoal, conforto, renda, possibilidade de satisfazer as relações sociais, porque parentes, amigos, vizinhos e colegas de trabalho já têm bons contatos com o possível destino e a confiança sobre as redes de informações interpessoais estabelecidas minimizam e diluem os riscos.

As redes sociais têm certamente um papel importante no desvendar das migrações, pois de forma geral, a idéia de que as culturas são coerentes, com fronteiras contíguas e persistentes sempre se firmou na sensação de que a sociabilidade humana é naturalmente localizada e mesmo limitada pelo território, há uma relação entre os vários grupos de outras formações sociais com vários tipos de realidade do espaço geográfico que limitam e determinam os arranjos sociais.

A reconstituição do espaço social do migrante remete à presença das redes sociais cujos lugares constituintes possibilitam o indivíduo ter a sensação de identificação e pertencimento. Essas redes podem ser consideradas como um alívio ao impacto das mudanças espaciais vividas pelos migrantes. Nesse sentido, as redes sociais podem ser reconhecidas como uma expressão marcante da importância dos lugares para o indivíduo e fundamentais para a relação ser-lugar.

Essas redes trazem mudanças significativas para o local de destino. Nelas há o encontro das cosmovisões do migrante com o imaginário local, o que produz a recriação de símbolos que fazem parte da sua identidade. Os migrantes também recriam suas redes pessoais estabelecendo relações com os indivíduos que integram o grupo migrante, sendo esses “novatos” ou “experientes”. Nesse sentido, as redes sociais têm um papel importante para o acomodamento/inserção do migrante, sendo constituídas tanto pelas pessoas e as relações que essas desenvolvem entre si como pelas organizações e instituições sociais (SOARES, 2002).

http://ema8.files.wordpress.com/2009/02/el_migrante.jpg

"El Inmigrante"

© 2005 Joel Bergner
info: (415) 845-2699
www.joelamurals.com

4. PROCESSOS URBANOS QUE INFLUENCIAM A MIGRAÇÃO

A compreensão de como se dá a distribuição populacional, como a dos recursos naturais, no espaço geográfico, é indispensável no estudo da formação de estruturas espaciais concentradas já que a própria história do espaço coincide com o processo que converte os atributos naturais do espaço em atributos da sociedade (DAMIANI, 1999). Matos (1998) afirma ser inegável que a dotação de recursos naturais constitui um dos fatores de maior relevância na gênese do crescimento econômico, *vis-à-vis* o processo de concentração espacial.

Outro elemento importante no processo de formação do espaço geográfico se relaciona ao capital que, ao se reproduzir e se valorizar, rompe barreiras, com o claro intuito de aumentar suas próprias relações e impor sua lógica. Diante disso, podemos falar de novos espaços, dentro dos quais a produção capitalista cresce tanto no comércio quanto nos investimentos diretos, além de novas possibilidades geradas para a exploração da força de trabalho.

A questão da localização espacial dos recursos naturais e populacionais, no Brasil, influenciou a formação de várias economias regionais, uma vez que foi por meio da exploração de muitas riquezas naturais que o país pôde se inserir em vários segmentos da economia mundial. Segundo Martine (1994, p. 5), "a distribuição populacional costuma acompanhar, grosso modo, a distribuição espacial das atividades econômicas; esta determina a localização das melhores oportunidades de trabalho e, portanto das melhores condições de renda".

Contudo, Santos (1995, p. 68) é enfático ao afirmar que é importante ter em mente que o meio natural não deve ser visto como o fator mais decisivo na organização espacial, porquanto "lugares dispendo de condições naturais semelhantes não foram explorados ao mesmo tempo, nem serviram de base ao mesmo tipo de produção".

No caso da migração, esta tem sido integrada aos discursos teóricos como uma componente demográfica chave para a análise e descrição da dinâmica econômica espacial das sociedades onde se inserem, com o discurso de que “o deslocamento espacial seria de certa forma a expansão do capital e do trabalho excedente” (MENEZES, 2001, p. 3). As mudanças estruturais brasileiras vêm esboçando as características dos movimentos migratórios do Brasil. Segundo Martine (1994, p. 56),

o atual cenário econômico, fortemente dominado pelas forças da liberalização, pode imprimir uma nova dinâmica à relação entre concentração de atividades econômicas, população e eficácia relativa dos esforços produtivos... Este fato torna a reflexão em torno de perspectivas migratórias futuras um exercício bastante especulativo. Dado que a redistribuição espacial é filha da reordenação das atividades econômicas sobre o espaço, precisamos tentar entender como esse novo modelo globalizado afetará a redistribuição espacial da economia e da população.

A forte influência da redistribuição da população brasileira permitiu que várias áreas competitivas surgissem no país, como as áreas de presenças de cidades médias como Uberlândia. No que concerne às atividades sociais, estas são cada vez mais complexas, já que o sentido econômico predominante faz do espaço cada vez mais objeto, produto e mercadoria, relevando o sentido do espaço como prática social.

Nessa rede urbana encontram-se muitos migrantes, que durante muito tempo foram considerados quase que única e exclusivamente como exército de reserva, contudo, as mudanças substanciais na estrutura interna do país (precarização do trabalho, desemprego, falta de leis específicas para novos postos de trabalho surgidas em função das transformações da tecnologia, entre outros fatores) têm contribuído para que estes sujeitos se fossem se tornando, sim, um exército de excluídos, presentes na configuração espacial do sistema urbano brasileiro.

4.1. CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E REDISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL

A análise malthusiana realizada através do empirismo lógico entendia o crescimento populacional como um fator negativo ao desenvolvimento econômico,

suas propostas vinham ao encontro da necessidade de se fortalecer o sistema capitalista através da dominação ideológica, daí o imenso prestígio que cercou o lançamento de seu livro e as proliferações das correntes de pensamento posterior, conhecida como neo-malthusianista, com ampla aceitação entre tecnocratas e políticos (COSTA, 1990, p. 14).

A abordagem marxista contraria as proposições de Malthus, uma vez que a superpopulação (aumento demográfico) era resultado das desigualdades sociais impostas pelo modo de produção. Dessa forma, entendia que a situação de pobreza era resultado da não possibilidade do pobre em se apropriar dos meios de subsistência, por meio de sua força trabalho. Assim, a população acima do esperado era relativa, não tendo qualquer vínculo com o crescimento absoluto da população, sendo determinada pela forma de desenvolvimento e reprodução do capital.

Esta superpopulação relativa constitui não só um resultado, mas uma condição da acumulação do capital. De duas maneiras: 1º) serve para regular os salários; e 2º) é material humano disponível, a ser aproveitado, independente dos limites do aumento real da população (DAMIANI, 1999, p. 18).

O método utilizado por Marx considera a historicidade dos processos, determinando que cada modo de produção tem suas leis próprias de população. No capitalismo, a dinâmica populacional é determinada pela posição que esta ocupa diante das forças produtivas e das relações sociais de produção. Nesse sentido, Costa (1990, p. 21) afirma que

o que se observa hoje é que as colocações [...] de Marx têm muito sentido nas sociedades capitalistas, pelo avanço tecnológico, que leva a uma intensificação mais aguda do processo do trabalho, além do aumento da produtividade que favorece o processo de exploração da mais valia relativa, aumentando sobremaneira a quantidade daqueles que passam a constituir a superpopulação relativa.

Então, a partir de um determinado tamanho, o crescimento populacional dos grandes centros tenderia a diminuir comparativamente às demais áreas, seguindo essa tendência de queda na atratividade relativa (PRESTON, 1988).

A idéia é que a população e atividades econômicas passariam a se desconcentrar destes pontos iniciais de aglomeração, principalmente em direção às cidades, que já apresentariam economias de aglomeração bastante significativas, que se formaram em virtude de presença em seus espaços de atividades econômicas, por exemplo. Como consequência, a ocupação do espaço sofreria uma reestruturação, onde muitos dos migrantes não mais teriam os grandes centros urbanos como destino preferencial, e sim as cidades um pouco menores. Por fim, o espaço apresentaria, novamente, uma ocupação menos concentrada, embora não tão homogênea como no início da ocupação (MEYERS, 1986).

Acredita-se que este fenômeno estaria ocorrendo em algumas das grandes metrópoles brasileiras desde a década de 1980, o que é comprovado por meio de trabalhos desenvolvidos na área por Reedwood (1984), ao falar da desconcentração dos empregos industriais por grandes regiões no Brasil; Azzoni (1986), ao abordar os empregos e população do Estado de São Paulo; Faria (1983) e Martine (1992 e 1994), ao falarem da população urbana brasileira de forma geral e Diniz *et al* (1996), estudando a produção industrial no Brasil.

Porém, a análise a respeito do processo de urbanização da sociedade assume características diferenciadas, de acordo como o momento histórico no qual ela se insere. No Brasil, o processo de urbanização, do final da década de 1970 até início dos anos de 1980, se caracterizou pela forte interiorização;

pela expansão da fronteira agrícola até meados da década de 1970; cidades brasileiras aumentando em número e tamanho modificando os papéis que desempenhavam na divisão do trabalho (AZZONI, 1986).

É importante ressaltar que a relação entre a distribuição espacial da população e as modificações na alocação de atividades econômicas, no espaço, tem seu início a partir dos marcos citados. Além disso, pode-se afirmar que há profundas modificações no que tange a questões como fecundidade, taxas de nascimento e mortalidade, perfil migratório, e crescimento demográfico (MARTINE, 1992; 1994).

Com relação ao componente crescimento demográfico, dados dão conta de que a população brasileira, em 1940, era formada por apenas 41 milhões de habitantes, dos quais 80% eram das áreas rurais ou viviam em cidades pequenas, com uma taxa média de crescimento de 2,4% ao ano (MARTINE, 1992; 1994).

Na década de 1950, a população apresentou uma taxa de crescimento de cerca de 3,1%, o que é tido como o índice mais alto já atingido durante todo o período do qual se tem informações. Essa década se caracterizou por uma grande transferência interregional de população para as áreas de fronteiras, pelas construções da estrada Belém-Brasília e da nova Capital Federal, além da dinamização da indústria de base na região Sudeste, resultando em grandes movimentos migratórios para áreas metropolitanas e para a colheita de café, em São Paulo e norte do Paraná (CAMARANO e BELTRÃO, 2000).

Já na década de 1960 começa a ocorrer o significativo processo de desconcentração populacional no país, fato que, para muitos estudiosos, acaba por favorecer regiões brasileiras, uma vez que a população se concentrava, sobretudo, na região Sudeste.

A década de 1970 vai ser marcada pela intensificação da concentração populacional, novamente na região Sudeste, já que cerca de 46% do incremento nacional ali se localizava. Da década de 1980 até o início dos anos

de 1990, o Brasil conhece um período de estagnação em vários setores de sua economia. Uma das consequências da crise dessa década foi a desmistificação do planejamento centralizado, que não se sustentava, devido às constantes manipulações de instrumentos financeiros para manutenção da liquidez e da credibilidade do país (CAMARANO e BELTRÃO, 2000).

Vale apenas reiterar que, nas décadas anteriores a 1970, sobretudo, as características econômicas do país interferiam na distribuição da população sobre o território, porém, após este período questões de cunho mais sociais passaram também a influenciar os deslocamentos. Martine (1984, p. 86) afirma que “os ciclos econômicos brasileiros voltados para o exterior e desarticulados entre si, não promoviam a integração econômica, além do que os mesmos não estimulavam trocas populacionais, muito menos a migração entre as distintas regiões do país”.

Quando a componente da dinâmica populacional é a mortalidade, é importante analisar que ela influenciou muito no salto populacional, entre as décadas de 1940 até 2000, visto que apresentou rápido declínio, sustentado posteriormente, ou seja, a queda na mortalidade passou a ser responsável, entre outros fatores, pela variação no ritmo de crescimento da população brasileira, especialmente até 2000. Fica aqui registrado que, embora a taxa anual de crescimento da população total do país, bem como a da população, tenha diminuído, entre os anos de 1970 e 1980, a taxa de urbanização nacional passa de 55,78%, em 1970, para 67,59%, em 1980 (DINIZ *et al*, 2000).

A mudança da distribuição espacial da população, nesse período, foi fruto, em muitos casos da intervenção do Estado, que por meio de políticas promoveu migrações com a abertura da fronteira agrícola e da política de ocupação da Região Norte. Contudo, a esse respeito, Martine (1994) afirma que o Estado sempre teve e tem participação diferenciada, em distintos momentos históricos, já que as políticas ora são implícitas, ora explícitas. As políticas explícitas seriam aquelas em que as ações governamentais visam influenciar a distribuição da população sobre o espaço. Já as políticas implícitas

referem-se àquelas em que as ações governamentais, com finalidades outras acabam tendo impacto sobre a redistribuição espacial da população. Independente de se considerar se eram políticas mais amplas ou não. Segundo Bernardes (1986, p. 86) “todas elas concorreram diretamente para promover violento esvaziamento do campo e aceleração da urbanização, nas décadas de 1960 e 1970”.

O censo de 2000 dava conta de que, dos 169,5 milhões de habitantes, em primeiro de agosto daquele ano, 81,24% perfaziam a população urbana e, mais ainda, dentre estes, 18% habitavam em apenas duas cidades, São Paulo e Rio de Janeiro. Nas duas últimas décadas, o processo de urbanização no Brasil vem-se mantendo acelerado e apresenta situações de grande diversidade, no território nacional, com destaque para a interiorização do fenômeno urbano, com peso crescente das aglomerações urbanas metropolitanas e dos centros urbanos médios, e com a consolidação de aglomerações urbanas não metropolitanas ainda que, no conjunto do país, as aglomerações urbanas metropolitanas continuem concentrando população e apresentando um peso crescente.

Distingui-se a região Sudeste, onde São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, não obstante continuarem concentrando volumes expressivos de população, perdem peso para algumas aglomerações urbanas como, por exemplo, Campinas e Vitória, e também para os centros urbanos com mais de 100 mil habitantes, como Uberlândia uma cidade que em um raio de aproximadamente 150 quilômetros não possui nenhuma outra cidade com população equivalente ou maior podendo esta cidade fortalecer suas relações regionais, uma vez que nenhum outro centro urbano apresentava condições de se desenvolver e de se tornar a referência regional.

Baeninger (2005) afirma que as 12 aglomerações urbanas metropolitanas¹⁸, que reúnem 200 municípios e o Distrito Federal, exibem percentuais crescentes do conjunto da população brasileira (32,3% do total da

¹⁸ Por aglomerações urbanas entende-se, aqui, o subconjunto formado pelas 12 aglomerações metropolitanas e pelas 37 aglomerações não-metropolitanas identificadas com os critérios utilizados na pesquisa Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil (IPEA/IBGE/NESUR (IE-UNICAMP, 1999).

população brasileira em 1980, 33% em 1991 e 33,6% em 1996), atingindo 52,7 milhões de habitantes, em 1996. Já as 37 aglomerações urbanas não-metropolitanas, que reúnem 178 municípios vêm aumentando de forma expressiva sua participação no total da população do país (11,1% em 1980, 12,7% em 1991 e 13,1% em 1996), abarcando, em 1996, um total de 20,6 milhões de habitantes. A contagem populacional de 1996 mostra que, em conjunto, as aglomerações urbanas concentravam cerca de 47% do total da população do país, atingindo a cifra de 73,3 milhões de habitantes, naquele ano.

Analizando o sistema urbano brasileiro, constata-se que existe uma concentração populacional e de fluxos voltada para a cidade de São Paulo, a maior e a mais importante cidade do país. A concentração populacional nas dez maiores cidades brasileiras, no período de 1991-2006, confirma que Llop Torné e Bellet Sanfeliu (1999) falavam sobre a polarização e primazia urbana desproporcional no território dos países menos desenvolvidos. No período de 1991 a 2000, os 62 centros urbanos de mais de 100 mil habitantes, localizados fora das aglomerações urbanas, aumentaram sua participação no total da população no período as aglomerações urbanas, bem como os centros urbanos de mais de 100 mil habitantes que não constituem aglomeração urbana apresentaram taxas de crescimento da população total acima da média (BAENINGER, 2005), conforme pode ser observado na *tabela 01*.

Tais manifestações resultam do processo de reestruturação econômica em curso no país, cujos impactos se fizeram sentir, sobremaneira, na estrutura do emprego urbano e na dinâmica migratória. A caracterização da economia regional evidencia o impacto da trajetória econômica regional sobre a estruturação da rede urbana e abrange a análise econômica, explicitando os desdobramentos espaciais decorrentes, bem como as razões desses desdobramentos, distinguindo áreas dinâmicas, áreas estagnadas e mudanças na base produtiva das regiões. Por outro lado, a caracterização da rede urbana regional identifica as mudanças ocorridas na conformação do sistema urbano regional, no período compreendido entre as décadas de 1980 e 1990,

articulando essas alterações com as principais tendências do desenvolvimento econômico regional (DINIZ *et al*, 2000).

TABELA 1: BRASIL: RANKING DOS DEZ MAIORES MUNICÍPIOS (1991-2006)

Municípios	1991		2000		2006*	
	Total	Ranking	Total	Ranking	Total	Ranking
São Paulo	9.649.519	1º	10.434.252	1º	11.016.703	1º
Rio de Janeiro	5.480.768	2º	5.857.904	2º	6.136.652	2º
Salvador	2.077.256	3º	2.443.107	3º	2.714.018	3º
Fortaleza	1.768.637	5º	2.141.402	5º	2.416.920	4º
Belo Horizonte	2.020.161	4º	2.238.526	4º	2.399.920	5º
Brasília	1.601.094	6º	2.051.146	6º	2.383.784	6º
Curitiba	1.315.035	7º	1.587.315	7º	1.788.559	7º
Recife	1.310.259	8º	1.422.905	8º	1.688.524	8º
Manaus	1.011.501	13º	1.405.835	9º	1.515.052	9º
Porto Alegre	1.251.898	9º	1.360.590	10º	1.440.939	10º

Nota da tabela: * Os dados referentes ao ano de 2006 foram retirados da estimativa populacional realizada pelo IBGE, referente a primeiro de julho de 2006.

Fonte: Censos Demográficos: 1991 e 2000. Estimativa Populacional: 2006.

Organização: BAENINGER, R.

4.2. A DINÂMICA DEMOGRÁFICA E UMA DAS SUAS COMPONENTES: A MIGRAÇÃO

A mudança significativa no padrão migratório brasileiro se apoiou duas hipóteses, segundo Matos (1998, p. 51),

a primeira hipótese seria a de que as áreas centrais receptoras poderiam estar favorecendo o deslocamento de parte de seus residentes para suas periferias, em consequência dos aumentos crescentes dos aluguéis e custo de moradia (preço de terrenos, impostos crescentes etc.), da elevação do custo de vida urbano, inclusive pelo aumento do tempo de deslocamento casa-trabalho, e da ampliação da violência, criminalidade e desemprego urbano. A segunda hipótese está baseada no fato de que, ao se focalizar a área emissora, pode-se constatar ter havido diminuição da emigração, e mesmo retorno de antigos emigrados, como consequência da melhoria das condições de vida nesses lugares e da expansão dos meios de comunicação, que

permitiram obter mais rapidamente informações acerca das condições adversas à fixação nas áreas tradicionalmente receptoras de migrante.

Desta maneira, os fluxos migratórios internos à rede urbana brasileira podem ser compreendidos segundo a perspectiva de análise na qual as localidades são os sujeitos conectados por laços gerados pela migração, formando uma rede social que contém vários níveis de relações estabelecidas pelos imigrantes (SOARES, 2002).

A história de ocupação do território brasileiro deu-se por meio de fases diferenciadas. A primeira fase foi caracterizada pela ocupação do conjunto de áreas cobrindo o oeste de São Paulo, o norte e oeste do Paraná, o oeste de Santa Catarina e o Sudeste do então estado de Mato Grosso, a partir da década de 1930 até meados dos anos 1960. Nesta fase, é observada um aumento do número de migrantes em virtude do influxo de pessoas de origem e destino rural (BAENINGER, 2005).

A segunda fase ocorreu na região central do país, abrangendo os estados de Mato Grosso, Maranhão e Goiás, que conheceu a aceleração nas taxas de crescimento demográfico em função das levas de migração proporcionadas pelos esforços governamentais, que visavam desenvolver a área, e também pela subsequente transferência da fronteira agrícola para essa região do país. Martine (1994) cita os investimentos governamentais neste período, a saber, a construção de uma nova capital em Goiânia, a construção de estradas ligando o Centro-Oeste ao Sudeste, a construção de Brasília e das estradas ligando a nova Capital Federal ao Centro-Sul e a Belém, juntamente com as promessas da exploração da região Amazônica (BAENINGER, 2005).

A terceira última fase é a que se iniciou na vasta região Amazônica, durante a década de 1970, em que a grande diferença das anteriores se caracterizou pela ingerência decisiva do Estado nas iniciativas e nas decisões de como realizá-la. Segundo Martine (1994), as iniciativas do Estado logo se transformaram numa ação de duplo sentido, ou seja, atrair e/ou satisfazer as investidas do grande capital nas regiões anteriormente destinadas ao pequeno

produtor e afunilar o fluxo migratório de pequenos agricultores para Rondônia e adjacências. As fases de ocupação contribuíram, e muito, para a redistribuição populacional brasileira, propiciando e diversificando os pólos de crescimento do país e desconcentrando a população.

Entretanto, com o passar do tempo, as fronteiras não conseguiram mais resolver as pressões sociais nas áreas agrícolas tradicionais, nem foram capazes de aumentar a produção agrícola do país, uma vez que as áreas classificadas como “áreas de fronteira em expansão” (região Norte e Mato Grosso) foram as que tomaram maior impulso, passando a áreas consolidadas, no período 1986-1991, e já demonstrando sinais efetivos de perda de dinamismo, no período 1991-1996, segundo (BAENINGER, 2005).

Das “áreas de fronteira consolidada” como a faixa central de Goiás, o Mato Grosso do Sul e o Maranhão, verificou-se no período de 1981-1991 importantes volumes emigratórios que tinham destino especialmente São Paulo e Mato Grosso e Pará, porém bastante arrefecidos entre 1991-1996.

Nas “áreas tradicionais de emigração” encontravam-se a região Nordeste (excluindo o Maranhão, que naquele momento estava na categoria de “áreas de fronteira consolidada”) e os estados de Minas Gerais, do Espírito Santo, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Nos anos de 1980 e 1990, os estados pertencentes a essa categoria revelaram uma nova dinâmica migratória, chegando os Estados do Espírito Santo e de Santa Catarina a apresentar uma reversão em sua condição de “perdedores de população”. Minas Gerais passa a obter ganhos populacionais nas trocas migratórias com estados de outras regiões, nos anos 1990. Já os estados do Nordeste, continuaram como áreas de evasão populacional ainda que em níveis mais baixos que os anteriormente analisados (BRITO, 2002).

No “núcleo industrial”, o Estado do Rio de Janeiro já havia demonstrado, nos anos 1970, uma desaceleração em sua força de atração migratória; embora se configure como área de absorção dos fluxos migratórios dos estados do Sudeste. No entanto, vêm manifestando perdas populacionais.

Já o Estado de São Paulo, apesar da redução em seus volumes de imigrantes, ainda continuou sendo o principal pólo de atração populacional, no Brasil.

Os movimentos migratórios do final dos anos de 1980 para o início dos anos de 1990 acabaram por apontar mudanças significativas no processo de distribuição espacial da população brasileira, já que primeiramente os fluxos migratórios de longa distância reduziram-se, consideravelmente, em particular aqueles que se dirigiam às fronteiras agrícolas; com isso mantiveram-se, como área de absorção de fluxos de longa distância, os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal, que canalizaram os fluxos do Nordeste (BRITO, 2002).

No âmbito intra-regional, na década de 1990, nas chamadas “áreas tradicionais de emigração”, houve a recuperação migratória e também o surgimento e consolidação de pólos de absorção migratória, que a tornou “ganhadores” de população.

A alteração nos padrões de mobilidade espacial da população e no padrão migratório do país neste período se deu em virtude do surgimento de fenômenos como o da maior migração intra-regional e de curta distância; a redução dos fluxos em direção às fronteiras econômicas e às áreas metropolitanas do Sudeste; a maior seletividade nos fluxos migratórios, baseada em requisitos de escolaridade, renda, idade etc., a maior circularidade dos movimentos migratórios, com migração de retorno e vários estágios migratórios; do baixo dinamismo dos mercados urbanos de trabalho, com o surgimento de novas formas de marginalidade urbana (BAENINGER, 2005).

Vários autores expressam a migração em termos teóricos, como mobilidade da força de trabalho estreitamente vinculada à criação, expansão e articulação dos mercados de trabalho no país. “O crescimento desigual no interior do capitalismo faz com que a população se distribua seguindo a mesma lógica de intensificação dos espaços econômicos, formando os reservatórios de mão-de-obra barata e abundante nas grandes cidades” (IBGE, 1988, p. 291). Osório (1980, p. 145) afirma que

...a acumulação de capital molda a mobilidade do trabalho, não apenas a de caráter espacial (migracional) como também a de caráter vertical (social). Na medida em que se expande e cria novas unidades de produção, o capital atua sobre o mercado de trabalho como demandante de mão-de-obra. Porém, na medida em que destrói atividades econômicas preexistentes, o capital cria, ou ao menos expande, a oferta de trabalho para atividades várias de outros espaços. Gera, por conseguinte, um excedente continuado de força de trabalho que tende a migrar.

Contudo, boa parte das teses que tentaram compreender o caráter mais global do processo migratório não se sustentavam em pesquisas que pudessem concluir sobre as causas e determinantes da migração, numa perspectiva dinâmica, isto é, que não só considerassem os efeitos de inércia que acompanham o processo migratório, mas que pudessem mostrar o possível surgimento de novos padrões migratórios.

Passadas as décadas já citadas o que se tem são fenômenos de migração que deixam de ter vínculo estreito, tanto com o mundo do trabalho como com o mundo do consumo, com as oposições entre produção e reprodução, trabalho e lazer, cotidiano e festa, etc. Hoje, “o desafio que se coloca é não só entender que se vive numa sociedade distinta daquela de duas décadas atrás, mas como introduzir nas análises as mudanças provocadas por esse fenômeno” (OLIVEIRA, 2006, p. 16). Esse desafio, talvez, possa ser explicitado, quando se busca a superação nas análises migratórias tanto das determinações intrínsecas à sociedade industrial como da sociedade de consumo que se foi constituindo para uma pequena, mas poderosa minoria, no Brasil, a partir dos anos de 1950 e que ainda é observada nos atuais.

4.3. CIDADES MÉDIAS E MIGRAÇÕES

Os dados do Censo 2000, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam um crescimento acentuado na

participação da população habitante das chamadas cidades médias¹⁹. Esses dados indicam que pelo menos 50% destas cidades tiveram um crescimento igual ou superior a 2% anuais, ou seja, acima da taxa média do país, que ficou em 1,63%, nos anos entre 1991 e 2000. Outro dado apresentado pelo IBGE foi a constatação de que, no mesmo período, 74,6% das cidades entre 5 mil e 10 mil habitantes e 66,5% daquelas entre 10 mil e 20 mil perderam habitantes ou apresentaram baixo ou nenhum crescimento populacional.

Destaca-se, nesses primeiros resultados do IBGE, o fato de o crescimento populacional mais exacerbado se ter dado nas cidades médias que gravitam em torno das metrópoles²⁰ – como Duque de Caxias-RJ ou Guarulhos SP – ou em torno de novos pólos urbanos de desenvolvimento, como Ribeirão Preto-SP, Fortaleza-CE e Uberlândia-MG.

Mas qual seria o segredo dessas cidades médias? Seria a qualidade de vida? A oferta de empregos? Por que migrantes estariam se dirigindo com mais intensidade para essas cidades, em detrimento dos grandes centros? Entre os muitos fatores que podem ser considerados como dinamizadores ao desempenho demográfico das cidades médias destacamos, as recentes mudanças nos padrões locacionais da indústria, a periferização das metrópoles, a ação governamental, a expansão da fronteira agrícola, além do desenvolvimento tecnológico e dos meios de comunicação.

Para se ter uma melhor compreensão do que seriam estas cidades se faz necessário remontar à década de 1970, quando o tema cidades médias começou a ser abordado mais veemente, tanto por parte do governo como por parte de instituições e pesquisadores.

Com o intuito de traçar, no nível das macrorregiões brasileiras, as melhores estratégias referentes aos centros urbanos de médio porte, no ano

¹⁹ Esta expressão tem sido objeto de reflexão por parte daqueles pesquisadores que trabalham com a problemática urbana, uma vez que têm como desafio maior dar conteúdo teórico conceitual a uma expressão bastante consagrada (SPOSITO, 2001).

²⁰ Cabe aqui uma explicação: Existem cidades médias metropolitanas que são aquelas cidades caracterizadas como médias mais que se localizam em volta de grandes centros urbanos. São por isto influenciadas por estes grandes centros, sendo por vezes difícil a realização de estudos a respeito das mesmas isoladamente.

de 1975 o então governo militar do país lança o II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (II PND), sendo que as estratégias eram implementadas de acordo com cada região brasileira.

Assim, na Região Sudeste, os objetivos eram relacionados a uma estratégia de contenção de crescimento das metrópoles, que descentralizava indústrias, abria espaços nos centros periféricos de médio porte, que naquele e nos futuros momentos apresentassem potencialidades locacionais. Os investimentos nesses centros intermediários visavam dinamizar as funções urbanas e reforçar a sua infra-estrutura.

Os objetivos para a Região Sul giravam em torno de uma maior dinamização das atividades de planejamento integrado, infra-estrutura urbana e um melhor equipamento social. Para o Nordeste, as estratégias do governo eram ampliar o crescimento das atividades produtivas, melhorar a infra-estrutura funcional e o equipamento social das capitais dos estados e o dos pólos secundários regionais, além de dinamizar núcleos urbanos regionais, que teriam como papel fundamental o de contenção dos fluxos migratórios, que saíam frequentemente dessa região.

Tanto para a Região Norte como para a Centro-Oeste, os objetivos traçados passavam pela necessidade, naquele momento, da promoção dos núcleos urbanos de ocupação, com atenção especial àqueles núcleos que se localizavam ao longo das grandes rodovias. Neste contexto de traçar metas, o governo atuou como ponte de apoio para que uma série de estudos comesçassem a surgir, uma vez que a partir de então, se fazia necessário conceituar o que eram cidades médias, como elas se estruturavam, entre outros fatores.

Segundo as diretrizes gerais do Programa Nacional de Capitais e Cidades Médias, oriundas do II PND, os centros intermediários apresentavam estruturação, funções e características diferenciadas. Assim, falava-se em centros com funções de desconcentração (alternativas para São Paulo e Rio de Janeiro) e centros com funções de dinamização (presentes nas regiões tidas com características desenvolvimentistas).

As cidades médias, naquele momento, receberam uma classificação que visava facilitar a compreensão do que se conhecia, uma vez que, segundo Michel Rochefort, as cidades médias seriam centros urbanos em condições de atuar como suporte às atividades econômicas de sua hinterlândia (PONTES, 2001).

Tinha-se então, enquanto classificação, as cidades médias integradas à rede urbana das metrópoles e conseqüentemente de suas bases econômicas. Essas cidades médias estavam localizadas, em sua maioria, nas regiões Sudeste e Sul do país ou, em alguns casos, próximas a zonas litorâneas como Salvador-BA e Recife-PE.

Três são os tipos de cidades médias que podem ser distinguidas segundo Pontes (2001), a saber, as cidades médias que recebem o impacto direto do atual crescimento industrial das metrópoles; as cidades turísticas e estâncias, as cidades médias complexas classificadas segundo sua inserção²¹ no espaço urbano, ou quanto à sua função²².

Essas classificações que surgiram a respeito das cidades médias brasileiras tiveram, primeiramente, o intuito de demonstrar que elas tinham uma complexidade, ficando evidenciado o fato de que não se podem classificar as cidades médias apenas com base em uma categoria, pois existem cidades que podem aparecer em mais de uma categoria de análise.

²¹ Significa que são cidades médias complexas fortemente integradas a uma rede urbana (Ribeirão Preto-SP); cidades médias complexas parcialmente integradas, com sistema urbano ainda bastante organizado (Caxias do Sul-RS); cidades médias complexas que permanecem à margem dos sistemas urbanos ainda indefinidos (Blumenau-SC).

²² Significa que são cidades médias com centros terciários das zonas de agricultura tradicional, com função básica de escoamento das atividades agropastoris da região, encontradas com maior frequência no Nordeste. Entretanto, podem ser encontradas em diversas outras zonas nas quais a economia agrícola conservou sua estrutura tradicional (Caruaru-PE, Feira de Santana-BA); cidades médias como pontos de apoio às atuais zonas de colonização agrícola, também com função baseada em atividades terciárias, como as anteriores, sem, entretanto, ter em seu interior uma estrutura econômica preexistente, além de comportar um dinamismo ligado ao próprio avanço da frente de colonização; cidades médias essencialmente administrativas; são freqüentemente capitais de estados, cuja base econômica não conseguiu suscitar outras funções fundamentais (Cuiabá-MT). Cidades médias que canalizam produtos básicos destinados à exportação. Esta é sua principal função, estando localizadas ao longo de todo o litoral brasileiro (Ilhéus-BA).

Os papéis de uma cidade média vão variar segundo suas zonas de influência, recursos entre outros fatores, e não apenas em seu peso populacional. A questão ainda persiste quando se tenta uma análise minuciosa dos critérios utilizados para se determinar a escolha de uma cidade média. O critério até então mais conhecido pela comunidade, assim se pode dizer, é o relacionado ao caráter demográfico, bastante utilizado pelo governo entre as décadas de 1960 e 1970, uma vez que naquele momento o comportamento demográfico apresentava-se estritamente vinculado à situação social e econômica do país. Por este critério as cidades médias, atualmente, são aquelas que apresentam uma população que varia entre 100.000 e 500.000 mil habitantes²³.

O número de habitantes, evidente, traz consigo um referencial na análise de uma cidade média. Entretanto, não é mais, sozinho, suficiente para explicar o que acontece em muitas cidades, uma vez, que segundo Sposito (2001, p. 611), “estes mudam no decorrer do tempo ou variam segundo as redes urbanas, nacionais ou não às quais se aplique essa classificação”.

Amorim Filho (2001, p. 1), com relação à utilização do critério demográfico para definição de cidade média afirma que:

... o critério demográfico embora cômodo e não negligenciável é capaz apenas de identificar o grupo ou faixa que pode conter as cidades médias. [...]... o critério da classificação baseado no tamanho demográfico tem sido o mais utilizado para identificar as cidades médias, pelo menos com primeira aproximação. [...]... há em cada período histórico, coincidentes patamares demográficos definidores desse conjunto de cidades nas mais variadas regiões do mundo.

²³ Andrade & Lodder (1979), ao se reportarem ao sistema de cidades brasileiras, consideravam como cidades médias aquelas que, em 1970, possuíam entre 50 mil e 250 mil habitantes. Pierre George (1961) afirma que as cidades médias seriam as que apresentam população entre 50 e 150 mil habitantes. Andrade & Serra (2001) apontam para uma população que vai de 50 a 500 mil habitantes com três intervalos (50 a 100 mil habitantes; 100 a 250 mil habitantes; 250 a 500 mil habitantes). A ONU, segundo Soares (1999), afirma que cidades médias seriam aquelas que contêm em seu interior uma população entre 100 a 1 milhão de habitantes.

Levando-se em consideração apenas o critério demográfico, o entendimento de cidades médias como um conceito seria difícil, uma vez que este componente nos daria apenas uma noção de cidade média, segundo Sposito (2001), referindo-se à base empírica que este critério traz. Santos (1993) também destaca que a definição estatística deve ser questionada quando se refere à análise de cidades, uma vez que as cidades variam conforme o período e os modelos de consumo que adotam.

Relacionado a este critério demográfico pode-se analisar: as relações de comunicação que estes centros mantêm com outros; seus fluxos de informações; seu grau de acessibilidade (referindo-se aqui a localização geográfica e localização das cidades em face da rede rodoviária e ferroviária); sua dinâmica econômica; seu comportamento regional.

A localização geográfica, ou situação geográfica é bem vista na análise de uma cidade média, porque pode ser a partir deste contexto que se encontrem fatores que identificam que um número considerável de cidades médias, mesmo existindo peculiaridades, em cada uma das situações, que devam ser analisadas.

Segundo Sposito (2001), haveria vários pontos que justificariam a análise das cidades médias, pelo critério da situação geográfica. Um primeiro ponto é o fato de que as cidades de porte médio, circunvizinhas das regiões metropolitanas, megapolitanas ou aglomeradas, não podem ser consideradas cidades médias, pois se do ponto de vista demográfico o são, por estarem tão próximas a esta rede de cidades, não permitiram, entretanto, uma coleta de dados populacionais desvinculados dos das metrópoles. Um segundo ponto estaria relacionado ao distanciamento das cidades médias em relação aos grandes centros urbanos, uma vez que poderia ser analisado seu grau de importância, frente aos seus níveis superiores da hierarquia urbana, já que estando mais longe podem oferecer mais bens e serviços à sociedade.

As relações que essas cidades médias, estando distantes dos centros maiores, irão estabelecer com os espaços mais próximos e os mais distantes constituiria um outro ponto de análise. Essas relações estão intimamente

ligadas a informações, valores, circulação de pessoas, mercadorias e até idéias²⁴.

Os critérios de escolha de uma cidade como média têm que passar, necessariamente, pelos critérios espaciais e históricos, e também pelos critérios intra-urbanos de nossa sociedade. Desta forma, como deixar de fora a análise de meios de transporte, posição estratégica (distância de outras aglomerações urbanas), proporção de migrantes, pobreza urbana, evolução urbana? (ANDRADE e SERRA, 2001).

Os tipos de bens e serviços²⁵ apresentados nessas cidades são outro fator que faz com elas possam atuar fora do seu espaço territorial, ou seja, para os consumidores que estão ou não presentes neste espaço de atuação, a distância desses centros, que concentram oferta para estes consumos não mais impedirá que eles não sejam realizados. Cidades como Uberlândia-MG, Londrina-PR, Ribeirão Preto-SP, entre outras, já atingiram o grau de ponto de rede, uma vez que se articulam com muitos pontos distantes do território; é a chamada descontinuidade territorial.

Mesmo com toda esta articulação, existem ainda aqueles tipos de bens e consumos²⁶ que dependem da presença física do consumidor (como a ida a um dentista). Os deslocamentos, neste caso têm razões objetivas, fazendo diferença a maior ou menor proximidade em relação a um centro maior. Os deslocamentos que são realizados por razões subjetivas, são aqueles em que o consumo poderia ser realizado com um simples telefone, ou então

²⁴ Sposito (2001, p. 628) afirma que os valores e idéias que constroem e se difundem são também essenciais para se compreender as relações, mesmo econômicas, que geram a constituição de uma área polarizada por uma cidade. A construção da idéia de pertencimento a uma região ou área de influência de uma cidade (média ou não) é, sem dúvida, um dos níveis de determinação do estabelecimento das relações que definem a sua existência.

²⁵ Segundo Sposito (2001, p. 628), pode ser lembrado o acesso a serviços como: a produção de conhecimento e tecnologia, organização da informação, transações financeiras, planejamento e marketing, avaliação de desempenho, avaliação e diagnose no campo da saúde, e consultorias e assessorias de diferentes naturezas – jurídica, informacional, financeira etc. No que concerne à aquisição de bens, são inúmeros os produtos que podem, atualmente, ser adquiridos por correio, telefone ou *Internet*, após consulta a catálogos, *telemarketing*, vendedores à distância etc.

²⁶ Segundo Sposito (2001, p. 629), estes tipos de serviços estariam associados ao lazer, à cultura ou ao consumo de bens de preço elevado e/ou de luxo, consumo este que, dificilmente, os compradores estão dispostos a realizar à distância.

com o uso da *Internet*, mas o simples fato de ir ao espaço do consumo demonstra o quanto ver e ser visto também está associado à questão do consumo.

Sposito (2001) coloca que podem ser consideradas como classificação ou conceito, pois elas evoluem no tempo, com o crescimento demográfico. Segundo Amorin Filho *apud* Sposito (2001, p. 613), esse critério indica uma aproximação do "... tamanho do mercado local, assim como um indicador para o nível de infra-estrutura existente e grau de concentração das atividades".

Valendo-se desse entendimento, as cidades médias variam em tamanho da população nas diversas regiões do mundo, não havendo um acordo de classificação, uma vez que o número de habitantes não implica a sua importância. As cidades médias podem ser classificadas entre 50 mil e até 500 mil habitantes.

Sposito (2001) afirma que, entre os autores que tratam das cidades médias no Brasil, tem-se Santos (1978) que já demonstrava a existência de uma contradição, pela definição estatística das cidades, propondo que elas variassem conforme o período técnico e os modelos de consumo que impõem. Assim, o autor propõe quatro níveis de aglomerações, os quais vale ressaltar, para os países subdesenvolvidos: cidades embrionárias, 'cidades regionais', metrópoles incompletas e metrópoles completas.

Andrade e Lodder (1979) constataram que 33% da população urbana brasileira viviam nas cidades médias e que as cidades que mais cresciam no período de 1960 a 1970 eram aquelas que se localizavam próximo às regiões metropolitanas, especialmente na região Sudeste do país.

Relacionado a este critério demográfico pode-se analisar: as relações de comunicação que estes centros mantêm com outros; seus fluxos de informações; seu grau de acessibilidade (referindo-se aqui a localização geográfica e localização das cidades em face da rede rodoviária e ferroviária); sua dinâmica econômica; seu comportamento regional.

No momento de definição das políticas voltadas ao entendimento, à definição do que vinha a ser cidade média o Brasil, estas também apresentavam, em meados dos anos de 1970, mudanças em seu padrão urbano. Por assim dizer conhecia-se, já naquele momento, segundo Pontes (2001), uma expansão da região metropolitana, que significava o desenvolvimento de cidades médias que estavam a certa distância da metrópole. Ficava claro que o entendimento de uma cidade média deveria levar em consideração as relações que ela mantinha com centros considerados maiores, pois isto, segundo as diretrizes do II PND, demonstraria quais as principais estratégias de desenvolvimento urbano que o país teria de assumir.

Pontes (2001) nos fala, apresentando o panorama das cidades médias na década de 1970, da relatividade da caracterização do conceito dessas cidades, que para ela podia ser encarado sob dois prismas. O primeiro levando-se em consideração as ligações que estas cidades estabeleciam no sistema mundial, e que se traduziam nas suas atividades e nos aspectos qualitativos de sua população, e o segundo ligado à dimensão geral que se encontrava no sistema nacional.

Com o crescimento populacional do Brasil foram alterados tanto o funcionamento das metrópoles como o do sistema urbano do país; desta forma, os setores intermediários de cidades acabaram ganhando mais notabilidade. Foi nesse primeiro contexto que se definiram como cidades médias aquelas que estabeleciam fortes relações, além das metrópoles, com um sistema urbano-industrial que se apresentava no país, ao contrário daquelas cidades que permaneciam apenas como lugares centrais de regiões voltadas ao sistema agrícola. O fato era que começava a ser observada, no contexto urbano brasileiro, uma desconcentração industrial²⁷, oriunda das

²⁷ Esta desconcentração industrial, segundo muitos estudiosos como Pontes (2001), Lencione (2001), Azzoni (2001), não pode ser traduzida em saída em massa das indústrias das metrópoles, ou seja, que o setor industrial esteja abandonando os grandes centros urbanos. Para eles o que se tem é uma formação de concentrações secundárias cujo, número decresce a partir do núcleo principal. Mesmo com a saída física de alguns setores industriais da Região Sudeste em favor de outras regiões, a sede destes setores, centros de decisões, continuam sob a tutela de cidades como São Paulo.

metrópoles, que colocava as cidades médias próximas a elas em uma situação privilegiada (ANDRADE e SERRA, 2001).

O Brasil, naquele momento, visava a uma maior inserção no mercado mundial de exportação; e para tanto necessitava de indústrias que deveriam se estabelecer em locais onde sua inserção fosse fácil, e nada melhor do que dinamizar as cidades médias. Podia-se perceber que as atividades do setor secundário deslocariam para várias regiões, uma vez que não era tão confinado a um determinado espaço, ao contrário do que acontecia com os setores primário e terciário (ANDRADE e SERRA, 2001).

Diante desta constatação surgia a oportunidade de se unir a localização industrial com o setor quaternário, que aparecia com grande força, e que tendiam a se estabelecer e desenvolver nas proximidades de uma metrópole. Assim, as cidades médias desta região de proximidade de metrópoles se desenvolviam com essa associação, da indústria, como por exemplo, São José dos Campos-SP.

O que se apresentava na década de 1970, então, era dar maior visibilidade aos centros médios, visando com isto atenuar desigualdades regionais, além de melhor preparar o país para o contexto exportador, do qual necessitava e desejava fazer parte. Barat *apud* Pontes (2001, p. 591) afirmava que “a criação de centros de crescimento (pólos ou complexos industriais com repercussão urbana) ou revigoração de lugares centrais constituem-se em elementos importantes na reorientação das tendências de desestruturação dos espaços nacional e regional”.

O próprio desenvolvimento econômico do país contribuiu para uma melhor estruturação de nosso setor industrial e ocasionou mudanças espaciais significativas no interior das cidades. A grande intensificação das relações das metrópoles com as cidades que gravitam no seu entorno favoreceu a formação de centros urbanos de porte médio, especialmente nas últimas décadas.

Tem sido exaltado o fato desses centros de porte médio terem sido capazes de elevar suas taxas de crescimento, com grande absorção de mão-

de-obra e altos índices de produtividade. Este fato faz com que essas cidades estejam sendo alvo de vários estudos, visto que assumiram papéis de destaque nos noticiários de TV e jornais e revistas do país (ANDRADE e SERRA, 2001).

As várias políticas adotadas pelos vários governos, em especial a adotada pelo regime militar, trouxeram, para a análise do contexto de cidades médias, contribuições. Entretanto, é válido ressaltar que a política de considerar uma cidade como média, naquele momento em muitos locais não deu certo, uma vez que o capital pode falar mais alto na escolha de uma região.

Nas duas últimas décadas, os estudos a respeito das cidades médias têm defendido o fato de que o termo "cidade média" é diferente do termo "cidade de porte médio". O primeiro estaria ligado às funções e papéis da cidade na hierarquia urbana. Já o segundo considera o seu tamanho demográfico. Com a rápida estruturação da rede urbana no país, hoje se tem cerca de 95 cidades que podem ser consideradas médias, espalhadas na sua maior parte nas regiões Sul e Sudeste.

O grande desafio, tanto para estudiosos das temáticas urbanas como para as instituições, tem sido conceituar essas cidades médias, uma vez que esse conceito deve conseguir explicar as particularidades do momento histórico do qual a cidade faz parte. Assim, como dizer que o conceito de cidade média hoje apresentado, seja o mesmo instituído em meados da década de 1970?

Sua definição, nos últimos anos, tem deixado os critérios demográficos um pouco de lado para considerar outros fatores. Sposito (2001) fala da amplitude de seus bens e serviços, sob forma de valores de troca. Já Santos & Silveira (2001, p. 281-283) colocam uma outra reflexão, a questão do consumo²⁸, que, segundo eles,

²⁸ Santos (1988) fala da questão do consumo, enquanto papel de importância na análise de uma cidade, uma vez que, segundo ele, a análise da urbanização brasileira do pós-guerra, estabeleceu relações entre um considerável aumento do consumo mais elevado e as cidades intermediárias.

deve ser analisada ainda com mais ênfase, uma vez que agora questões como o que é global e o que é local e a maneira como as diferentes aglomerações se relacionam com esta nova ordem são de grande importância no contexto dos estudos das cidades. As cidades médias são aquelas que comandam a produção regional em seus papéis técnicos, embora, em sua dimensão política, esse papel caiba às aglomerações maiores.

As cidades médias, tomando como base estas considerações, segundo Sposito (2001), estão na atualidade sendo medidas por duas escalas a das distâncias espaciais e a conectividade que as redes de transmissão de informações possibilitam, mostrando o quanto a dupla espaço e tempo são indubitavelmente indissociáveis.

As redes urbanas das quais fazem parte as cidades médias estão se organizando cada vez mais em função do consumo. Atualmente, já se observa este aspecto, na definição do papel de uma cidade média. O que se vê é que, em função deste consumo, acaba-se por definir uma concentração econômica de empresas industriais que já não mais necessitam de contiguidade territorial para viabilizar um empreendimento. O lugar de tomada de decisão não necessita necessariamente ser o mesmo local onde se encontra a produção industrial.

Ainda segundo Sposito (2001), o que se observa é o deslocamento de unidades de produção dos grandes grupos das áreas metropolitanas (localização típica do período fordista) para cidades de porte inferior, no que diz respeito à hierarquia urbana (localização identificada com o sistema produtivo flexível), que oferecem, segundo estas unidades de produção, entre outros fatores, boa situação geográfica, qualidade de vida²⁹.

²⁹ Qualidade de vida é um termo que também apresenta uma gama de debates. Em relação à obviedade do que significa qualidade de vida, pode-se fazer alusão ao que Meireles *apud* Herculano (1998, p. 79) diz da liberdade: "todos entendem o que é", ou seja, mesmo que as pessoas não tenham um conceito elaborado acerca de qualidade de vida, todos sabem "mais ou menos" o que isto significa. O que há de consenso a respeito deste tema é o fato de que, quando se tem boas condições ambientais e possibilidades de consumo de bens e serviços de diferentes naturezas, isto se constituiria em atributos dessa qualificação.

Neste contexto, as cidades médias ganham destaque, pois grande parte das vezes reúnem condições para receber esses investimentos, aumentando sua oferta de emprego, especialmente aqueles ligados aos setores que exigem uma maior qualificação de mão-de-obra. Essas cidades, por atrair determinados tipos de investimentos e profissionais considerados de alto grau de intelectualidade, acabam por proporcionar um aumento da própria capacidade de consumo do seu mercado, já que seu morador possui um alto poder aquisitivo (SPOSITO, 2001).

Um dos fatores impulsionadores deste deslocamento acentuado de unidades industriais para as cidades médias bem como de empresas, está relacionado ao fato de que houve uma extraordinária melhoria nos sistemas de transportes e de telecomunicações. Isto fez com que os custos com tais eventos também diminuíssem e, conseqüentemente, a relativa participação desses custos no preço de mercadorias. Esta baixa nos preços de transporte pode, por exemplo, deslocar para o interior das cidades médias consumidores das cidades menores que estão à sua volta, já que estas cidades médias oferecem excelentes condições de oferta de equipamentos comerciais e serviços. No que se refere aos sistemas de comunicações, mesmo elas sendo dotadas de alta tecnologia para conexão e articulação, os custos certamente são maiores para a realização desta comunicação (SPOSITO, 2001).

Podemos exemplificar tal situação com a cidade de Uberlândia. Ela é conhecida nacionalmente pela presença, em seu espaço territorial, de grandes empresas, com destaque para aquelas que operam no setor atacadista, como Martins, Armazém do Comércio – ARCOM, Peixoto etc. Essas empresas trabalham com sistema de distribuição de mercadorias por todo território nacional. Pensando-se em custos de transporte, quanto menores forem estes, melhor será para elas. Atualmente essas empresas têm investido alto em tecnologia para agilizar e diminuir custos; têm adquirido bandas de comunicação exclusiva por satélite, por onde circulam as informações oriundas dos microcomputadores de seus vendedores.

Ora, em um passado não muito remoto, essas informações eram repassadas para a matriz e dali eram distribuídos os pedidos. Era uma forma de distribuição que gerava custos, pois as entregas de mercadorias dependiam de contatos hierarquizados. Hoje, para se realizar um entrega de um produto em uma dada região, basta acionar uma unidade de transporte mais próxima a este local (um caminhão, no caso), este se deslocará para lá³⁰.

As facilidades de transporte e de comunicação, desta forma, têm diminuído custos, elevado lucros e possibilitado que mercadorias, bens e serviços estejam ao alcance de um número maior de consumidores.

O comércio de bens e serviços, em virtude da localização geográfica dessas cidades médias, tem desconcentrado atividades que até então eram exclusivas de grandes centros. Podemos notar que grandes redes de supermercados e hipermercados, novas formas de comércio (*shoppings centers*, franquias) estão presentes no cotidiano destas cidades. A atuação destes setores é notadamente perceptível em cidades médias, de rendas mais elevadas, o que também faz com que a circulação de pessoas que buscam tais atividades aumente³¹.

As cidades médias têm apresentado atributos que as coloca em destaque frente à nova organização sócio-econômica do país. Entretanto, elas merecem ser melhor estudadas uma vez que estão recebendo grandes investimentos que as destacam no país.

E é diante destes contextos que migrantes têm buscado tais cidades para se estabelecer, numa tentativa de reprodução de sua vida material e ou social. Os fluxos migratórios sem direção às cidades médias se acentuaram nas últimas décadas, em virtude de uma série de fatores já mencionados. No período demonstrado as cidades médias receberam mais migrantes do que os enviaram para outras unidades federativas do país, dada a positividade dos

³⁰ Estas empresas contam com bases de centralização de mercadorias em várias cidades e regiões do país. Desta forma, não se faz necessário que essas mercadorias saiam da matriz, no caso em Uberlândia, pois podem sair dos postos avançados.

³¹ Têm-se tornado comuns, caravanas de pessoas que percorrem mais 100 Km em busca de acesso ao consumo de bens e serviços (supermercados, roupas de *griffes*, por exemplo).

saldos migratórios, que se referem à quantidade de imigrantes menos o número de emigrantes (ANDRADE, SANTOS E SERRA, 2001)

As cidades médias apresentam diferenças significativas de acordo com as regiões onde se localizam; portanto, são heterogêneas, e no que se refere aos fluxos migratórios também essas diferenças podem ser percebidas. Encontram-se cidades que apresentam forte atração de migrantes, aquelas que são tidas como emissoras, as estáveis e até mesmo aquelas que são apenas de passagem de migrantes.

A migração é um componente urbano que demonstra que, mesmo se uma localidade perca seu dinamismo econômico, ainda assim pode continuar sendo alvo de fluxo migratório. Isto pode levar à ocorrência posterior de uma nova etapa migratória, uma vez que o sujeito da ação irá buscar novamente encontrar, em outra localidade, a satisfação de um desejo ou de uma necessidade, emprego, por exemplo. Matos (2005) afirma que do total de imigrantes entre as décadas de 1980 e 1991, a Região Sudeste foi quem recebeu o maior número de migrantes em suas cidades médias.

Os índices de migração de uma cidade podem informar sobre quanto uma dada localidade desperta interesse nas pessoas que ali residem, ou até mesmo das áreas que estão no seu entorno. Além disto, podemos começar a compreender o porquê de determinadas áreas, ao contrário, serem alvos de imigrações.

Andrade, Santos e Serra (2001) consideram que existem, no país, cidades médias que apresentam baixas taxas tanto de emigração como de imigração; são as chamadas estáveis, a saber, Nova Friburgo, Campos, Petrópolis, Divinópolis e Pelotas/Rio Grande. Vale ressaltar que destas, três estão localizadas no interior do estado do Rio de Janeiro, o que pode ser reflexo, por um lado, do esvaziamento econômico desse estado, bem como pelo fato de que o objetivo de inserção de cidades médias, como diques de fluxo migratório para região metropolitana, não foi alcançado.

As cidades médias estagnadas seriam aquelas que os autores definem como possuidoras de altas taxas de emigração. Seriam, no total, quatro cidades: Sobral-CE, Teófilo Otoni-MG, Lajes-RS e Jundiaí-SP, que apresentaram, durante a década de 1980, saldo migratório negativo. As três primeiras têm alta população rural e neste contexto há forte processo de saída do campo para outras cidades. Já, Jundiaí pode estar perdendo população para as cidades vizinhas, uma vez que faz parte de uma área onde se observa uma conurbação da região metropolitana de São Paulo.

As cidades com altas taxas de imigração, combinadas com baixas taxas de emigração são, segundo Andrade, Santos e Serra (2001), as que representam o grupo mais dinâmico, uma vez que crescimento econômico e demográfico se apresenta de forma intrínseca. São oito as cidades médias representantes deste grupo e estão localizadas no entorno de capitais estaduais ou em regiões metropolitanas; destacam-se aqui Santos-SP, Campinas-SP e Vitória-ES.

A cidade de Uberlândia é considerada ao lado de Juazeiro/Petrolina; Anápolis-GO; Cariacica; Vila Velha-ES; São Vicente-SP; Bauru-SP; São José do Rio Preto-SP, cidade média de altas taxas de imigração combinadas com médias taxas de emigração, uma vez que apresentam possuem altos indicadores referentes ao tamanho funcional urbano e à base industrial. (ANDRADE, SANTOS e SERRA, 2001).

Ainda existem cidades médias, mesmo que pareça impossível, que recebem e expulsam, ao mesmo tempo, migrantes que implicam forte situação de fluidez; essas cidades desempenham papel de etapas intermediárias dos fluxos migratórios denominadas cidades de passagem; entre elas encontram-se sete cidades, quatro localizadas na área da fronteira amazônica (Marabá, Dourados, Rondonópolis e Imperatriz) e três no Paraná (Maringá, Foz do Iguaçu e Cascavel), segundo Andrade, Santos e Serra (2001).

Os deslocamentos de migrantes nas cidades médias se apresentam, de certa forma, com várias origens, podendo-se dar destaque maior àqueles realizados pelos migrantes dentro dos seus estados de origem. A *tabela 2*

demonstra a origem dos imigrantes nessas cidades, ao longo da década de 1980-1991.

TABELA 2: CIDADES MÉDIAS: IMIGRAÇÃO E SALDOS MIGRATÓRIOS, 1991.

Escalas temporais	Imigrantes rurais (%)	Migração intra-estadual (%)	Migração intra-regional (%)	Migração inter-regional (%)	Taxa anual de cresc. urbano (%)
Cidades Médias do NO	29,4	50,2	10,4	36,8	5,71
Cidades Médias do NE	33,7	67,1	12,9	20,4	3,39
Cidades Médias do SE	18,9	69,5	13,8	18,0	2,90
Cidades Médias do S	27,5	70,6	13,5	18,2	2,86
Cidades Médias do CO	17,3	53,9	18,8	25,1	6,72
Cidades Médias	22,9	67,3	14,1	19,5	3,19

FONTE: Contagem populacional de 1991 *apud* Serra (2001).

Portanto, os fluxos migratórios, nas cidades médias, também se apresentam de forma diferente, de acordo com as regiões onde se inserem, e também apresentam características diferenciadas, de acordo com a proximidade ou não de uma metrópole, apresentando saldos migratórios distintos. Além disto, no contexto das cidades médias, estudar a inserção dos fluxos migratórios se apresenta de forma inevitável, uma vez que tais fluxos acabam por ter conteúdos significativos na participação populacional de tais cidades.

5. REDES NA MIGRAÇÃO EM UBERLÂNDIA

A cidade de Uberlândia foi definida como pólo regional, juntamente com mais 11 cidades mineiras, pela Fundação João Pinheiro, a partir de 1985, e segundo o IBGE-REGIC (2007) é considerada Capital Regional B³², uma vez que tem, sob sua área de influência, mais de 32 municípios, das quais cerca de 20 se relacionam com a cidade em grau de intensidade bastante significativo, ou seja, o poder de polarização da cidade se relaciona ao papel que ela ocupa na hierarquia urbana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Uberlândia, com a expansão das funções urbanas centrais e o aparecimento das especializações produtivas e das novas funcionalidades passou por uma refuncionalização urbana, resultando na alteração da natureza, da intensidade e dos padrões espaciais de interações, tornando-se capaz de regular e controlar a circulação de mercadorias, pessoas, capitais e informações em um raio de aproximadamente 200 quilômetros, indicando, assim, [...] “a presença de importantes solidariedades horizontais estruturadas em torno da referida cidade, isto é, a manutenção de relações contíguas no seu espaço de polarização” (BESSA, 2005, p. 188). A *figura 2* dá uma idéia da área de abrangência da cidade.

O poder de polarização de cada cidade está diretamente relacionado com a posição que cada uma ocupa na hierarquia urbana do Triângulo Mineiro, segundo Bessa (2001) e Soares *et al* (2004). Em decorrência desse nível de polaridade, que envolve disponibilidade de oferta de serviços como os de saúde (hospitais com especialidades); postos de atendimento da seguridade social (INSS, postos de recolocação trabalhista); ensino (presença de instituições de ensino superior público e privada); serviços bancários específicos (sede regional da CEF e Banco do Brasil). Entre outros fatores, ela

³² Integram esse nível 70 centros que, como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino para um conjunto de atividades, por grande número de municípios. Essa classificação decorre da análise da função de gestão do território da cidade com relação a áreas de concentração de população (REGIC, 2007, p. 11).

acaba sendo destino de um número significativo de pessoas que a buscam com o intuito de complementar serviços e atividades que não possuem em suas cidades de origem. A cidade se apresenta “como um centro altamente centralizador de uma área de aproximadamente trinta municípios, que recorrem à cidade para complementar as atividades de comércio, saúde, educação e serviços especializados que não possuem” (SOARES, 1995, p. 260) *figura 3.*

FONTE: IBGE-REGIC, 2007

Como se observa na figura acima, os dados do “Estudo das Regiões de Influência das Cidades” – REGIC (IBGE, 2007) corroboram a centralidade exercida por Uberlândia, delineando a área mais fortemente nucleada, que abarca uma gama de municípios de seu entorno mais imediato, com irradiação no sentido do sul goiano e de uma franja do norte paulista. O fortalecimento da centralidade, evidentemente, foi acompanhado de enorme crescimento populacional.

Se focalizarmos o conjunto de 30 municípios que compõem a aglomeração de Uberlândia ainda de forma descontínua³³, tal como delineada por Alves da Silva *et al* (2001), observa-se que, em relação à população total do aglomerado, a participação de Uberlândia é crescente, tendo passado de 16% para 33%, entre 1970 e 2000. Isto é, houve uma progressiva concentração populacional na cidade-pólo-destino principal dos migrantes que saem dos pequenos municípios desse aglomerado.

Em função do capital mercantil ocorreu em Uberlândia uma diversificação produtiva, com investimentos nos setores agropecuário e industrial que, em uma situação de causa e efeito, acabaram por fomentar ainda mais as atividades comerciais. Tal processo demonstra a endogeneização da apropriação da renda, pois os recursos obtidos permitiram uma diversificação econômica e, conseqüentemente, a articulação entre os capitais agropecuário, comercial e industrial (BESSA, 2004). O *gráfico 1* demonstra como são divididas as atividades econômicas do município.

³³ O aglomerado urbano de Uberlândia é constituído pelo núcleo e por outros 29 municípios do seu entorno, a ele fortemente articulados.

GRÁFICO 1
UBERLÂNDIA: PARTICIPAÇÃO EM % DOS SETORES ECONÔMICOS, 2008.

FONTE: CEPES/IEUFU, 2008.

Também Guimarães (1990, p. 206) afirma que “o desempenho do capital comercial representa a própria capacidade uberlandense de apropriação do excedente produzido internamente”. Segundo Ballet Sanfeliu e Llop Torne (2003); Soares (1995; 1999) cidades como Uberlândia, ao se desatacarem no comércio e no serviço, tornam-se centros polarizadores da rede urbana.

Soares e Bessa (1999) afirmavam que a urbanização, nessa região, foi intensificada somente a partir dos anos de 1970, em decorrência da modernização do campo, da industrialização planejada e das inovações tecnológicas impostas à economia regional. Esses fatores promoveram um processo de intensa urbanização e, por conseguinte, uma nova funcionalização da rede urbana, não só nas cidades médias, mas também no restante do país

O desenvolvimento de novas e mais complexas estruturas nos setores produtivos³⁴ causou profundas modificações em Uberlândia, uma vez que ampliou a esfera demográfica, aumentou a complexidade dos sistemas técnicos, a criação de novas funções, transformou a estrutura de empregos, intensificou as trocas e os fluxos internamente à região, bem como aumentou

³⁴O desenvolvimento das atividades econômicas, em Uberlândia, é marcado pela modernização agropecuária, pela expansão de um complexo agroindustrial processador de grãos e de carnes e pela ampliação e diversificação das atividades vinculadas ao setor terciário, caracterizado pelo comércio atacadista e varejista, bem como pela prestação de serviços. Com relação à constituição e expansão do complexo agroindustrial, ver Cleps Jr. (1998). A respeito da constituição e expansão do comércio atacadista, ver Cleps, G. (1997; 2000). Com relação à expansão da indústria, ver Martins (1996; 2000).

as possibilidades de uma maior integração com o território nacional, pois proporcionou o surgimento de especializações e, conseqüentemente, o aparecimento de complementaridades.

Em Uberlândia, a redução da população rural em favor da população urbana é uma condição importante que caracteriza o seu processo acelerado de urbanização. Todavia, não foi somente a expulsão do homem do campo que reorganizou a estrutura demográfica da cidade. O processo que garante a uma rede urbana novos papéis promoveu a projeção de alguns centros urbanos em detrimento de outros e entre estes é possível citar Uberlândia.

O incremento populacional na cidade, entre as décadas de 1970-2000, reflete a atração exercida pelo município. A população residente do município de Uberlândia, em 2000, de 501.214 habitantes, representava o dobro de pessoas que residiam neste município em 1980, e quatro vezes a população de 1970, conforme a *tabela 3* demonstra, seguindo assim a mesma tendência nacional do crescimento das populações urbanas em detrimento das populações das áreas rurais (IBGE, 1970-2000).

TABELA 3: UBERLÂNDIA: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL E URBANA (1970-2000).

Pop.	1970	1980	Evolução 1970-80	1991	Evolução 1980-91	2000	Evolução 1996-98	Evolução 1970-00
Rural	13.240	9.363	-29,3	8.881	-5,1	12.218	37,6	-7,7
Urbana	111.466	231.598	107,8	357.848	54,5	488.270	36,4	388,0
Total	124.706	241.961	93,2	366.729	52,2	501.214	36,5	311,3

FONTE: IBGE – Censos demográficos, 1970, 1980, 1991 e 2000.

ORG.: BESSA, K.C.F.O.

Comparando o crescimento populacional da cidade com o da mesorregião e do estado, no período de 1991-2000, as taxas uberlandenses ficaram bem acima das verificadas para Minas Gerais e Triângulo Mineiro, a cidade de Uberlândia cresceu 36,52%, e o Triângulo Mineiro e Minas Gerais cresceram, no mesmo período, 24,42% e 24,47%, respectivamente. Em parte,

o crescimento se explica pela migração rumo a Uberlândia ou as outras cidades e áreas do Triângulo Mineiro (OLIVEIRA, 2008).

De acordo com dados do BDI (2007), a cidade possuía, no ano de 2006, um total populacional de 600.368 habitantes, sendo que, desse total, 585.719 pessoas habitaram a área urbana do município e 14.649 a área rural, atingindo a taxa de urbanização de 97,55%. Já para o ano de 2008, a projeção populacional simplificada da cidade de Uberlândia segundo o BDI (2008) era de uma população residente de aproximadamente 645 mil habitantes. Desse total, 98% residem na cidade, ou seja, o município de Uberlândia permanece com expressivo grau de urbanização e com pessoas residindo na área rural de aproximadamente 2%, o que gera acentuada pressão por serviços urbanos: habitação, saneamento básico, energia elétrica e comunicação, educação, saúde, segurança pública, entre outras requisições.

A sua localização geográfica, em uma região que estabelece um elo entre três grandes centros econômicos e políticos do país, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília, faz com que cidade tenha seja um ponto para o escoamento da produção industrial no decorrer do crescimento industrial brasileiro, já que se encontra estrategicamente situada, funcionando como elo entre o norte e o sul do país.

Uberlândia possui uma área de 4.115 Km² dos quais 213 km² correspondem ao perímetro urbano e localiza-se na porção oeste do Estado de Minas Gerais, na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, *figura 4*.

FIGURA 4
UBERLÂNDIA: PERÍMETRO URBANO, 2009.

No que tange à construção de sistemas técnicos associados aos transportes, vale ressaltar que Uberlândia se encontra localizada num importante entroncamento rodoferroviário interage com redes nacionais de circulação que estabelece fluxos no sentido leste-oeste e norte-sul.

A cidade é cortada por quatro rodovias federais, sendo uma radial, a BR-050, que liga São Paulo a Brasília, em um sentido sul-norte; outra diagonal, a BR-365, que interliga Montes Claros e Belo Horizonte aos Estados de Goiás e Mato Grosso, em um sentido leste-oeste; e outras duas, a BR-452 e a BR-497, que fazem ligações com os Estados de Goiás e de Mato Grosso, respectivamente, conforme observado na *figura 5*.

Além destas, existem vias de circulação vicinais, que complementam a malha viária no plano regional, permitindo uma circulação entre a cidade de Uberlândia, o seu campo e as demais cidades da região, isto é, são responsáveis pela circulação local e pela articulação com a rede intra-regional, o que facilita os deslocamentos de pessoas e serviços e a divisa com importantes estados, como São Paulo, Goiás e Brasília.

No contexto das migrações internas, inúmeras são as cidades do país que têm sido o destino de uma quantidade significativa de migrantes. Ao

contrário do que se estabelecia nos anos de 1970 a 1980, há um peso considerável de imigrantes que não estão, necessariamente, nas capitais metropolitanas, e que tem se estabelecido nas áreas contínuas das metrópoles. Diante dessas mudanças no padrão migratório, entender a atração de algumas cidades não seria difícil visto que muitas cidades apresentam condições significativas para atrair migrantes como os altos índices econômicos e sociais, por exemplo. Todavia, esses índices, em especial os sociais, não são tão aparentes assim, visto o número significativo de “não inclusão” apresentado por eles nessas “novas áreas de prosperidade”.

Uberlândia é uma cidade em que a imigração é fator indissociável de sua configuração histórica e de sua realidade sócio-econômica. Diversificado e heterogêneo, o contingente migratório, contudo, abriga expressiva parcela de pobres, como se verá a seguir. São eles, em boa medida, fruto da modernização e agroindustrialização do entorno regional, que, somadas às políticas nacionais de retração do crescimento e baixa geração de emprego, alimentou uma massa de trabalhadores e pequenos produtores expropriados. Não encontrando lugar nas pequenas cidades, acabaram se deslocando para o espaço urbano de Uberlândia e inserindo-se principalmente nas atividades do setor terciário, boa parte deles submetidos a condições de trabalho precárias.

Influenciada pela construção de Brasília, pela modernização e expansão da fronteira agrícola e pela adoção de políticas que visavam um breve crescimento nos mais variados setores, a cidade de Uberlândia vem sendo foco de atração para as pessoas que vivem nas cidades circunvizinhas, bem como para as oriundas de outros estados, fronteiriços ou não.

O Triângulo Mineiro, uma das mesorregiões³⁵ do estado, conta com a presença dos chamados, segundo a Fundação João Pinheiro, pólos regionais possuem outros municípios que gravitam em seus entornos. Segundo Matos (1998), a mesorregião em questão é comandada pela cidade de Uberlândia, conforme observado na *figura 6*.

³⁵ De acordo com a Fundação João Pinheiro, são estabelecidas para Minas Gerais dez "Regiões de Planejamento", compostas de microrregiões (as mesmas estabelecidas pelo IBGE) que, por sua vez, são formadas por municípios (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1996, p. 37).

FIGURA 6
MICRORREGIÃO DE UBERLÂNDIA NA MESORREGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA, 2009.

A pesquisa “Síntese de Indicadores Sociais”, feita pelo IBGE (2007), revelou que o Sudeste recebeu mais da metade (50,1%) dos 19,7 milhões de imigrantes registrados no Brasil naquele ano.

Em Uberlândia, a terceira maior cidade de Minas Gerais, com base nos indicadores econômicos tanto regionais como estaduais e populacionais o crescimento migratório da cidade foi da ordem de 82% em 1970, de 71,5%, em 1980, de 53,5%, em 1991, e de 43%, em 1996 e mesmo com os dados demonstrando queda da participação migratória na população de Uberlândia década a década, esse crescimento, ainda, assim é significativo quando comparado ao que ele representa no contexto geral da população residente na cidade (IBGE, 1979-1996). O Censo Demográfico de 2000 confirmou a posição de Uberlândia como espaço de atração populacional, já que cerca de 21,4% da população residente era de nascidos em outros estados, com destaque para a participação de goianos e paulistas e 31,3% de pessoas naturais de outros municípios do próprio estado, *tabela 4*.

TABELA 4: UBERLÂNDIA: ORIGEM DOS MIGRANTES, 2000.

Unidades da Federação	Total	Participação Relativa (%)	Proporção população residente em 2000 (%)
REGIÃO SUDESTE*	179.582	68,0	35,83
Espírito Santo	537	0,2	0,11
Rio de Janeiro	2.025	0,8	0,40
** São Paulo	20.270	7,7	4,04
Minas Gerais	156.750	59,4	31,27
REGIÃO CENTRO-OESTE	50.131	19,0	10,00
Mato Grosso do Sul	716	0,3	0,14
Mato Grosso	2.186	0,8	0,44
** Goiás	45.125	17,1	9,00
Distrito Federal	2.104	0,8	0,42
REGIÃO SUL	6.285	2,4	1,25
Paraná	4.056	1,5	0,81
Santa Catarina	749	0,3	0,15
Rio Grande do Sul	1.480	0,6	0,30
REGIÃO NORDESTE	25.062	9,5	5,00
Maranhão	1.920	0,7	0,38
Piauí	1.017	0,4	0,20
Ceará	2.133	0,8	0,43
Rio Grande do Norte	6.836	2,6	1,36
Paraíba	3.324	1,3	0,66
Pernambuco	2.328	0,9	0,46
Alagoas	708	0,3	0,14
Sergipe	182	0,1	0,04
Bahia	6.614	2,5	1,32
REGIÃO NORTE	2.956	1,1	0,59
Rondônia	489	0,2	0,10
Acre	55	0,0	0,01
Amazonas	276	0,1	0,06
Roraima	12	0,0	0,00
Pará	1.271	0,5	0,25
Amapá	7	0,0	0,00
Tocantins	846	0,3	0,17
TOTAL	264.016	100,0	52,68

FONTE: IBGE – Censo demográfico de 2000.

*Minas Gerais – movimento migratório dos demais municípios mineiros.

**Estados com maior número de migrantes no contexto de Uberlândia.

ELABORAÇÃO: CEPES/IEUFU, 2007.

ORGANIZAÇÃO: BRUMES, K.R

Com relação aos motivos que fomentam o movimento migratório, dados indicavam que grande parte o fazia pela procura por trabalho, 64,6%, o segundo motivo se relacionava à presença de parentes na cidade, 21,5%

(relações de parentesco), que proporcionam, num segundo momento, a busca de emprego, educação e outros recursos que este município oferece, *figura 7*.

FIGURA 7
UBERLÂNDIA: PERCENTUAL DE IMIGRANTES POR REGIÃO
E MOTIVO DA MUDANÇA PARA A CIDADE, 2001.

FONTE: CEPES/IEUFU, 2007.

As investigações relativas à migração revelam que ela é resultado de dois processos: um bem mais consciente e voluntário conduz os migrantes a participar da vida social, econômica e política local e a aceitar suas regras a fim de alcançar objetivos, que visam melhorar suas condições de vida; o outro

processo bem mais inconsciente e involuntário o levam a adotar modos de ser e fazer coisas que modificam seus comprometimentos no espaço público e familiar. São estes processos que devem ser considerados simultaneamente no lugar de trabalho, em um bairro e em associações de todo os tipo nos estudos das redes de solidariedade entre os migrantes.

Nos lugares de chegada, os migrantes interagem efetivamente em função de sua situação de trabalho e da localização de suas casas, bem como de sua participação em associações que defendem os direitos dos trabalhadores ou mesmo naqueles que defendem os vizinhos de um bairro, as chamadas associações de moradores, que seriam os pontos de partida dos vínculos de solidariedade e de amizade.

São nestes locais que os migrantes estão ao mesmo tempo comprometidos na vida social, econômica e política de seus lugares de origem. Por um lado fazem festas e obras, por outro fazem parte de associações constituídas por membros de seus povos que visam melhorar suas condições de vida, que também visam ressaltar social e politicamente suas especificidades culturais.

Segundo Dorneles (2002), existe uma necessidade de que a realidade das redes seja melhor esclarecida e aprofundada, melhorando assim a aproximação dos agentes em relação aos migrantes, e conseqüentemente, a sua organização comunitária, sócio-cultural e política. Ainda segundo o autor, várias são as tendências que podem ser captadas por meio das redes e que ajudar a compreender como a migração de fato ocorre, assim as redes podem proporcionar nos migrantes a sensação de maravilhamento, uma vez que estes enxergam nelas uma multiplicidade de formas nas quais muitos migrantes se relacionam; elas podem fazer com seus integrantes sejam militantes, na luta pela mobilização social e política das classes populares; elas ainda promovem nos migrantes certa a-criticidade, associando-a as múltiplas formas de redes de trabalho, de movimentos sociais, de empresas, entre outras, sem perguntar se realmente são redes.

As redes possuem estratégias que podem levar um grupo de migrantes a se inserirem de um modo mais fácil em uma nova estrutura social, uma vez que ela pode mediar o ingresso do migrante no mercado de trabalho e facilitar o contato com os códigos sociais, culturais e morais e com outras instituições públicas, privadas da sociedade de adoção. Percebe-se que por estas definições, que no âmbito da rede que o projeto migratório podem se enunciar porque as redes mobilizam recursos e as estratégias para concretização das migrações (DORNELES, 2002).

Outras relações estabelecidas pelos migrantes presentes em Uberlândia podem ser observadas por meio da análise das redes apropriadas, pois elas permitem analisar mais do que uma relação de troca entre migrantes e cidade. As análises das migrações têm tido como principal foco as determinantes macro mais do que as micro, que enfatizam os sujeitos, e que podem ser captadas, por exemplo, com a inserção do instrumental rede social.

Nesta perspectiva em Massey *et al* (1990, p. 164), "as redes migratórias compõem um conjunto de laços sociais que ligam comunidades de origem aos específicos pontos de destino nas sociedades receptoras". Os trabalhos de Matos; Braga (2005), Massey *et al* (1990), Tilly (1990), Boyd (1989) e Sasaki; Assis (2000) demonstra a importância das redes sociais na articulação dos processos migratórios, enfatizando a solidariedade no interior dos grupos migrantes como uma das características que configuram e sustentam as redes.

Neste sentido trabalhar com a idéia de redes é salutar, pode ajudar a explicar como os migrantes acabam por se inserirem em realidades diversas no âmbito de uma cidade, no caso aqui da cidade de Uberlândia. A busca de matrizes que tragam uma melhor evidência daquilo em que se tem constituído o fenômeno migratório e como ele, por meio das redes se materializa nos territórios das cidades, levando em consideração a participação do migrante no processo e suas relações estabelecidas com outros sujeitos.

Em Uberlândia, vários indicadores (BDI, CENSOS) apresentam dados referenciais que permitem observar a dinâmica migratória da cidade. Estes

apontam para apresentação de que os motivos que fazem com as pessoas se desloquem, se vinculam aos aspectos econômicos. Todavia, eles não são capazes de revelar como os sujeitos dessa migração se estabelecem, na cidade, e as redes podem ser estratégias sociais e econômicas de sobrevivência e de sustentabilidade. Elas podem ser desenvolvidas para e por imigrantes, promovidas por organismos governamentais ou por iniciativas da sociedade civil, movidas por interesses políticos, laços de parentesco, de vizinhança, ou amizade.

Como exemplo da atuação das redes sociais no mundo migrante é comum observar como certas etnias de migrantes ou migrantes provenientes de uma mesma localidade acabam enveredando por um mesmo nicho de trabalho. Silva (1997) dá o exemplo de bolivianos em São Paulo que trabalham clandestinamente em uma rede de oficinas de costura; outro exemplo de rede social se dá quando um nordestino migrante encontra um conterrâneo (mesmo que de outro Estado da Região), recebe-o como um grande e velho conhecido:

Encontrar um conterrâneo é como encontrar uma família, é como encontrar um parente, a gente vai tirando essa sensação só com o tempo, vai começando a ver as pessoas daqui também com essa mesma emoção, com essa mesma utilidade. No começo, quando eu encontrava alguém de Janaúba, tinha vontade de trazer pra dentro de casa, talvez pra amenizar a saudade, talvez pra falar dos mesmos assuntos, pra dividir as experiências³⁶.

Em Uberlândia, as características encontradas em cada forma de inserção dos migrantes são relativas ao modo como essa ajuda mútua vai ser desenvolvida e formalizada, o que produz diversas experiências, maneiras de fazer e de pensar a migração. A tipologia usada na pesquisa absorve o contexto, ora relacional, ora autônomo com ênfase recaindo sobre grupos distintos de migrantes da cidade, abordados em empresas, entidades

³⁶ Declaração cedida em 2008 por Patrícia Kleyber nascida em Janaúba, norte de MG, desde 2000 em Uberlândia.

filantrópicas, setores de atendimento público ao migrante e os encontrados em atividades informais, como os de camelódromos.

5.1. REDE SOCIAL E O PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Motivadas por alguns atributos oferecidos pela cidade já abordados anteriormente, a maioria das pessoas que chega à cidade o faz à procura de emprego, todavia, nem sempre o fato de consegui-lo garante que o desejo de inserção aconteça de forma satisfatória. Muitos são os casos em que a adaptação ao território uberlandense se dá por meio de redes sociais, já que mostram solidariedade, estratégias e reciprocidade ao sujeito que necessita de sua atuação. As redes sociais, numa perspectiva de cunho mais recíproco, tem como ponto forte proporcionar aos migrantes relações sociais que visam interá-lo e compreendê-lo em seu cotidiano.

Na cidade de Uberlândia, como forma de atender à demanda de imigrantes a Prefeitura Municipal de Uberlândia - PMU mantém dois setores vinculados à Secretaria de Desenvolvimento Social, a saber, o Albergue Ramatis (*figuras 8 e 9*) e o Setor de Atendimento ao Migrante.

Poderíamos pensar em um tipo de rede intermediada pelo poder público em que as relações de poder, normalmente, não são explicitadas, contudo, há uma hierarquização que se converte em intervenções sobre o cotidiano dos migrantes, com intuito, no caso do poder público, de erradicar a pobreza (VARGAS, 2003). A PMU, promove ações de integração e o acondicionamento àqueles que procuram e que necessitam da intervenção do poder público.

No caso do poder público local, as políticas adotadas passam pela manutenção de poder local frente a um fenômeno como o da migração e, por conseguinte, de um grupo de migrantes que não tem as características "aceitas".

FIGURAS 8 E 9
UBERLÂNDIA: MIGRANTES NO ALBERGUE RAMATIS, 2008.

FONTE: JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA, 2008.

FONTE: JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA, 2008.

Mills e Hunter (1956) já falavam da idéia de que o poder público é dotado de um conjunto de valores e visões de mundo que têm a mesma origem social e econômica. Isso vai ao encontro das idéias expressas pelos representantes do poder público municipal³⁷.

No caso de Uberlândia quando o poder público é questionado sobre o papel que os migrantes têm na cidade, as explicações dadas refletem dois pontos. O primeiro é que os migrantes do grupo aqui abordado, a saber, os que precisam da intervenção do poder público municipal mais eficaz, são vistos como os que possuem muita dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Mesmo que a busca por trabalho não seja a única questão que faz tais homens e mulheres optarem pela migração, não dá para deixar de discorrer sobre ela, já que estava nitidamente presente, não apenas envolvida na questão do estigma, mas envolvida na própria justificativa de mudança.

A segunda perspectiva é oriunda dessa primeira, ou seja, para o poder municipal só “fica sem trabalho quem quer”, uma vez que há setores de atividade que oferecem possibilidades de trabalho a todo o momento o que não justificaria o elevado número de pessoas necessitando de suas intervenções diretas. Mais do que a busca de emprego, os migrantes devem ocupar lugares e posições no contexto da cidade.

A Secretaria de Desenvolvimento Social criou o Conselho de Atendimento ao Migrante para acompanhar a situação dos migrantes. Esse setor é responsável por realizar estudos para conhecer as reais necessidades do município em relação à quantidade de vagas que precisam existir em albergues para atender aos migrantes desprovidos de maiores condições financeiras, e que têm no poder público o intermediário nessa relação. As assistentes sociais do setor, por meio de busca ativa e também por meio de atendimentos nos locais públicos, dão assistência mensalmente a cerca de 180 pessoas, que depois de “investigadas” são conduzidas ao Setor de

³⁷ O entendimento do papel do migrante que carece da intervenção da PMU foi captada por meio de entrevistas a respeito da dinâmica migratória na cidade e seus sujeitos, realizadas entre os anos de 2005-2008 com seus representantes. Elas seguiram o roteiro contido nos anexos 5 e 6.

Atendimento ao Migrante e ao Albergue Ramatis (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 2008).

Este braço do poder público municipal, contudo, não procura saber se a busca por trabalho é a única questão que faz homens e mulheres optarem pela migração. Mesmo que esse fator esteja presente e que sempre exista o intuito de trabalhar e ele sendo citado como motivo para muitas mudanças, isto não implica que não haja outros motivos.

Fundado em junho de 1965, o Grupo Ramatisiano Albergue Noturno³⁸, localizado no Bairro Brasil, trabalha por dia com cerca de 25 pessoas que chegam à procura de alimentação. O albergue oferece pernoite a uma média de 10 pessoas que podem pernoitar no máximo por três dias. Todavia, caso a pessoa esteja aguardando ser chamado para ocupar uma vaga no mercado de trabalho, alguns dias a mais são concedidos. Vale salientar que desse total de migrantes, uma média de 10 são encaminhados pelo conselho do município e os demais o procura livremente (ALBERGUE RAMATIS, 2008).

Na visita ao albergue³⁹, tivemos a oportunidade de abordar quatro migrantes o que nos ajudaram a começar a entender e a pensar como deveria ser uma rede social promovida pelo poder público. De início, buscamos extrair dos migrantes os motivos pelos quais estavam em Uberlândia, tentando posteriormente discutir os efeitos da complexa interdependência presente na produção de políticas sobre a ação social, considerando não apenas as ligações em torno dos sujeitos (ou as suas interações individuais), mas também a estrutura dos vínculos e os padrões gerais em que esses estão inseridos. Com esta expectativa falamos com a Sra. Madalena, sujeito 1⁴⁰, uma goianiense de 44 anos, com ensino fundamental incompleto e que estava na cidade há oito meses, que ao ser questionada sobre sua estada na cidade assim relatou-nos:

³⁸ Informações coletadas por meio de entrevista realizada em 13 de agosto de 2008, com a responsável pelo Albergue.

³⁹ No dia da visita ao albergue estavam ali presentes quatro migrantes, porém as entrevistas foram realizadas com apenas três migrantes que aparecem no texto.

⁴⁰ Entrevista realizada no dia 13 de agosto de 2008, no Albergue Ramatis.

Sra. Madalena - É a fama do lugar. Hoje em dia, por tudo onde você corre é a mesma coisa, mas a fama puxa a migração. Por exemplo, o cara fala assim “tal lugar está bom de serviço”, aí você vai lá passear e ver que realmente está bom de serviço. E você vai lá, vende tudo o que você tem e vem para cá.

Já o Sr. Paulo, sujeito 2⁴¹, cearense de Russas, vivendo em Uberlândia há um ano e que possui o ensino fundamental completo, quando questionado assim se expressou:

Sr. Paulo - Saí de casa há meses por problemas decorrentes do uso de drogas, depois de Brasília, cheguei a Uberlândia onde quero trabalhar na área de pneus e pretendo permanecer. Gostei da cidade, mas ainda tenho dificuldades para me manter nos trabalhos que consigo, por isso preciso da ajuda aqui do albergue.

D. Josefa, sujeito 3⁴², mineira de Tupaciguara, de 28 anos, moradora de Uberlândia há quase cinco meses e possui o ensino fundamental incompleto, revelou-se um pouco mais quando questionada sobre as lembranças de sua cidade:

- Quando você vai para Tupaciguara e alguém fala que está vindo para cá, você dá incentivo?

D. Josefa – Mudei-me para Uberlândia acompanhando meu marido, que tem família na cidade, eles falavam da cidade, eu falo da cidade para outras pessoas, mas falo que é difícil.

- E tem muita gente que está lá querendo vir para cá, lá da sua região?

⁴¹ Entrevista realizada no dia 13 de agosto de 2008, no Albergue Ramatis.

⁴² Entrevista realizada no dia 13 de agosto de 2008, no Albergue Ramatis.

D. Josefa – Tem, tem vontade, tem desejo de vir né!

- Muita gente?

D. Josefa - Tem muita gente (...) porque lá é uma cidade que não tem progresso, que não tem serviço, não tem muito incentivo para muita gente trabalhar.

- É mais por causa do trabalho mesmo?

D. Josefa - É mais por causa do trabalho, viu!

Tendo como referência o lugar de onde vieram, Uberlândia mostra-se, na fala deles, como a cidade para o trabalho, e nenhum dos quesitos geralmente atribuídos como causa para uma possível falta de trabalho ou desemprego é suficiente para mudar essa “qualidade de Uberlândia”.

Sobre os motivos que levaram a migrar os três afirmaram que o motivo se relacionava à busca de emprego. No entanto, mesmo esses afirmando que enfrentam dificuldades, em muitos momentos, foram categóricos em relativizá-las comparando a situação que vivenciavam em suas localidades de origem. Ao mesmo tempo eles também apontaram os motivos relacionados à presença de família, tratamento de saúde, nessa ordem. Ao migrarem, dois dos entrevistados o fizeram acompanhados por suas famílias. Mesmo o único que veio sozinho respondeu que sua intenção é a de voltar a seu local de origem, cidade de Russas-CE, para buscar os familiares que ali permaneceram.

Esses elementos exercem fortes efeitos sobre a ação individual e estratégica, influenciando a maneira pela qual a racionalidade é limitada, assim, se mais do que averiguar as condições sociais dos migrantes que chegam à cidade e que necessitam da intervenção direta do poder público, este buscase maneiras de integrá-los em rede haveria a incorporação do contexto em que se dá o desenvolvimento de uma dada política, levando à produção de interpretações mais sociológicas do comportamento dos sujeitos,

uma vez que a promoção de redes permite o estabelecimento de relações que promovem outras relações elemento central para a compreensão do padrão difuso e pouco institucionalizado que caracteriza não apenas a influência (HEINZ *et al*, 1997), como a própria coesão do poder público em muitas circunstâncias.

Ainda pensando em uma possível intermediação da PMU na constituição de redes sociais que abarquem os migrantes mais necessitados fomos observar o papel de outro braço da prefeitura que atende a migrantes. O Setor de Atendimento ao Migrante tem como principal objetivo o fornecimento de passagens caso o migrante queira ir para outra cidade ou retornar ao seu local de origem (quando possível, uma vez que é necessário recursos financeiros no próprio setor), ou encaminhá-los para os outros setores municipais que visam a inserção de migrantes no mercado de trabalho, como o próprio albergue. No dia da visita ao Setor de Atendimento ao Migrante, haviam 13 migrantes que aguardavam para serem atendidos, desses, 10 foram entrevistados.

Os migrantes presentes no Setor de Atendimento ao Migrante e no Albergue Ramatis eram oriundos de Minas Gerais (9), Piauí (1), Bahia (1), Goiás (1) e Distrito Federal (1). A *figura 10*, que demonstra a origem (cidades) da idéia dos deslocamentos que os migrantes realizaram, sendo notório o destaque para os deslocamentos oriundos de dentro do próprio estado.

FIGURA 10
UBERLÂNDIA: ORIGEM DOS MIGRANTES ASSISTIDOS PELO PODER PÚBLICO
MUNICIPAL A ÉPOCA DA PESQUISA
(ALBERGUE RAMATIS E SETOR DE ATENDIMENTO AO MIGRANTE), 2008.

O contato com os migrantes destes dois setores confirmou-nos que as ações sociais mediadas pelo poder público, de fato não proporcionam a formação de redes sociais como se esperava, elas ofertam apenas condições que possibilitam a inserção dos migrantes à cidade ao menos num primeiro momento.

A formação de redes abriria novos horizontes para o estudo de ações públicas que poderiam indicar a existência de constrangimentos e de permanência nos contextos que cercam os sujeitos. Como os padrões de vínculo e as posições nas redes tornam mais ou menos prováveis alianças e coalizões estratégicas, e dão acesso diferenciado a informações e recursos, as estruturas das redes de políticas influenciam de maneira importante as dinâmicas do poder no interior do Estado (MARQUES, 2000; 2003). A sua incorporação nas análises ajuda a superar a interpretação da ação e das estratégias políticas como efêmeras, assim como a ênfase excessiva no processo de decisão.

Para o migrante, ação social é importante porque os atende em serviços e orientações gerais e eventuais assistências sociais, mesmo com reduzida intensidade. O contato entre os próprios migrantes se dá porque muitos apresentam elos de conterraneidade, promovendo trocas de favores e formando laços de compromissos. Essa rede garante o contato entre pessoas da mesma terra natal, em posições hierárquicas diferentes. A existência de redes sociais na imigração no local de destino significa: a necessária demanda e importância na resposta às tensões e aos conflitos, os quais precisariam ser superados de forma compartilhada, pois, assim, seriam mais eficientes do que a adoção de soluções individuais (GURAK CACES *apud* FAZITO, 2002).

No caso das ações do poder público em Uberlândia, o que de início pode se configurar numa rede social intermediada por suas ações e permitiriam propor inter-relações dos migrantes com o lugar de destino os protegendo, relativamente, das tensões e dos conflitos e amenizando as dificuldades cotidianas, assim, não se configurou. Se estas fossem de fato estabelecidas poderiam, por exemplo, alterar a imagem de como outros

sujeitos veem os migrantes do grupo ora estudado. Porém, não se observa um poder público que dá suporte a redes. Este poder público ao dar suporte aos migrantes que não trabalham e são dependentes de suas ações, acaba por si próprio estereotipá-los.

Não se pode negar que ações públicas continuam atraindo, assistindo e mantendo alguns migrantes com moradia; outras, com treinamento profissional e ofertas de oportunidades de emprego. É evidente que esses intercâmbios materiais, pessoais e simbólicos criam novas sociabilidades que podem ser contabilizadas como capital social, uma vez amenizam os conflitos decorrentes das adversidades encontradas, diminuindo os riscos possíveis e, portanto, viabilizando e solidificando o processo migratório contraditório e desigual; beneficiando mais ao grupo dirigente e menos a quem trabalha, já que este é desapropriado do produto realizado.

Os sujeitos migram em busca de inserção no mercado de trabalho, a partir de informações que lhes foram repassadas por amigos, familiares e notícias, mesmo diante de antecessores que no contexto das migrações não tenham sido bem sucedidos, uma vez que tinham baixa renda e a qualificação profissional exigida pelo mercado de trabalho não era a adequada, os antecedentes e os atuais migrantes não deixaram de realizar a “viagem”, ou seja, não deixaram de realizar seus intentos com a migração.

Se as redes de fato fossem estabelecidas por meio das ações do poder público elas serviriam para reforçar ainda mais as decisões e as permanências dos sujeitos ao mediar relações entre estes e outros sujeitos migrantes que de mesma origem, seriam assim captadas mais do que as necessidades de emprego apresentadas pelos migrantes, mas também aos nós da rede que os conectariam aos pontos mais próximos mediadas por intensos fluxos.

Ainda na tentativa de mostrar que as redes não se conformaram na mediação do poder público, lançamos mão do uso da ARS para tentar captar possíveis relações dos migrantes. Este foi um desafio, visto a série de singularidades apresentadas por um grupo de migrantes que, sobretudo, estava começando a se estabelecer na cidade. Como a maior parte não tinha

relações, era de se esperar que o desenho das redes se desse com graus de interações fraquíssimos (relações de bairro, de vizinhança). Nesse sentido, o uso de ARS apresentou na condução uma desvantagem, já que a relação desses sujeitos com um lugar no sentido geográfico, não pode ser captada. A *figura 11*, com os 13 migrantes apresenta as relações sociais desse grupo de migrantes quando da aplicação da ARS, mas, a configuração resultante (sociograma) não se mostrou adequada já que os sujeitos envolvidos não possuíam, em sua grande maioria, relações com a cidade que realmente pudessem ser mapeadas.

FIGURA 11

UBERLÂNDIA: INTENSIDADE DAS LIGAÇÕES DOS SUJEITOS ATENDIDOS NO SETOR DE ATENDIMENTO AO MIGRANTE, 2008.

FONTE: Pesquisa de campo, 2008.
ELABORAÇÃO: Karla R. Brumes, 2009.

Ucinet NetDraw^R

Ainda lançamos mão de entrevistas, no intuito de adentrar às realidades dos migrantes. Sendo assim, no Setor de Atendimento ao Migrante pudemos falar com Sr. José Urias, sujeito 4⁴³, um mineiro de 44 anos com ensino fundamental incompleto, residente na cidade há nove meses.

- Como é sua vida em Uberlândia e por que está aqui no setor?

Sr. José Urias - eu estou aqui para tentar conseguir um encaminhamento de emprego, mas me sinto um injustiçado na vida, não entendo o porquê demora tanto para que me encaminhem a alguma coisa, essa cidade é cheia de empregos, mas eu quero ficar aqui em Uberlândia não quero voltar à minha cidade, pois lá não tem condições de emprego, e minha família de lá não pode me ajudar.

- Como tem sido essa sua busca por emprego? Você realmente veio a Uberlândia só com a coragem?

Sr. José Urias- Tem sido duro, não tenho condições financeiras para ir ao mercado muito menos para pegar o ônibus, passo o dia andando, às vezes de bicicleta, outras a pé. Eu vim para Uberlândia porque meus primos moram aqui e me falavam que eu poderia ficar aqui algum tempo e também porque tinha esse setor que fornece passagens e, às vezes, encaminha para empregos, também já fui lá ao Albergue para me alimentar.

Sr. José Urias aparentava estar bem cansado, mas um cansaço relativo às coisas da vida, no entanto, parecia buscar forças na família, ao ir atrás de melhores condições de vida na cidade. Sobre ser migrante ele dizia que sabia o que isto significava e que o fato de estar morando temporariamente com seus parentes já o ajudava.

⁴³ Entrevista realizada no dia 14 de agosto de 2008 no Setor de Atendimento ao Migrante.

A relação desse sujeito com o lugar que acabara de chegar ainda se fazia pelo estranhamento, que se resumia num acúmulo de sofrimentos e esperanças. Casey (2001) afirma que não há lugar sem homem, nem homem sem lugar. Esta afirmação revela a compreensão ontológica da espacialidade a partir da qual há a indissociabilidade ser-lugar, homem-espço. Somos nossos lugares, assim como eles nos são. Nós não estamos no espaço: nós somos sendo espacialmente (HEIDEGGER, 2001).

Assim entendemos que a rede, para ele, teria função de identificar as dinâmicas que ocorrem e possibilitar as comunicações que podem levá-lo a uma inserção; é o que Marques (2003) chama de influência de fenômenos políticos e sociais. No caso do Sr. José Urias uma rede social expressa pelo poder público, garantia-lhe informações que poderiam levá-lo a ter maior ligação com e na cidade de Uberlândia.

Quando nos aproximamos para conversar com outro migrante, percebemos um olhar de desconfiança, pois, com caneta e papel nas mãos, devo ter-lhe parecido mais uma funcionária do Setor de Atendimento ao Migrante, mas depois desse momento, o Sr. Sebastião, sujeito 5⁴⁴, mineiro de Prata, que possui ensino fundamental incompleto declarou:

- Fale sobre sua vinda para Uberlândia e como está se saindo?

Sr. Sebastião – Estou aqui há 15 dias, minha esposa ficou no Prata-MG e eu vim porque queria emprego; olha, moça, não frequento nada na cidade, pois não tenho condições, só uso o ônibus, porque preciso, estou aqui na cidade há esse tempo e vim com R\$300,00.

Esse sujeito foi claro ao dizer que desistiu de Uberlândia. Estava ali, naquele local conversando comigo, esperando poder ter passagem de volta

⁴⁴ Entrevista realizada no dia 14 de agosto de 2008, no Setor de Atendimento ao Migrante.

para sua cidade, pois preferia passar dificuldades junto com os seus. Diante disto, só se pode pensar no que Sayad (2000, p. 14) já dizia:

a ilusão da qual se alimenta a nostalgia que tem, por contrário, a decepção – e sobretudo, como se ter partido por tanto tempo não houvesse mudado em nada o emigrante que retorna, no fundo, não para reencontrar a si mesmo, tal como era (ou acreditava ser) quando partiu: é desta outra ilusão que freqüentemente participa a decepção engendrada pelo retorno (ou uma certa forma de retorno), reação inversa, mas totalmente complementar à consciência nostálgica.

Nesse processo de construção de seus lugares, o migrante acaba por recompor seu espaço social, o qual naturalmente é diferente em muitos aspectos daquele que ele possuía, mas que é capaz de devolver ao mesmo tempo sua segurança existencial e de enraizá-lo. Sendo assim, uma rede social intermediada pelo poder público, permitiria o observar os vínculos identificados e relacionados ao dia a dia desses assistidos e é por isto que o Sr. Luiz Carlos, sujeito 6⁴⁵, um pernambucano de 27 anos, residente em Uberlândia há dois anos e que possui o ensino fundamental completo, assim se expressou:

- Como o senhor vê o Setor de Atendimento ao Migrante da cidade?

Sr. Luiz Carlos – Eu acho que ele é importante, eu não sou contra, mas tem pessoas que acabam por se aproveitar dele, tem gente que não gosta do que ele faz porque vêm muitos nordestinos, as pessoas nos acham pessoas que não gostam de trabalhar, aqui esse setor poderia também ter mais ajudas das pessoas porque essa cidade tem muitas empresas, no fundo eles queriam que nós voltássemos para nossas terras, mas o setor é importante, porque se não fosse ele eu não sei o que teria feito quando eu cheguei aqui no primeiro dia. Mas moça tem mais coisas, aqui poderia ser um lugar bem maior porque já teve dias em que eu estive aqui e não fui atendido.

⁴⁵ Entrevista realizada no dia 14 de agosto de 2008, no Setor de Atendimento ao Migrante.

Pudemos notar, de forma geral, que muitos migrantes e em especial os nordestinos expressaram sentimentos de tristeza com relação à imagem que muitos outros sujeitos têm acerca de suas origens. Eles têm a idéia de que, talvez se fossem de outros estados, seriam mais bem tratados, mas o que os exclui, definitivamente, são as suas condições sociais, bem mais do que os seus locais de origem. A esse respeito, ainda obtivemos a fala de D. Veridiana, sujeito 7⁴⁶, uma piauiense de 26 anos moradora, que possui ensino fundamental completo e que na cidade está há um ano e meio segundo ela:

D. Veridiana – As pessoas pensam que nordestino é preguiçoso, que só gosta de festa, mas não é verdade, eu vim para cá porque fiquei sabendo que aqui poderia encontrar muitos empregos, que até agora não vi, e eu só vim com a passagem e mais uns trocados. Tem muito nordestino nessa cidade, porque nós somos de um lugar pobre (Nordeste) e eu acho que as cidades que têm mais emprego têm que aceitar nosso trabalho.

A reconstituição do espaço social do migrante remete à presença das redes sociais cujos lugares constituintes possibilitam o indivíduo ter a sensação de identificação e pertencimento. Essas redes podem ser consideradas como um alívio ao impacto das mudanças espaciais vividas pelos migrantes. Nesse sentido, as redes sociais podem ser reconhecidas como uma expressão marcante da importância dos lugares para o indivíduo e fundamentais para a relação ser-lugar.

Trata-se de uma situação que acontece com qualquer imagem ou representação. Elas existem, mas são negociáveis. Por exemplo, a questão sobre o trabalho; quando se considera a fala dos próprios nordestinos, ora eles se aceitam, ora não. Ora gostam se serem reconhecidos como nordestinos, ora não, mas quanto ao aspecto da intermediação do poder público, eles e os demais migrantes crêem que o Setor de Atendimento ao Migrantes poderia

⁴⁶ Entrevista realizada no dia 14 de agosto de 2008, no Setor de Atendimento ao Migrante.

colocá-los em contato com pessoas que vieram de suas localidades ou ao menos de suas regiões, para que pudessem se inserir melhor na cidade, por meio de laços de amizades.

As redes sociais surgem no sentido de recuperar o bem-estar e o sentimento de pertencimento do migrante. É uma resposta às dificuldades de inserção/adaptação encontradas no local de destino. Dessa forma, essas redes representam um referencial identitário para o migrante e um meio fundamental para orientar seu envolvimento no local de destino, fato este que eles de certa forma perderam concretamente ao migrarem. O migrante sofre com o rompimento de laços familiares, expressando a miséria e a impossibilidade da sobrevivência econômica no novo lugar.

Se o contexto relacional, intermediado pelo Setor de Atendimento ao Migrante, realmente disponibilizasse uma rede que promovesse encontros entre grupos semelhantes, não no que se refere apenas aos traços culturais, mas que levasse em conta os contextos reais de similaridade que apresentam (condições de inserção na cidade), com certeza essa rede possibilitaria mais inserção aos migrantes que por ela passam diariamente. Sr. Marcel, sujeito 8⁴⁷, mineiro que possui ensino médio incompleto natural de Tupaciguara de 33 anos e morador da cidade há cinco meses assim, resumiu:

- Você acha que tem muita diferença entre os migrantes? Por exemplo, entre os que vieram do Nordeste?

Sr. Marcel – Ah, tem. O ritmo vem da criação né... Do local... Que quem vem do Norte é o pessoal que gosta mais assim, de farra, gosta mais de sair, de dançar. Que lá o pessoal, é muita festa né. É mais festeiro. O pessoal dos outros estados já é um pessoal assim mais reservado. Gosta também de sair, mas é um pessoal assim mais reservado. É um pessoal que eu acho que já pensa mais no dia a dia, na situação. Já o pessoal que veio do norte, eles não estão nem aí, é um estilo de vida diferente. Até a gente atendendo, a gente sente que tem diferença... Vê gente de todo tipo.

⁴⁷ Entrevista realizada no dia 14 de agosto de 2008, no Setor de Atendimento ao Migrante.

Quando se pensa na idéia de uma rede intermediada pelo poder público pensamos que ele deveria possuir limites e elementos que influenciam sua configuração, que traçam seu conteúdo exato, neste sentido, não foi fácil encontrar este tipo de interação proporcionada pelo poder público em Uberlândia, uma vez que o que é comum ao *albergue* e ao *setor de atendimento ao migrante* é o fato de ambos serem a face visível do poder público, que age no sentido de assistir socialmente os migrantes ao invés de estabelecer contatos com um grupo específico de migrantes que não tem, em outros contextos, outro nível de interação na cidade.

Mesmo que o albergue tenha deixado de ser apenas um espaço reservado ao recolhimento de moradores de rua da própria cidade, ainda que realize essa função, ao receber migrantes encaminhados por assistentes sociais e que tenha passado a ser também um local de contado entre sujeitos que buscam, quase sempre, o mesmo objetivo, a saber, uma inserção mais exata no contexto da cidade, ele apenas pode ser entendido com um lugar que de sociabilizarão ao facilitar de início a permanência do migrante na cidade.

5.2. REDES SOCIAIS E TRABALHO FORMAL: OS MIGRANTES DAS EMPRESAS⁴⁸

As imagens sobre os imigrantes, geralmente, são construídas ligando-os à condição de lutadores pela sobrevivência, pela via do trabalho. A reprodução da vida social impõe tipos de conduta e de aceitação de situações

⁴⁸ A escolha das empresas que seriam trabalhadas na pesquisa foi uma das dificuldades que se apresentaram uma vez que das oito visitadas, de início, todas apresentaram justificativas para não participarem do trabalho. Entendemos que as pessoas que as dirigem de alguma forma relacionam pesquisa a algum tipo de processo investigativo que de uma forma ou de outra poderiam tirá-las da rotina a qual estão submetidas diariamente, por mais que os motivos da pesquisa fossem de antemão explicados. Causou-nos surpresa o fato visto que a cidade é portadora de inúmeras empresas e indústrias e termos tido este tipo de dificuldade. Como era importante que empresas fizessem parte deste trabalho, usamos do fato de ter relação próxima com algumas pessoas que trabalhavam nas empresas para viabilizarem nosso acesso e assim desenvolvermos a pesquisa e, é por este motivo que as Empresas 1 e 2 foram escolhidas. Há de ser salientado, contudo, o fato das duas terem pedido que os nomes das empresas não fossem citados no trabalho com a alegação de que seria necessário consultas ao jurídico para saber da legalidade do processo, seus nomes foram suprimidos e substituídos por Empresa 1 e 2.

adversas. Essa necessidade de continuar vivendo vai gerar diferentes estratégias que podem ser individuais ou coletivas.

A migração é uma dessas possibilidades de sobrevivência, em outro território e em condições novas. Alguns migrantes contam com o apoio e o socorro da família, e, assim, se adaptam de forma diferente daqueles que não possuem essas facilidades. O processo migratório faz parte da reprodução da base material da sociedade, pois influencia o mercado de trabalho e a produção da riqueza local.

A categoria analítica migrantes seria abstrata, se se pensasse em uma totalidade única, uma unidade absoluta, pois se retiraria dessa relação social as suas múltiplas determinações, a pluralidade que a compõe. Os migrantes estão inseridos na esfera produtiva da sociedade de formas diferentes; estabelecendo relações econômicas, contraditórias e mutáveis, de acordo com o nível de desenvolvimento local. Assim, têm-se migrantes patrões e empregados; migrantes antigos e recentes; migrantes homens e mulheres; enfim, pessoas em relações sociais desiguais.

Os migrantes estudados trazem, em comum, a motivação pela busca de trabalho e de melhores condições de vida. As relações sociais produzidas nessas redes são específicas de pessoas influenciadas pelo processo migratório. Fazem parte de um segmento social que se sente, muitas vezes, diferente do morador nascido no local. Essa diferença entre o migrante e o não migrante, frente ao território, é uma situação permanente, que vai sendo amenizada na medida em que aumentam os anos de permanência na cidade de destino.

Cavalcante (2002) afirma que os imigrantes sabem dos problemas que irão enfrentar no lugar de destino, por isso, muitos vão com uma disposição de trabalhar em troca de um a dois salários mínimos, contanto que tenha carteira assinada, ganhe experiência como trabalhador num centro mais dinâmico, e compre alguns bens de consumo que almejam para si e/ou para sua suas famílias.

Neste sentido, a idéia, é discutir as redes sociais como estratégia de entrada e permanência dos trabalhadores no mercado de trabalho, uma vez que se parte do pressuposto de que as interações sociais resultam em ações cooperativas que influem, de forma decisiva, nos processos econômicos; e que os mercados não podem ser compreendidos apenas a partir de uma lógica econômica, mas de uma pluralidade de lógicas.

Tomamos como referencial de análise, a pesquisa direta com trabalhadores migrantes de uma empresa do setor químico "Empresa 1"⁴⁹ e outro do setor de construção civil "Empresa 2"⁵⁰ (*anexo 1*). Nas duas empresas constatou-se que um número significativo de trabalhadores foi contratado há pouco tempo (últimos três anos, cerca de 45 % dos trabalhadores).

As estruturas de redes construídas entre os trabalhadores agem possibilitando o acesso a informações privilegiadas, que não só facilitam o acesso a empregos, como reduzem os custos de sua busca. Para se entender como se organizam as redes sociais entre os locais de trabalho de um grupo de migrantes, optou-se por uma forma de coleta das informações com aplicação da ARS. Essa opção apresentou a vantagem da uma alta taxa de respostas (94% dos migrantes responderam), o que propiciou rapidez na coleta das informações (cerca de 30 minutos) (*anexo 2*).

O debate sobre redes sociais no mercado de trabalho é resultante das transformações do trabalho dentro do paradigma da flexibilidade, com fortes influências da chamada "nova sociologia econômica norte-americana e francesa", que recoloca questões anteriormente sub-dimensionadas nos estudos sobre mercado de trabalho, analisadas a partir de estudos de família,

⁴⁹ A Empresa 1 trabalha no setor de produtos químicos para vários segmentos da cidade (indústria, supermercados, hotéis, residências etc.) e está presente na cidade há 22 anos. Sua área de atuação além do Triângulo Mineiro, segundo dados apresentados por responsáveis vai do norte ao sul do Brasil, além de exportar para países da Europa, África e América. Possuía a época da pesquisa 120 funcionários dos quais 35 eram migrantes considerando local de nascimento fora de Uberlândia. Deste total de migrantes 19 participaram efetivamente do trabalho

⁵⁰ A Empresa 2 trabalha no ramo da construção civil. Possuía a época da pesquisa 150 funcionários diretos e indiretos dos quais 60 eram migrantes e 20 participaram da pesquisa, está na cidade há 15 anos e atua em obras comerciais, industriais e residências especialmente no Triângulo Mineiro e Goiás. Entre suas obras de construção os destaques vão para a sede administrativa do Grupo Algar em Uberlândia; o *Center Shopping* etc.

estratégias de sobrevivência de migrantes, relações informais no ambiente de trabalho.

A partir dos anos 1980, a flexibilização da produção e dos mercados lança novos desafios no estudo das relações sociais no trabalho, com mudanças nas formas de recrutamento, e a exigência de novas habilidades e qualificações, nas quais o capital assume um papel cada vez maior. O informal volta a ser rediscutido, seja na perspectiva da sua funcionalidade, através da terceirização de atividades de trabalhadores, qualificados ou não, seja na precarização dos contratos, perdas de direitos sociais etc. É nesse quadro que as redes sociais são apontadas como elementos fundamentais na recepção e integração dos novos imigrantes nas economias locais (BROAD, 2000; PORTES, 1994).

A instrumentalidade das redes facilita o acesso a bens materiais ou simbólicos, através da informação gerada. O acesso ao emprego tem, nas redes sociais, um instrumento privilegiado relacionando instituições primárias, como a família e o mercado de trabalho, em seus diversos níveis, da pequena à grande empresa, independentemente de seu grau de modernização tecnológico-organizacional. Uma das características fundamentais das redes sociais é a difusão de informação, possuindo um caráter útil nas relações sociais, de forma geral. As interações entre os migrantes, por meio de uma rede social, trazem, como benefício, a posse de um capital social fundamentado em seu relacionamento social cotidiano, que possibilita a obtenção de informações para seu melhor desenvolvimento dentro da empresa (FONTES e EICHNER, 2004).

Só para se ter a idéia da importância de trabalhadores migrantes participarem de redes, a literatura traz em Roy (1954); Dalton (1959) *apud* Powell and Smith-Doerr (1994) análises do papel das redes sociais, como modo de resistência a práticas tayloristas, em ambiente de trabalho. Também os estudos de Adelita Neto Carleial (2002 e 2004) na pesquisa Trabalho e redes de solidariedade aos imigrantes e Redes Sociais entre imigrantes; Bernadete Beserra (2003) em Migrações internacionais e imperialismo: o caso

dos brasileiros adventistas em Los Angeles; e Wilson Fusco (2002) no trabalho *As redes sociais nas migrações internacionais: migrantes brasileiros para os Estados Unidos e Japão*, justificam a escolha do local de trabalho como ponto para se entender redes.

Diante deste contexto os locais de trabalho podem captar a estrutura de rede social e transformá-la, como elemento de apoio às suas próprias estruturas. As redes, no contexto do trabalho, têm o papel de fazer com que os migrantes vejam mais relações entre o mundo do trabalho e a sua vida social. Se, fora do trabalho, a idéia de rede social já funcionava como um dos mecanismos de inserção do migrante às estruturas das cidades, dentro dos locais de trabalho elas podem orientá-los a um melhor desempenho, que lhes garanta, ali, melhor inserção.

As informações foram obtidas por meio de uma dinâmica de grupo que envolveu 19 imigrantes da Empresa 1 e, posteriormente outros 20 imigrantes da Empresa 2, compondo, assim, o grupo alvo em cada uma das empresas selecionadas. O “quebra-gelo” consistiu na apresentação dos sujeitos um ao outro, fornecendo informações como nome, departamento de trabalho, breve histórico de experiência na atividade. Na pesquisa, os membros deveriam preencher uma linha do questionário de ARS, que fora previamente distribuído, com as informações pertinentes àquele membro que acabara de se apresentar.

A Empresa 1 atua no ramo químico da cidade de Uberlândia. Possui cerca de 120 funcionários, distribuídos em setores, a saber, setor de administração, produção e vendas; e atua na cidade há 15 anos e é considerada uma empresa de porte médio. A pesquisa envolveu os trabalhadores migrantes dos três setores.

Os trabalhadores foram escolhidos por tempo de permanência na empresa e por terem sobrevivido aos processos de reestruturação que ela passou no ano de 2006. Os pesquisados estavam na faixa etária acima de vinte e cinco anos de idade, em média, tendo entrado no mercado de trabalho entre treze e dezesseis anos. Os trabalhadores migrantes da Empresa 1 tinham

origem operária e urbana, era predominantemente. A *figura 12*⁵¹ mostra o resultado da aplicação da ARS na Empresa 1 e demonstra 75 ligações na rede dos 19 migrantes, dentro do local de trabalho.

De início os sujeitos 2, 3, 13 e 15 foram aqueles que apresentaram maiores ligações, com isso, apresentaram fortes laços com os demais, resultando em um grau de confiança elevado entre eles. Já os sujeitos 11, 17 e 18, apresentaram poucas ligações com os demais, porque entraram na empresa há menos de dois meses, o que influenciou no resultado apresentado. No geral, todos os sujeitos apresentaram relacionamento uns com os outros (*figura 12*).

⁵¹ É importante ressaltar que a rede é dinâmica; o resultado aqui apresentado é o do momento de realização da pesquisa, podendo, em outra oportunidade, apresentar uma configuração diferente. Outro ponto a ser esclarecido é que os sujeitos participantes dessa rede receberam numeração própria e não seguem a numeração que vinha sendo atribuída aos sujeitos pertencentes à rede intermediada pelo poder público.

FIGURA 12

UBERLÂNDIA: CONFIGURAÇÃO DAS LIGAÇÕES DOS SUJEITOS DA EMPRESA 1, 2008.

LEGENDA

○ Sujeitos

→ Ligações

FONTE: Questionário, 2008.
ELABORAÇÃO: Karla R. Brumes, 2009.

Ucinet NetDraw^R

Concomitantemente à coleta de informações, por meio da aplicação do questionário que alimentou a construção de sociogramas, também foi possível dar a oportunidade de fala ao grupo de migrantes que ali se encontrava. Na ocasião, foi pedido para que eles falassem livremente a respeito de suas situações de migrantes e como se viam.

Diante da situação colocada o Sr. Fábio, sujeito 5⁵², mineiro de 24 anos com ensino médio completo, assim expressou:

- Como é ser migrante?

Sr. Fábio - Há dez anos estou na cidade e há dois nessa empresa. Aqui na cidade consegui melhorar de vida e me mudei porque tinha alguns parentes que me diziam ser ela cheia de empregos. Aqui é melhor, tem mais emprego e a cidade é grande. Quanto a esta coisa de ser migrante, eu acho que sou mesmo, eu gosto daqui, mas queria que meus parentes estivessem aqui, mas eu estou acostumado e Patos de Minas é bem pertinho.

- Você acha que é importante fazer parte de uma rede social, mesmo dentro da empresa?

Sr. Fábio - Eu acho que, por ser de fora, eu me dou melhor com quem também é de fora, porque somos assim mais cheios de saudades, acho que se formos mais amigos ficamos mais felizes e se estamos mais felizes trabalhamos melhor, eu acho. Essa coisa de rede é legal sim, antes não a via, mas depois de hoje vejo que de fato os que são migrantes se ajudam mais aqui dentro, de uma forma ou de outra se ajudam sim e é muito bom ver que as pessoas que são de fora entendem nossas angústias. Tenho de confessar que eu gosto de todos aqui.

O Sr. Antônio Carlos, sujeito 16⁵³, um mineiro de 25 anos que possuía apenas o ensino fundamental completo, também se expressou. Seu

⁵² Entrevista realizada no dia 10/01/2008, na Empresa 1.

sociograma demonstra que ele tinha mais laços do que os estabelecidos por Fábio, sujeito 5. O motivo disto segundo os demais sujeitos e ele próprio, é porque trabalha na empresa por mais tempo e também porque é mais aberto a novos relacionamentos; estes, de fato, são elementos que fazem diferença, quando a ARS é colocada em prática.

Com relação aos questionamentos ele, assim, colocou-nos:

- Como é ser migrante?

Sr. Antônio Carlos - Eu gosto de Uberlândia demais, já moro aqui há uns sete anos e pouco. Eu me mudei com toda minha família porque a gente pensou que iria ser melhor, e para mim foi mesmo. Eu acho que não sou migrante não, mas o povo acha. Dizem que sou uberlandino e não uberlandense, mas eu não estou nem aí, por hora eu acho que esta coisa de fazer amizades é para fazer com todos. Não sinto falta de onde eu vim e lá não tem *shoppis*⁵⁴. Eu estou com muitas brincadeiras, mas é isto gosto de todos, de fora ou não, eu gosto.

- Você acha que é importante fazer parte de uma rede social, mesmo dentro da empresa?

Sr. Antonio Carlos – Olha, eu não sabia o que era rede, mas depois de você falar eu acho que é importante agora vejo que no fundo é importante, muitas coisas que acontecem na empresa às vezes nos desculpam porque alguém diz: “olha ele é de fora da cidade por isso não sabia”.

As situações acima demonstram que, de fato, ao se identificarem com os outros em mesma situação, acabam reconhecendo, no trabalho, relações que extrapolam a regulação do trabalho, pois os laços de solidariedade podem estabelecer benefícios a eles até então não reconhecidos, como confiança, informações privilegiadas.

⁵³ Entrevista realizada no dia 10/01/2008, na Empresa 1.

⁵⁴ Mais um momento de riso no grupo, *shoppis*, aqui significa *shopping center*.

O sujeito 16 deixou bem claro que possui muitas relações estabelecidas em virtude de sua própria ação. Assim, não foi surpresa sua reação diante da afirmativa de que é um migrante. No fundo, esse sujeito já não é mais migrante, no significado próprio da palavra, uma vez que suas relações o inserem aos lugares; assim, ele nem mesmo fala de saudades do lugar de onde veio. O momento em que o migrante, no processo de migração, vai estar inserido totalmente, em uma nova localidade, é assim abordado por Martins (1988, p. 61),

a migração será definitiva quando a festa também migrar. Quando o reencontro desses dois momentos se der no mesmo espaço e a festa, camponesa, anual, da padroeira, sair de seu ciclo cósmico e entrar no ciclo linear do descanso semanal remunerado, do cinema, do futebol.

Com relação às ligações do sujeito 16, elas são reflexos da postura adotada por ele, ou seja, é mais aberto a outras amizades, segundo ele mesmo define. O sujeito 5 assume que o fato de saber que o sujeito 16 era da mesma cidade que ele, gerou abertura para que uma relação de maior proximidade fosse sendo estabelecida, pois logo quis saber se o sujeito 16 conhecia “fulano, ciclano” em sua cidade de origem. Têm-se, assim, duas situações colocadas: uma em que o sujeito 16 não vê o fato de ser da mesma localidade de outra pessoa como um fator de maior ou menor facilidade para se relacionar com alguém; e o sujeito 5, que acredita que sim, que faz diferença, pelo menos num primeiro momento e isto pode ser observado na *figura 13*.

FIGURA 13
UBERLÂNDIA: FORÇA DAS LIGAÇÕES DOS SUJEITOS DENTRO DA EMPRESA 01, 2008.

FONTE: Questionário, 2008.
ELABORAÇÃO: Karla R. Brumes, 2009.

Ucinet NetDraw^R

A Empresa 2 atua no ramo da construção civil, na cidade de Uberlândia, possuindo cerca de 150 funcionários, distribuídos por três setores. Está na cidade há 12 anos. A pesquisa buscou envolver trabalhadores migrantes em todos os setores, como os que atuam na parte administrativa os que estão na parte da “produção em si”. De início, realizaram-se os mesmos procedimentos de ação já realizados na Empresa 1, com 20 imigrantes. Após a aplicação do questionário, a rede estabelecida apresentou pontos bastante interessantes, com 118 ligações entre os 20 sujeitos envolvidos, (*figura 14*⁵⁵).

A coesão chama a atenção porque se estava diante de um grupo muito heterogêneo (motoristas, eletricitas, mestre de obras, chefe de almoxarifado, seguranças, secretárias e atendentes e o pessoal dos serviços gerais). Todos se conheciam de forma significativa, uma vez que quem trabalha fora da empresa, como por exemplo, nas obras, sempre tem contato com quem trabalha dentro da sede da empresa, visto que eles se relacionam para informações, telefonemas, pagamentos etc.

⁵⁵ É importante ressaltar que, como rede é algo dinâmico, o resultado aqui apresentado, é o do momento de realização da pesquisa, podendo, em outra oportunidade, apresentar resultado diferente. Conseguiu-se captar as interações do grupo porque, previamente, conversou-se com os responsáveis pela empresa, que sugeriram fosse ela realizada no dia 25 de julho de 2008, dia em que haveria uma palestra sobre acidentes de trabalho, assim, havendo, nesse dia, oportunidade de encontrar boa parte dos funcionários.

FIGURA 14
UBERLÂNDIA: CONFIGURAÇÃO DAS LIGAÇÕES DOS SUJEITOS DA EMPRESA 2, 2008.

FONTE: Questionário, 2008.

ELABORAÇÃO: Karla R. Brumes, 2009.

Ucinet NetDraw^R

Entre aqueles que apresentaram maior número de ligações estão os sujeitos 4 (com oito ligações); o 15 (com 10 ligações) e o 13 (com 12 ligações); resultado esse que se deu em consequência desses sujeitos apresentarem, vários anos de trabalho efetivo na empresa, bem como por serem as pessoas mais conhecidas no local de trabalho. Já os sujeitos 5; 8; 10; 12 e 20 se destacam por apresentarem apenas 2 e o no máximo 3 relações com os demais membros da rede de migrantes.

Outro destaque se deu com relação aos sujeitos 1, 2 e 7, que não apresentaram relação alguma, todavia, foram pontuados com relações de outros sujeitos, resultado de estarem trabalhando há menos de um ano na empresa. O fato de terem sido citados por outros sujeitos revelou a eles mesmos que já se faziam percebidos no trabalho, (*figura 15*).

FIGURA 15

UBERLÂNDIA: FORÇA DAS LIGAÇÕES DOS SUJEITOS DENTRO DA REDE SOCIAL DA EMPRESA 2, 2008.

FONTE: Questionário, 2008.

ELABORAÇÃO: Karla R. Brumes, 2009.

Ucinet NetDraw^R

Da mesma forma que na Empresa 1, ao mesmo tempo em que a coleta de informações, era realizada, por meio da aplicação de questionário que alimentou a construção de sociogramas, também se deu oportunidade de fala ao grupo de imigrantes presentes que, espontaneamente, falaram a respeito de suas situações de migrantes, da importância da rede social e de como encaravam as duas situações colocadas. Nesse sentido, a Sra. Ana Paula 25 anos, sujeito 3⁵⁶, uma mineira, que possui o ensino médio completo se dispôs a falar:

- Como você analisa sua condição de migrante?

Sra. Ana Paula - Olha professora, eu estou achando um pouco complicado tudo isto, na verdade não a sua pesquisa, mas eu confesso que nunca tinha parado para pensar sobre o que está nos falando, eu nasci em Ituiutaba e estou aqui em Uberlândia há seis anos, vim estudar e trabalhar, só terminei meu segundo grau e não continuei...eu acho que sou migrante ainda, e se pudesse ter mais contatos com pessoas que também são seria até melhor, pois, estas pessoas sabem o que é ter saudade da terra da gente, e eu tenho muita, tem gente que diz, uai, você tem saudade de Ituiutaba, por quê? Aqui em Uberlândia é muito melhor, mas eu não vejo assim, o tudo que me dizem é porque essa cidade é grande, mas tem coisas que só tenho lá na minha cidade!

- O que a constituição de uma rede social na empresa lhe sugere?

Sra. Ana Paula - Bem, se rede social é uma coisa que nos ajuda a viver melhor na cidade, eu acho bom, na verdade eu vivi um pouco dela porque, quando eu vim para Uberlândia, foi por causa de informações que recebi de um tio meu que já mora na cidade e que tinha contatos com uma pessoa que já trabalhava aqui, é claro que depois que cheguei tive que fazer os testes na empresa, mas se ele não tivesse trazido meu currículo eu acho que não teria recebido essa chance. Agora aqui dentro da empresa vejo com bons olhos o

⁵⁶ Entrevista realizada no dia 10/01/2008, na Empresa 2.

estabelecimento dessa rede, porque não é para falar mal das pessoas de Uberlândia, mas sinto que muitos não gostam de quem vem de fora, mas a gente é livre para estar em qualquer lugar, aqui na empresa sempre vejo piadas e coisas do tipo, e sempre é de pessoas que nasceram nessa cidade. Nossa eu fico pensando que se morasse em outro país então seria muito importante essa coisa de rede, porque as pessoas se unem em torno de algo que é igual para todos, eu sou bem favorável.

Com respeito à segunda parte da fala da Sra. Ana Paula, Elias (2000) diz que as pessoas geralmente são estigmatizadas por pertencerem a um grupo, e não por uma ou outra qualidade individual. Ou seja, o estigma de migrante, tão evidenciado por ela, é um estereótipo e somente na sociedade, e por meio das relações em cada ambiente social, estabelecem-se os meios de categorizar e estigmatizar pessoas (GOFFMAN, 1988).

Todos com os quais se conversou mais detidamente falaram a respeito dessas relações do migrante e do não migrante, e isso se deve não somente ao fato de sentir, em suas vidas, o preconceito, mas também ao fato dessa questão ser exposta pela imprensa, tratada por pesquisas, provavelmente ter sido discutida em vários lugares.

Ainda dentro desse contexto, o Sr. Ademir Antônio 36 anos e ensino médio incompleto, sujeito 15⁵⁷, mineiro, também colocou seu ponto de vista:

- O que é e como é ser migrante, para você?

Sr. Ademir Antônio - Quando eu entrei aqui, comecei a trabalhar aqui, tem muitas pessoas que vêm de fora pra trabalhar aqui, porque muitos têm parentes na cidade, outros conhecidos na empresa; eu acho que ser migrante é algo assim diferente às vezes, mas fazer o que eu sou mesmo, mas eu sou migrante daqui de perto mesmo, mas eu não voto aqui não, gosto de ir lá à minha cidade porque aproveito para rever os parentes, se bem que nem

⁵⁷ Entrevista realizada no dia 10/01/2008, na Empresa 2.

podemos sair para festa do dia eleição porque não podemos tomar umas... mas confesso que na minha cidade não tem emprego não, só que aqui também não é um mar de rosas, eu acho que as pessoas às vezes pensam mal dos migrantes, se bem que depende do migrante, por exemplo, professora, você é de fora da cidade? Garanto que porque você é formada as pessoas te tratam melhor não é?

- Você acha que aqui na empresa existe de fato uma rede social?

Sr. Ademir Antônio – Uai, professora, tem e a gente nem sabia né (*risos*), agora sabemos que tem mesmo e é bom saber que a gente acabou por encontrar uma, quero me aproveitar mais desse conhecimento que agora tenho, quem sabe ajudar mais as pessoas aqui dentro da empresa, aquelas que são de fora em especial.

No caso de redes dentro do contexto do trabalho, explicitam a vida social e trajetória ocupacional do grupo como “categoria” social. Esse campo de possibilidades se dá à medida que há a reprodução dos valores e comportamentos de solidariedade, de confiança e obrigação, que permitem à rede ampliar-se para redes sociais mais amplas, atuando na construção de estratégias do grupo enquanto categoria social. Isso dá sustentação em termos socioeconômicos, e se contrapõe aos outros canais institucionais que não conseguem realizar, de modo eficaz, as mediações entre o indivíduo e a sociedade, nos meios urbanos (DURHAM, 1984). A autora também coloca que, a não ser excepcionalmente, “o migrante não se aventura no desconhecido, mas se orienta por notícias, por informações, por relações” (DURHAM, 1984, p. 138).

Conforme assinala Scherer-Warren (1993), a idéia de rede implica pensar: i) integração na diversidade; ii) formas de articulação entre o local e o global, o particular e o universal, o uno e o diverso e, assim, pensar seus significados, suas interconexões. Isso se dá, principalmente, pela natureza que

qualifica as redes como espaços alternativos de produção e de organização de vida e de trabalho.

Tanto na Empresa 1 como na Empresa 2, algumas considerações podem ser feitas considerando a composição apresentada nos sociogramas. Assim, com relação ao conteúdo trocado entre os sujeitos, observou-se a presença de afeto, influência. Observou-se que os sujeitos com ligações “laços fortes” se caracterizam por interações frequentes, longa história envolvida, intimidade, cumplicidade, reciprocidade, interações de confiança. Já os sujeitos com poucas ligações “laços fracos” apresentaram relações distantes e infrequentes, casuais, menos intimidade e nenhuma reciprocidade.

Segundo Lautier (1997), as redes sociais vêm explicitar a importância das dimensões sociais na gestão do processo de trabalho e dos fluxos dos trabalhadores, isto é, as redes revelam a importância das relações entre o mundo do trabalho e a vida social extra-trabalho, na regulação do mercado.

Essas mediações produzidas pelos dispositivos de redes constituem-se em verdadeiros espaços laboratoriais de criatividade, de competência, enquanto se organizam em modos operatórios coletivos de redes e de trabalho, seja no trabalho formal seja no informal.

As redes sociais, porém, não podem ser entendidas dentro de uma rigidez funcional, uma vez que se trata de troca de favores e ajuda mútua, com certa perspectiva de reciprocidade, o não se constitui em obrigação. Isto é algo novo no mundo do trabalho, remetendo às discussões sobre racionalização e burocratização do capitalismo e à substituição das relações pessoais pela impessoalidade característica dessa racionalização.

A experiência cultural do trabalhador extrapola o lócus da produção e cria novos espaços para essa produção ou ocupação. Para os trabalhadores da fábrica, a experiência que compõe a formação de uma identidade operária se espalha pelo bairro e espaços de convivência cotidiana extra-trabalho. No cotidiano dos trabalhadores, esses espaços de sociabilidade permitem o desenvolvimento de relações instrumentais que facilitam o acesso ao mercado,

da mesma forma que “relações instrumentalizadas”, dentro e fora do ambiente de trabalho, funcionam como fator importante em promoções e mudanças na estrutura ocupacional e na construção de identidades (THOMPSON, 1987). Esses exemplos evidenciam que, com maior ou menor funcionalidade, essas redes continuam, para seus integrantes, independente de sua origem social, de extrema relevância, pela circulação de informações que possibilitam. Desta forma, as relações sociais que as constituem possuem um componente de poder explícito vinculado à posse, ao acesso a informações privilegiadas no mercado de trabalho.

As relações, eivadas de subjetividade, como empatia, simpatia, senso de oportunidade, ao lado de questões objetivas como escolaridade, experiência prática e qualificação, passam a constituir-se em fator diferencial no mercado de trabalho. Entre os trabalhadores de baixa qualificação, como os aqui estudados, as redes de malha estreita são dominantes. Predominam os laços fortes, no sentido atribuído por Granovetter (1995), na obtenção das informações, indo de familiares e agregados à vizinhança e conhecidos de espaços públicos, como bares e outros locais, contrapondo-se à hipótese do autor dos laços fracos.

Garantem não apenas redes de informações, mas também o apoio no cotidiano, seja nos processos de migração, seja na busca por trabalho, na estabilização financeira, em situações de desemprego ou desocupação etc. Os laços fracos seriam mais funcionais junto a trabalhadores de “classe média”, mais qualificados e escolarizados e que participam, por sua origem social, de um número maior de redes sociais, obtendo informações de fontes diversas e de forma diluída. A incorporação das “redes sociais” no interior da “razão instrumental” demonstra a busca da apropriação, pela sociedade capitalista, da subjetividade individual e sua transformação em fator de produtividade (GRANOVETTER, 1995).

A incorporação do desejo, enquanto produção social, objetivando interesses e afetos, procura reduzir o espaço da indeterminação, em nome dessa razão. A questão que permanece é: até que ponto essa

instrumentalização é possível? Nesse sentido, evidencia-se o seguinte paradoxo: de um lado, há a apropriação, pelo capital, do formato redes sociais na regulação do mercado de trabalho; por outro, as redes sociais caracterizam-se, fundamentalmente, pelas relações sociais informais, originadas na família e se expandindo em diversos círculos sociais, gerando malhas de redes com pouca visibilidade, cujo controle estaria, em princípio, nas mãos dos atores que as geram (LAUTIER, 1997).

O que parece evidenciar-se, nessas práticas sociais informais, são sinalizações de resistências destes segmentos de trabalhadores frente aos processos de racionalização, entendidos como formas de dominação, evidenciando que a racionalização econômica é produto das relações sociais e dos conflitos e contradições que as fundamentam. Contudo, algumas considerações sobre a mediação de empresas ora pesquisadas e, por conseguinte seus migrantes devem ser feitas na formação das redes sociais.

Uma rede social observada em empresa deve possuir elementos que para a compreensão das relações de trabalho, elas configurariam a condição de migrante de muitos sujeitos, e intermediaria relação deles em sociedade (na saída e na chegada) no processo migratório. A condição de migrante analisada no contexto de empresas poderiam nos levar a compreender se existe um tipo de rede social mediada por elas. Mas as empresas pressionadas por ordens estruturais tendem a cada vez mais representantes de uma estrutura posta. Pode ser observado que a ação das empresas com relação aos migrantes e estes unidos por suas condições de migrantes, que fundaria relações sociais e consequentemente fundaria as relações não existe, funda uma rede de relações (GRANOVETTER, 1995).

Não observamos por parte das empresas nenhum tipo de ação que privilegiasse assistir seus trabalhadores migrantes após sua contratação, aliás, também não há privilégios para contratação. Para uma efetiva constituição de redes mediadas por empresas, elas deveriam: dar oportunidades de trabalho às pessoas oriundas de um mesmo grupo com mesmo local de origem; instituir regras para empregar familiares e pessoas "amigas". Com relação a este fato,

duas empresas com trabalhadores migrantes que acabaram se empregando nelas em virtude de informações sobre vagas de emprego repassadas por amigos, familiares que nelas já trabalhavam, contudo, esta ação parte das relações entre migrantes e não mediadas pelas empresas já que depois da informação os trabalhadores migrantes são escolhidos por suas capacidades e não por outras condições.

Pode-se dizer, então, que a maioria daqueles que migram encontram ajuda para se empregarem no destino, muito mais pela ação de um parente ou de um amigo, do que das instâncias de trabalho. As redes no trabalho deveriam privilegiar a relação entre patrão e empregado, para que isto atraísse o migrante para oportunidades de emprego e facilidades de acomodação no local de destino. No caso das empresas analisadas, as migrações não são decorrentes de transferências de empresas, com ofertas de melhores condições de trabalho, de salário e moradia.

Se de fato redes sociais fossem observadas nas empresas, elas serviriam para que os migrantes estabelecessem suas estratégias de ação antes de suas primeiras viagens, ou no início de sua estadia no destino, e durante seu período de residência no novo local de inserção (FUSCO, 2002⁵⁸).

Bessera (2003, p. 237) fala-nos a respeito da questão da migração, quando estudou os imigrantes brasileiros em Los Angeles, ao afirmar que "os "latinos" ou "hispânicos" são categorias ligadas à idéia de pobres e isso para os Estados Unidos é visto de maneira negativa: "A transformação em latinos, portanto, é um dos problemas mais difíceis com que os brasileiros têm de lidar no seu processo de integração".

Ainda há a questão entre os contatos entre os migrantes e não migrantes do ambiente de trabalho, nos depoimentos colhidos por meio das entrevistas com os migrantes das empresas, o sujeito 15 Ademir Antônio e o sujeito 3 Ana Paula, apontaram algumas relações de não integração entre eles

⁵⁸ Esse estudo de Wilson Fusco (2002) trata sobre imigrantes das cidades de Criciúma e Maringá, pontos de origem de fluxos internacionais, sendo Criciúma (SC) exportadora de imigrantes para os Estados Unidos como destino principal, e Maringá (PR), origem dos imigrantes nipo-brasileiros para o Japão.

e outros trabalhadores. Segundo estes, a questão das vagas de emprego especialmente quando estão para serem cortadas é bem avaliada por todos e comentários de que a cidade, as empresas de Uberlândia deveriam privilegiar os uberlandenses e os uberlandinos⁵⁹ em detrimento dos migrantes no momento da escolhas dos ocupantes dos postos de trabalho é muito recorrente.

Carleial (2002a, p. 36) afirma que

o processo migratório faz parte da reprodução da base material da sociedade, pois influencia o mercado de trabalho e a produção da riqueza local. Os imigrantes relacionam-se com os não-migrantes, e, estabelecem elos contraditórios, de competição e de solidariedade. Esse processo, também, produz idéias, discursos e representações sobre os homens migrantes, resignificando seu modo de pensar e de viver o mundo.

Analisando do ponto de vista das contradições no seio da classe trabalhadora, nós vamos encontrar as disputas pelo mercado de trabalho, travadas pelo trabalhador individual, desprovido de consciência de classe e de valores de classe. Assim, ele luta por aquilo que ele acha que é direito dele, mesmo que torne o seu igual - o outro trabalhador- despossuído de trabalho.

Essa competição egoísta explica os casos de falta de solidariedade entre trabalhadores naturais do lugar e os imigrantes. Os primeiros veem nos segundos, refletindo as concepções capitalistas, aqueles que podem roubar seus postos de trabalho.

5.2.1. REDES SOCIAIS ALÉM DO TRABALHO: AS RELAÇÕES DE VIZINHANÇA E AMIZADE⁶⁰

⁵⁹ São considerados uberlandenses aquelas pessoas que nasceram na cidade de Uberlândia, já os uberlandinos são aqueles que adotaram a cidade como local de moradia com ela guardam grandes relações.

⁶⁰ A pesquisa, nesta etapa, envolveu os mesmos sujeitos da rede observada dentro da Empresa 1. Isto porque se considerou pertinente acompanhar as trajetórias desses imigrantes para além do mundo do trabalho, no intuito de confirmar ou não que, enquanto sujeitos da condição de migrantes, eles perpassam por mais de uma rede que no caso aqui analisado parece estabelecer-se e sustentar-se por relações sociais.

Após a observação da configuração das redes estabelecidas dentro de empresas, na cidade de Uberlândia, percebe-se que seus resultados deram indícios para que outras materialidades fossem observadas por meio da pesquisa. Desta forma, outros caminhos que conduzem às análises foram buscados, no intuito de entender, também, as redes estabelecidas pelos migrantes das empresas fora de seus ambientes de trabalho.

Ao acompanhar a trajetória de sujeitos que deixavam seus postos de trabalhos em direção aos seus locais de moradia, houve a oportunidade de conhecer o dia a dia de migrantes que, aos, poucos se deixavam desvendar. Foi perceptível, a partir desse momento, a necessidade de cada um desses sujeitos de apresentar suas trajetórias de vidas, uma vez que elas parecem ligá-los a momentos pretéritos que fazem questão de lembrar. Contudo, também se encontraram migrantes que pareciam fazer questão de esquecer que um dia estiveram na condição de emigrante.

A pesquisa usa a unidade bairro para entender um pouco mais dos migrantes porque o bairro é como um local onde afeição se manifesta de maneira bastante acentuada – para alguns de seus moradores – devido ao fato dele ser uma porção da cidade com a qual nos relacionamos intimamente. O bairro é uma das representações do lugar, devido à sensação de pertencimento e familiaridade que um indivíduo tem em relação àquela área enquanto espaço vivido e sentido.

Strohaecker (1989, p.1) define o bairro como sendo “identidade e originalidade em um contexto maior definido como cidade”. Ainda a respeito da ligação entre o conceito de bairro com a questão da identidade e a sua importância para o entendimento do espaço urbano, Souza (1989, p. 149) afirma que:

(...) o bairro pertence àquela categoria de “pedaços da realidade social” que possuem uma **identidade** mais ou menos inconfundível para todo um coletivo; o bairro possui uma identidade intersubjetivamente aceita pelos seus moradores e pelos moradores dos outros bairros da cidade, ainda que com variações. (*grifo do autor*)

Em Soares (1995, p. 120) encontramos a idéia de bairro muito relacionada à cidade uma vez que os dois são, pois, “uma coisa só: não se pode compreender uma cidade sem analisar os seus bairros, mas ao estudarmos um bairro, temos que ter em mente a cidade a que ele pertence”. Para Tuan (1983, p. 20-21), o bairro é:

(...) Para o novo morador, o bairro é a princípio uma confusão de imagens; “lá fora” é um espaço embaçado. Aprender a conhecer o bairro exige a identificação de locais significantes, como esquinas e referenciais arquitetônicos dentro do espaço do bairro. (...) Quando residimos por muito tempo em um determinado lugar, podemos conhecê-lo intimamente, porém a sua imagem pode não ser nítida, a menos que possamos também vê-lo de fora e pensemos em nossa experiência.

Pensando neste contexto da importância da apreensão da unidade do bairro em Uberlândia a partir de 1992, a Assessoria de Planejamento, hoje Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, passou a participar na elaboração das propostas dos bairros, instituídos através de leis, as quais a Câmara Municipal analisa e vota.

A cidade, com base nas informações do BDI (2008), é dividida em 64 bairros acondicionados em cinco setores, a saber: o norte, sul, leste, oeste e central, conforme pode ser observado na *figura 16*, e perfazem o chamado projeto Bairros Integrados⁶¹.

⁶¹ O projeto Bairros integrados foi implementado pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes no final da década de 1980 com o objetivo de racionalizar a quantidade de “bairros” existentes na cidade, através de critérios como a homogeneidade de cada setor, os limites naturais, as características geográficas e de uso e ocupação do solo e o sistema viário. O projeto visa criar condições para um estudo detalhado da malha urbana propondo um sistema racionalizado de divisão do espaço, que visa facilitar o trabalho dos órgãos públicos e das entidades privadas bem como orientar a população no que tange a sua localização dentro da cidade e é bem usado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, por exemplo, para a execução dos trabalhos censitários, oferecendo informações detalhadas das diversas áreas da cidade.

FIGURA 16: UBERLÂNDIA: DISPOSIÇÃO DOS BAIRROS DENTRO DO PERÍMETRO URBANO, 2009.

Os sujeitos da Empresa 1 estão assim distribuídos territorialmente, pela cidade de Uberlândia: Bairro Custódio Pereira, dois sujeitos; Bairro Alto do Umuarama, um sujeito; Bairro Jaraguá, um sujeito; Bairro Jardim Brasília, três sujeitos; Bairro Maravilha, dois sujeitos; Bairro Mansour, um sujeito, Bairro Jardim das Palmeiras, um sujeito; Bairro Presidente Roosevelt, três sujeitos; Bairro Planalto, um sujeito; Bairro Tibery, um sujeito e Bairro Luizote de Freitas, três sujeitos, expressos na *figura 17*.

**FIGURA 17: UBERLÂNDIA: LOCAL DE MORADIA DOS MIGRANTES
TRABALHADORES FORMAIS DA EMPRESA 1, 2008.**

Na esfera do bairro podemos observar que ele constitui-se para um grande número de indivíduos, no principal espaço vivenciado ao longo do seu dia-a-dia. É nele que, muitas vezes, os laços de amizade e vizinhança se estreitam, criando uma sensação de pertencimento àquele lugar. O bairro se caracteriza, de um modo subjetivo, a partir da vivência e da dimensão coletiva

Sayad (2000, p. 13), sobre a importância da noção de pertencimento, dizia que:

ao tempo, ao espaço, ao grupo, os principais quadros que estruturam a vida social e mesmo toda vida social e mesmo toda existência individual – existir no tempo, no espaço e no interior de um grupo social (é a condição da existência política) – sempre está em causa um pertencimento nacional, um pertencimento nacionalmente definido: o pertencimento a cada um a seu tempo é um pertencimento à história nacional; o pertencimento ao espaço é um pertencimento ao território nacional; o pertencimento ao grupo dos nacionais é um pertencimento à nação e à nacionalidade que lhe são comuns.

Os discursos estabelecidos por cada um dos sujeitos da Empresa 1, diante das informações repassadas por eles nos questionários, possibilitaram construir e entender como as redes poderiam integrá-los de vez aos bairros em residem. A *figura 18* mostra a origem dos sujeitos com a maior parte tendo origem, substancialmente, de cidades que estão na área de abrangência de Uberlândia.

FIGURA 18
UBERLÂNDIA: ORIGEM DOS MIGRANTES
TRABALHADORES FORMAIS DA EMPRESA 1, 2008.

A *figura 19* representa o sociograma da rede analisada e demonstra o grau de intensidade dos relacionamentos dos sujeitos os vizinhos. Os dados mais apontados pelos migrantes foram os que analisavam a existência ou não de conversas com os vizinhos e em que frequência elas acontecem; se existem contatos ou não com pessoas dos bairros e em que frequência e se os contatos maiores são com pessoas de outros bairros ou não e em que frequência. Isso em um universo que apresentava, no questionário 11, possibilidades de relações de vizinhança (*anexo 2*).

As relações de vizinhança mais destacadas apontam que a maior parte dos migrantes mantém ótimas relações com suas vizinhanças, representadas pelos números 1; 6; 10; 11, ou seja, trata-se de uma forte intensidade de relação dos imigrantes com as demais pessoas dos bairros em que moram. A *figura 19* retrata as relações de vizinhança que são estabelecidas pelos sujeitos 1; 3; 8 da Empresa 1. Os três se destacam porque foram aqueles que após tabulação dos dados mostraram-se com os índices mais altos de relacionamento com seus vizinhos, grande parte em virtude do tempo que residem tanto em seus bairros como na cidade de Uberlândia.

FIGURA 19

UBERLÂNDIA: INTENSIDADE DAS RELAÇÕES DE VIZINHANÇA DOS SUJEITOS DA EMPRESA 1, 2008.

FONTE: Questionário, 2008.
ELABORAÇÃO: Karla R. Brumes, 2009.

Ucinet Netdraw^R

Neste sentido voltamos a falar com o Sr. Adão Paulo, sujeito⁶², um mineiro que por ocasião da pesquisa em seu local de trabalho que naquele momento havia se expressado a respeito da importância das relações para a melhor adaptação aos lugares apostando, assim, nestas como importante fator de composição daquilo que agora ele entende que poderia se conformar como uma rede social. Ele é morador do Bairro Presidente Roosevelt há sete anos, localizado no setor norte da cidade, *figura 17* e vive na cidade há dez anos. Em seu lar, relatou-nos a respeito das relações estabelecidas no bairro:

- Quais os motivos que levaram você a escolher o referido bairro para estabelecer residência?

Sr. Adão Paulo - Então, eu vim para esse bairro porque na época encontrei um valor de aluguel aqui mais em conta, aliás, meus pais né, mas eu me casei e também quis continuar aqui. Mas hoje os valores de aluguéis aqui são caros, mas eu gosto daqui porque meus parentes estão aqui e é perto também do centro da cidade.

- Como são as suas relações com seus vizinhos? Fale como você usa os espaços do bairro (igreja, escolas, lojas, supermercados etc.)

Sr. Adão Paulo – Olha, eu gosto muito dos meus vizinhos, me dou bem com todos quando posso ta certo que quase não tenho tempo, porque saio cedo para trabalhar, com relação ao bairro em si eu gosto demais daqui como já te falei, no fim de semana eu e minha esposa fazemos muitas coisas por aqui, porque também já lhe disse que meus parentes moram aqui, daí nós vamos ao mercado, à igreja, nas lojas, até não é porque é mais barato, mas para ir ao centro da cidade temos que gastar com ônibus às vezes e também sempre estou cansado para ir lá... sempre tem muita gente.

⁶² Entrevista e aplicação de questionário realizados em 16 de agosto de 2008.

Pessoa alegre e brincalhona, este migrante contava-nos que na cidade inúmeras conquistas se apresentaram, tanto as de cunho material como as de cunho pessoal (casou-se). Segundo ele, com relação ao que pensa a respeito da sua saída da cidade natal diz que foi impulsionada pela mudança da família à época e que acha que muitos migram sem muita escolha, ou seja, a escolha se não é escolha é uma imposição maior, como a familiar e econômica.

A condição do Sr. Adão Paulo mostra-nos que a presença das redes se de fato consolidadas poderiam promover melhor adaptação ao bairro. Esse sujeito apresentou ótimo grau de intensidade na relação com a vizinhança e por isso dizia que as boas relações que possui no bairro, sobretudo, com os seus vizinhos são elementos que o fazem sentir mais inserido na cidade, todavia, ainda se sente migrante, porque tem saudades de muitas coisas de Santa Juliana-MG e que por ser perto de Uberlândia, sempre está por lá.

O sujeito 1 com relação à intensidade das relações com sua vizinhança no bairro e levando em consideração as 11 possibilidades de interação a ele apresentada no questionário, apresentou as seguintes relações: 1; 6; 10. A possibilidade "1" trata da intensidade das conversas que os sujeitos estabelecem com todos os vizinhos; a possibilidade 6 buscava apreender se os sujeitos tem ou não contato com associações e a 10 era sobre as relações com moradores e associações de outros bairros da cidade, *figura 19*.

No desenrolar da pesquisa percebemos que a constituição da rede fora do local de trabalho estava começando a ser pensada por meio da análise dos vínculos e conexões entre seus membros. Ao nos aproximarmos dos tipos "relacionamentos" dos migrantes notamos que a organização familiar de cada um deles era de fato o que mais se assemelhava a constituição de uma rede no contexto apresentado, falamos aqui da quase sempre referências que os sujeitos faziam à presença de familiares em seus cotidianos e como ela era importante para sua adaptação à cidade de Uberlândia. Depois do contato com a primeira rede (local de trabalho), chegamos a diferentes famílias que tinham ou não algum grau de parentesco entre si.

Assim, estivemos com o Sr. Roberto Carlos, sujeito 3⁶³, um mineiro nascido em Estrela do Sul, morador há seis anos na cidade e há três no Bairro Jardim Brasília e que possui ensino médio completo, (*figura 26*). Com 37 anos é casado e tem três filhas, todas estudantes. Suas declarações deixaram claro como se sentia ante a condição de migrante e com pouco tempo de moradia em Uberlândia.

Sr. Roberto Carlos – Dona Karla, me sinto muito migrante e sinto muita falta da minha cidade natal, mesmo sabendo que um número considerável de moradores de lá residem em Uberlândia. Com certeza, eu queria poder ficar por lá em Estrela do Sul porque mesmo sendo pequena, lá não tem tantos problemas (crimes), mas também não tem emprego de que adianta. A senhora sabe que a gente tem que ter coragem para sair de um lugar para outro.... lá eu até podia correr de um lugar a outro para buscar ajuda quando precisasse, aqui não é bem assim. Mas eu tenho sorte, porque aqui mesmo nesse bairro tenho uns conhecidos que me ajudaram de início. Se isso é rede eu acho ela importante e muito importante. Eu mesmo já ajudei muitas pessoas que vêm de Estrela do Sul. Falando sobre meus vizinhos eu me dou bem com todos graças a Deus, falta mais tempo...quando um de nós sai o outro está sempre olhando as casas, mas uma coisa eu quero lhe dizer: "eu vivo aqui e desejo estar em outro lugar".

Durante esse momento foi possível perceber nesse sujeito que falar de sua origem expunha seus sentimentos, seus sonhos e desejos e que esses eram alimentados pela ambição de realizar-se materialmente, contudo, esse sujeito entendia ser difícil que tudo isso acontecesse em seu local de origem visto as poucas oportunidades que Estrela do Sul propiciava. Roberto Carlos, sujeito 3 com relação à intensidade das relações com sua vizinhança no bairro e levando em consideração as 11 possibilidades de interação a ele apresentada no questionário, apresentou as relações 1 que diz respeito à intensidade das

⁶³ Entrevista e aplicação de questionário realizados em 16 de agosto de 2008.

conversas com todos os vizinhos, a 6 que abrange o contato com associações e a 10 com poucas relações com moradores e associações de outros bairros da cidade, (*figura 26*).

Ao analisar a organização social do sujeito 3, tivemos a oportunidade de entender de forma prática o quanto o estabelecimento de relações de vizinhança trazia tanto para si, como para seus familiares laços sociais, que se configuram como recursos e estratégias que operacionalizam sua migração. O sentido de pertencimento ao local passa boa parte das vezes pelas relações desenvolvidas pelos sujeitos, como aquelas pessoas que os circundam, neste caso os vizinhos.

A confirmação de que há redes nos entre vizinhos vai se desenhando a partir do momento que estava sendo possível contato mais preciso com um, o ambiente dessas famílias, “relacionamentos reais externos com amigos, vizinhos, parentes, clubes, lojas, locais de trabalho e assim por diante” (BOTT, 1976, p. 76). Toda essa análise ainda foi confirmada quando o Sr. Lucas de Paula, sujeito 8⁶⁴, 35 anos, mineiro de Tupaciguara com ensino médio completo, e, nos recebeu em sua casa no Bairro Mansour(*figura 26*). Casado e pai de uma filha, mora no bairro há oito anos, mesmo tempo de moradia na cidade.

- Redes sociais, o que o senhor pensa delas? E como é sua relação com a vizinhança?

Sr. Lucas de Paula – Quando você esteve lá no nosso local de trabalho, eu senti vontade de falar sobre tudo isso, mas fiquei com vergonha de não saber falar bem, hoje aqui quero falar que nunca tinha pensado nisso antes, mas depois das explicações, eu comecei a pensar e até comentei com minha esposa. Eu acho legal de verdade.... eu acho que esse negócio de rede deveria ser feito pela prefeitura, mas eu também acho que se aqui no bairro ou em outros lugares a gente podia reunir mais e falar das coisas que temos dificuldade, quando eu vim para Uberlândia, vim porque meus pais vieram e eu

⁶⁴ Entrevista e aplicação de questionário realizados em 16 de agosto de 2008.

não gostei nada, depois viemos morar em um bairro que muitas pessoas acham que só tem pobre ou bandido, pelo menos há 8 anos quando chegamos era assim, mas o que eu podia fazer né era o que a gente podia pagar. Muitas pessoas nos ajudaram a vim para cá, muitas mesmo. Eu me dou bem com meus vizinhos, são pessoas boas, eu agora gosto do bairro, até nas minhas andanças já encontrei pessoas da minha cidade, tem um que é de Tupaciguara que mora ali na esquina e ele conhece uns primos meus de lá (risos), sabe como é cidade pequena todo mundo conhece todo mundo... eu falo de mais né (risos), mas é isso, sou migrante, nem transferi meu título, mas sou livre para morar onde tem emprego, e eu penso em voltar para minha terra, se eu puder quero ajudar a muita gente de lá, eu falo de empregos quando as pessoas de lá me perguntam, e falo bem de Uberlândia, se bem que ela anda perigosa (risos).

A fala desse sujeito informava muitas coisas, alegria, reconhecimento, mas, sobretudo, uma vontade em ser ouvido com também se mostrou nos sujeitos 1 e 3, mas seu Lucas queria de fato ser ouvido e também queria ser útil a quem como ele um dia precisou bem mais do que informações, junto com sua família para se mudar de cidade. Seu Lucas de Paula, sujeito 8 com relação à intensidade das relações com sua vizinhança no bairro e levando em consideração as 11 possibilidades de interação a ele apresentada no questionário, apresentou as relações 1 que diz respeito à intensidade das conversas com todos os vizinhos, a 6 que abrange o contato com associações e a 11 que aborda nenhuma relação com moradores e associações de outros bairros da cidade, (*figura 20*).

Todos os sujeitos abordados até aqui de uma forma ou de outra contribuíram para que pudéssemos afirmar que as redes nos quais eles estão envolvidos são importantes para que se insiram de uma forma ou de outra na cidade que escolheram para morar. Mais uma vez trazendo à luz a discussão das redes envolta ao processo de migração tem-se que esta relação se mantém e se reforça por diferentes tipologias de ligações sociais, e é aí que as formas de parentesco, de amizade se tornam uma das mais importantes bases

da organização social da migração, pois, família e amizade são os laços mais seguros dentro da rede (MASSEY, 1987). O migrante carrega assim uma dupla condição, a saber, o de ser ao mesmo tempo e/imigrante, mas como não se pode estar em dois lugares ao mesmo tempo, sua existência individual e social é ambigualmente vivida (SAYAD, 2000).

A aplicação de questionário concomitante às falas dos sujeitos com relação ao papel que uma rede pode ocupar em suas vidas traz a conclusão de que um grande número de relacionamentos sociais importantes nos bairros são tidos com os vizinhos e com seus familiares mesmo que esses últimos mantenham certa distância espacial.

Mais uma vez a migração, salienta-se que a migração não deve ser vista como um ato de simples realização, condicionada sim por um grande número de fatores e entre esses as próprias manifestações dos sujeitos que fazem parte do processo, pois "as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias no âmbito do pensamento e de seus procedimentos..... elas também experimentam por meio de sua cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidade..." (THOMPSON, 1981, p. 182).

FIGURA 20

UBERLÂNDIA: INTENSIDADE DAS RELAÇÕES DE VIZINHANÇA DOS SUJEITOS 1, 3, 8 DA EMPRESA 1, 2008.

FONTE: Questionário, 2008.
ELABORAÇÃO: Karla R. Brumes, 2009.

5.2.2. REDES SOCIAIS ALÉM DO TRABALHO: AS RELAÇÕES COM OS ESPAÇOS DO BAIRRO⁶⁵

A busca de possíveis redes que pudessem ser estabelecidas dentro de duas empresas da cidade de Uberlândia e a comprovação de que elas não existem deram base para que outras configurações de redes fossem investigadas na cidade. Uma vez que elas não estavam nas empresas, seria possível que elas pudessem ser observadas em outros contextos e, assim, se encontradas, dessem sustentação aos movimentos migratórios.

Diante disto buscamos a partir do grupo de migrantes já pesquisados, compreender como se dá o contato dos mesmos com os espaços dos bairros em que residem, neste contexto, as visitas aos bairros tiveram o intuito de identificar que tipos de relações desenvolvidas nos bairros contribuem para que os migrantes se integrassem de maneira mais específica à territorialidade abordada. Neste movimento, estivemos em contato com relações concretas, mas que possuíam um grau elevado de subjetividades.

O processo migratório envolve mais do que processos econômicos, eles envolvem relações familiares, de vizinhança entrelaçadas por redes sociais, que se apresentam com várias configurações que permitem análises cotidianas abstraídas a partir das relações existentes entre os sujeitos migrantes com os espaços de suas convivências. Não buscávamos uma configuração de rede que unisse todos os migrantes em um contexto comum, visto que não há na pesquisa nenhum espaço específico que seja o ponto de encontro dos mesmos.

Pensando no contexto do estabelecimento de redes as informações que obtiveram de amigos, familiares foram primordiais, para que, por exemplo, escolhessem os bairros para habitarem, ou seja, as informações sobre eles repassadas por conterrâneos, parentes ou não, lhes imputaram

⁶⁵ A pesquisa nesta etapa envolveu os mesmos sujeitos da rede observada dentro da Empresa 2. Isto porque achamos pertinente acompanhar as trajetórias destes imigrantes para além do mundo do trabalho, no intuito de confirmar ou não que enquanto sujeitos da condição de migrantes eles perpassam por mais de uma rede, que no caso aqui analisado parece se estabelecer e se sustentar por relações sociais.

“certos privilégios”. Buscamos com isto, de acordo com Bott (1976), trabalhar redes não permeadas por um espaço físico delimitado (centro de bairro, uma igreja, uma loja etc.) e em um acesso dentro dos bairros em um ou mais espaços que sejam consideradas como aqueles que materializem redes sociais.

Como já havíamos trabalhado as “redes sociais além do trabalho envolvendo as relações de vizinhança e amizade” com os sujeitos da Empresa 1, buscaremos entender como as relações dos sujeitos da Empresa 2 com espaços dos bairros podem se conformar em redes. Nesse sentido, visitamos os sujeitos da Empresa 2 distribuídos pelos bairros da cidade, sendo assim foram: 3 sujeitos no Bairro Mansour; 3 sujeitos no Bairro Pacaembu; 2 sujeitos no Bairro Martins; 1 no Bairro Santa Rosa; 1 sujeito no Bairro Brasil; 2 no Bairro Jardim Ipanema; 2 sujeitos no Bairro Tibery; 1 sujeito no Bairro Laranjeiras; 1 sujeito no Bairro Lagoinha; 1 sujeito no Bairro Jardim Brasília e 1 sujeito no Bairro Segismundo Pereira. A localização espacial destes bairros pode ser observada na (*figura 21*).

A migração até então apontada tem sua concretude manifestada nas vidas dos sujeitos, contudo, muito além dos processos estruturais, ela se realiza também quando processos de cunho íntimo (família, amigos) se apresentam.

Sayad (1995), por exemplo, falava desse processo aos descrever as favelas de Paris ocupadas por argelinos, que em forma de solidariedade acabam por se solidarizar com cada grupo novo de argelino que sai de seu país de origem e chega à França. O exemplo exposto evidencia uma migração que se materializou mais relacionada às condições sociais do que nas materiais, visto que suas condições de emprego não existem efetivamente, pelo menos não num primeiro momento. No Brasil, Fusco (2001) fala de processo semelhante ao abordar como se dão relações sociais entre os migrantes de origem mineira que desembarcam nos Estados Unidos em que as redes sociais são muito importantes na acomodação dos migrantes em outro espaço.

FIGURA 21: UBERLÂNDIA: LOCAL DE MORADIA DOS MIGRANTES TRABALHADORES FORMAIS DA EMPRESA 2, 2008.

Já que os migrantes no ambiente das empresas não experimentaram a formação de redes, mesmo que as relações sociais entre migrantes se apresentassem, passamos a buscar as redes observando individualmente estes sujeitos individualmente por meio das suas próprias relações. Como já foi informado não se buscou a interrelação de todos esses migrantes fora do espaço de trabalho, que praticamente cada um deles mora em um bairro da cidade. Entendemos que suas relações substancialmente, ou seja, as suas redes têm origem em um mundo particularizado e mediado por relações que de desenvolvem nos bairros onde vivem e com os espaços que os compõem.

De início, aplicamos de questionário da ARS (*anexo 2*) para a geração de sociogramas que pontuam a intensidade das relações que os sujeitos possuem com os espaços dos bairros em que habitam na cidade de Uberlândia. Os discursos estabelecidos por cada um e as informações repassadas por eles nos questionários possibilitaram, assim, construir e entender as redes das quais fazem parte, (*figura 22*).

A primeira análise pensando nas redes sociais e em seu pertencimento a certas relações sociais, quesitos que constituem suas possibilidades, e não suas barreiras, revelam a forma pela qual os sujeitos se inserem nos bairros que escolheram para habitar, e isso revelou as trajetórias na cidade e a forma de ocupação de determinados espaços.

Por assim dizer é que podemos destacar que os migrantes da Empresa 2 destacaram o uso dos espaços de escolas, supermercados, lojas de roupas e terminal de ônibus como sendo os de maior convívio dentro de seus bairros, o que é apresentado na *figura 22*. Pode até parecer que seria óbvio, mas é justamente nesta relação tão óbvia que se apresenta a importância do local escolhido para moradia, ou seja, coloca o fato de que esses migrantes têm que estar em lugares com os quais manterão redes de relações pessoais específicas que podem dar sustentação a suas condições de migrante.

FIGURA 22

UBERLÂNDIA: INTENSIDADE DE USO DOS ESPAÇOS NOS BAIRROS DOS SUJEITOS DA EMPRESA 2, 2008.

FONTE: Questionário, 2008.
ELABORAÇÃO: Karla R. Brumes, 2009.

Ucinet Netdraw^R

A figura acima representa o grau de intensidade com os espaços do bairro que cada sujeito apresentou e nela observam-se relações intensas, que por sua vez valorizam diferentes interpretações a respeito de uma mesma condição, a de migrante. Nesse sentido, conhecemos a realidade vivenciada por esse grupo de migrantes por meio de suas lógicas e não por meio de algo que lhes é exterior, como afirmações de que estão nesse ou naquele bairro única e exclusivamente por conta de fatores que eles não possam ter influenciado.

Com relação à origem, (*figura 23*), demonstra que os migrantes desse grupo são essencialmente das cidades que estão na área de influência de Uberlândia, justificando o fato de ela ser realmente cidade pólo na região do Triângulo Mineiro; essa rede ainda apresentou migrante oriundos de GO e SP.

FIGURA 23
UBERLÂNDIA: ORIGEM DOS MIGRANTES
TRABALHADORES FORMAIS DA EMPRESA 2, 2008.

Na medida em que as informações iam sendo apresentadas pelos migrantes, suas percepções sobre o fenômeno da migração iam sendo valorizadas. Nesse sentido, falar com Sr. Geraldo Alfonso sujeito 8⁶⁶, um mineiro de 43 anos e com ensino médio completo, foi importante. Ele é natural de Itumbiara e mora em Uberlândia há cinco anos, no Bairro Mansour, seu relato demonstrou como o bairro insere-se na cidade, e como ele faz parte de uma lógica que também é a lógica da cidade.

- Como foi sua trajetória migrante? Como e por que veio para esse bairro?

Sr. Geraldo - Minha filha, eu vim para essa cidade há cinco anos para tentar melhorar de vida, antes eu tinha morado em Goiânia, mas não deu certo. Aqui na cidade, as coisas estão indo bem, mas eu sinto vontade de voltar para minha terra, ele é pequena, mas é muito boa, sabe? Quando eu vim morar aqui eu já vim direto para o bairro, porque têm umas pessoas aqui que são lá da minha cidade. Elas me diziam que era um bairro bom, eu acho que ele é mesmo tem de tudo e quando não tem eu vou ao Bairro Luizote de Freitas. Eu acho que a cidade de Uberlândia é boa para quem tem estudo, eu mesmo trabalho nos serviços gerais como você sabe e não consigo ganhar mais do que eu ganho. Eu aqui nunca tive muito apoio da cidade, dos políticos. As ajudas que eu tive aqui são de pessoas que um dia passaram pelo que eu passo. Eu acho que uma cidade “tão rica” deveria ajudar bem mais as pessoas que são de fora, mas eles não ajudam não. Sabe, de verdade, essa cidade devia ver essas coisas bem melhor ajudar mesmo. Olha, mas, tem muitas pessoas que não gostam desse bairro tem preconceito. Quando eu saio do trabalho é para cá que quero vir é aqui que me satisfaço, é aqui que estão os meus contatos.

- Como o Sr. se relaciona com os espaços do bairro?

Sr. Geraldo – então é como disse, aqui tem de tudo e quando não tem vou ao bairro vizinho, porque não tenho carro, e não posso gastar muito com ônibus e eu acho esse sistema de transporte aqui muito bom, paga apenas uma

⁶⁶ Entrevista e aplicação de questionário realizados em 16 de agosto de 2008.

passagem, eu tenho uma reclamação sobre a violência aqui no bairro. Por ser caro o transporte, eu me relaciono mais com o bairro.

É passível de compreensão a fala do sujeito 8 ante as relações que possui com o bairro em que vive, ele fala a respeito de vários assuntos dos estigmas que carrega, mas também sobre as relações positivas que têm com os espaços, em seu discurso ele nos colocava que todas as suas relações fora do trabalho se estabelecem com e no bairro e que ele faz questão de que isso se mantenha.

Ao mesmo tempo em que isso é bom, pois o bairro vai tomando a fisionomia de seus moradores, também faz com que muitas pessoas não vivam a cidade em sua intensidade. Entre os migrantes, a constituição de relações com espaços que vão além daqueles que eles se inserem se dá por meio de relações que são construídas ao longo do tempo, ou por relações já pré-estabelecidas nos locais de inserção. De qualquer forma, a análise a respeito de como se dão essas construções inclui a observância da vivência social dos migrantes nos bairros que vivem.

Para continuarmos a entender as relações dos sujeitos com os espaços dos bairros, contamos com a colaboração do Sr. Romes Silter, 35 anos, sujeito 15⁶⁷, mineiro de Tapuirama, um distrito de Uberlândia com ensino médio incompleto e que residia há seis meses no Bairro Brasil, localizado na região central da cidade. Segundo suas informações, assim que chegou à cidade procurou se integrar a outras pessoas de forma mais eficaz para não se sentir tão sozinho. Ante a esse primeiro aspecto passamos para o momento de troca de informações:

- Quais os motivos que levaram você a escolher o referido bairro para estabelecer residência?

⁶⁷ Entrevista e aplicação de questionário realizados em 16 de agosto de 2008.

Sr. Romes Silter – Eu vim morar com meus tios que me ajudam bastante, foi muito importante essa ajuda deles, mas, já estou procurando algo para mim, um quarto e sala. Aqui é perto de muitas coisas, mas fica bem longe do meu local de trabalho. Mas eu não sei bem em que bairro vou morar, porque como não sou daqui tudo pode parecer bom lugar ou não, depende das condições financeiras também.

- Como são as suas relações com seus vizinhos? Fale como você usa os espaços do bairro (igreja, escolas, lojas, supermercados etc.)

Sr. Romes Silter – Com os vizinhos ainda tenho poucas relações, porque estou aqui há pouco tempo. Tenho mais relações mesmo com meus parentes que moram aqui na cidade, mas ainda não fui ao bairro que os outros parentes moram. Com relação aos espaços do bairro eu uso pouco também... ah, se bem que aqui posso falar que uso muito a igreja sou Batista, eu me sinto em casa quando vou à igreja. Se você quer saber se me relaciono bem com as coisas de Uberlândia, eu digo que por conta da igreja ainda não fui embora, porque os irmãos me tratam bem demais, eu acho que eles são as minhas maiores redes (*risos*), me dão muita força.

Todos com os quais conversei falaram a esse respeito das relações que mantêm nos bairros e com os espaços que fazem parte dos mesmos, passando-nos assim a idéia de que se condicionam aos espaços de acordo com o nível de envolvimento que apresentam, ou seja, para além das suas condições econômicas sempre buscam se estabelecer da melhor maneira possível como elemento para ter mais dignidade nessa inserção.

Os contatos estabelecidos com esses migrantes foram nos permitindo observar que mesmo diante de redes não estabelecidas de forma tão clara, que idéia dela é passível e sua constituição é necessária à fala dos sujeitos, que foram unânimes em falar das relações com espaços do bairro como sendo ponto facultativo de integração com os bairros em que moram.

Entendemos os estigmas que muitos têm com respeito a bairro que moram, àquilo que os outros pensam sobre suas inserções, sobre a condição que vivem meio as poucas relações estabelecidas, mas sobre tudo a vontade de inserção, o quase desejo de serem aceitos como mais do que migrantes, mas como co-participantes daquilo que consideram a cidade de Uberlândia. Assim, o estudo dos níveis médio de inserção desse grupo de migrante através das redes tem permitido uma maior compreensão a respeito dos efeitos sobre suas atitudes e comportamentos já que a variabilidade contextual do clima social é abordada de forma mais explícita.

E ainda, a idéia repassada pelos migrantes a respeito do como são vistos pelo poder público a princípio confirma a fala da representante da Secretaria de Ação Social da prefeitura municipal⁶⁸, quando indagada sobre a questão da migração que entende que,

a forte migração pode causar no interior de uma cidade, carência de infra-estrutura; déficit habitacional; aumento da criminalidade; diminuição de qualidade de vida; danos ao meio ambiente; subemprego; carência de serviços sociais; ocupação irregular do solo; carência de infra estrutura; desemprego; entre outros (...) os migrantes vêm para Uberlândia pela falta de políticas nacionais, que não seguraram parte dos migrantes, assim, a existência de indústrias no interior dos médios e grande municípios colocam a idéia de que nestes haja um número alto de empregos, além de uma "inquestionável qualidade de vida" que estes médios municípios poderiam oferecer

O imaginário do migrante confere-lhe a idéia de que precisa se inserir e que essa inserção é melhor desenvolvida por meio das ações do poder público. Essa idéia se torna verdadeira à medida que determinados grupos de migrantes precisam de ações mais diretas em seus cotidianos, isso porque segundo Sayad (1998, p. 11), "pessoas deslocadas, privadas de um lugar apropriado no espaço social e de lugar marcado nas classificações sociais" são pessoas deslocadas em todo lugar, tanto na sociedade de origem como na sociedade receptora.

⁶⁸ Entrevista em 4 de fevereiro de 2008.

As condições sociais que geram a migração propriamente dita apresentam um migrante que possui dupla constituição, uma que o despede no local de origem e outra que o recebe na sociedade de inserção, assim, ele carrega consigo essas duas identidades. E, é fato, estamos falando de um sujeito que, contudo, é mais facilmente esquecido como emigrante na sociedade de emigrados do que é esquecido como imigrante no local em que chega, assim o sujeito convive ao mesmo tempo com duas faces da realidade, a de emigrado e de imigrante. Nos espaços dos bairros os migrantes, encontram qualificações que ao serem objeto de estudo revelam fatos sociais que os inserem aos lugares cada vez mais. Do ponto de vista do fato, esses migrantes só existem na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território.

Quando do momento de apreender os discursos desses sujeitos, buscou-se não apenas atenuar suas falas com observações linguísticas ou com comentários que viessem esclarecer as autenticidades apresentadas. O Sr. Antônio Marcos, sujeito 5⁶⁹, tem 30 anos e possui ensino médio completo, é oriundo de Lagamar-MG e migrou para Uberlândia há três anos, reside no bairro Pacaembu, há dois anos.

- Fale-me da sua condição de migrante.

Sr. Antônio Marcos - Senhora, como em condições difíceis, as pessoas não pensam em ir embora de lugares que não te proporcionam nada? Quando eu era criança, as pessoas sempre diziam que ficar em Lagamar era ilusão, mas eu gostava de lá, sabe. Mas sempre passava pela minha cabeça que a idéia da saída não devia ser precipitada, assim, ir para outro lugar deveria ser de caso pensando, é precipitado quando não se pode nada; não se sabe para onde ir, porque pode ser um passo para o paraíso ou para o inferno, tem que ter coragem demais, eu acho que tive. Mas que vou voltar ao início e peço que a senhora tenha um pouco de paciência para me ouvir. Lá nos meus tempos de menino, quase todos da minha família já tinham tido alguma experiência de

⁶⁹ Entrevista e aplicação de questionário realizados em 16 de agosto de 2008.

tentar a sorte em outras cidades e é claro que as cidades que todos pensavam era Uberlândia, Goiânia, São Paulo. E foi assim, quando meu pai morreu quando eu tinha oito anos. Minha mãe ficou com quatro filhos, ele não deixou nada para nós. Morávamos na roça e depois fomos para a cidade. Eu comecei a trabalhar muito cedo sabe, e isso me fez mais gente. Eu trabalhei muito porque era o que restava naquele momento (1987), porque eu via minha mãe trabalhando e trabalhando. Fiz de tudo um pouco e sempre pelo dinheiro. Enfim, o que mais me chamava atenção era que meus parentes quando eu ia crescendo sempre diziam que eu era isso ou aquilo e que era uma pessoa que havia de dar orgulho para minha mãe. Mas eles se contentavam apenas em matar a fome, sabe dona, fome de comida. Mas não dava para ficar ali para sempre, eu tinha outras fomes, queria ter um calçado diferente, uma roupa bonita, e queria estudar. Não via a hora de crescer e sai pelo mundo e assim eu fiz. Agora quero confessar uma coisa para a senhora, essa cidade passa muita ilusão, muita mesma, as pessoas de Lagamar pelo menos as que eu conhecia na época e ainda hoje, só tem Uberlândia na boca, se tem. Uma vez que elas enfiam a idéia de mudança na cabeça, ninguém tira. Quando eu cheguei aqui descobri uma realidade que ninguém que já tinha vindo contava. Passei fome, morei em lugares sem as mínimas condições e percebi que muitos que voltavam contavam lorotas sobre a vida em Uberlândia. Sendo assim, minha condição de migrante foi ruim no começo.

- Como são as suas relações com seus vizinhos? Fale como você usa os espaços do bairro (igreja, escolas, lojas, supermercados etc.)

Sr. Antônio Marcos – Acho que a relação com meus vizinhos é ótima, sem eles as coisas são mais difíceis e eu não estou falando com relação a questões financeiras não. Muitas vezes quando nessa condição de alguém que chegou há pouco tempo na cidade e no bairro é com eles que podemos contar e olha, os meus são maravilhosos, porque com eles eu troco informações. Com relação aos espaços do bairro eu uso bastante também acaba sendo mais em conta usar tudo do bairro, já pensou se tivesse que ir ao centro da cidade para fazer muitas coisas? Não daria porque o ônibus é muito caro e eu não tenho

carro. Uso ônibus porque a empresa fornece. Eu por aqui vou muito ao supermercado (muito assim quando é o dia), meus filhos vão à escola do bairro, vamos à igreja, eu uso bastante viu. Mas posso falar uma coisa? Creio que todos os migrantes devem se relacionar bem com as coisas que têm nos seus próprios bairros, porque neles (bairros), nós nos sentimos pessoas normais em outros lugares da cidade as pessoas fazem sim diferenciação porque somos de fora. Um dia, eu estava no ponto indo para o trabalho esperando a condução e ouvindo as pessoas reclamando de casaco, sono, pouco dinheiro, falta de emprego e uma delas disse que Uberlândia já teve mais empregos, mas como um monte de gente vem para a cidade, os empregos foram embora. Nossa, fiquei com uma raiva, porque eu acho que não é bem assim. Mas nem falei nada, mas eu não acho que vim tirar o emprego de ninguém não.

- O senhor conhecia alguém previamente na cidade ao se decidir mudar para Uberlândia? Se sim qual o papel que elas ocupam ainda hoje?

Sr. Antônio Marcos – Eu conhecia sim, eu tenho uns parentes aqui na cidade, eles sempre estavam em Lagamar porque é perto de Uberlândia, eu os conhecia e também a outras pessoas que não são parentes, e a gente confia nos parentes né? Foram importantes para que eu decidisse tentar a sorte aqui. A senhora no início falou sobre a coisa das redes, lá na empresa também a senhora já tinha falado, eu quero dizer que elas existem sim... eu acredito nesse seu estudo, eu tenho interação com pessoas que são próximas a mim na empresa, no bairro. Sair sozinho como migrante não dá, precisamos ter contatos nos lugares em que chegamos, eu admiro quem tem a coragem de ir aos lugares sem um ponto de referência, eu tinha graças a Deus, mas foi como lhe disse eu passei dificuldades mesmo assim, porque as pessoas não podiam me ajudar muito, por mais boa vontade que tivessem. Eu tenho contato com essas pessoas sim, também tenho contatos com meus parentes de em Lagamar.

Não faz sentido pensar em redes sociais de migração sem pensar nas interações dos que os sujeitos apresentam ao longo do processo de migração em suas estruturas sociais. O migrante não se faz sozinho, mesmo constrangido por estruturas coletivas (instituições, normas cotidianas) (TILLY, 1990).

Os depoimentos deixam claro que mais uma vez, as redes sociais contribuem para que as estruturas sociais, que cercam os migrantes, sejam capturadas numa interação macro e micro sistêmica contribuindo para que o processo de migração seja compreendido em seu amplo movimento e, que seu principal interlocutor o sujeito migrante possa ser percebido também por meio das redes que o conecta a diversos lugares. Deparamos, assim, com a possibilidade de interação entre pessoas, bens materiais, valores, informações tudo de um local ao outro, que, segundo Fazito (2002, p. 3), "podem ser pensados como fluxos que se conectam internamente (nesse sistema) segundo algum padrão determinado".

A ARS permitiu-nos identificar conexões, e laços estabelecidos pelos migrantes com os espaços dos bairros em que moram, assim, a *figura 24* demonstra a intensidade do uso dos espaços nos bairros pelos sujeitos 5, 8, e 15.

FIGURA 24

UBERLÂNDIA: INTENSIDADE DE USO DOS ESPAÇOS NOS BAIRROS DOS SUJEITOS 5, 8 E 15 DA EMPRESA 2, 2008.

FONTE: Questionário, 2008.
LABORAÇÃO: Karla R. Brumes, 2009.

Os migrantes 5, 8 e 15 por meio de suas falas deixaram claro que acreditam na força das relações pré e pós-estabelecidas no local de inserção como um elemento que os ajudaram na integração no novo território. As relações por eles apresentadas são aquelas com parentes e vizinhos e amigos que são classificados em fortes e fracos. Quando a rede é formada por parentes, os laços apresentados são considerados fortes, ou seja, os grupos familiares nucleados apresentam laços fortes e imediatos; já o círculo que inclui amigos, colegas de trabalho e mesmo familiares mais distantes apresentam laços fracos.

Segundo Wellman (1990), os laços familiares tendem a ser mais fortes em virtude da intimidade entre os sujeitos, da reciprocidade das trocas em especial as emocionais. Já os laços fracos em uma rede de relações pessoais, como as amizades, sobretudo, por mais que apresentem essa qualificação, são capazes de proporcionar maior flexibilidade ao permitirem maior circulação de informações com relação à disponibilidade de novos empregos, no mercado de trabalho (GRANOVETTER, 1995). É por isso que a migração não pode dentro desses contextos ser pensada a partir de decisões individuais isoladas, “porém a partir de grupos de pessoas unidas entre si através de laços íntimos e destino comum – tão pouco esses grupos são categorias” (TILLY, 1990, p. 84).

Também deve ser considerado nesse contexto, que as redes sociais imputam aos possíveis migrantes a escolha de lugares com os quais possuem fortes conexões e isso pode ser percebido na prática quando dos depoimentos de muitos dos migrantes entrevistados que escolheram Uberlândia para morar, ou seja, a presença de algum tipo de relação com parentes ou não parece, ao menos em seus imaginários, diminuir os riscos e os custos de possíveis retornos e tudo isso se relaciona ao levado índice de confiança e sobre laços previamente constituídos.

No caso do uso dos espaços de seus bairros os migrantes entrevistados são categóricos ao afirmar que essas relações são precedidas tanto pela presença de laços como pelo fato de que é justamente nesses

espaços que esses laços se fortalecem. Há, sem dúvidas, o fato de que a especialização dos serviços presentes nos bairros dos sujeitos os faça de fato ser mais constante nesses usos sem necessariamente terem que recorrer aos usos de outros espaços – como os do centro da cidade-; contudo, é perceptível que as relações de confiança e apoio social são também constituídas no uso dos espaços.

As redes sociais observadas na migração, tanto no processo de emigração quanto no da imigração são construídas a partir da diversidade dos contatos, sejam eles, os de laços fracos (que podem conduzem de forma mais dinâmica e variável as informações) como os de laços fortes (que fornecem substratos de trocas íntimas também importantes na inserção do migrante em um novo espaço).

5.3. REDES SOCIAIS E A INFORMALIDADE: O UNIVERSO DOS MIGRANTES CAMELÔS⁷⁰

[....] Tive muitas dificuldades para poder me adaptar em Uberlândia; chega a ser desumano o tratamento que recebi por parte de muitas pessoas nessa cidade, eu tive de correr muito para hoje depois de estar aqui há quatro anos, dizer-lhe que não sei se valeu a pena. Moça, eu trabalho demais. Eu sei que todos trabalham. Quando eu saí de Cianorte-PR, eu em virtude de uma série de coisas, eu não quis pedir a ajuda de ninguém, eu queria partir sem ter que fazer isso! Muitas pessoas lá na minha cidade diziam que eu era louco em mudar de cidade. Eu deixei que falassem mesmo queria tentar aos 18 anos dar uma virada em minha vida. Eu não tinha mais meus pais e meus parentes não me ajudavam com nada. Mas eu vim para Uberlândia por conta de uns tios que moravam aqui. Liguei para eles e vim. Se me ajudaram no início, digamos que sim, mas você sabe como é a gente tem que tomar vergonha e não ficar só dependendo da ajuda dos outros. Eu acho engraçado o fato de que esses meus parentes aqui me ajudaram mais do que aqueles que moravam lá em Cianorte. Depois de uns meses aqui, eu que tinha pouco estudo fui

⁷⁰ Na pesquisa, foram aplicados 22 questionários de ARS e realizadas nove entrevistas. Quinze dos sujeitos escolhidos trabalham como camelôs em dois espaços que são estruturados para tal atividade na cidade de Uberlândia, um localizado na Avenida Afonso Pena na altura da Praça do Fórum e o outro em frente ao Terminal Central de Ônibus na Avenida João Pessoa. Os demais camelôs (seis) trabalham nas ruas de Uberlândia e a cada dia estão em um ponto. Os participantes da pesquisa vendem os mais variados produtos: eletrônicos, frutas, doces, meias, brinquedos, CDs e DVDs, etc.

trabalhar como pedreiro, depois, fui trabalhar de garçom. Fui servente também! Hoje eu estou aqui trabalhando como camelô, confesso que ajudado sim por pessoas que acreditaram em mim, no meu potencial, quem sabe? Eu não podia ficar no meio do caminho, nos momentos de angústias. Eu ergui minha cabeça e disse para mim mesmo: eu tenho que buscar ser diferente de tudo o que eu não gostava na minha cidade. E é claro que apesar de eu ter começado essa minha fala dizendo que recebi um tratamento duro no início por parte de muitas pessoas, também tenho que dizer que muitas pessoas me ajudaram e foram todas pessoas que eu já tinha um certo conhecimento lá de Cianorte e que já tinham vindo para Uberlândia (JUAREZ PEREIRA, 2008).

O depoimento do Sr. Juarez Pereira, sujeito 4⁷¹, um paranaense de Cianorte, permite começar a se desvendar o universo de migrantes camelôs na cidade de Uberlândia e qual o papel que as redes sociais tiveram em suas inserções nos espaços da cidade.

Segundo Coletti (2001), na década de 1990 o desemprego atinge níveis jamais vistos na história do Brasil e nos últimos anos, o direito do trabalho vem passando por um processo de desregulamentação ou flexibilização, que, grosso modo, significa diminuição gradativa da presença do Estado no terreno das relações entre capital e trabalho. Assim, o que se verifica é um “contínuo processo de substituição do trabalho formal pelo trabalho informal nesse período” (COLETTI, 2001, p. 4). As dificuldades em se definir o que é o setor informal aparecem, segundo o autor, já nas estatísticas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), nas quais a categoria “trabalhadores por conta própria” inclui desde os chamados “camelôs” até os profissionais liberais. O autor ressalta que os “camelôs” constituem um segmento de trabalhadores cada vez mais socialmente relevante, mas sobre o qual se dispõe de poucas informações.

O trabalho informal na maior parte das vezes lida com atividades não reconhecidas ou regulamentadas pelas autoridades públicas – e executadas por trabalhadores não-protegidos pela legislação. A economia informal

⁷¹ Entrevista e aplicação de questionário realizados em 20 de agosto de 2008. Esse migrante trabalha com venda de CDs e DVDs e no dia da entrevista estava vendendo os mesmos enfrente a agência do Banco Bradesco na Avenida Afonso Pena próximo a Praça Tubal Vilela.

representa um aspecto central da dinâmica econômica e social dos países “menos desenvolvidos”, a despeito da notória falta de estatísticas oficiais. A mesma ainda pode ser caracterizada por sua pequena escala, falta de regulação estatal, flexibilização, uso de trabalho familiar, entre outras. E mais, o avanço dessa modalidade não se apresenta como algo transitório e não terão seu fim em um futuro próximo, ante as características do tipo de economia do mundo atual. Dentro da economia informal urbana, o comércio é apontado como uma das principais atividades desenvolvidas pelos seus participantes, especialmente, o ambulante realizado na rua.

Durante a pesquisa, pode ser observado que parte da inserção desses migrantes se deu a partir do momento em que eles de uma forma ou de outra buscaram na informalidade uma maneira de serem “reconhecidos” como eles mesmos acabaram por se caracterizar. Assim as histórias foram se constituindo mediante as aproximações feitas nas ruas de Uberlândia ou nos lugares em que a presença dos camelôs era certa⁷². Os camelôs migrantes da pesquisa estavam distribuídos pelos cinco setores do espaço urbano da cidade, sendo assim, 4 nos Bairros Planalto e Brasil; 1 nos Bairros Mansour, Custódio Pereira, São Jorge, Tubalina e Daniel Fonseca; 3 nos Bairros Santa Rosa e Jardim Brasília e 2 no Bairro Segismundo Pereira, (*figura 25*).

⁷² O critério de escolha dos camelôs se deu assim: camelôs que trabalham em espaços criados pelo poder público para este fim; camelôs que atuam nas ruas com vendas de frutas e doces; camelôs que trabalham em espaços criados por empresários para este fim.

FIGURA 25
UBERLÂNDIA: LOCAL DE MORADIA DOS MIGRANTES CAMELÔS, 2008.

Quanto à origem, esses sujeitos migrantes são de cidades que na sua maior parte pertencem à área de influência de Uberlândia, cidades do Triângulo Mineiro, contudo, destaca-se a presença entre esses de pessoas oriundas dos Estados do Paraná, São Paulo, Brasília e Goiânia, (*figura 26*).

FIGURA 26
UBERLÂNDIA: ORIGEM DOS MIGRANTES CAMELÔS, 2008.

As entrevistas proporcionaram analisar a importância das redes sociais como elemento de adaptação dos migrantes aos espaços dos bairros e também na constituição das relações de vizinhança. Se por um lado os laços mais fracos, esparsos e difusos foram observados nas redes em que a predominância das relações de amizade foram citadas, esses, por sua vez, são os responsáveis tem significativa importância para fazer com que informações sobre empregos, festas, reuniões circulem com mais veemência, condição essa materializada pela diversidade entre os contatos da rede.

Também as informações oriundas das entrevistas com os migrantes camelôs possibilitam compreender que os laços entre os parentes imediatos são os que de fato promovem apoio social, devido às trocas afetivas e confiança entre os envolvidos nesse processo.

O ideal, contudo, dentro da perspectiva da interação entre redes e migração é que os sujeitos tivessem em seu projeto migratório redes sociais mistas e integradas, a saber, os laços fortes e os laços fracos, uma vez que essa mescla viabiliza maior variedade de tipos de estratégias de apoio social, que como já foi levantado na análise de uma migração que contempla as várias facetas do processo, são capazes de captar de forma integrada os apoios de ordem emocional e os de ordem material.

É o caso do Sr. Eurípedes José, sujeito 4, a participação da família, que já se encontrava em Uberlândia, em seu processo migratório pode ser considerada ativa e abrangente, visto que ela apresentou várias funções sociais como intermediação, suporte social, provimento de moradia temporária e até mesmos os primeiros contatos à alocação profissional. Segundo Hareven (1994), os arranjos familiares desempenham de fato a função efetiva de suporte social de seus membros, por meio das redes que possibilitam ser constituídas ao longo de um processo, mesmo que essas tenham características que mudam ao passar do tempo. Tilly (1990) e Sayad (1998) colocam que a reciprocidade das ações é mediada por regras que se constituem de acordo com a natureza social de cada família.

Ante a essas constatações ainda o sujeito 16⁷³, natural da cidade do Prata-MG e vivendo em Uberlândia há dois anos, assim expôs sua vida de camelô migrante quando questionado a respeito do processo migratório:

Sr. Eurípedes José – quando decidi mudar para Uberlândia, foi algo assim que vinha sendo pensado há algum tempo, contudo, faltava aquele elemento importante a coragem. Não que Uberlândia fosse uma cidade tão grande assim, não era o caso, mas era medo de não arrumar emprego e passar mais dificuldades do que eu já passava em Prata. Eu peguei o telefone de um primo que já estava aqui na cidade há uns seis meses e liguei. Ele me disse que eu podia vir que tentaria me ajudar, todas as vezes que ele ia a Prata a gente conversava sobre as condições de vida nessa cidade. Ele sempre dizia que eram boas. Eu então acharia fácil, segundo ele, porque já tinha concluído o segundo grau.

- E foi?

Sr. Eurípedes José – Hum. Não foi não. Uma coisa tem que ser dita. As pessoas quando saem do Prata e vem para Uberlândia, quando voltam lá para passear e ver os parentes, encham as bocas para dizer como estão, elas nunca falam como de fato é. Eles estão bem vestidos, trazem malas cheias de coisas, dinheiro nos bolsos, a gente vê gastar e só falam do seu trabalho. Agora a gente só conhece quando vive, né? As pessoas mentem quando voltam à Prata e ficam falando que fazem isso e aquilo. Muitas delas eu conheço hoje na cidade e vivem muito mal.

- E você como vive? Como é ser migrante?

Eurípedes José – Olha, hoje eu vivo mais ou menos, eu não queria ter que vender para ganhar, me entende; eu queria ter um emprego que me garantisse um ganho no fim do mês, certinho. Eu tenho uma namorada lá em Prata, mas como posso pensar em casar e coisa do tipo? Não tenho vergonha do que faço não, mas tem dias que é fogo viu? Tem dias que está chovendo e

⁷³ Entrevista e aplicação de questionário realizados em 20 de agosto de 2008. Esse migrante trabalha com a venda de brinquedos e relógios na Praça Tubal Vilela.

como faço? Tem dias que os fiscais passam e aí? Tem muita gente vendendo muita coisa. Tem dia que estou aqui na praça, tem dias que estou nos bairros. Fora que tenho que pagar ao fornecedor. Eu agora estou esperando para ver se vou conseguir outro emprego, e a senhora acredita que é de camelô ainda? Mas lá dentro do Camelódromo Central, lá é mais certo porque as pessoas vão até lá comprar as coisas. Ser migrante para mim é uma vida difícil, eu não queria ter saído da Prata, mas por outro lado tinha de tentar. Morei uns tempos com aquele meu primo, três meses, agora moro no Bairro São Jorge e você sabe como ele é longe daqui do centro. Eu acho que as pessoas parentes da gente querem ajudar como meu primo, quando chega alguém de fora, mas geralmente elas também não podem muita coisa. O melhor para mim é poder confiar no parente, porque quando chegamos, eles são a nossa referência.

- Como é sua vida no Bairro São Jorge?

Eurípedes José – Lá eu moro com outra pessoa que veio da Prata, ela me ligou... era meu conhecido, fomos para lá porque meu primo mora lá também. É um bairro muito grande, tem de tudo, faço tudo por lá mesmo, vou à igreja, ao mercado, compro minhas camisas e calças quando dá! Dou-me bem com a vizinhança, se bem que por ainda ser solteiro acho que muitas pessoas ficam mais distantes.

- Ser solteiro?

Eurípedes José – Sim, falo da vizinhança, eu falo por eu estar sozinho e não ter a família aqui, eu acho que família gosta de se relacionar com família. Mas as pessoas de lá são minhas amigas, poderia ser mais até, mas só porque sou de fora, elas também não tem obrigação, né? Mas eu dou umas voltas por lá, jogo uma bola.

Esse sujeito, com riqueza de detalhes, apresentou situações que parecem fazer parte do mundo de quem migra que ao chegar no “mundo novo”, se vê diante de realidades que até então eram escondidas e que só se revelam quando o projeto migratório é colocado em prática. Nesse caso, ao

contar sua experiência de migrante, ele revela a contradição descoberta entre a realidade de sua condição e a imagem encantada de Uberlândia antes (porque essa era que seu laço - o primo - propunha), o informante demonstrava as condições sociais que produzem essa contradição.

Segundo Sayad (1998, p. 45), a migração engendra uma situação que se apresenta em dupla contradição “não se sabe mais se se trata de um estado provisório, que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro, mas que se gosta de viver com um intenso sentimento do provisoriedade”

Ou autor ainda salienta que os migrantes aqui parecem oscilarem, de acordo com as circunstâncias, entre o que é provisório que a define de direito e uma situação duradoura que de fato a caracteriza, e essas são as situações ambíguas que esses migrantes na maior parte das vezes acabam submetidos. Daí a importância de sua inserção em redes sociais uma vez que elas deslocam o foco da análise dos atributos individuais dos sujeitos para as relações que eles passam a estabelecer com outros sujeitos em determinado contexto social que pode ser o local de trabalho, o espaço dos bairros onde moram e as relações que mantêm com vizinhos e parentes.

Tentamos também absorver um pouco mais das relações destes migrantes aplicando a ARS, pois ela permite observar as interações (laços) dos migrantes em dados contextos, possibilitando assim a constituição de redes sociais (MAYA *et al*, 2000).

Buscou-se na análise das redes sociais, as relações e estruturas sociais no caso de camelôs que ainda são migrantes. A Sra. Mônica Cunha, sujeito 18⁷⁴, uma mineira natural de Centralina tem 28 anos e ensino médio completo e que mora há três anos no Bairro Planalto. Já eram 18 horas quando a oportunidade de falar com Mônica apareceu, momento esse em que deixava as atividades já ao fim do dia. Seu relato trouxe considerações importantes a

⁷⁴ Entrevista e aplicação de questionário realizados em 20 de agosto de 2008. Essa migrante trabalha como camelô dentro de um dos vários espaços constituídos para tal prática na cidade de Uberlândia. Esse no caso, se localiza na Avenida Afonso Pena ao lado do Fórum. A migrante em questão vende eletrônicos como jogos, MP3, aparelhos de som de carro etc.

respeito da vida que leva um migrante e como esse se insere no contexto social do território que “escolhe para viver”.

Sra. Mônica Cunha – Você se importa que eu vá conversando e arrumando algumas coisas aqui?

- Não!

Sra. Mônica Cunha – Sobre o que vamos falar (*risos*)?

- Vamos falar sobre migração o que isso significa para você?

Sra. Mônica Cunha – Está certo! Olha Karla, para mim significa que eu sou de fora de Uberlândia, nossa me deu uma saudade agora da minha cidade.... eu tive de vim para cá há quase quatro anos atrás, porque a minha situação em Centralina estava muito complicada. Eu fui deixada pelo meu marido com três crianças pequenas, ele simplesmente resolveu mudar de vida e não me convidou, aliás, convidou outra pessoa no meu lugar. Mas você não quer saber dessa história né?

- Se você quer falar fique à vontade!

Sra. Mônica Cunha – Acho que eu começo por ela porque foi ela que me fez estar aqui em Uberlândia. Quando me vi naquela situação minha única alternativa foi a de tentar alguma coisa. No início, confesso que foi muito difícil pensar em fazer alguma coisa, a gente se prende a um lugar e nele pensa que vai morrer. Lá em Centralina, eu tenho os meus pais e meus sogros, mas tudo gente que luta muito e que apesar de lamentar sobre minha situação, pouco podiam ajudar. Eu precisava tanto de ajuda financeira como para a vida, não sei se é assim que se fala.... quem vai nos ouvir falar? Por isso estou gostando de falar com você, que é uma estranha, mas está me ouvindo falar. Eu tenho, deixa-me ver, uns seis parentes em Uberlândia, eu confesso que eu queria fugir de Centralina tamanha a minha vergonha. Esses meus parentes aqui moram no bairro Luizote de Freitas e quando cheguei fui ficar com eles uns tempos. Nossa! eu vim sozinha deixei as crianças com minha mãe, eu não podia vir com elas, mas me arrependo dessa decisão (*lágrimas*), porque as

crianças já tinham perdido o pai e a mãe as deixa também? Mas hoje elas estão comigo, viu, trouxe as três. Voltando ser migrante, não é muito bom porque é difícil se manter numa cidade conhecendo tudo o que ela tem porque nela você nasceu, imagina viver em uma cidade que não se conhece nada? Meus parentes são camelôs aqui, aquele ali é meu tio, e agradeço, a Deus porque ele é o dono dessa banca e me deu esse emprego. Trabalho com ele desde que cheguei aqui. Hoje moro no Bairro Planalto com meu companheiro eu arrumei outro, *(risos)*, sabe como é né Karla, a depressão também não me pegou por muito tempo. Ele me ajuda demais e por conta dele consegui trazer as crianças. Eu conheço muita gente migrante que vem de outras cidades pensando que aqui em Uberlândia é o paraíso, mas não é, não é mesmo!

- Então você acha que o fato de ter parentes aqui na cidade a ajudou?

Sra. Mônica Cunha – E como, se ajudou!

- Como é sua vida no bairro em que mora?

Sra. Mônica Cunha – Olha é boa, tenho boas relações com os vizinhos, queria até ter mais, só que saio cedo de casa e volto à tarde. Deixo as crianças na creche do bairro as 7 horas da manhã e pego o ônibus, almoço aqui mesmo (trago a comida de casa). Aos finais de semana eu e meu companheiro (ele é mecânico) fazemos as coisas de casa. Relacionamo-nos com nossos vizinhos, você sabe sempre é um empresta aqui, devolve ali *(risos)*. Eu gosto de ficar no bairro, pois por trabalhar no centro da cidade não gosto de vir aqui em finais de semana. O bairro é muito bom, se eu morrer já fico por lá mesmo, o cemitério fica lá *(risos)*. Lá tem escolas, lotérica, mercados, lojas de roupas, móveis. Eu uso bastante as coisas do bairro, acho o aluguel caro, mas eu gosto! Lá também tem uns pontos de camelôs, mas acho que aqui no centro posso ganhar mais.

- Você acha que sua relação com os espaços no bairro e com os vizinhos de alguma forma lhe dão suporte para que você se cada vez mais na cidade?

Sra. Mônica Cunha – Sim, com certeza que sim. Acho que me ajuda a adaptar-me à cidade é o fato de eu ter parentes, bons vizinhos, e emprego.

Mas mais do que emprego, eu me senti acolhida pela cidade (as pessoas da cidade), mas eu sinto muita falta de Centralina também porque meus pais estão lá, mas não penso em voltar de jeito nenhum. Eu acho que nem todas as pessoas encontram suporte quando chegam às cidades vindas de outras cidades. Eu tive, eu tenho. Eu tinha medo de vir, eu confesso, não queria pedir ajuda, e você sabe passa pela nossa cabeça a idéia de ter que pedir ajuda de prefeitura, de estranhos, eu graças a Deus pude contar com a ajuda dos meus parentes, devo muito a eles, devo mesmo.

A aplicação da ARS permitiu-nos representar graficamente as relações dos sujeitos como diferentes objetos por meio de padrões estruturais que as ordenam (as relações com os espaços do local de moradia) conforme a *figura 27*. As análises permitem pensar nas dimensões macro e micro e possibilitam a começar a compreender uma relação (migração e redes) que se faz presente na realidade cotidiana do migrante. “As redes sociais na migração mostram as várias dimensões das relações sociais que participam no processo social da migração” (FAZITO, 2005).

FIGURA 27

UBERLÂNDIA: INTENSIDADE DE USO DOS ESPAÇOS NOS BAIRROS DOS SUJEITOS 4, 16 E 18, 2008.

FONTE: Questionário, 2008.
ELABORAÇÃO: Karla R. Brumes, 2009.

O sociograma apresentado possibilita a observação das redes egocentradas (pessoais) uma vez que se identificaram as trajetórias individuais dos migrantes e em que medida as suas relações interpessoais são constrangidas estruturalmente pela coletividade aqui representada pelas várias atividades usadas no espaço.

As considerações das redes pessoais é o tipo mais básico da ARS, uma vez que se capturam os relacionamentos em torno de um sujeito, no caso aqui dos sujeitos 4, 16 e 18 o que não quer dizer que a preocupação é apenas do como esses sujeitos estão isoladamente. É fato que se busca também entender as conexões numa coletividade. Porém, as entrevistas caminharam no sentido de possibilitar a observância de diversos tipos de relações (amizade, vizinhança), que proporcionam pensar nas multiformes das redes que giram ao entorno de um migrante.

Os sujeitos 4, 16 e 18, perceberam facilmente as alternativas pessoais de escolhas que fazem parte de seus relacionamentos, assim esses tomaram suas decisões como função de interesses pessoais, o que claramente induziu cada uma de suas ações. Os migrantes buscam sempre “novas oportunidades” que lhes gerem ganhos econômicos e ou sociais em outras cidades e se esses possuem redes ou estão envoltos por elas, essas garantem a oportunidade de relações sociais que os integram mais facilmente a partir do momento da tomada de decisão para o deslocamento. Ao ouvir os migrantes camelôs foi perceptível o fato de que eles têm ciência de que podem reivindicar o direito a uma “existência” plena e não mais apenas seus direitos parciais como novos moradores de espaços migratórios.

A busca até aqui tem sido a de se observar mais concretude nos processos de migração, por meio das redes sociais.

[HTTP://LAPUBLICIDADE.COM/BLOG/2009/12/REDES-SOCIAIS-INFLUENCIAM-NA-ESCOLHA-DE-PRESENTES-DE-NATAL-NOS-EUA.HTML/](http://lapublicidade.com/blog/2009/12/rede-sociais-influenciam-na-escolha-de-presentes-de-natal-nos-eua.html/)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizarmos este trabalho, retornamos ao seu princípio. Pensamos que as relações, as descobertas e os questionamentos aqui apontados têm como objetivo ser porta para o debate a respeito da temática das migrações e como ela pode ser pensada a partir de conceitos não comumente usados e que lançam desafios únicos para quem se aventura por eles percorrer.

Os conceitos, os métodos os procedimentos usados na elucidação de problemáticas postas por vários pesquisadores passam por mudanças que levam tempo para serem incorporadas nas pesquisas, nos trabalhos, podemos dizer que eles até estão sempre mudando assim como nossa vida de alguma forma está. Assim como nós mudamos de escola ou de trabalho, a forma como percebemos as coisas, os relacionamentos, também mudamos de local de moradia.

Isto acontece quando trocamos de casa em uma mesma cidade ou quando deixamos uma cidade para viver em outra e é por este motivo que inúmeras são as pessoas hoje no mundo que vivem em locais distintos de onde nasceram. Diante dos fatos somos obrigados a conceber imagens e viver sentimentos quando em nossas mentes aparecem pessoas deixando um local e indo viver em outro, o que é uma situação bem próxima de cada um de nós, basta que olhemos a origem de nossas famílias, por exemplo. Muitas delas têm origem na migração de pais, avós e bisavós que ao se deslocarem levaram consigo crenças, tradições dos locais de origem.

Os deslocamentos ainda nos proporcionam vivermos com as lembranças de vizinhos e amigos antigos que não moram mais em nossa cidade e nem mesmo sabemos para onde foram. A migração não é importante apenas para as pessoas que trocam de local de domicílio, ela também é decisiva para o desenvolvimento de regiões e países, no crescimento populacional de cidades, na troca de experiências e tecnologia entre povos etc. Diante disto, é indiscutível o fato de que as pessoas mudam quando migram e as regiões também quando os indivíduos migram.

Quando pensamos nos enfoques atribuídos ao fenômeno das migrações, ao longo do tempo, chegamos a conclusão de que o destaque é para a predominância da dinâmica macro-estrutural e é dela que decorrem teorias como a dos fatores de atração e de repulsão que seriam os responsáveis por um melhor “bem estar” do migrante e seu grupo envolvido. Mas entender apenas esta situação é imaginar que o migrante, neste processo, não tem seu papel aludido. É pensar em um sujeito que é, no espaço, um ser entregue a algumas estruturas condicionantes.

A intensa movimentação populacional ocasionada por tais fatores atesta a busca por condições mais adequadas de vida, empreendida por parcela considerável da população brasileira, e nossa pesquisa corrobora com essa idéia. Nesse estudo, as reflexões permearam a questão da adaptação do imigrante na cidade de Uberlândia por meio das redes sociais de migração, pensadas como oposição às ações da sociedade para os imigrantes.

O crescimento das cidades tem sido focalizado por diferentes pontos de vista, seja na perspectiva de apontar e avaliar as transformações econômicas que o produzem, seja com a ênfase nas modificações dos padrões de vida da população que o concretizou. As migrações sempre assumiram contornos importantes, motivadas pela falta de oportunidades de trabalho, expectativas de melhores condições de vida, atração efetiva exercida por áreas em processo de expansão econômica, dentre outros.

A compreensão da migração e sua inserção no território devem também ser entendidas a partir de outros condicionantes da vida do migrante em sociedade, como crenças, valores, cultura etc., uma vez que mesmo que os estudos macroestruturais busquem identificar a partir do indivíduo, como se dão as decisões sobre a mobilidade no espaço ao incorporam novos elementos explicativos do cálculo que motiva a migração, ainda assim fortes são os indícios de que a centralidade do mercado de trabalho não é abdicada.

As questões centrais a serem apontadas remetem às redes sociais como um instrumento analítico de colabora para a compreensão dos processos de produção e reprodução social, que se estende desde uma perspectiva mais

imediate que trata da comunicação social e engendra dimensões mais complexas que carregam em si elementos culturais, sociais e políticos que superam a perspectiva econômica da migração como deslocamento da força de trabalho.

Por esta idéia, a migração é um processo intenso e contínuo, que se diferencia dos fluxos, pois as pessoas vão seguindo o roteiro das áreas que porventura tragam melhores oportunidades de trabalho e renda. Além da atração econômica que as cidades exercem, por oferecerem empregos melhor remunerados, maiores possibilidades de ascensão, condições de trabalho mais satisfatórias e atividades mais diversificadas, há que considerar também que elas propiciam maiores oportunidades no que concerne à educação, ao lazer, ao matrimônio e aos serviços públicos.

O ambiente social pode ser pensado como o conjunto de redes de interações no qual nada se manifesta de maneira independente sendo que por este motivo, não se pode pensar em redes sociais que determinem a migração, mas sim em redes que as articulam e que se organizam de acordo com o desejo compartilhado por sujeitos de migrar, associado sim a fatores de ordem social, econômico, político, simbólico, afetivo etc.

Uma das vantagens a priori do uso do conceito de rede por pesquisadores é que ele é capaz de identificar relações entre os sujeitos no interior em uma dada realidade. Segundo Marshall (1998), o conceito em processos migratórios pode ser utilizado com perspectivas distintas, não excludentes entre si – pelo contrário, complementares e seu uso dependerá do problema empírico concreto a ser enfrentado, a saber, os estudos que exploram a configuração de determinados fluxos-chave, por meio de sua propagação no interior das redes, como o das informações mais ou menos confiáveis; os estudos da perspectiva sistêmica que leva em consideração todos os participantes da rede, focalizando sua própria estrutura (importância dos laços fortes ou fracos; solidariedade e reciprocidade).

A forma das redes condiciona concretamente as relações dos indivíduos em interação, ou seja, elas identificam as relações sociais

elaboradas em torno de um único sujeito, definido como um “nó” em meio a uma configuração estelar (DEGENNE e FORSÉ, 1999). As redes sociais podem apoiar a construção de perfis biográficos e exploram a teia de relações tecidas por um único indivíduo ao longo de sua trajetória de vida, como exemplos têm-se o trabalho de Soares (2002), que analisa a centralidade da microrregião de Governador Valadares nos fluxos de brasileiros emigrados para fora do país.

Contudo, é importante que também coloquemos os fatores limitantes de uma abordagem que usa de redes para analisar migrações. Light, Bhachu e Karageorgis (1993) ressaltam que o conceito é mais bem usado quando explica o modo como determinadas redes identificam, escolhem e se dirigem a novos destinos quando os anteriores se mostram saturados. O conceito, segundo Goss e Lindquist (1995) enfatiza demasiadamente as dimensões informais dos processos que produzem a migração, relegando a segundo plano o papel das agências e das instituições formais promotoras dos deslocamentos.

Outro ponto limitante para a aplicação concreta do conceito de redes aos estudos migratórios reside no fato de quando estes são estudados sob uma perspectiva histórica, e é sempre mais problemática, nesse caso, a utilização de fontes capazes de reconstituir com alguma fidelidade e de modo sistemático os laços sociais que prevaleciam entre os migrantes, as informações a que tinham acesso e, sobretudo, a mentalidade que as avaliava.

Entendemos ser importante, diante destas limitações, que a combinação de perspectivas distintas seja o caminho para se explicar o processo social das migrações e é por isto que concordamos plenamente com o exemplo de Massey *et al* (1987), que afirma que processos migratórios se iniciam com desequilíbrios macroestruturais entre regiões de origem e destino, mas são sustentados por fluxos contínuos de trocas (sobretudo interpessoais), alimentados pelas redes sociais, ou ainda, quando Fazito (2002) afirma que o investigador deve usar paradigmas distintos para dar conta de determinadas situações empíricas.

Em seu aspecto geral, a ARS não se preocupa com indivíduos isolados, mas suas conexões em uma coletividade para explicar a ocorrência

de diferentes estruturas e como elas interferem ou não nos comportamentos dos sujeitos. Os estudos de rede normalmente utilizam uma lógica combinatória e não simplesmente agregada das relações. Ou seja, muitas vezes, em uma rede, mais importante que a adição ou subtração de um laço, é a conformação global e real de toda a rede.

Segundo Degenne e Forsé (1999, p. 9-10), quatro pontos fundamentais sintetizam a análise estrutural das redes sociais:

1. A estrutura afeta a ação formalmente através de um fraco determinismo: concentração ou disposição de determinadas estruturas favorece ou facilita a ação para esse caminho;
2. A estrutura afeta as percepções de auto-interesse: o ator percebe mais facilmente as alternativas pessoais de escolha que fazem parte de seus relacionamentos, e por isso fazem mais sentido, objetiva e (inter) subjetivamente;
3. Princípio da racionalidade: indivíduos racionais tomam suas decisões como função de interesses pessoais (em uma escala de preferências), o que induz efetivamente a ação;
4. A estrutura é um efeito emergente das interações sociais: cada interação em um sentido reforça o arranjo estrutural desse sentido.

As análises de redes sociais entre migrantes na pesquisa fundamentaram-se na análise de como se conformariam se mediadas pelo poder público, pelo local de trabalho e fora do local de trabalho, entre trabalhadores formais e informais, em Uberlândia. Depois da análise teórica e prática sobre as redes sociais na migração, no caos, uma dupla dimensão, a saber, que as redes ou *pseudo* redes analisadas são estratégias sociais e econômicas de sobrevivência e de sustentabilidade e que elas podem progredir para vínculos de exploração e de submissão.

"As redes analisadas" cumpriram muito mais um papel de sistemas controladores e disciplinadores de migrantes (poder público), nos termos das pressões sociais, das crenças religiosas, e da organização da cultura, reproduzindo a vida social e suas relações de poder e de mando

predominantes no sistema econômico mais geral do que o papel de integrar sujeitos migrantes aos novos espaços de moradia.

Concluímos que em Uberlândia o que era para ser rede é semelhante a outros sistemas sociais, que acompanham as especialidades entre os migrantes que apenas os diferenciam na condição de migrante. Trata-se apenas de um modo de intervenção e de participação, como expressão de uma demanda que ao mesmo tempo propõe uma solução para os diferentes problemas sentidos pelos sujeitos migrantes.

Se as redes fossem observadas no contexto dos migrantes, se as articulações estivessem presentes em todos os casos pesquisados elas mostrariam a complexidade das relações que envolvem a migração, pois ficou claro que o acolhimento dado ao migrante, seja pela família, amigo, empresa ou poder público se resume apenas a uma ajuda. Nas relações foram observadas formas de dominação, poder, e interesses, inerentes ao sistema de produção.

As estratégias migratórias e, sobretudo, as relações sociais (de apoio, de solidariedade) produzem, na migração, as conexões e interações que independente de nossa percepção devem gerar ações que sejam vistas pelos migrantes como algo benéfico que proporcione condições que para melhorem a adaptação dos vários grupos de migrantes à cidade de Uberlândia.

A migração deve ser entendida como um processo social e em rede que, uma vez iniciado, torna-se cumulativo, mantido através das idas e vindas dos migrantes entre os territórios de origem e de destino, gerando relações e sendo condicionadas por elas. Compreendemos que é necessário apreender e demonstrar as redes de interações, de complementaridades, de conflitualidades, de resistências e cooperações efetivadas e constantemente reconstruídas no dia a dia dos sujeitos migrantes.

O Estado deveria ter o papel na feitura de políticas públicas para os migrantes. Interpretamos a descontinuidade da ação governamental nesse

setor como uma posição de classe, ao passo que os migrantes muitas vezes se remetem ao Estado para assistir e acolher aos migrantes.

A rede social na migração oportuniza recursos e informações, o que permite ao migrante amenizar as dificuldades de sua trajetória, instalação e adaptação, desde sua partida até a hospedagem no local de destino, além da abertura de possibilidades e/ou garantia do emprego. As redes sociais entre migrantes seriam, então, alternativas de superação de dificuldades, com contradições e com conflitos, mas que denotam uma prática coletiva, e, portanto, questionadora da política de desassistência aos migrantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, S. **Redes sociais e tecnologias digitais de informação e comunicação.** Relatório final de pesquisa 2006. Disponível em: <http://www.nupef.org.br/pub_redessociais.htm>, acesso em: 12 jan. 2008.

ALMEIDA, Cecília C. T. de. Migración y cambio social. **Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales**, n. 94, v. 6, 2001.

ALVES DA SILVA, Vitorino, GUIMARÃES, Eduardo Nunes, BERTOLUCCI JR., Luiz *et al.* 2001. **Aglomerção urbana de Uberlândia (MG):** Formação Sócio-Econômica e centralidade regional. Rio de Janeiro, Anais da ANPUR.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; RIGOTTI, José Irineu Rangel. Os limiares demográficos na caracterização das cidades médias. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 13, 2002, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: ABEP, 2002. p. 220-242. CD-ROM.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; SENNA FILHO, Nelson de (org.). **A morfologia das cidades médias.** Goiânia: Vieira, 2005. 116p.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento Urbano e Regional. *In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Org.). Cidades médias brasileiras.* Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 01-34.

ANDRADE, Thompson A.; SERRA, Rodrigo V.; SANTOS, Denis Paulo dos. **Pobreza nas cidades médias brasileiras.** Rio de Janeiro: Nemesis (MCT/FINEP-CNPq/Pronex), 2001, 20 p.

ANDRADE, Thompson Almeida; SANTOS, Angela Moulin Simões Penalva; SERRA, Rodrigo Valente. Fluxos migratórios nas cidades médias e regiões metropolitanas brasileiras: a experiência do período 1980-1996. *In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (org.). Cidades médias brasileiras.* Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 171-211.

ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. 393p.

ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente. Crescimento econômico nas cidades médias brasileiras. *In: _____*. (org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001b. p. 213-249.

ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente. O desempenho das cidades médias no crescimento populacional brasileiro no período 1970-2000. *In: _____* (org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001a. p. 129-170.

ANDRADE, Thompson; LODDER, Celsius. **Sistema urbano e cidades médias no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979. 147 p.

ANTICO, Cláudia. Deslocamentos pendulares na região metropolitana de São Paulo. *In: São Paulo em perspectiva*. Movimentos Migratórios nas metrópoles. Fundação SEADE. v. 19, n. 4, out./dez. 2005, p. 110-120.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

AZZONI, Carlos R. **Indústria e reversão de população no Brasil**. IPEA/USP, 1986, 58 p.

BACHA, Edmar L.; KLEIN, Herbert S. **A transição incompleta**: o Brasil desde 1945. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1986, 245 p.

BAENINGER, Rosana. Tendências das migrações internas no Brasil. **Ciência Hoje**, v. 37, n. 219, p. 34-39, set, 2005.

BAKIS, H. **Les reseaux et leurs enjeux sociaux**. Paris: PUF, 1993.

BALTAR, P. E. A; DEDECCA, C. S, & HENRIQUE, W. Mercado de trabalho no Brasil. *In: C. E. B. & MATTOSO, J. E. L. (orgs.). Crise e trabalho no Brasil*. São Paulo: Scrita, 1997, p. 87-108.

BANCO DE DADOS INTEGRADOS DE UBERLÂNDIA (BDI). **BDI 2007**: volume 1. Uberlândia. 2007. [s.n.t.].

BANCO DE DADOS INTEGRADOS DE UBERLÂNDIA (BDI). **BDI 2007**: volume 2. Uberlândia. 2007a. [s.n.t.].

BANCO DE DADOS INTEGRADOS DE UBERLÂNDIA (BDI). **BDI 2007**: volume 3. Uberlândia. 2007b. [s.n.t.].

BANCO DE DADOS INTEGRADOS DE UBERLÂNDIA (BDI). **BDI 2008**: volume 3. Uberlândia. 2008. [s.n.t.].

BANCO DE DADOS INTEGRADOS DE UBERLÂNDIA (BDI). **BDI 2008**: volume 3. Uberlândia. 2008a. [s.n.t.].

BANCO DE DADOS INTEGRADOS DE UBERLÂNDIA (BDI). **BDI 2008**: volume 3. Uberlândia. 2008b. [s.n.t.].

BARNES, John A. Redes sociais e processo político. *In*: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**: métodos. São Paulo: Global, 1987. p. 159-193.

BARNES, John A. Social networks. **Anthropology**, v. 26, p. 1-29, 1972.

BECKER, Olga Maria S. Mobilidade espacial da população: conceito. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo da C.; CORRÊA, Roberto L. (orgs.). **Explorações geográficas**: percurso no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 45-75; 319-367.

BENETTI, Pablo Cesar; VAINER, Carlos Bernardo. Migrações e metrópole. **Travessia**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 5-9, set./dez. 1988.

BERNARDES, L. Política urbana. **Análise e conjuntura**. Belo Horizonte. p. 83-119, jan/abr., 1986.

BESSA, Kelly. **A dinâmica da rede urbana no Triângulo Mineiro**: convergências e divergências entre Uberaba e Uberlândia. Uberlândia: Composer, 2007. 347p.

BESSA, Kelly. Cidades médias e reestruturação da rede urbana brasileira: o exemplo de Uberlândia-MG. 2004. *In: III SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA*: Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

BESSA, Kelly. Constituição e expansão do meio técnico-científico-informacional em Uberlândia: o local na era das redes. *In: SANTOS, Rosselvelt José; RAMIRES, Julio César de Lima (org.). Campo e Cidade no Triângulo Mineiro*. Uberlândia: EDUFU, 2004. p. 59-91.

BESSA, Kelly. **Constituição e expansão do meio técnico-científico informacional em Uberlândia**: o lugar na era das redes. 2001. 333f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2001. 261

BESSA, Kelly. Reestruturação da rede urbana brasileira e cidades médias: o exemplo de Uberlândia (MG). **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, ano 6, v. 16, p. 268-288. Out. 2005. Disponível em: <<http://www.caminhosdegeografia.ig.ufu.br>>. Acesso em: 02 ago. 2008.

BESSA, Kelly; SOARES, Beatriz Ribeiro. Novas espacialidades urbano-regionais perante a expansão do meio técnico-científico-informacional: o exemplo de Uberlândia (MG). **Revista Mercator**, Fortaleza, ano 2, n. 4, p. 19-34. Jan./Dez. 2003.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1992. 4ª Reimpressão.

BORGATTI, S. *et al.* **Ucinet for windows**: software for social network analysis and user's guide. Harvard, MA: Analytic Technologies, 2002. 254 p.

BORGATTI, S. P. **Netdraw**: graph visualization software. Version 2.043. Harvard, MA: Analytic Technologies, 2002.

BOTT, E. **Família e rede social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. 311 p.

BOYD, Monica. Family and personal networks in international migration: recent developments and new agendas. **International Migration Review**, v. 23, n. 3, p. 638-670; 1989.

BRETTELL, Caroline B.; HOLLIFIELD, James F. **Migration theory: talking across disciplines**. Nova York, Routledge, 2000.

BRITO, Fausto, HORTA, Cris. **A urbanização recente no Brasil e as aglomerações metropolitanas**, CEDEPLAR, 2001.

BRITO, Fausto. Brasil, final de século: a transição de um novo padrão migratório? In: CARDEAL Adelita (org.), **Transições migratórias**, IPLANCE, 2002.

BRITO, Fausto. **População, espaço e economia numa perspectiva histórica**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1997. (tese de doutorado)

BRITO, Fausto; CARVALHO, José A. M. de. As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes. **Parcerias Estratégicas**, CGEE, n. 22, junho 2006.

BRITO, Fausto; GARCIA, Rodrigo A.; SOUZA, Rogério G. V. de. As tendências recentes das migrações interestaduais e o padrão migratório. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2004.

BROAD, Dave. The periodic casualization of work: the informal economy, casual labor, and the Longue Durée. In: TABAK, Faruk and CRICHLLOW, Michaeline A. **Informalization, process and structure**. Baltimore (MA): The John Hopkins University Press, 2000.

BRUMES, Karla. O papel das migrações e das cidades intermediárias na desconcentração urbana brasileira e portuguesa: a cidade de Uberlândia (BR) e o entorno da cidade do Porto (PT). **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 8, nº 20, p. 130-141. 2007. Disponível em: <<http://www.caminhosdegeografia.ig.ufu.br>>. Acesso em: 02 dezembro 2008.

CAMARANO, A. A.; BELTRAO, K. I. Distribuição espacial da população brasileira: mudanças na segunda metade deste século. **Textos para discussão**. Rio de Janeiro, n. 766, p. 1-28, 2000.

CARLOS, Ana Fani A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 1996, 85 p.

CARONE, Iray. A dialética marxista: uma leitura epistemológica. *In*: NAPOLEONI, C. **Lições sobre o capítulo sexto** (inédito) *de Marx*. São Paulo. Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

CARVALHO, José A. M. de; GARCIA, R. A. **Estimativas decenais e quinquenais de saldos migratórios e taxas líquidas de migração no Brasil**. CEDEPLAR, 2002.

CARVALHO, José A. M. de; RIGOTTI, José Irineu R. Os dados censitários sobre migrações internas: algumas sugestões para a análise. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas v. 15, n. 2, p. 7-17, jul./dez. 1999.

CARVALHO, José; A. M. de; MACHADO, Carlos C. Quesitos sobre migrações no censo demográfico de 1991. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 22-34, jan./jul. 1992.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617 p. v. 1.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. Trad. Roneide Venâncio Majer Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana no Brasil**. Trad. Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Trad. Roneide Venâncio Majer. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CENTRO DE ESTUDOS, PESQUISA E PROJETOS ECONÔMICOS-SOCIAIS (CEPES). **Painel de informações municipais 2006**. 2006. Disponível em<<http://www.ie.ufu.br/cepes/default.asp>>. Acessado em: 02 agosto 2008.

CENTRO DE ESTUDOS, PESQUISA E PROJETOS ECONÔMICOS-SOCIAIS (CEPES). **Indicadores econômicos**. 2007. Disponível em<<http://www.ie.ufu.br/cepes/default.asp>>. Acessado em: 02 agosto 2008.

CERTEAU, Michael de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. p. 33-51.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Geomorfologia**. São Paulo, Edgar Blucher/USP. 1974, p. 1974.

CLEPS JR., João. **Dinâmica e estratégias do setor agroindustrial no cerrado**: o caso do Triângulo Mineiro. 1998. 256f. Tese (Doutorado em Geografia) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 1998.

CLEPS, Geiza D. G. A origem e o desenvolvimento do comércio atacadista em Uberlândia (MG). **Sociedade & Natureza**, Uberlândia: Edufu, ano 12, n.23, p.5-46, jan./jun.2000.

CLEPS, Geiza D. G. **O comércio atacadista de Uberlândia (MG)**: mudanças tecnológicas e estratégias territoriais. 1997. 174f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 1997.

COELHO, Antonio L. N. *et al.* O poder de atração e fixação de migrantes em cidades de porte médio. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2, 1986. **Anais...** São Paulo: ABEP.

CORRÊA, Roberto L. **Redes geográficas e teoria dos grafos**. Textos LAGET, Série Pesquisa e Ensino 1, 1999.

CORRÊA, Roberto L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. **Balanco anual**. Uberlândia, 2008.

COSTA, Benhur Pinos. Além da sociedade, os dramas e os conflitos do espaço social: o exemplo das microterritorializações homoeróticas. **Scripta Nova**, revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona: n. 101. p. 35-45, 2005.

COSTA, Manuel A. **Urbanização e migração urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1990.

CROSS, Rob; BORGATTI, Stephen P.; PARKER, Andrew. Making invisible work visible: using social network analysis to support strategic collaboration. **California Management Review**. v. 44, n. 2, p. 25-46, 2002.

CROSS, Rob; PARKER, Andrew; BORGATTI, Stephen P. A bird's-eye view: using social network analysis to improve knowledge creation and sharing. **Knowledge Directions**, v. 2, n. 1, p. 48-61, 2004. Disponível em: <http://www.analytictech.com/borgatti/publications.htm>. Acesso em 13 dez. 2007.

DAMIANI, Amélia L.; CARLOS, Ana F. A.; SEABRA, Odette C. de (orgs.). **O espaço no fim do século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999. 220 p.

DEGENNE, Alan; FORSÉ, Michel. **Introducing social networks**. London: SAGE Publications, 1999.

DEMARTINI, Zélia de B.; TRUZZI, Oswaldo. **Estudos migratórios**: perspectivas metodológicas. São Carlos: Edufscar, 2005. 221 p.

DIAS, Leila Christina. A importância das redes para uma nova regionalização brasileira: notas para discussão *In*: Limonad, E. et al (orgs.) **Brasil século XXI. por uma nova regionalização?** São Paulo: Max Limonad, 2004, p. 161-172;

DIAS, Leila Christina. **Os sentidos da rede**: notas para discussão. *In*: DIAS, Leila Christina e SILVEIRA, Rogério L. Lima de (org.) op. cit., 2007, p. 11-28.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. *In*: CASTRO, I. de et al. (orgs.) **Geografia, conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 141-162.

DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério L. L. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007. 260 p.

DINIZ, Clélio C.; CROCCO, Marco A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Nova Economia**, v. 6, n. 1, jul. p. 77-103, 1996.

DINIZ, Clélio Campolina O papel das inovações e das instituições no desenvolvimento local *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 29. **Anais...** Bahia: ANPEC, 2001.

DINIZ, Clélio Campolina. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil**. Texto para discussão. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2001.

DINIZ, Clélio Campolina. **Global-Local**: interdependências e desigualdade ou notas para uma política tecnológica e industrial regionalizada no Brasil. Rio de Janeiro: BNDES/FINEP/FUJB, 2000 (nota técnica 9).

DORNELES, Sidnei. Redes sociais na migração: questionamento a partir da pastoral. **Travessia, Revista do migrante**, São Paulo, n. 40. p. 5-10, mai./ago., 2001.

DURHAM, Eunice R. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EMIRBAYER, Mustafa; GOODWIN, Jeff. Network analysis, culture, and the problem of agency. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 99, n. 6, p. 1411-1454, 1994.

EUFRÁSIO, Mário A. **Estrutura urbana e ecologia humana**: a escola sociológica de Chicago (1915-1940). São Paulo: 34, 1999. 301 p.

FARIA, V. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura de emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos. *In*: SORJ, B e Almeida, M. (org.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. Ed. Brasiliense, 1983.

FAWCETT, J. Networks, linkages and migration systems. **International Migration Review**, v. 23, n. 3, p. 671-680, 1989.

FAZITO, Dimitri. A análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, 2002: Ouro Preto, MG. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2002.

FAZITO, Dimitri. **Reflexões sobre os sistemas de migração internacional**: proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários. 2005, 204p. Tese (Doutorado em Demografia) Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Geras, Belo Horizonte.

FAZITO, Dimitri; SOARES, Weber. Disposições fronteiriças estaduais e a migração interna no Brasil (1986/1991) à luz da metodologia analítica de redes. *In*: IUSSP GENERAL POPULATION CONFERENCE, 24 2001, Salvador. **[Proceedings]** Campinas: ABEP, 2001.

FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**: métodos. São Paulo: Global, 1987. p. 159-193.

FERREIRA, A. H. B. Migrações internas e subdesenvolvimento: uma discussão. **Revista de Economia Política**, São Paulo, p. 98-124, jan./abr. 1986.

FIBGE-FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Demográficos**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1970-1991.

FIBGE-FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
Região de Influência das cidades. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2007.

_____. **Censo demográfico 2000.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>
 Acesso: 2001.

FONTES, B. A. S.; EICHNER, K. A formação do capital social em uma comunidade de baixa renda. **Redes – Revista hispana para el análisis de redes sociales**, v. 7, n. 2, out./nov. 2004. Disponível em: <<http://revistaredes.rediris.es>>. Acesso em: 25 mar. 2007.

FRIEDMAN, M. The role of monetary policy. **American Economic Review**, p. 1-17, Mar 1968.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **PIB 1999 a 2008.** [s.n.t.].

FUSCO, Wilson. Redes sociais na migração internacional: o caso de Governador Valadares. *In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO*, 2, 2000. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2000. p. 317-342.

GARTON, Laura; HAYTHORNTHWAIT, Caroline; WELLMAN, Barry. Studying online social networks. **JMC – Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 3, jun. 1997. Disponível: <http://jcmc.indiana.edu/vol3/issue1/garton.html>, em: 08/02/2006.

GARTON, Laura; HAYTHORNTHWAIT, Caroline; WELLMAN, Barry. Studying online social networks. **JMC – Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 3, n. 1, Jun. 1997. Disponível em: <http://www.ascusc.org/jcmc/vol3/issue1/garton.html> Acesso em: 21 jun. 2007.

GAUDEMAR, Jean Paul. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital.** Lisboa: Editorial, 1976. 405 p.

GOETTERT, Jones Dari. **O espaço e o vento:** olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem pariu e de quem ficou. Dourados: Editora da UFGD, 2008.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GORENDER, Jacob. **Marxismo sem utopia**. São Paulo: Ática, 1999.

GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *In*: GRANOVETTER, Mark. **Getting a job**: a study of contacts and careers. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

GUIDDENS, Antony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GUIMARÃES, Eduardo N. **Infra-estrutura pública e movimento de capitais**: a inserção do Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho. Uberlândia: EDUFU, 1990. 224p. (Tese e Dissertações-Publicação do Departamento de Economia da UFU).

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização, multiterritorialidade e regionalização. *In*: Limonad, E. *et al* (orgs.) **Brasil século XXI, por uma nova regionalização?** São Paulo: Max Limonad, 2004b p. 173-193.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a.

HALL, Michael M. História oral: os riscos da inocência. *In*: SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito a memória**: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992.

HANNEMAN, Robert A. **Introducción a los métodos del análisis de redes sociales**. Departamento de Sociología de la Universidad de California Riverside. (Cap. 1 Los datos de las redes sociale. Traduzido por Maria Ángela

Petrizzo e revisado por José Luis Molina, a partir da versão eletrônica disponível em <http://wizard.ucr.edu/~rhannema/networks/text/textindex.html> [Data de consulta: Outubro de 2007]. [O livro está disponível em: <http://www.redes-sociales.net/>]

HANNEMAN, Robert A. **Introduction to social network methods**. 2001. Disponível em: <http://faculty.ucr.edu/~hanneman/SOC157/NETTEXT.PDF> Disponível em 14/03/2006.

HANNEMAN, Robert A. **Introduction to social network methods**. Riverside, CA: University of California, 2005. <http://faculty.ucr.edu/~hanneman/Soc157/TEXT/TextIndex.html>. Disponível em 14/03/2006.

HANNEMAN, Robert A.; RIDDLE, Mark. **Introduction to social network methods**. Riverside, CA: University of California, 2005. <http://faculty.ucr.edu/~hanneman>. Disponível em 14/03/2006.

HARARY, F. **Graph Theory**. New York: Addison-Wesley Publishing Company, Inc., 1972.

HAREVEN, T. Historia de la familia y la complejidad del cambio social. **Boletín de la Asociación de Demografía Histórica**, 1995, v. 12, n. 1, p. 99-149.

HEIDEGGER, Martin. **Ensaio e conferências**. Petrópolis: Vozes, 2001.

HELLER, Á. **Sociologia de la vida cotidiana**. Barcelona: Ediciones Península, 1987, 418 p.

IPEA. **Caracterização e tendência da rede urbana do Brasil**: redes urbanas regionais sul. Brasília, 2000.

IPEA/IBGE/NESUR (IE-UNICAMP). **Pesquisas**: Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil. Volumes 1 e 2. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1999.

JANNUZZI, Paulo de M. **Migração e mobilidade social**: migrantes no mercado de trabalho paulista. Campinas: Autores Associados, 2000. 240 p.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. **História oral**: uma utopia? São Paulo: USP, 1993.

KELLY, P. F. Social and cultural capital in the urban ghetto: implications for the economic sociology of immigration. *In*: PORTES, A. (org.). **The economic sociology of immigration**. Nova York, Russell Sage, 1995.

KNOKE, David; KUKLINSKI, James. H. **Network analysis**. Beverly Hills: Sage Publ., 1982. p. 7-21.

KOHN, Ruth C. A noção de rede. Capítulo traduzido por Nilda Alves. *In*: CHARLOT, Bernard (org.). **Le école et le territoire**: espaces, nouveaux enjeux. Paris: Armand Colin, 1994. Cap. 7.

KRITZ, Mary; ZLOTNIK, Hania. Global interactions: migration systems, processes and policies. *In*: KRITZ Mary *et al.* (Ed.) **International migration systems, a global approach**. Oxford: Clarendon, 1992. p. 1-16.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de Antropologia Simétrica. Rio de Janeiro: 34 Literatura, 1994.

LAUTIER, B. Os amores tumultuados entre o Estado e a economia informal. *In*: **Contemporaneidade e educação**. Rio de Janeiro: IEC, Ano II, 1997, p. 59-62.

LEE, Everett S. A theory of migration. *In*: JACKSON, J. A. **Migration**. Cambridge, Cambridge University Press, p. 282-297.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Trad. Maria Helena Rauta e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1994. 180 p.

LEFEBVRE, Henri. **La vida cotidiana en el mundo moderno**. Madrid: Alianza Editorial, 1980, 256 p.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991, 145 p.

LEITE, Adriana Filgueira: O lugar: duas acepções geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências** – UFRJ, v. 21, 1998.

LEVI, Giovanni. On microhistory. *In*: BURKE, Peter (org.). **New perspectives in historical writing**. The Pennsylvania State University Press, p. 97-119, 2001.

LLOP TORNÉ, J. M.; BELLET SANFÉLIU, C. **Ciudades intermedias y urbanización mundial**. Unesco - UIA - Ministerio de Asuntos Exteriores. Lleida: Ed. Ajuntament de Lleida, 1999.

LOIOLA, E.; MOURA, S. Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. *In*: FISCHER, T. (org.). **Gestão Contemporânea: cidades 11 estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 53-68.

MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre a Geografia urbana brasileira. *In*: SANTOS, Milton. **Novos rumos da Geografia brasileira**. (org.). São Paulo: Hucitec, 1996.

MANCE, Euclides. **A revolução das redes: a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARQUES, Eduardo César. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 14, n. 41. São Paulo, Outubro de 1999.

MARQUES, Eduardo César. **Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo**. São Paulo, Annablume, 2003.

MARTELETO, Regina M. Análise de Redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001.

MARTELETO, Regina M. Confronto simbólico, apropriação do conhecimento e produção de informação nas redes de movimentos sociais. **Ciência da Informação**, Brasília v. 2, n. 1, fev. 2001.

MARTELETO, Regina M. Redes e configurações de comunicação e informação: construindo um modelo interpretativo de análise para o estudo da questão do conhecimento na sociedade. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 14, n. 29, p. 69-94, jul./dic. 2000.

MARTELETO, Regina M.; SILVA, Antonio B. de O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 41-49, set./dez. 2004.

MARTINE, George. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. **Textos para discussão do IPEA**. Rio de Janeiro: IPEA. 1994. n. 329. 46 p.

MARTINE, George. Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 41-60, jan./jun. 1984.

MARTINE, George. **Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações**. Brasília: ISPN, 1992. (Documentos de Trabalho, 11).

MARTINE, George. **Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações**. SPN, documento 11, 2002.

MARTINS, Humberto E. P. **Distribuição da indústria no espaço urbano: um estudo de Uberlândia no período recente**. 1996. 159f. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço Urbano) - Departamento de Geografia, Instituto de Geo-Ciências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

MARTINS, Humberto E. P. Periodização e análise do desenvolvimento industrial de Uberlândia segundo as tendências locacionais da indústria. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia: Edufu, ano 12, n. 23, p. 63-80, jan./jun.2000.

MARTINS, José de S. O problema das migrações no limiar do terceiro milênio. *In: O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio: desafios pastorais*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 19-34.

MARTINS, José de S. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. *In: Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 44-61.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política – o processo global da produção capitalista. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983, v. 3. p. 85-95.

MARX, Karl. Para a Crítica da Economia Política. Tradução de José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi. Coleção **Os Pensadores**. 4 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987a.

MARX, Karl. Manuscritos econômicos filosóficos. Terceiro manuscrito. Tradução de José Carlo Bruni. Coleção **Os Pensadores**. 4 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987b.

MASSEY, Doreen *et al.* **Worlds in motion, understanding international migration at the end of the millennium**. Oxford: Clarendon, 1998. 362p.

MASSEY, Douglas. International migration and economic development in comparative perspective. **Population and Development Review**, 1998, 14: 85-113.

MASSEY, Douglas *et al.* **Return to Aztlan: the social process of international migration from Western Mexico**. Berkeley, University of California Press, 1987.

MASSEY, Douglas *et al.* Theories of international migration: a review and appraisal. **Population and Development Review**, 1993, 19 (3): 431-466.

MASSEY, Douglas *et al.* Social structure, household strategies, and cumulative causation of migration. **Population and Development Review**, 1990, 128 p.

MATOS, Ralfo. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 12, n. 1-2, p. 35-58, jan./dez. 1998.

MATOS, Ralfo; BRAGA, Fernando. Rede urbana e redistribuição espacial da população brasileira. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 8, 2002. **Anais...** Ouro Preto: ABEP, 2002.

MAYA, I. *et al.* **Cadenas Migratórias y Redes de Apoyo Social de las Mujeres Peruanas en Sevilla**, paper apresentado a Comision Interministerial de Ciencia y Tecnologia, Departamento de Psicologia Social, Universidad de Sevilla, 2000.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MELUCCI, Alberto. **Acción collective, vida cotidiana y democracia**. México: Centro de estudios sociológicos, 1999.

MELUCCI, Alberto. **Challenging codes**: collective action in the information age. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MENEZES, Maria Lúcia P. A crise do bem estar e a caracterização dos processos territoriais da migração no Brasil. **Scripta Nova**, revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona: n. 94, p. 1-17, ago. 2001.

MENEZES, Maria Lúcia P. Questionamentos às categorias migrante de retorno e "migrante". **Boletim de Geografia Teorética**, v. 22, n. 43-44, p. 120-123, 1992.

MENEZES, Maria Lúcia P. Tendências atuais das migrações internas no Brasil. **Scripta Nova**, revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona: n. 69, p. 1-17, ago. 2002.

MEYERS, D. System of cities in newly industrializing nations. *In: **Readings in Population Research Methodology***, United Nations Population Fund, v. 8, p. 26-50, 1986.

MÍGUEZ, Eduardo. Microhistoria, redes sociales y historia de las migraciones: ideas sugestivas y fuentes parcas. *In: BJERG, María & OTERO, Hernán. **Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna***. Tandil, CEMLA – IEHS, p. 23-34, 1995.

MINHOTO, Laurindo D.; MARTINS, Carlos E. As redes e o desenvolvimento social. **Cadernos FUNDAP**, n. 22, 2001. p. 81-101.

MITCHELL, Clyde J. Social networks. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, v. 3, p. 279-299, jan. 1974.

MOREIRA, M. C. N. & SOUZA, W. S. A microssociologia de Erving Goffman e a análise relacional: um diálogo metodológico pela perspectiva das redes sociais na área de saúde. **Teoria & Sociedade**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, n. 9 p. 38-61, jan./jun., 2002.

MORTON, S. C. *et al.* Managing the informal organization: conceptual model, international. **Journal of Productivity and Performance Management**, v. 53, n. 3, p. 214-232, 2004.

MOYA, J. C. **Cousins and strangers**: Spanish immigrants in Buenos Aires, 1850-1930. London: University of California Press, 1998. 567 p.

MUSSO, Pierre. A filosofia da rede. *In: PARENTE, A. (org.). **Tramas da rede***. Porto Alegre: Sulina, 2004.

NOLLA, Olga. **La segunda hija**. San Juan: Editora de La Universidad de Puerto Rico, 1992.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A Amazônia e a nova Geografia da produção da soja. **Terra Livre**, v. 26, p. 13-43, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Espaço e tempo: concepção materialista e dialética. *In: SANTOS, Milton (org.). **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1982.*

OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda. **Em busca de uma proposição metodológica para os estudos das cidades médias: reflexões a partir de Uberlândia (MG)**. UFU: 2008 (dissertação de mestrado).

OSORIO, Carlos. Migrações recentes e desigualdades. *In: MOURA, A. M. (org.). Migração interna. **Textos selecionados**, Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 1980, p. 139-60.*

PACHECO, Carlos A.; PATARRA, Neide L. Movimentos migratórios nos anos 80: novos Padrões? *In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1, 1998. **Anais...** Curitiba: IPARDES - FNUAP, 1998.*

PARROCHIA, Daniel. **Philosophie des reseaux**. Paris: PUF, 1993, p. 1-78.

PASTORE, José. Desigualdade e mobilidade social: dez anos depois. *In: BACHA, Edmar; KLEIN, Herbert S. (org.). **A transição incompleta**: Brasil desde 1945. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 31-59.*

PATARRA, Neide L. **Migrações, emprego e projeções demográficas para o Estado de São Paulo**: pesquisa regional por amostra domiciliar. Documento de trabalho. Campinas: UNICAMP, 1992.

PAVIANI, Aldo. Perspectivas para as metrópoles regionais: algumas considerações sobre migrações e lacunas de trabalho nos anos 90. **Revista Geosul**, Florianópolis, n. 15, p. 19-26, 1993.

PIZARRO, Narciso. Um nuevo enfoque sobre la equivalencia estructural: lugares e redes de lugares como herramientas para la teoria sociológica. **Redes – Revista Hispânica para el Análisis de Redes Sociais**, v. 5, n. 2, Ene./Feb. 2004. Disponível em: <http://revista-redes.rediris.es>. Acesso em: 23 mar. 2007.

PONTES, Maria Beatriz Soares. As cidades médias brasileiras: os desafios e a complexidade do seu papel na organização regional (década de 1970). In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. São Paulo: UNESP/FCT, 2001. p. 569-607.

POLITZER, Georges. **Princípios fundamentais de filosofia**. São Paulo: Hemus, 1970.

PORTES, Alejandro. The informal economy and its paradoxes. In: SMELSER, J. N., SWEDBERG, R. **The handbook of economic Sociology**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

PÓVOA NETO, Helion. A produção de um estigma: nordeste e nordestinos no Brasil. **Travessia**, Ano VII, n. 19, p. 20-22, 1994.

PÓVOA NETO, Helion. **O erguimento de barreiras à migração e a diferenciação....** De todos os cantos da Terra: as migrações no mundo globalizado. Rio de Janeiro, **1999**.

POWELL, W. W., SMITH-DOERR, L. Networks and economic life. In: SMELSER, J. N., SWEDBERG, R. **The handbook of economic Sociology**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

PRESTON, S. Urban growth in developing countries: a demographic reapraisal. In: **The Urbanization of the third world**. Editado por J. Gugler. Oxford University Press, 1988.

PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. **A nova aliança**. Brasília: UNB, 1997.

RANDOLPH, R. Sociedade em rede: paraíso ou pesadelo? **GEOgraphia** – Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF, 1999, ano I, no. 2, p. 27-53

REEDWOOD, John. Reversion de polarizacion, ciudades secundarias y eficiencia en el desarrollo nacional: una vision teorica aplicada al Brasil contemporaneo. **Revista Latino Americana de Estudios Urbanos Regionales**. v. 11, n. 32, 1984.

RIBIERO, José Lopes. **Estimativa da migração de retorno e de alguns de seus efeitos demográficos indiretos no nordeste brasileiro**. CEDEPLAR/UFGM: 1997 (tese de Doutorado).

ROSSINI, Rosa E. Os "dekasseguis" do Brasil à procura do eldorado japonês. *In: SCARLATO, Francisco et al. O novo mapa do mundo*. Globalização e espaço Latinoamericano. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1997, p. 283-291.

SALIM, Celso A. Migração: o fato e a controvérsia teórica. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 8, 1992, São Paulo. **Anais...** Campinas: ABEP, 1992.

SAMPAIO, Roberto C. **Migrações internas no Triângulo Mineiro**: análise demográfica e econômica (1960-1970). 1985. Dissertação (Mestrado). CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SANTOS SILVA, Augusto. Identidades sociais: continuidade e mudança. **Dinâmicas Multiculturais, @ovas Faces, Outros Olhares**. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, v. 1, 1996, p. 31-36.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice**. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, F. B. T. A construção econômica recente. *In: Minas Gerais do Século XXI*. Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Belo Horizonte: Rona Editora, 2002. v. 1. p. 42-53.

SANTOS, Félix Requena. **Redes sociales y mercado de trabajo**: elementos para una teoría del capital relacional. Madri: CIS- Siglo Veintiuno de España, 1991.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999. 308 p.

- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996. 154 p.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1988.
- SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1994. 124 p.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: Hucitec e Edusp, 1978.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Trad. Cristina Muracho. São Paulo: EDUSP, 1998. 286 p.
- SAYAD, Abdelmalek. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. **Travessia**, v. 13, n. esp., p. 7-32, jan. 2000.
- SAYAD, Abdelmalek. **Un nanterre algérien**: terre de bidonvilles. Paris: Éditions Autrement, 1995.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis, Ed. da UFSC, 2003.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- SCOTT, John. Social network analysis: a handbook. *In: The development of social network analysis*. London: Sage Publications, 2001, p. 7-37.
- SERRA, Rodrigo V. **Desconcentração urbana e oportunidades de trabalho: um estudo da integração dos imigrantes no mercado de trabalho das cidades médias e regiões metropolitanas brasileiras**. Rio de Janeiro: Nemesis (MCT/FINEP-CNPq/Pronex), 2001. 27 p.

SILVESTRE RODRÍGUEZ, Javier Aproximaciones teóricas a los movimientos migratorios contemporáneos: un estado de la cuestión. **Historia Agraria**, 2000, n. 21, p. 157-192.

SINGER, PAUL. **Economia política da urbanização**. SP, Brasiliense, 1973.

SOARES, Beatriz R. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização, **Formação**, Presidente Prudente, v. 1, n. 6, p. 55-64. 1999.

SOARES, Beatriz R. **Uberlândia da "cidade jardim ao portal do Cerrado":** imagens e representações no Triângulo Mineiro. 1995. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1995.

SOARES, Beatriz R.; BESSA, Kelly C. F. de O. Uberlândia e sua região: caracterizando uma cidade média. *In*: UNIVERSIDADE E CIÊNCIAS HUMANAS: CONTRASTES E PERSPECTIVAS 4, 1999. **Anais...** Viçosa: Videolar, 1999.

SOARES, Weber. **Da metáfora a substância**: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga. 2002. Tese (Doutorado). CEDEPLAR/Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2002.

SORRE, Max. **Fundamentos da Geografia Humana**. Ática, p. 87-98, 1984.

SORRE, Max. **Les migrations des peuples**: essai sur la mobilité géographique. Flammarion: Éditeur, 1955.

SORRE, Max. Migrações e mobilidade do ecúmeno. *In*: MEGALE, J. F. (org.). **Max Sorre**. São Paulo: Ática, 1987. p. 124-139.

SPOSITO, Maria Encarnação B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. *In*: SPOSITO, Maria Encarnação B. (org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: Unesp, 2001, p. 609-643.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 630p.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão *et al.* O estudo das cidades médias brasileiras. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007a. p. 35-67.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão *et al.* O estudo das cidades médias brasileiras. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS URBANOS, 5., 2006, Belo Horizonte. **Anais ...** Belo Horizonte: PUC-Minas, 2006. p. 01-37. CD-ROM.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: _____ (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. São Paulo: UNESP/FCT, 2001. p. 569-607.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: _____ (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007c. p. 233-253. 269

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: Gasperr, 2001a. 311p.

STEPHENSON, Karen. O poder invisível. **Revista Exame**, São Paulo, p. 66-68, mar. 2003.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward P. O termo ausente: experiência. In: **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TILLY, Chalie. Transplanted networks. In: Virginia Mclaughlin (ed.) **Immigration Reconsidered: History, Sociology and Politics**, Oxford University Press, New York. 1990.

TOURAINE, Alan. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

TRAVESSIA REVISTA DO MIGRANTE: Abdelmalek Sayad, São Paulo: CEM. jan./2000. 34 p. Edição especial.

TRAVESSIA REVISTA DO MIGRANTE: Redes, São Paulo: CEM. n. 40, mai./ago., 2001. 42 p.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social Revista de Sociologia**, v. 20, n. 1, 199-218, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de Economia. Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais. **Uberlândia: Painel de Informações Municipais - 2007**. Uberlândia, Agosto de 2007. 72 p. Disponível: <<http://www.ie.ufu.br/cepes>>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de Economia. Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais. **Uberlândia: Painel de Informações Municipais - 2006**. Uberlândia, setembro de 2007. 72 p.

VAINER, Carlos B. A violência como fator migratório. Silêncios teóricos e evidências históricas. **Travessia**, Ano IX, n. 25, p. 5-9, 1996.

VAINER, Carlos B. Do corpo marcado ao território demarcado: uma leitura da transição para o trabalho livre como ponto de partida para uma história da mobilidade do trabalho no Brasil. **Cadernos de migração**. São Paulo, n. 7, 2000.

VARGAS, T. **La pobreza en los barrios urbano-marginales de Santo Domingo y sus expresiones e en la estructura social a través de redes**, 2003 (texto).

VELTZ, Pierre. **Mondialisation, villes et territoires**: L' Economie D' Archipel. Paris: PUF, 1996, 266 p.

WASSERMAN, Stanley; FAUST, Katherine. **Social network analysis: methods and applications**. Reprinted with corrections 1994. 13th printing 2005. Cambridge: University Press, 1997.

WELLMAN, Barry. El análisis estructural: del método y la metáfora a la teoría y la sustância. *Política y Sociedad*, Madrid, n. 33, Ene-May, 2000, p. 11-40 (Texto disponível em: <http://www.ucm.es/info/pecar/Revis.html>. In: WELLMAN, B.; BERKOWITZ, S. D. (eds.) **Social structure**: A network approach. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 19-61. Disponível em: <http://www.chass.utoronto.ca/~wellman/vita/index.html>.

ZAMBERLAM, Jurandir e CORSO, Giovanni (orgs.). **A emigração da grande Criciúma na ótica de familiares**: desafios para a igreja de origem e de destino. Porto Alegre: Solidus, 2007.

ANEXO 1
EMPRESAS PARTICIPANTES NA PESQUISA, 2007.

NOME	RAMO	TEMPO NA CIDADE	FUNCIONÁRIOS*
Empresa 1	Químico	22 anos	120 (19)
Empresa 2	Construção civil	15 anos	150 (20)

*O número entre parênteses corresponde ao número de migrantes que participam da pesquisa dentro do total de funcionários.

ORG.: Karla R. Brumes, 2007.

ANEXO 2
QUESTIONÁRIO 1, 2008.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA FCT/UNESP					
PESQUISA DE DOUTORADO – KARLA ROSÁRIO BRUMES					
QUESTIONÁRIO PARA ANÁLISE DO TIPO DE REDE ESTABELECIDADA EM EMPRESAS <EXPLICAR OS OBJETIVOS DA COLETA DAS INFORMAÇÕES> <EXPLICAR COMO SERÃO UTILIZADAS AS INFORMAÇÕES COLETADAS> < AGRADECER >					Prefácio
PREENCHA AS SEGUINTE INFORMACOES					Informações sobre o imigrante
Nome:					
Função:					
Departamento:					
Tempo de empresa:					Indicação dos tipos de relacionamentos que se deseja mapear
INFORMAÇÕES SOBRE A REDE DE CADA IMIGRANTE					
Segue abaixo 3 questões sobre sua rede. Se você não conhece a pessoa listada no questionário, favor preencher com zero, caso contrário selecionar a resposta apropriada de 1 a 5.					
Questão 1: Informação – Contata esta pessoa com que frequência. (<i>Para obter informações sobre tópicos relativos ao trabalho</i>). <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> 0 = Eu não conheço essa pessoa 3 = Às vezes </div> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> 1 = Nunca 4 = Frequentemente </div> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> 2 = Raramente 5 = Muito frequentemente </div>					
Questão 2: Consciência – Compreende os conhecimentos e competências dessa pessoa. (<i>Você não tem que necessariamente possuir os mesmos competências e conhecimentos, porém, deve compreender quais competências essa pessoa possui e quais conhecimentos ela domina</i>). <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> 0 = Eu não conheço essa pessoa 3 = Neutro </div> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> 1 = Discordo fortemente 4 = Concordo </div> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> 2 = Discordo 5 = Concordo fortemente </div>					
Questão 3: Comunica mais – Você seria muito mais efetivo no meu trabalho se fosse capaz de comunicar mais com essa pessoa. <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> 0 = Eu não conheço essa pessoa 3 = Neutro </div> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> 1 = Discordo fortemente 2 = Discordo </div> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> 4 = Concordo 5 = Concordo fortemente </div>					
	Questão 1 Informação	Questão 2 Consciência	Questão 3 Comunica mais	Espaço para entrada das informações sobre a rede	
1.					
2.					
3.					
4.					

ANEXO 3

QUESTIONÁRIO 2, 2008.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA FCT/UNESP

Pesquisa de Doutorado – Karla Rosário Brumes

TIPO DE REDE ESTABELECIDADA PELOS MIGRANTES EM UBERLÂNDIA

Questionário ()

Data da entrevista: ____/____/____

Nome: _____

Local da entrevista: _____

1. Local de nascimento: _____

1.1. Município de residência antes de Uberlândia-MG: _____

1.2. Local de votação: _____

2. Tempo de moradia na cidade: _____

3. Tempo de moradia no bairro: _____

4. Quando escolheu a cidade para morar qual foi o motivo: _____

5. Quando escolheu o bairro para morar qual foi o motivo: _____

6. Na tabela abaixo relacione quantas pessoas moram em sua casa de acordo com o grau de parentesco, a idade, a profissão e o local onde trabalha

Pessoa (mãe, pai, filho, avós, tia, etc...)	Idade	Profissão	Localização do trabalho (cidade/bairro)
1.			
2.			
3.			

7. Hábitos realizados pelos moradores da casa:

1. () Conversam com todos os vizinhos da rua.
2. () Conversam com no máximo 05 vizinhos da rua.
3. () Conversam com no máximo 03 vizinhos da rua.
4. () Conversam com apenas 01 vizinho da rua, associações.
5. () Não conversam com os vizinhos da rua, associações.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

6. () Tem contato com muitas pessoas do bairro, associações.

7. () Tem contato com poucas pessoas do bairro, associações.

8. () Não tem contato com pessoas do bairro, associações.

9. () Tem um maior contato com pessoas de outros bairros.

10. () Tem pouco contato com pessoas de outros bairros, associações.

11. () Não tem contato com pessoas de outros bairros, associações.

Se tem contato com pessoas de outros bairros, associações quais são? _____

8. Número de pessoas da família que utilizam os espaços do município durante a semana relacione-as na tabela abaixo:

Local no município	Quantidade de pessoas	Periodicidade		
		Menos de 1x por semana	De 1 a 3x por semana	Mais de 4x por semana
1. Escola				
2. Igreja (qual)				
3. Supermercado				
4. Loja de roupas e calçados				
5. Terminal de ônibus				
6. Prefeitura				
7. Lazer (qual)				
8. Outros (qual)				

9. Quais as melhores coisas que a cidade oferece aos moradores?

10. Você acha que o bairro em que você mora é um bom bairro para se viver? Por que?

ANEXO 4

ENTREVISTA 1, 2008.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA FCT/UNESP

Pesquisa de Doutorado – Karla Rosário Brumes

SECRETARIAS MUNICIPAIS DE UBERLÂNDIA

Entrevista ()

Data da entrevista: ____/____/____

Nome da secretaria: _____

Resp. pelas informações: _____

Cargo: _____

1. Em sua opinião, qual a função desta secretaria para a cidade?
2. Os programas implementados pela secretaria (sociais e de serviços públicos) estão sempre sendo readequados de acordo com o número de habitantes?
3. A secretaria tem algum programa para atender as pessoas que chegam à cidade (migrantes)?
4. O planejamento não pode caminhar sem a projeção populacional, e seu afastamento pode ser início de afastamento do poder público do compromisso social, ante a esse fato como a secretaria vê as questões de cunho social?
5. Da década de 1970 em diante, um novo padrão migratório tomou conta do país, os grandes fluxos que antes se dirigiam para as grandes metrópoles tem procurado as cidades pólos regionais (cidades médias), entre elas Uberlândia sendo assim como é visto o movimento migratório para a cidade?
6. Qual o papel do migrante para a cidade, ele orientou alguma política, ou a sua inserção não corroborou com nada?
7. É possível fazer alguma indicação de onde os migrantes se instalam quando chegam à cidade, ou seja, existe algum bairro de presença nítida de migrantes, a prefeitura faz algum tipo de trabalho que possa identificá-los?
8. Existe algum setor da cidade que na sua visão se beneficia com a presença do migrante?
9. Como os migrantes influenciam nas questões sócio-econômicas da cidade?

ELABORAÇÃO: Karla R. Brumes, 2008.

ANEXO 5

ENTREVISTA 2, 2008.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA FCT/UNESP

Pesquisa de Doutorado – Karla Rosário Brumes

SETOR DE ATENDIMENTO AO MIGRANTE E ALBERGUES DE UBERLÂNDIA

Entrevista () Data da entrevista: / /

Nome do setor: _____

Local da entrevista:

Responsável pelas informações:

Cargo: _____

1. Qual o objetivo desta seção? Como o trabalho é desenvolvido? E há quanto tempo existe esta divisão de atendimento ao migrante?
2. Qual o número de pessoas atendidas mensalmente pela seção?
3. Este setor da prefeitura tem noção de onde vem a maior parte das pessoas que procuram o local (cidade, estado região)? E o que buscam na maioria das vezes?
4. Uma vez detectado que uma pessoa é migrante, quais são os motivos que elas alegam para escolher a cidade de Uberlândia?
5. Existe algum convênio com outros setores de migrantes de outras cidades?
6. Qual é o perfil do migrante que procura o setor?
7. Qual a opinião do senhor a respeito da influência migrante na cidade, reordenação dos espaços?
8. Qual a sua definição de migrante? Como poder público vê a questão migratória na cidade de Uberlândia?
9. A cidade de Uberlândia faz um bom trabalho com o migrante carente?
10. É fato notório que dentro do número de migrantes presentes em Uberlândia e que chegam diariamente na cidade, possui uma parcela considerável de pessoas que não passam por este setor, diante desta situação quem é considerado migrante?

ANEXO 6

ENTREVISTA 3, 2008.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA FCT/UNESP

Pesquisa de Doutorado – Karla Rosário Brumes

MIGRANTES DE UBERLÂNDIA

Entrevista ()

Data da entrevista: ____/____/____

1. Perfil do migrante

Nome: _____

Sexo: _____

Idade: _____

Grau de instrução: _____

2. Contexto geral

- ❖ Fale sobre sua vinda para Uberlândia e como está se saindo.
- ❖ Por que você acha que a cidade de Uberlândia tem tantos migrantes?
- ❖ Alguém falava bem da cidade para você?
- ❖ O que é e como é ser migrante para você?
- ❖ Como você analisa sua condição de migrante?
- ❖ Você acha que tem muita diferença entre os migrantes, que vem de regiões diferentes?
- ❖ E quando você vai para sua cidade e alguém fala que está vindo para cá você dá incentivo?

3. Trajetória espacial

- ❖ Quais os motivos que levaram você a escolher o referido bairro para estabelecer residência?
- ❖ Há quanto tempo você mora aqui?

4. Relações com o bairro

- ❖ Qual a importância do seu bairro para você e sua família?
- ❖ Como são as suas relações com seus vizinhos? Fale como você usa os espaços do bairro (igreja, escolas, lojas, supermercados, etc.)